



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo



Universidad de Buenos Aires
Facultad de Filosofía y Letras

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Preparada em cotutela com a Universidad de Buenos Aires
Facultad de Filosofía y Letras

Aline Lopes Murillo

*Pessoas memoriais:
práticas de parentesco e política na Argentina*

Versão corrigida

São Paulo
2023

Aline Lopes Murillo

*Pessoas memoriais:
práticas de parentesco e política na Argentina*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Antropología Política y Jurídica da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadoras:
Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Arêas Peixoto
Prof^ª. Dr^ª. Carla Villalta

Versão corrigida

São Paulo
2023

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**
Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Aline Lopes Murillo

Data da defesa: 05/04/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Fernanda Arêas Peixoto

Nome do Prof. (a) coorientador (a): Carla Villalta

Nos termos da legislação vigente, declaramos **ESTAR CIENTES** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-nos **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/06/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))



(Assinatura do (a) coorientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mp Murillo, Aline Lopes
Pessoas memoriais: práticas de parentesco e política na Argentina / Aline Lopes Murillo; orientadora Fernanda Arêas Peixoto; coorientadora Carla Villalta - São Paulo, 2023.
228 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Parentesco. 2. Memória. 3. Política. 4. Ditadura militar argentina. 5. Antropologia. I. Peixoto, Fernanda Arêas , orient. II. Título.

A Julia, Solange, Hugo e Natalia.

Agradecimentos

Agradeço, de antemão, aos filhos e filhas de *desaparecidos*, e *nietos* e *nietas* *restituídos* que, em um feliz encontro, possibilitaram esta pesquisa. Sou profundamente grata a Claudia Poblete, Gabriel Corvalán, Guillermo Amarilla, Jorge Castro e Tatiana Sfiligoy pelo apoio em Buenos Aires, por me incorporarem em seus mundos e pela contribuição e torcida pelo êxito desta pesquisa. Agradeço também a Astrid Patiño, Catalina de Sanctis, Elena Gallinari, Emilio Goya, Gustavo Godoy, Gustavo Lopez, Pablo Gaona, Sebastián Santillán pela gentileza e esforço em me contarem suas histórias. Ao longo da pesquisa de campo, fui beneficiada pela amizade e auxílio de mulheres empenhadas no fortalecimento dos movimentos de familiares de *desaparecidos* e de *sobrevivientes*, às quais nutro grande gratidão. São elas: Cristina Comandé, Isabel Cullen, Genoveva Ares, Mariana Fernández Long, Melisa Correa, Patricia Roa e Silvia Saladino.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (bolsa CNPq processo 140015/2017-5) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (bolsa Capes processo 88881.187854/2018-01) pelo apoio financeiro que tornou esta pesquisa viável. Agradeço também os recursos do projeto “Privacidade e Vigilância no Brasil” (2016), desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades em convênio com a Fundação de Apoio da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Registro ainda minha gratidão em relação aos auxílios de pesquisa de campo proporcionados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Vale dizer que esse reconhecimento extrapola formalidades. Sem esses apoios, esta tese (que se iniciou em 2016 e finalizou-se em dezembro de 2022, anos em que a pesquisa acadêmica, a ciência e a universidade pública estiveram sob ataque intenso no Brasil) não seria possível.

Expresso profunda gratidão e admiração por minha orientadora no Brasil, Fernanda Arêas Peixoto, quem descortinou em mim novas e estimulantes formas de fazer antropologia. Agradeço por confiar na potência desta pesquisa mesmo antes de saber o que ela se tornaria. Obrigada por me receber, me desafiar, me instigar. Obrigada pelo olhar minucioso em cada avanço da tese e, sobretudo, obrigada por me encorajar a levar as minhas ideias adiante. Agradeço pelo exemplo de docência e de etnógrafa, e pelo comprometimento com a minha formação.

Devo muito à minha orientadora na Argentina, Carla Villalta, cuja pesquisa tanto inspirou esta tese. Agradeço imensamente à abertura, ao acolhimento, à disponibilidade integral, à enorme generosidade e, principalmente, ao apoio em Buenos Aires tão importante não só para esta pesquisa, como para a minha permanência no país estrangeiro. Obrigada pelo aceite e pelo empenho em fazer o convênio de dupla-titulação acontecer. Sou imensamente grata pelas parcerias, pelas indicações e pela amizade.

Tenho em grande conta e estima a professora Marta Amoroso que em sua disciplina ensinou reflexões e amadurecimento. Sou muito grata também à professora Ana Claudia Duarte Rocha Marques, cujas disciplinas, a supervisão do estágio em docência e as conversas de corredor marcaram a condução desta pesquisa.

Agradeço profundamente à Catarina Morawska Vianna e Julia Ruiz Di Giovanni, que compuseram a banca do exame de qualificação e me auxiliaram sobremaneira na condução desta pesquisa. Obrigada pelo incentivo, pelas leituras valiosas e pelas sugestões de rumos possíveis.

Expresso meu agradecimento a Agostina Gentili, Ana Claudia Duarte Rocha Marques, Catarina Morawska Vianna, Cynthia Andersen Sarti e Soledad Gesteira, que gentilmente aceitaram integrar a banca examinadora titular da defesa desta tese; bem como a Isabella Cosse, Liliana Sanjurjo, Marcos Napolitano, María José Sarrabayrouse e Thaís Waldman, por terem aceitado a suplência. Tenho profunda admiração por esses pesquisadores.

Sou imensamente grata aos colegas do grupo de pesquisa Coletivo ASA – Artes, Saberes e Antropologia, lugar de aprendizado e de refúgio desde 2012. Agradeço o acolhimento, as amizades, a interlocução próxima, os debates em alto grau de excelência, as leituras generosas e cuidadosas desde a redação do projeto de pesquisa. Deixo especial gratidão à Lorena Avellar Muniagurria por ter me incentivado a vir para o ASA e pelas inúmeras sugestões de análise; meu agradecimento especial também à Julia Ruiz Di Giovanni pelas reflexões inspiradoras; aos colegas Pedro Galdino, Maycom Cunha e Lucas Lippi pela leitura atenta de uma versão preliminar da primeira parte da tese; ao Alexandre Bispo pelas reflexões entusiasmantes; à Julia Goyatá por esse brilhantismo que tanto me inspira; à Bianca Chizzolini, por compartilhar interesses pela América Hispânica; ao Luís Felipe Sobral pelo companheirismo em tantos percursos; ao Vinícius Spira com quem ingressei no doutorado; e meu profundo agradecimento à Thaís Waldman pela cumplicidade no mundo acadêmico e na vida.

Gratidão às colegas que me receberam de braços abertos no grupo de pesquisa UBACyT Burocracias, Derechos, Parentescos e Infancia, onde tive a oportunidade de participar de trocas generosas; obrigada pelo esmero nas leituras do meu projeto de pesquisa e pela motivação que me concederam. Agradeço a todas as colegas, em especial à Soledad Gesteira pela disposição sempre cuidadosa em me guiar nos caminhos de pesquisa e nos referenciais bibliográficos.

Registro também a minha gratidão às funcionárias das instituições acadêmicas que permitiram realizar esta tese em boas condições. O meu sincero agradecimento à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no nome de Regina Celi Sant'Ana, e à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, no nome de Carola Pivetta, pela colaboração nos longos procedimentos administrativos para o estabelecimento do convênio internacional.

Guardo com muito carinho o incentivo da colega da Universidade Federal de Goiás, Suzane Alencar Vieira. Agradeço as conversas fraternas, as recomendações de bibliografia e o encorajamento para transformar uma ideia em um projeto de doutorado.

A entrada neste doutorado não seria possível sem o apoio intelectual e emocional de um grupo especial de estudo para o processo seletivo incentivado pela amiga querida e colega de profissão Denise Pimenta. Meu profundo agradecimento a todos os colegas, em especial a Laís Miwa Higa, Letizia Patriarca e Luiza Ferreira Lima (Lux).

Nutro profunda amizade e admiração pela turma de doutorado de 2016 do PPGAS USP, que componho. Agradeço imensamente às trocas intelectuais e, acima de tudo, ao companheirismo. Obrigada aos colegas em modo geral, especialmente à Ana Estrela, André Lopes, André Bailão, Gabriel Bertolin, Flávia Cunha, Helena Manfrinato, Lauriene Seraguza, Natalia Guerrero, Paula Alegria, Vinícius Spira e Yara Alves.

Muitas pessoas que passaram pelo PPGAS/USP me brindaram com conversas animadoras e afetuosas. Expresso minha gratidão a Augusto Ventura, Bernardo Machado, Bruna Triana, Camila Mainardi, Felipe Gabriel Oliveira, Flávia de Faria, Florbela Ribeiro, Gleicy Silva, Guilherme Adelardo, Isabela Venturosa, Jacqueline Teixeira, Joaquim Almeida, José Henrique Bortoluci, Juliana Wahl, Karina Coelho, Lucas Bulgarelli, Miguel Muhale, Rafael Hupsel, Talita Lazarin, Tatiane Klein, Thais Tiriba e Thiago Oliveira. Agradeço também com carinho e admiração a Julián Cuaspa e Liza Sáenz pela amizade e pareceria valiosa na confecção de diálogos e projetos interessantes.

Em Buenos Aires contei com o apoio de pessoas generosas, com as quais troquei ideias e construí grande amizade: Bebel Gobbi, Caio Alves, Carlos Dorantes, Gustavo

Zanotto, Desirée Marcos e Martín Conejo. Meu agradecimento especial a Analía Garcia, Juan Martín Bonacci, Micaela Baldoni, Raísa Cetra e Thiago Haruo, por serem lar e fonte de energia. À Anita Sucari com quem tive o prazer de compartilhar interesses e resultados de pesquisa. Agradeço a parceria de trabalho e as trocas de saberes.

Na primeira viagem de sondagem à Argentina, tive o privilégio de contar com o apoio da família Segado. Agradeço profundamente a Alfonsín, Emiliano, Guillermo, Laura e María Laura o suporte material e emocional.

Existem pessoas que me sustentaram durante esses anos de doutorado sem as quais eu não sei se teria terminado essa jornada. Agradeço especialmente às amizades cujos carinhos me ajudaram a conhecer, permanecer e até amar São Paulo. Essas pessoas me fizeram sobreviver à pandemia de coronavírus e dar continuidade à tese. Sem esses vínculos, esta tese não teria sido possível.

Gostaria de expressar imensa gratidão a meus queridos amigos “Butantenses” Gabriela Freire, Diogo Maciel, Igor Costa, Paula Alegria e Rafael Quintanilha, obrigada pelos abraços apertados e risadas sem fim, muito obrigada por mostrarem que São Paulo pode ser acolhedora e divertida. À Paula Alegria com quem partilhei as melhores viagens acadêmicas, obrigada pelo exemplo de humanidade e brilhantismo.

À Thaís Waldman, que tem um coração maior que o mundo, companheira de aventuras, alegrias e angústias. Obrigada pela empatia, pela sensatez, pelo amparo, pelas trocas e leituras, pelas cervejas e carnavais. Gratidão pelo interesse e apoio constante, é uma maravilha dividir um planeta e uma época com você!

Um agradecimento mais do que especial a Luiza Ferreira Lima (Lux). Obrigada pelas longas conversas, pelo afeto irrestrito, por ser recanto de aprendizado e conforto. E à Letizia Patriarca (Tita) pela amizade, apoio e incentivo; a companhia preciosa.

A Bruna Nicodemos e Almir Oliveira pela imensa generosidade e carinho.

Ao Lucas Mestrinelli, por todas as trocas, risos e angústias; por se interessar por assuntos diversos, pela paciência e atenção sem esforço. Eu admiro a pessoa que você é!

À minha família em São Paulo: Cecília Marks, Tadeu Ribeiro e Matheus Marks Ribeiro; Cintia Bavaresco, Adair Vieira e Marina Bavaresco Vieira. Obrigada por me proporcionarem condições materiais e psíquicas para que eu pudesse enfrentar o processo seletivo e permanecer em São Paulo, essa cidade que é o mundo todo. À Cecília, obrigada por ser porto seguro, pelas leituras desde o projeto de pesquisa e por me apresentar um mundo cultural que eu desconhecia.

Às tradutoras do Capire, Aline Scátola (ou melhor, xará) e Luiza Manzano, obrigada pela amizade e pelo companheirismo.

A Sueli, Marcos, Paula e Gabriel pela paciência e pela companhia no Turvo nos anos duros da pandemia. Ao Solano por ter acreditado e apoiado esta pesquisa.

Ao Alexandre Guilherme pelo afeto, colo e cuidado nos últimos meses de escrita. Obrigada por me instigar a pensar sobre mim e por me ajudar a crescer pessoalmente.

Essa tese é dedicada à minha família: minha vó Julia, meus pais, Solange e Hugo e minha irmã, Natalia. Pelo incentivo na escolha do tema e do programa de doutorado, pela preocupação, amor e apoio incondicionais. Pela paciência e pelo enorme amparo que jamais cessaram em me propiciar, e que se mostrou crucial na finalização desse processo.

Resumo

Esta tese examina práticas de pessoas que souberam, na idade adulta, serem filhas de militantes desaparecidos e de terem sido sequestradas por motivos políticos durante a Ditadura argentina (1976-1983) quando eram bebês. Essas pessoas foram criadas por militares, por aliados da Ditadura ou por casais que não estavam envolvidos com a repressão política; seus nomes, sobrenomes, filiação, datas e locais de nascimento foram adulterados nas certidões de nascimento, prática que ficou conhecida como *plan sistemático de apropiación de menores*. Se para eliminar a oposição política, a Ditadura obliterou identidades pessoais, anulou vínculos de parentesco e silenciou discursos contrários, a resistência surge como seu espelho: são o sangue, o nome e os relatos os principais meios para trazer à tona o passado ocultado à vida presente. Ao conhecerem as suas origens por meio do trabalho da associação civil *Abuelas de Plaza de Mayo*, os chamados *nietos* e *nietas restituidos* se perceberam como parte de um mundo devastado pela repressão estatal da década de 1970. Esta tese analisa um *corpus* variado (entrevistas, biografias, documentários, jornais, revistas e programas de televisão); colocando esses materiais em relação, objetiva-se entender modos como o conhecimento da origem biológica, nome e lembranças são acionados e participam das artes de (re)constituir identidades pessoais, (re)criar parentesco e (re)alimentar memórias. Como pessoas que elaboram e difundem histórias pessoais, familiares e do país, *nietos* e *nietas* mobilizam uma pluralidade de ideias sobre o regime militar. Além disso, e tão somente porque sofreram a *apropiación de menores*, situam em si e convidam (até requerem) a produção de memórias e ideias, constituindo-se, assim – tal como sustento nesta tese – como “pessoas memoriais”.

Palavras-chave: Parentesco. Memória. Política. Ditadura militar argentina.
Antropologia.

Resumen

Esta tesis examina las prácticas de personas que supieron, en la edad adulta, que eran hijas de militantes desaparecidos y que habían sido secuestradas por motivos políticos durante la Dictadura argentina (1976-1983) cuando eran bebés. Estas personas fueron criadas por militares, por aliados de la Dictadura, o bien por parejas que no estaban involucradas en la represión política; sus nombres, apellidos, filiación, fechas y lugares de nacimiento fueron adulterados en las actas de nacimiento, práctica que se conoció como plan sistemático de apropiación de menores. Si para eliminar la oposición política la Dictadura borró las identidades personales, anuló los lazos de parentesco y silenció los discursos contrarios, la resistencia aparece como su espejo: la sangre, el nombre y los relatos son el principal medio para traer a la vida el pasado oculto. Al conocer sus orígenes a través del trabajo de la asociación civil Abuelas de Plaza de Mayo, los llamados nietos y nietas restituidos se percibieron como parte de un mundo devastado por la represión estatal de la década de 1970. Esta tesis se enfoca en un *corpus* variado (entrevistas, biografías, documentales, periódicos, revistas y programas de televisión) y analiza estos materiales poniéndolos en relación. Su objetivo es comprender las formas en que el conocimiento del origen biológico, el nombre y las memorias se activan y participan en las artes de (re)constitución de identidades personales, (re)creación de parentesco y (re)alimentación de memorias. Como personas que elaboran y difunden historias personales, familiares y del país, los nietos y las nietas movilizan una pluralidad de ideas sobre el régimen militar. Además, y por haber sufrido la apropiación, sitúan en sí mismos e invitan (incluso exigen) a la producción de recuerdos e ideas, constituyéndose así – tal como sostengo en esta tesis – como “personas memoriales”.

Palabras clave: Parentesco. Memoria. Política. Dictadura militar argentina.
Antropología.

Abstract

This thesis examines practices of people who knew, in adulthood, that they were children of victims of enforced disappearance and that they were kidnapped for political reasons during the Argentine Dictatorship (1976-1983) when they were babies. These people were given to be raised by the military, allies of the Dictatorship or by couples who were not involved in political repression; their names, surnames, parentage, dates and places of birth have been adulterated on their birth certificates, a practice that became known as the *plan sistemático de apropiación de menores*. In order to eliminate political opposition, the Dictatorship obliterated personal identities, annulled kinship ties, and silenced opposing discourses. The resistance came as a mirror: blood, name and speeches are the main means to bring the hidden past back to the present life. The so-called *nietos* and *restituted nietas* knew their origins through the work of the civil association *Abuelas de Plaza de Mayo*, perceiving themselves as part of a world devastated by the state repression in the 1970s. This thesis focuses on a varied corpus (interviews, biographies, documentaries, newspapers, magazines and television programs); putting these materials in relation, the objective is to understand the ways in which the knowledge of biological origin, name and memories are triggered and participate in the arts of (re)constituting personal identities, (re)creating kinship and (re)nurturing memories. As people who elaborate and disseminate personal, family and country histories, *nietos* and *nietas* set in motion a plurality of ideas about the military regime. In addition, and especially because they have suffered the *apropiación de menores*, they situate in themselves and invite (even require) the production of memories about the Dictatorship, thus constituting themselves – as I endorse in this thesis – as “memorial persons”.

Keywords: Kinship. Memory. Policy. Argentine military dictatorship. Anthropology.

Lista de siglas

- AAAS – Associação Americana para o Avanço da Ciência
- CABA – Ciudad Autónoma de Buenos Aires
- CCDTyE – Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio
- CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales
- Conadep – Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
- Conadi – Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad
- CSJN – Corte Suprema de Justicia de la Nación.
- DNA – Ácido desoxirribonucleico
- DNI – Documento Nacional de Identificação
- ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo
- Esma – Escuela de Mecánica de la Armada
- FAL – Fuerzas Argentinas de Liberación
- GNA – Gendarmería Nacional Argentina
- H.I.J.O.S. – Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia, contra el Olvido y el Silencio
- HLA – Histocompatibilidade
- JP – Juventud Peronista
- N.N. – Nomen nescio
- ONG – Organização não-governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PRO – Partido Proposta Republicana
- PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores
- UBA – Universidad de Buenos Aires
- UFG – Universidade Federal de Goiás
- USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Ensaio de uma lente pragmática.....	16
Passos de uma pesquisadora na Argentina.....	19
A tese.....	25
I. O SANGUE: SEUS PERCURSOS, SEUS EFEITOS.....	28
Capítulo 1 – <i>Sembrar la verdad</i>	33
Do teste de paternidade ao <i>índice de abuelidad</i>	36
O <i>Banco Nacional de Datos Genéticos</i>	43
A <i>identidad</i> , a justiça.....	47
Capítulo 2 – Modos de reencontrar passados.....	54
Recusar, <i>aparecer</i>	57
Da rejeição à <i>verdad</i>	62
Pesquisar para se animar.....	70
Esperar pela confirmação do sangue.....	75
Ver e se reconhecer em imagens.....	78
Questionar ideias, visitar concepções.....	82
Origem biológica, história do país.....	88
II. OS NOMES, OS USOS.....	90
Capítulo 3 – Estratégias de apagamento (e seu avesso)	94
<i>Apropiación</i> , renomeação.....	94
Nomes e genealogias, o arquivo <i>Nuestros Nietos</i>	101
Da localização ao <i>nombre verdadero</i>	108
Capítulo 4 – Recomposições.....	114
O nome que machuca, o nome que conforta.....	114
Nomes que ajustam <i>identidades</i>	116
Os sobrenomes maternos.....	125
Proferir o nome: <i>memoria, verdad y justicia</i>	128
Confiscação e reconstrução de <i>identidades</i>	134
III. A PALAVRA EM ATO: FORMAS DE CONTAR HISTÓRIAS	137
Capítulo 5 – A arte de <i>charlar</i> em entrevistas	143
A cronologia dos fatos	145
Ensinando história a uma estrangeira	151
A militância e o dever da palavra	156
Capítulo 6 – Narrando e ensinando com imagens.....	163
O <i>patchwork</i> : montando pedacinhos.....	165
A fita de Möbius: caminhando sobre uma superfície dupla.....	171

Capítulo 7 – Falar, incidir: a palavra de uma <i>nieta</i> em um <i>acto</i>	179
<i>Lugares de memoria</i> e a política.....	179
O <i>acto</i> em <i>El Campito</i>	183
Discursar.....	185
Capítulo 8 – A palavra, a imagem, a evidência.....	193
Visitando o antigo centro clandestino de detenção	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
Livros, artigos, teses e dissertações.....	206
Artigos em jornais e revistas (magazine)	219
Literatura biográfica, autobiográfica e testemunhal.....	220
Arquivos	221
Programas de televisão	221
Filmes e documentários	222
Leis e decretos	222
Jornal e imprensa de <i>Abuelas de Plaza de Mayo</i>	223
Documentos oficiais	223
Sites consultados	223

Introdução

Aos 20, 21 anos comecei a ter dúvidas sobre minha *identidad* porque vi na mídia que *Abuelas de Plaza de Mayo* procuravam jovens que haviam sido sequestrados pela Ditadura quando eram bebês. E procuravam uma faixa etária [que tivesse nascido] entre 1975 e 1983. Eu nasci em 1978 e comecei a ter dúvidas porque tinha um parente militar na família, meu padrinho, Hector Girbone, soldado do Exército. Eu sabia que ele tinha participado da Operação Independência que fazia parte do que na época se chamava Processo de Reorganização Nacional. No início, eu não quis saber do assunto porque sabia que era um processo muito difícil de atravessar, que era difícil, sobretudo, pela questão social que se levantava naquele momento [1998]. Não era o que é agora que está bem claro que foi uma ditadura civil-militar, mas o que ocorrera nesse período ainda estava em avaliação por grande parte da sociedade. Então, naquela época, eu não estava preparado para passar por esse tipo de situação.

[...]

Eu não tenho dúvida de que seria outra pessoa se eu tivesse sido criado pelos meus pais. O propósito da *apropiación* dos bebês era não nos deixar com nossas famílias biológicas para que não pensássemos como nossos pais¹.

Foi assim que Pablo me contou sobre a sua experiência de *restituir* a *identidad*².

Pablo é filho de militantes que se opunham ao regime militar implantado oficialmente na Argentina entre 1976 e 1983. Ele é uma das pessoas que, quando bebês, foram sequestradas por agentes estatais junto com os seus pais. Mas, diferentemente do destino destes – em geral, o desaparecimento e a morte –, os bebês foram dados para serem criados por militares, aliados da Ditadura ou por casais que não estavam envolvidos com a militância política³. A furtiva transferência dessas crianças a outras famílias tinha

¹ Pablo Gaona Miranda, *nieto restituído* em 2012, em entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2019.

² Chamo a atenção para as convenções utilizadas ao longo da tese: os itálicos são usados em termos êmicos e palavras estrangeiras; as aspas duplas, para termos, expressões e falas traduzidas, bem como para citações diretas de documentos, livros e artigos. Salvo indicação contrária, as traduções das falas e citações são todas minhas.

³ Para me referir ao regime de exceção argentino, me inspiro na sugestão de Desirée Azevedo em relação ao regime militar brasileiro (2018, p. 39). Iniciado com letra maiúscula e sem complementos, o termo Ditadura evita polêmicas historiográficas sobre a natureza do regime argentino (se militar, civil, empresarial e/ou eclesiástico), bem como sobre sua localização na história, muitas vezes denominada como “última ditadura militar”. Do mesmo modo, embora a periodização do regime mais aceita entre os historiadores comece a contá-lo a partir da data do Golpe (24 de março de 1976), as investigações judiciais dos crimes de lesa-humanidade não se limitam a esta data, englobando também as violações cometidas a partir de 1975 quando as Forças Armadas conseguiram a autorização do governo constitucional de Isabel Perón (1974-

como propósito dar a elas uma criação com valores sociais, políticos e morais diferentes daqueles defendidos por seus pais biológicos, a saber, ligados à justiça social, ao comunismo e ao socialismo. Assim, os pais forjados registraram-nas como filhos próprios ou as adotaram por meio de uma série de procedimentos e práticas burocráticas ilegais⁴. Desse modo, as crianças ganharam outros nomes, sobrenomes, filiações, datas e locais de nascimento, desaparecendo para seus familiares biológicos.

Em outubro de 1977, doze das *madres* (mulheres organizadas na associação *Madres de Plaza de Mayo* que reivindicavam ao Estado o paradeiro de seus filhos detidos) perceberam a necessidade de exigir também o conhecimento do paradeiro de seus netos, e decidiram focalizar a luta na elaboração de estratégias para encontrar essas crianças. Com a mudança de propósito e para se diferenciar das mulheres que buscavam seus filhos, elas foram chamadas de *abuelas* e criaram outra associação que terminou denominada *Abuelas de Plaza de Mayo* (doravante *Abuelas*).

Durante a Ditadura, as *abuelas* visitaram juizados de menores, tribunais e orfanatos procurando por seus netos. Ainda em 1978, apresentaram à Corte Suprema de Justiça um documento solicitando que as crianças inscritas nesses órgãos como *nomen nescio* (*N.N.*) – quer dizer, pessoas anônimas – só fossem dadas em adoção após terem suas origens esclarecidas, mas seus apelos foram rechaçados ao longo de todo o governo militar. Já nos primeiros anos da redemocratização, elas reclamaram à Justiça a recondução dos seus netos às famílias de origem argumentando que eles tinham sido roubados. Contudo, a resposta obtida foi que as crianças eram “menores abandonadas” e, por isso, “dadas em adoção”. A associação passou, então, a levantar esforços para difundir e instalar a ideia de que as crianças não foram “abandonadas”, mas sim vítimas de um crime: a *apropiación ilegal de menores*. *Abuelas* passou a advogar pela diferenciação entre um processo legal de adoção, em que há uma entrega, e *apropiación*, no qual a criança é transferida a outra família sem o consentimento, sequer o conhecimento dos pais ou parentes responsáveis. Por terem sido *apropiados*, seus netos e netas deveriam retornar às famílias de origem⁵.

1976) para articular a repressão. A partir desse momento considera-se que, oficialmente, os militares deram início ao roubo dos filhos dos militantes da oposição. Em vista disso, nesta tese o termo Ditadura se refere ao período compreendido entre 1975 e 1983, ano em que os ditadores se viram forçados a deixar o governo e quando Raúl Alfonsín tomou posse como primeiro presidente eleito democraticamente.

⁴ Sobre as tramas sociais e institucionais em que foram estabelecidas as “práticas de circulação coercitiva de crianças” e os sentidos que as cercam, consultar Villalta (2012) e Regueiro (2015).

⁵ Para denunciar o caráter criminoso dessa prática, *Abuelas* teve que desfazer a analogia entre *apropiación* e *adopción*. Foi necessário desnaturalizar um hábito muito comum entendido como *adopción*: estabelecer que as crianças desaparecidas se encontravam em situação de “abandono” e, assim, tomá-las de suas

Entre as estratégias bem-sucedidas de *Abuelas* para tornar a sua causa legítima e garantir a recuperação das crianças está o desenvolvimento, ainda na década de 1980, de um direito fundamental – o *Derecho a la Identidad* – que começou com um debate no país e alcançou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Baseada nos direitos e garantias determinados na Carta Magna Argentina, *Abuelas* alegou na Justiça que os elementos básicos da pessoa – nome e sobrenome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, relações étnicas e culturais – haviam sido usurpados das crianças *apropiadas* (Villalta, 2005). Diante dessa interpelação, em 1987, a Justiça definiu esse conjunto de informações como a *identidad* de um indivíduo, estabelecendo que: tendo sido a supressão da *identidad* um feito danoso, a restituição da *identidad* consistiria na reparação possível (Zanotti, 2005). O processo de recuperação de sobrenomes, filiação, data e local de nascimento ficou conhecido como *restitución de la identidad*. Na segunda metade da década de 1980, quando começaram as reuniões preparatórias para a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, *Abuelas* foi convidada a participar do debate⁶. Reivindicou-se a necessidade de regular e sancionar um direito específico sobre a *identidad*. Em consequência dessa luta, a ideia do *Derecho a la identidad* foi cristalizada nos conhecidos “artigos argentinos” da Convenção (Villalta; Murillo, 2019; Villalta; Gesteira, 2019a; Laino Sanchis, 2022).

Decorrente da intensa e pública reivindicação das *abuelas* pela recuperação de seus netos e netas, as crianças localizadas ao longo dos anos de existência da associação e que tiveram *restituidas* suas *identidades*, ficaram conhecidas como *nietas* e *nietos restituidos* (ou apenas *nietas* e *nietos*), denominação que tenderam a incorporar. Assim, nesta tese, a categoria *nieto/nieta* é tomada de empréstimo do campo, fazendo referência às crianças (hoje adultos) que desapareceram por motivos políticos durante a Ditadura e conheceram as suas origens por meio do trabalho de *Abuelas*.

A partir de 1996, com a criação do coletivo *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia, contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S.)*, alguns *nietos* e *nietas* já *restituidos* começaram a participar do ativismo de *Abuelas* pela busca dos outros *nietos*. Sua

famílias biológicas. Como observa Carla Villalta, na *apropiación* as crianças não foram dadas nem abandonadas, mas roubadas. Era preciso fazer entender que “não houve abandono, e que a mentira em relação à origem era nociva para a criança” (2012, p. 291). Os modos como a associação desconstruiu a analogia entre *apropiación* e *adopción* foram intensamente analisados por Villalta (2012) e Regueiro (2013).

⁶ O convite a *Abuelas* deu-se em função de sua trajetória de interpelação junto às Assembleias Gerais das Nações Unidas. Para uma análise mais profunda sobre a relação de *Abuelas de Plaza de Mayo* com as organizações internacionais de direitos humanos e, sobretudo, suas intervenções na Organização das Nações Unidas (ONU), consultar Villalta e Gesteira (2019b); Laino Sanchis (2020b).

militância tomou como recurso principal os relatos de vida produzidos de forma semelhante aos testemunhos dados a arquivos orais em que as testemunhas expõem histórias pessoais vinculadas à repressão ditatorial e que têm como fim documentar, estudar e interpretar processos históricos. Por meio da palavra, *nietas* e *nietos* passaram a difundir suas experiências e perspectivas a respeito da *apropiación* e da *restitución*. Nessa atividade narrativa, reconstroem-se a si mesmos e constituem pontos de vista sobre a Ditadura, sobre os militares, sobre a militância dos anos 1970 e sobre políticas para superar o regime autoritário, propondo outras formas de interpretar o passado, agir no presente e imaginar o futuro.

Esta tese, então, se debruça sobre a palavra dos *nietos* e *nietas restituidos* como práticas que fazem pessoas, parentescos e mundos. Busca-se pensar as maneiras como o reencontro com suas famílias de origem, ao reabilitar parentescos, nomes e histórias ocultadas, reconstitui identidades pessoais e, ao mesmo tempo, impacta na produção de memórias. O reaparecimento das outrora crianças e a recomposição familiar daí decorrente movimentam verdades estabelecidas (íntimas e nacionais) e ativam uma pluralidade de ideias e interpretações a respeito das singularidades pessoais, da Ditadura e das políticas utilizadas para a reparação de violações de direitos humanos no presente. A fala de Pablo, na epígrafe, deixa esse movimento evidente: *restituir la identidad* é mais do que retificar documentos pessoais e restabelecer vínculos familiares, trata-se de um processo vitalício de reconstrução de si que envolve lidar com questões históricas, políticas e sociais da sociedade argentina. Nesse sentido, as experiências derivadas da *apropiación* e da *restitución*, como espero mostrar nesta tese, permitem pensá-los a partir da ideia de “pessoas memoriais”.

Ensaçando uma lente pragmática

Há muito me interessam os entrelaçamentos entre histórias de vida e histórias coletivas considerados à luz da Antropologia. No mestrado, intitulado “Histórias que se entrecruzam: narrativas de Valdon Varjão sobre Barra do Garças”, as autobiografias foram examinadas como narrativas que registram lembranças pessoais vinculadas à memória coletiva, sobretudo aquela do sudeste do estado do Mato Grosso, Brasil (Murillo, 2011). Sob essa ótica, os textos foram analisados como produções simbólicas

que transmitem representações culturais e que trazem referências de lugares, pessoas, grupos, acontecimentos, celebrações, costumes e saberes. A pesquisa lançou-me uma pista sobre a qual eu não pude me aprofundar no mestrado: e se ao invés de pensarmos as narrativas de si como produções simbólicas e representações, pensássemo-las como práticas criadoras, produtoras de pessoas e mundos? O que elas podem nos revelar em termos de seus efeitos?

Em busca de insumos que me ajudassem a enfrentar a questão, em 2014 recuperei um assunto que já tinha me interessado em 2008, quando me deparei com uma matéria de jornal durante a graduação em ciências sociais, mas que não pude trabalhar na época: os relatos de pessoas *apropiadas* durante a Ditadura argentina⁷. Me debrucei assim sobre uma bibliografia antropológica dedicada aos movimentos de familiares de *desaparecidos* e aos casos de *apropiación* de crianças durante a Ditadura. Como ponto de partida, li a tese de Ludmila da Silva Catela na qual ela explora as estratégias de memória desenvolvidas pelos familiares e as formas como a morte, o nascimento e o desaparecimento de adultos e de bebês provocaram articulações alternativas para fazer indivíduos formarem parte de comunidades políticas (Catela, 2001). Em seguida, tive contato com trabalhos que focalizaram a função da Justiça e do Estado nesse contexto. É o caso dos estudos de Carla Villalta que, em sua tese de doutorado, analisou as condições burocráticas do sistema judicial argentino que prevaleceram durante os anos de 1976 a 1983 e permitiram o desenvolvimento da prática da *apropiación* e adoção ilegal de crianças (Villalta, 2012). Também o trabalho de Sabina Regueiro que examinou disputas judiciais a partir da localização dos *nietos apropiados* e de suas implicações em tempos de transição democrática, assim como a definição de parentesco para certos agentes judiciais (Regueiro, 2013). Voltei-me aos nexos entre memória, parentesco e política do ativismo das associações argentinas de familiares de *desaparecidos*, principalmente da organização *Abuelas de Plaza de Mayo*, com Liliana Sanjurjo (Sanjurjo, 2018). Sua análise sublinha o potencial do DNA como marcador de identidade política e de construção da história nacional: “os legados familiar e político combinam-se, reforçando uma interpretação em que o sangue, como substância espiritual, corporal e genealógica, estabelece a relação e a verdade histórica” (Sanjurjo, 2012, p. 434). A respeito do ativismo pela memória na Argentina, li ainda a tese de doutorado de Ana Guglielmucci que analisa

⁷ Trata-se do artigo de um jornal brasileiro intitulado “Argentina. O suplicio e a revolta de uma órfã: primeiro processo aberto por um filho de desaparecidos políticos contra os falsos pais comove o país” (Mendes, 2008). Era a história de María Eugenia, a primeira *nietta restituida* a abrir um processo contra os seus *apropiadores*.

as formas como os “ativistas pela memória” (cujos protagonistas são as organizações de direitos humanos) se empenham em construir uma “memória coletiva” por meio das estruturas político-administrativas governamentais, trabalho que implicou a homogeneização de uma diversidade de experiências, recordações e posicionamentos (Guglielmucci, 2013). Sobre tema correlato, incluí a literatura de uma importante referência dos estudos do ativismo pela memória na Argentina: as análises da socióloga Elizabeth Jelin, que evidenciam as disputas por uma narrativa oficial e hegemônica sobre a Ditadura; para Jelin, aqueles que “promovem” e “se expressam” sobre o “passado político recente” são pensados como “empreendedores da memória” que “buscam o reconhecimento social e a legitimidade política de *uma* (sua) versão ou narrativa do passado” (Jelin, 2012, p. 80). Por fim, já cursando o doutorado, tive contato com a tese de Jimena Massa cujo interesse, mais distanciado da dimensão política e centrado no estudo do parentesco e das formas de “conectividade”, recai sobre as formas como *nietos* e *nietas* reconstroem laços de parentesco por meio de “substâncias” para além do sangue, por exemplo, “as emoções, as experiências, as práticas políticas ou as memórias” (Massa, 2016)⁸.

O meu primeiro contato direto com os relatos de *nietos* e *nietas* se deu por meio do *site* de *Abuelas* (www.abuelas.org.ar). Lá encontrei os vídeos da série documental “*Acá Estamos: historias de nietos que recuperaron su identidad*” (2013) com dezesseis episódios em que *nietos* e *nietas* contavam suas experiências de *apropiación* e *restitución*, por exemplo, as histórias do *nieto* Horacio Pietragalla Corti, *restituido* em 2003, e da *nietas* Catalina de Sanctis Ovando, *restituida* em 2008. Parecia claro que, na tentativa de difundir perspectivas sobre a *restitución*, os relatos ali produzidos estavam fazendo mais do que descrever histórias e expondo sentidos. A partir do exercício de narrar a vida, *nietos* e *nietas* estavam (re)construindo pessoas, vínculos e modos de agir no mundo; paralelamente criavam os próprios mundos, pretéritos, presentes e futuros.

Seguindo esse palpite, escolhi ensaiar uma abordagem que se distancia das análises acima mencionadas. Sem dúvida elas foram fundamentais para o entendimento do tema dos *nietos* e *nietas*, proporcionando-me as bases estruturais para a construção da pesquisa; sem elas esta tese não teria sido possível, já que funcionaram como esteio e interlocuções durante todo o percurso da escrita (por isso mesmo são sistematicamente

⁸ Para levantamento mais detido sobre etnografias que tratam das experiências de luto, dor e sofrimento de vítimas e/ou de familiares de desaparecidos no contexto das ditaduras da Argentina (1976-1983) e do Brasil (1964-1985), ver Michelli Ribeiro (2020).

referidas). Entretanto, tento aqui experimentar outros caminhos inspirada por trabalhos que sublinham a indistinção entre retóricas, saberes e práticas, e que defendem ser a narração um “modo de fazer” dotado de estilo próprio (Certeau, 2007), bem como estudos que pensam a memória como “técnica do pensamento” (Carruthers, 2011) e como ponte entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos – portando, como viagem no espaço (Vernant, 1990). Reconhecendo a importância das práticas de memória de familiares de *desaparecidos* como referências simbólicas importantes do passado ditatorial – perspectiva que inspira parte da bibliografia que se dedica ao tema – optei por deslocar ligeiramente o olhar do significado, fazendo-o incidir sobre a eficácia (do sangue, dos nomes e das narrações) na produção de singularidades pessoais, de distintas memórias sobre a Ditadura e de percepções sobre o parentesco. Tal escolha nos leva a jogar luz sobre os modos de reconstituir identidades pessoais e sobre as criações que *nietos* e *nietas* realizam em suas atividades discursivas⁹.

Passos de uma pesquisadora brasileira na Argentina

Em outubro de 2014, fiz uma viagem de quinze dias à Argentina para uma pesquisa preliminar com o objetivo de mapear o campo e delinear questões para redigir o projeto de doutorado. Viajei às cidades de Buenos Aires, Rosário e Santa Fé; visitei museus, conversei com filhos de *desaparecidos* e conheci a sede de *Abuelas*¹⁰. Nesta, recebi uma grande quantidade de materiais impressos e fui incluída em uma entrevista previamente marcada por um grupo de estudantes secundaristas. Por uma hora,

⁹ Vale dizer que esse ponto de vista se orienta por trabalhos de áreas muito distintas realizados no âmbito do grupo de pesquisa Coletivo ASA – Artes, Saberes e Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), principalmente, no trabalho de Fernanda Arêas Peixoto, coordenadora do Coletivo ASA, sobre viagens e formas de conhecimento, especialmente sua proposta de pensar as ideias como “modos de fazer” (Peixoto, 2015). Outros trabalhos realizados no coletivo, ainda que debruçados sobre outros temas, inspiram a escolha feita nesta tese. São eles: os de Julia Di Giovanni (2015), de Lorena de Muniagurria (2016), de Thais Waldman (2018), de Júlia Goyatá (2019) e de Alexandre Bispo (2019).

¹⁰ Como indicou Ludmila Catela, não há uma ideia única do que significa a categoria “desaparecimento” ou “desaparecido”, mas várias, orientadas por dois polos que estão sempre em tensão: um íntimo e sentimental e outro relacionado à militância. Em relação a estes polos se somam as maneiras de nomear o que o Estado utiliza na forma de normas e leis. Quando se trata dos desaparecimentos da Ditadura, o *desaparecido* é uma pessoa que foi vítima do crime de desaparecimento forçado, alguém privado de sua liberdade e do direito à jurisdição, ou que tenha sido alojada em lugares clandestinos de detenção (Lei 24.321/1994). Na Argentina, o *desaparecido* passou a existir como uma noção de pessoa de várias camadas e clivagens que transita entre vida e morte, conhecido e desconhecido, luminosidade e escuridão (2001, p. 198-204). Nesta pesquisa, percebi que *nietos* e *nietas* utilizam a categoria *desaparecido* (às vezes acrescentando a palavra *detenido*) para se referir a seus pais em suas atuações públicas; já no âmbito familiar e doméstico, há uma preferência por chamá-los de *papá/mamá* ou pelos seus nomes próprios.

conversamos com Lorena Battistiol, filha de *desaparecidos* cuja mãe fora sequestrada pelas Forças Armadas quando grávida (ela procurava uma irmã ou irmão que podia ter sido *apropiado*). Por seu intermédio, soube dos trâmites burocráticos para localizar e contatar os *apropiados* e da resistência de alguns a conhecerem suas origens. O interesse dos estudantes em pesquisar e produzir trabalhos a respeito da *restitución* me fez considerar a importância do reencontro das crianças *apropiadas* para além da organização e das famílias afetadas. Esta foi, então, a minha primeira incursão ao mundo dos familiares de *desaparecidos*, dos *nietos* e *nietas*.

Em outubro de 2017, fui novamente a Buenos Aires, desta vez para ficar um mês. A escolha pela cidade como lugar inaugural e central (mas jamais único) de pesquisa não foi aleatória. As sedes das organizações de familiares de *desaparecidos* (*Abuelas de Plaza de Mayo* inclusive), os arquivos a elas relacionados, suas principais lideranças e atividades se concentram na cidade portenha; as principais atividades realizadas com *nietos* e *nietas* *restituidos* também têm como locus principal essa cidade. O período de minha permanência foi definido em função das celebrações do *Día Nacional por el Derecho a la Identidad* que convergem com o aniversário de *Abuelas*: 22 de outubro. Em 2017, a associação celebrava seus quarenta anos e o momento parecia propício para acompanhar atividades que contavam com a participação de *nietos* e *nietas*. Busquei, então, mais uma vez a associação para conhecer os locais e horários desses eventos. Porém, à diferença do que se passou três anos antes, quando consegui conversar com membros de *Abuelas*, agora sua mediação para falar com os *nietos* parecia impossível; recebi apenas um endereço de *e-mail* ao qual mandei uma mensagem que nunca foi respondida. O contexto político era outro. Se em 2014 a Argentina tinha na presidência Cristina Kirchner (2007-2015), cujos dois mandatos incorporaram as organizações de familiares de *desaparecidos* em suas instâncias decisórias, em 2017, sob a gestão de Mauricio Macri (2015-2019), o país vivia cortes no orçamento e demissões em massa, principalmente em instituições cujos encargos eram legislar sobre temas caros às organizações de familiares de *desaparecidos* (Barros; Morales, 2016). Ademais, *Abuelas*, além dos trabalhos regulares (imaginei), estava consumida pela organização de seu aniversário, pela intensidade de audiências de julgamentos dos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o período ditatorial e pelas ações em torno do desaparecimento de Santiago Maldonado¹¹. Por isso a entrada no mundo dos *nietos* se

¹¹ Em 1º de agosto de 2017, Santiago Maldonado, 28 anos, estava participando de um bloqueio de estrada cujo propósito era exigir a liberdade de um líder indígena mapuche preso meses antes quando desapareceu

deu por outro caminho: as audiências dos processos que investigavam crimes contra a humanidade cometidos durante a Ditadura¹².

Os depoimentos que *nietos* e *nietas* dariam nos tribunais estavam previstos no recorte de análise, mas durante toda a pesquisa foi possível assistir apenas ao depoimento de um *nieto*. As audiências terminaram por se revelar, assim, um acesso alternativo por meio do qual pude estabelecer o primeiro contato pessoal com *nietas* e *nietos restituidos*. Nelas, conheci dois *nietos restituidos* (Tatiana Sfiligoy e Guillermo Amarilla Molfino), um filho de *desaparecidos* que procurava uma irmã ou irmão – que possivelmente nasceu em um centro clandestino de detenção (Gabriel Corvalán Delgado) – e a tia de uma *nietas* que me colocou em contato com sua sobrinha, Claudia Poblete Hlaczik; estes se tornaram importantes companheiros/as de pesquisa¹³. No mesmo período, participei de inúmeras atividades organizadas por instituições ligadas aos direitos humanos e divulgadas em suas redes sociais, entre elas, da *Visita de las Cinco: nietos restituidos nacidos en la Esma* organizada pelo *Sitio de Memoria Esma*, na qual participaram seis *nietos restituidos*. Nessa visita conheci outro *nieto* que muito me ajudou na pesquisa: Jorge Castro Rubel, *restituido* em 2014. Durante o mês passado em Buenos Aires em 2017, entrevistei Claudia, Gabriel, Guillermo e Jorge.

Retornei ao campo para um período mais longo em outubro de 2018, com a ajuda de uma bolsa de intercâmbio na Universidade de Buenos Aires, junto ao Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE/Capes). Desta vez, permaneci oito meses em Buenos Aires (de outubro de 2018 a maio de 2019) e pude participar tanto das atividades do aniversário de *Abuelas* de 2018 como daquelas em que *nietas* e *nietos* estavam incluídos, por exemplo as relacionadas ao *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia* (24 de março), cuja data marca o Golpe Militar de 1976, e o protesto realizado

em meio à repressão da Gendarmería Nacional Argentina (GNA) ao protesto. Seu corpo foi encontrado no dia 17 de outubro no rio Chubut, 78 dias depois. Informações mais detalhadas sobre o caso podem ser encontradas no *website* construído pela família de Santiago: <http://www.santiagomaldonado.com/>. Acesso em 29 de novembro de 2021. Uma análise da relação entre o desaparecimento de Santiago e os desaparecimentos cometidos durante a Ditadura argentina pode ser conferida em Cámpora (2020).

¹² Em outubro de 2017, acompanhei audiências dos processos “*Hospital Militar de Campo de Mayo*” e “*Puente 12, Cuatrero-Brigada Güemes y Comisaría de Monte Grande*” nos Tribunais de Comodoro Py e de San Martín.

¹³ Além do contato com os *nietos*, o comparecimento às audiências possibilitou que eu acompanhasse falas que não estavam previstas inicialmente, quais sejam: os depoimentos de filhos de *desaparecidos* e de *sobrevivientes* da Ditadura. Assisti, por exemplo, ao depoimento de uma filha de *desaparecidos* e irmã de uma *nietas restituida*, no caso *Hospital Campo de Mayo*, e a três audiências do julgamento dos casos *Puente 12* e *El Vesubio* em que declararam duas mulheres e um homem, *sobrevivientes*, com pouco mais de 60 anos de idade. Em seus depoimentos, foram encadeadas lembranças sobre a militância política, o trabalho social, o momento do sequestro, da tortura, além dos danos e rompimentos causados pelo desaparecimento forçado, para cada um deles e para seus parentes.

em *El Campito*, um dos cinco maiores centros clandestinos de detenção¹⁴. Nesse período mais extenso, fiz uma segunda entrevista com Jorge e entrevistei, enfim, Tatiana. Inusitadamente, no dia 12 de abril de 2019 encontrei a *nieta* Catalina cuja história eu já conhecia por ter assistido inúmeras vezes ao episódio dedicado a ela na série documental “*Acá Estamos: historias de nietos que recuperaron su identidad*” (2013). Eu a reconheci no banheiro do edifício *Casa por la Identidad* na ocasião de uma conferência com Judith Butler, e me apresentei¹⁵. Alguns dias depois, fizemos uma entrevista em seu local de trabalho, a sede da *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (Conadi)*.

Com a ajuda de Jorge, que difundiu minha pesquisa em um grupo *on-line* de *nietos* de todo o país, conheci Astrid Patiño Carabelli, *nieta* encontrada em 1984, mas que em 2018, me disse por telefone, ainda não tinha conseguido retificar seus documentos, incluindo neles seu nome e sobrenomes de origem. Como me propus a viajar à Córdoba para entrevistá-la, ela avisou membros da filial de *Abuelas* da cidade de minha pesquisa e de meu interesse em conhecer os *nietos* de lá. Foram eles que mediarão o meu encontro com Elena Gallinari Abinet (*nieta* restituída em 1987 e primeiro caso de *restitución* de criança nascida em cativeiro), com Gustavo Godoy Ferreyra (*nieto* restituído em 2003) e Sebastián Santillán Juárez (*nieto* restituído em 1984).

Em março de 2019 entrei em contato com Claudia via *Whatsapp* perguntando se ela estava participando das atividades dedicadas ao *Día de la Memoria*; ela disse estar na Holanda apresentando um documentário cênico sobre a sua história junto à companhia de teatro catalã, *La Conquista del Pol Sud*. Como a obra estava circulando apenas na Europa, perguntei se por acaso seria gravada para que eu pudesse assisti-la. Claudia, muito generosa, me enviou o vídeo do ensaio geral e, no ano seguinte, o texto da obra publicada em livro. Entre outubro de 2018 e maio de 2019, participei também de diversas palestras e protestos em que falaram *nietos* e *nietas*, e consegui reunir grande quantidade de material documental.

Durante essa segunda estada, iniciei minhas participações nas reuniões do grupo de pesquisa “*Burocracias, Derechos, Parentesco e Infancia*”, coordenado por Carla

¹⁴ Até 2022, a *Secretaría de Derechos Humanos* havia identificado 807 lugares que funcionaram como centros clandestinos de detenção durante a Ditadura. Os cinco maiores foram: *Esma* e *Club Atlético* (Cidade de Buenos Aires); *El Campito* e *El Vesubio* (Grande Buenos Aires) e *Perla* (Córdoba). Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2017/10/ruvte2022_anm_nomina_ccd_con_mapas_de_zonas_mayo_2022.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

¹⁵ Refiro-me à conferência “*Presentes y futuros de la memoria*”, na qual Eduardo Josami (ativista dos direitos humanos, ex-presos político e professor universitário) e Estela de Carlotto (presidente de *Abuelas*) dividiram a mesa com Judith Butler.

Villalta, então supervisora do meu doutorado-sanduíche. As trocas que lá realizamos, sobretudo com Villalta e Soledad Gesteira foram fundamentais para esta pesquisa, como se poderá ver ao longo da tese. Por sugestão de Villalta e Gesteira, comecei a trocar ideias com a coorientanda de doutorado de Villalta, a historiadora Ana Laura Sucari. Ana e eu nos tornamos parceiras da pesquisa sobre o tema da *restitución* das crianças *apropiadas* e graças a ela, quando fui rapidamente a Buenos Aires em outubro de 2019 para um congresso, entrevistei o *nieto* Pablo Gaona Miranda.

Viajei mais uma vez à cidade em 13 de março de 2020, quatro dias antes de ser decretado o *lockdown* em função da Covid-19. A pandemia impediu a realização das atividades presenciais, comprometendo os planos de retorno ao campo. Como as fronteiras do país estavam fechadas, voltei ao Brasil auxiliada pelo consulado brasileiro, em um ônibus fretado por estudantes compatriotas, dois meses depois. A pandemia causou prejuízos intelectuais e pessoais de diversos tipos que postergaram a finalização da escrita desta tese. Ao mesmo tempo, obrigou os familiares de *desaparecidos* a realizarem *lives*, eventos *on-line* e entrevistas via chamada de vídeo. Tal alteração de rota terminou por acarretar o crescimento do *corpus*. Em consequência dos materiais veiculados pelas redes sociais e das videoconferências, tive acesso, entre outros, ao lançamento do livro autobiográfico de Victoria Montenegro, *nieta restituida* em 2000, bem como ao próprio livro intitulado *Hasta Ser Victoria*; assisti um evento *on-line* que contou com a presença do *nieto* Guillermo Amarilla; examinei postagens de *nietos* em suas redes sociais; e, ao lado de Anita Sucari, entrevistei, em setembro de 2022, Evelin Bauer Pegoraro, *nieta restituida* em 2008, via *Google Meet*.

Embora esta pesquisa não tenha sido realizada por meio de *Abuelas de Plaza de Mayo*, a associação se fez presente já que, com exceção de Evelin, as pessoas com as quais trabalhei cultivam ou cultivaram em algum momento, relações com ela. Ainda sobre os materiais coligidos e analisados, ressalto que no início o intuito era privilegiar as declarações de *nietas* e *nietos restituidos* sobre as experiências de *apropiación* e de *restitución* nas mais diversas cenas de *militancia por Abuelas* ou em *actividades de difusión*: palestras, protestos, audiências em tribunais, entrevistas a jornais e programas de televisão, livros biográficos e autobiográficos, além de documentários. No entanto, à medida que eu buscava informações sobre os locais e horários dos eventos, os *nietos* e as *nietas* mostravam disponibilidade para conceder-me entrevistas, bem como indicavam outras pessoas com quem poderia falar (lembremos que dar entrevistas é prática comum entre os *nietos* e *nietas*, uma vez que faz parte da *militancia*). As entrevistas foram assim

incorporadas ao *corpus* como parte de suas *actividades de difusión*. Ao todo, entrevistei doze *nietos restituidos*, três filhos de *desaparecidos* que participam da *militancia por Abuelas* e um advogado da associação¹⁶. Além das entrevistas, mantive conversas informais concretizadas em eventos, caminhadas ou mesas de bar. Como os processos de *restitución* das crianças roubadas pela Ditadura projetam a formação de uma narrativa coletiva, como veremos, decidi incluir falas de outros familiares de *desaparecidos*, também de funcionários de *Abuelas* e de pessoas anônimas que interagem com os *nietos* ou comentavam suas experiências.

Em relação aos eventos, participei e acompanhei visitas guiadas a museus, protestos, reuniões, palestras, aniversários da organização, lançamento de livros, inauguração de exposições, manifestações, fabricação e colocação de placas de homenagens. Como o foco desta pesquisa é o ponto de vista de *nietos* e *nietas*, priorizei eventos dos quais eles participaram ligados às *actividades de difusión de Abuelas* ou organizados por escolas, museus e organizações políticas em função da luta por *memoria, verdad y justicia*. No que se refere aos materiais produzidos sobre e pelos *nietos* e *nietas* examinei: artigos de periódicos, teses acadêmicas, materiais de divulgação (panfletos, cartazes), séries documentais, teatro documental, biografias, autobiografias, livros institucionais, comunicados de imprensa, entrevistas coletivas, leis e projetos de leis impulsionados por *Abuelas*, assim como documentação jurídica a respeito dos casos de *apropiación*.

A pesquisa percorre, então, uma gama ampla e variada de materiais que nos endereçam a histórias de vida, a experiências familiares e a histórias do país. Diante de relatos produzidos em contextos e cenas diversas, examinando os seus sentidos e o modo como definem e instituem práticas, o estudo busca lançar luz sobre a perspectiva de *nietas* e *nietos restituidos* a respeito da *apropiación* e da *restitución*, e do modo como experimentam o encontro com suas origens biológicas na idade adulta. Em razão desse recorte, algumas entrevistas que realizei com *nietos* e *nietas* que foram *restituidos* na infância e na adolescência, assim como com *hermanos* que buscam irmãos *apropiados* ficaram de fora de meu recorte de interesse. Para indagar modos de reencontrar origens e os efeitos desses reencontros na idade adulta, tomei o exame de DNA, a mudança de

¹⁶ É importante observar que a minha presença constante nas audiências em tribunais me colocou em contato com a geração dos *detenidos-desaparecidos sobrevivientes* que reivindicam justiça pelos crimes que sofreram durante a Ditadura. Mulheres que estiveram presas durante a Ditadura e/ou que tiveram parentes presos me receberam em suas casas e me concederam entrevistas.

nomes e as práticas de narrar a vida como ferramentas indispensáveis à *restitución da identidad*.

A tese

A tese está dividida em três partes, cada uma delas dedicada a uma prática específica. A primeira, intitulada “O sangue: seus percursos, seus efeitos” e dividida em dois capítulos, interroga os modos como a biogenética é acionada nos processos de identificação e as formas como *nietos e nietas* lidam com o conhecimento de suas origens, e do parentesco, e ainda com os efeitos da repressão da Ditadura sobre si. No primeiro capítulo, “*Sembrar la verdad*”, descrevo os processos por meio dos quais o exame de DNA emerge como mecanismo científico de verificação e de autenticidade, pensando o efeito dessa tecnologia na identificação das pessoas *apropiadas*, bem como o que ela produz em termos de transformação das leis e decisões judiciais ligadas à busca pelos *apropiados* e a casos de adoção forjada. Levo em conta as sugestões sobre os entrecruzamentos entre parentesco, ciência e justiça como as de Claudia Fonseca, que afirma não haver “nada de automático na aceitação pelos tribunais [e eu ampliaria, pela sociedade] de evidências produzidas por novas tecnologias científicas” (2014, p. 70).

No segundo capítulo, “Modos de reencontrar passados. *¿Quién soy?*”, exploro os efeitos do conhecimento da origem nas práticas e elaborações de *nietas* e *nietos restituidos*. Analiso relatos que narram vivências, reflexões e reações que tiveram lugar durante a espera da realização do exame de DNA e depois do resultado. Observo os processos da busca pelas origens e os impactos da compatibilidade genética com *desaparecidos* na (re)construção de suas identidades pessoais que envolvem relações familiares, sentidos da Ditadura e interpretações em relação a medidas de reparação das violações de direitos humanos.

A segunda parte, intitulada “Os nomes, os usos”, também dividida em dois capítulos, se debruça sobre os modos como os nomes próprios e os sobrenomes são usados ao mesmo tempo para fazer e desfazer laços. Os nomes funcionam igualmente para identificar, combinar, presentificar e fazer reaparecer pessoas *desaparecidas* e transformadas em *N.N.*, e ainda para agir em um espaço devastado pela repressão da Ditadura. O capítulo 3, intitulado “Estratégias de apagamento (e seu avesso)”, dedica-se, em primeiro lugar, aos efeitos da alteração dos nomes de *nietos* e *nietas* em função da

apropiación. Em segundo lugar, examina o arquivo *Nuestros Nietos* (www.abuelas.org/caso), que deixa ver modos de sistematização e classificação das minibiografias de crianças *apropiadas* a partir de seus sobrenomes de origem e de seus primeiros nomes (quando são conhecidos). Finalmente, a partir do caso de Astrid, uma *nietas* localizada em 1984, o capítulo explora os trâmites jurídico-burocráticos para retificar seus documentos pessoais com o nome e sobrenomes de origem. O capítulo 4, por sua vez, “Recomposições”, se dedica a explorar os modos como os nomes e sobrenomes funcionam como peças fulcrais na composição de pessoas resultantes de relações, singularidades e pertencimentos.

Em “A palavra em ato: formas de contar histórias”, terceira parte da tese composta por quatro capítulos, exploro o uso da palavra para a (re)construção de si, para agir no mundo e para criar outros mundos (presentes, passados e futuros). A prática de relatar a própria vida por *nietas* e *nietos restituidos* se dá através de um conjunto heterogêneo de produções discursivas, por exemplo: entrevistas, documentários, protestos e visitas guiadas em museus. Essas práticas, chamadas de *militancia por Abuelas* ou *actividades de difusión*, têm em vista gerar consciência social sobre a repressão ocorrida durante a Ditadura, interferir na esfera pública e ampliar o recebimento de informações e notícias a respeito das pessoas *apropiadas* procuradas pela associação. A proposta nesta última parte é analisar os relatos como práticas que alteram pontos de vista, produzem evidências e intervêm no mundo. Seguindo uma ótica interessada na forma e no estilo dos relatos, a validade das falas importa menos do que os modos de dizer e construir ideias, bem como, os seus efeitos. As falas são examinadas como cenas em que a arte de relatar a vida tem funções e efeitos diversos, tais como: pensar e questionar, aprender e ensinar, agir e incidir, evidenciar e comprovar.

No capítulo 5, intitulado “A arte de *charlar* em entrevistas”, exploro entrevistas oferecidas e concedidas a mim entre 2017 e 2019, como maneiras de difundir histórias de si e do país. O objetivo é entender os modos específicos como as *charlas* (neste caso conversas com uma pesquisadora brasileira) encadeiam lembranças familiares e da militância política no país; como produzem reflexões e lançam questões sobre as experiências vividas e sobre a própria *militancia por Abuelas*. No capítulo 6, intitulado “Narrando e ensinando com imagens”, examino a fala da *nietas* Claudia no já mencionado documentário cênico produzido pela companhia de teatro catalã, *La Conquesta del Pol Sud*, na Espanha em 2016. Buscando explorar a forma e os efeitos pedagógicos do relato, observo o rendimento de certas figuras – o *patchwork* e a Fita de Möbius – no

acionamento e expressão de lembranças da infância, também para que sejam explicadas as experiências da *apropiación* e da *restitución*.

O capítulo 7, “Falar, incidir: a palavra de uma *nieta* em um *acto*”, se dedica à análise da fala de uma *nieta* em um protesto no antigo centro clandestino de detenção *El Campito*. O objetivo é compreender modos de relacionar lembranças familiares (da família de origem e da família de *apropiación*), palavras de ordem proferidas em um lugar preciso, convertido em *lugar de memoria*, em uma ocasião precisa de reivindicação de demandas políticas. A palavra em ação no evento transforma o lugar, convertido em lugar praticado de produção de memórias, políticas e relações. No capítulo 8, “A palavra, a imagem, a evidência”, as falas se misturam aos corpos permitindo ver os efeitos mobilizador e confirmador da presença e dos relatos dos *nietos* a respeito da violência perpetrada em antigos centros clandestinos de detenção. Este capítulo, mais curto, descreve uma visita guiada que me exigiu explorar sensações e emoções, desse modo, como se poderá ver, ele possui um tom que pode parecer destoante dos demais. Nele, exploro falas de *nietos* articuladas a de pessoas anônimas, a de *sobrevivientes* e as minhas próprias lembranças, sensações e percepções por ocasião de uma visita guiada ao *Casino de los Oficiales* – situado na *Escuela de Mecánica de la Armada (Esma)*, um dos maiores centros clandestinos de detenção da Ditadura – transformado em museu, o *Sitio de Memoria Esma*. O propósito é perceber efeitos da presença e das falas de pessoas que nasceram no cativeiro na produção de memórias, na produção de evidências e na criação de uma narrativa comum sobre os *desaparecidos* e a Ditadura.

As três partes da tese, em conjunto, buscam dar conta dos usos e efeitos do sangue, dos nomes e das narrações de vidas nas artes de (re)construir pessoas e seus parentescos, de (re)alimentar memórias e (re)constituir mundos. Sangue, nomes e narrativas auxiliam *nietos* e *nietas* a deixarem a condição de pessoas anônimas, *desaparecidas* ou *apropiadas* para se constituírem no que denomino “pessoas memoriais”.

Parte I

O sangue: seus percursos, seus efeitos

Um dos discursos mais conhecidos e emblemáticos entre os *nietos e nietas restituidos* foi o proferido por Juan Cabandié Alfonsín no dia 24 de março de 2004, durante uma cerimônia pública que anunciava a recuperação da área onde funcionou um dos maiores centros clandestinos de detenção da Ditadura, a *Escuela de Mecánica de la Armada (Esma)*¹⁷. Na época, o governo de Néstor Kirchner (2003-2007) começava a concretizar *políticas de memoria, verdad y justicia*; uma delas foi a transformação da *Esma* em um complexo de instituições dedicadas à memória e à defesa dos direitos humanos, o *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (doravante, *Espacio*), concluído em 2007¹⁸.

Visitei o *Espacio* pela primeira vez em outubro de 2017, treze anos depois da fala de Juan, enquanto realizava a primeira experiência mais densa no campo. Ali, operaram-se vários empreendimentos militares: entre 1924 e 1976 vigorou a *Esma*, instituição encarregada de formar jovens para ocupar cargos da Marinha; a partir de 1934 abrigou a *Escuela de Guerra Naval* com a missão de formar os futuros comandantes e oficiais do Estado; entre 1976 e 1983, compreendeu um dos maiores centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio da América Latina. Há indícios de que, neste último período, a *Esma* tenha sido palco, não só da prática, mas também do treinamento de militares argentinos na “doutrina francesa de guerra”, que incluía aprendizados de técnicas de sequestro, tortura e desaparecimento dos corpos, por exemplo, o *Curso de Lucha Antisubversiva*, realizado em 1979 citado em depoimento pela *sobreviviente* Amalia Larralde¹⁹.

¹⁷ Em 2005, a data foi declarada feriado pelo *Día Nacional de la Memoria, por la Verdad y la Justicia* e a Lei de Educação Nacional estabeleceu o ensino sobre as ditaduras cívico-militares como parte do currículo escolar com o objetivo de despertar “reflexões e sentimentos democráticos e respeito aos direitos humanos” (Pensar la ditadura, 2010; ley nº 26.206 de 2006).

¹⁸ Ver linha do tempo do *Espacio* em: ESPACIO MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS. *De centro clandestino a espacio para la memoria*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, s/d. Disponível em: https://www.espaciomemoria.ar/descargas/Espacio_Memoria_Linea_de_tiempo.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

¹⁹ A informação sobre o curso está registrada no *Recorrido Historico*, um guia impresso explicativo que orienta o visitante. Disponível em: https://www.espaciomemoria.ar/descargas/Espacio_Memoria_Recorrido_Historico.pdf. Acesso em: 20 de

Toda a área é considerada como centro clandestino, pois cada um dos prédios da *Esma* exercia, durante a Ditadura, uma função específica nos itinerários da repressão militar. Mas, foi no edifício denominado “*Casino de los Oficiales*” – onde, desde 2015, funciona o *Museo Sitio de Memoria Esma* – que os militares mantiveram ocultas pessoas sequestradas por motivos políticos. Nesse edifício, os militares executavam interrogatórios, torturas e desaparecimentos forçados. No terceiro andar, a partir de 1977, havia, em um cômodo muito compacto, uma maternidade ilegal, chamada *pieza de las embarazadas* e apelidada de *Sardá por izquierda*. O nome dado pelos militares associava o quarto à maternidade da cidade de Buenos Aires (chamada *Sardá*) e ao posicionamento político das gestantes. Nesse pequeno quarto, mais de 30 mulheres *detenidas-desaparecidas* deram à luz. Como explicou o guia na ocasião da minha primeira visita, as mulheres eram mantidas vivas até o momento do parto. Depois que as crianças nasciam, as mães eram assassinadas, na maioria das vezes, por meio dos *vuelos de la muerte*²⁰. Enquanto isso, seus filhos e filhas eram *apropiados* pelos militares para que jamais encontrassem seus parentes e conhecessem as suas histórias de nascimento e da militância política de seus pais. Uma das crianças nascidas nesse contexto é Juan.



Figura 1 – *Pieza de las Embarazadas*
Fonte: Sitio Memoria Esma²¹

maio de 2021. O documentário “Escadrons de la mort: l'école française” de Marie-Monique Robin (2003) mostra como veteranos franceses das guerras da Argélia e da Indochina treinaram membros do regime militar argentino nas técnicas de sequestro, tortura e desaparecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NsmUc-KCy5M>. Acesso em: 03 jun. 2021.

²⁰ Disse o guia do museu que os chamados *vuelos de la muerte*, denominados pelos militares de *traslado*, foram uma estratégia de extermínio; os *detenidos-desaparecidos*, depois de interrogados e torturados, recebiam uma injeção com uma substância que os deixava adormecidos. Em estado de sonolência, eram embarcados em aviões e atirados ao mar ou ao Rio da Prata.

²¹ Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/item/embarazadas/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Juan afirma ter começado a se questionar sobre a sua origem por volta de 2002, com 20 anos de idade. Lembranças das experiências de maus tratos impostos pelo suposto pai, um policial federal que o agredira física e emocionalmente durante toda a vida, estiveram entre os fatores que o levaram a duvidar ser ele filho biológico do casal que o criara. Também chamava a sua atenção a falta de fotografias da gestação ou de seu primeiro mês de vida, enquanto abundavam fotografias da mãe grávida da irmã e de quando ela era recém-nascida. Fontes adicionais de dúvidas eram: a certidão de nascimento dizia que ele havia nascido em um hospital público embora a família gozasse de boa condição financeira, e as constantes referências, algo forçadas, de que haveria semelhanças físicas entre ele e os que ele acreditava serem seus genitores. As suspeitas se reforçaram quando da denúncia feita sobre os filhos de um colega do pai, que seriam efetivamente filhos de *desaparecidos*. Não poderia ser ele também um dos bebês *apropriados* pelos militares procurados por *Abuelas*?

Suas dúvidas só foram confirmadas após um exame de DNA, realizado em janeiro de 2004. Dois meses depois, em 24 de março, dia da celebração da transformação da *Esma* em lugar de memória, ao lado do Presidente Néstor Kirchner e diante de um público de mais ou menos 30 mil pessoas, Juan declarava:

Neste lugar, pessoas que acreditavam serem inimputáveis tomaram a minha *identidad* por vinte e cinco anos. Por muito tempo estive em busca de algo e há dois anos, sem elementos contundentes, dei nome ao que procurava: sou filho de *desaparecidos*. Encontrei *a verdad* há dois meses, sou o número 77 dos filhos que apareceram, o exame de DNA confirmou que sou filho de Alicia e Damián. E agora sim, eu posso dizer que sou meus pais, sou Alicia e Damián, pertencço a eles, tenho o sangue deles.

Minha mãe esteve presa neste lugar, certamente foi torturada. E eu nasci aqui dentro, neste mesmo edifício. Mas o plano sinistro da Ditadura não pôde apagar o registro da memória que transita nas minhas veias e que foi me aproximando da *verdad* em que vivo hoje. Bastaram os quinze dias que a minha mãe me amamentou e me nomeou para que eu diga aos meus amigos, antes mesmo de saber quem era a minha família, antes de conhecer a minha história, que eu queria me chamar Juan, como minha mãe me chamou durante o cativeiro na *Esma*. Nesse lugar estava guardado o sangue de Juan.

[...]

Fui seu primeiro e único filho. Nós gostaríamos de estar juntos, mas esse maldito sistema não permitiu. Lamentavelmente, mãos impunes me agarraram e me tiraram dos braços de minha mãe. Hoje estou aqui, vinte e seis anos depois, para perguntar aos responsáveis por essa

barbárie se eles têm coragem de me enfrentar, cara a cara e nos olhos, e me dizer onde estão meus pais²².

Nos dois períodos em que estive na Argentina, entre 2017 e 2019, muitos *nietos* afirmaram conhecer a trajetória de Juan ou terem presenciado esse discurso antes de se perguntarem sobre suas próprias origens biológicas. Jorge Castro Rubel e Guillermo Amarilla Molfino são dois deles. O primeiro, estava presente à cerimônia em que falou Juan antes de saber que partilhava da sua experiência, e me disse ter se sentido impactado ao ver e ouvir um jovem nascido em cativo, criado por militares e que acabara de descobrir que fora *apropiado* ao nascer. O segundo, ao conhecer a mesma história, se sentiu identificado e encorajado a procurar *Abuelas* e a fazer o exame de DNA para verificar se não era ele também uma das crianças *apropiadas*.

O discurso de Juan foi examinado por Liliana Sanjurjo para mostrar como sangue, política e “verdade histórica” encontram-se enredados nas “disputas pelas memórias da ditadura” (Sanjurjo, 2012). Não se trata, aqui, de reiterar o que ela tão bem mostrou, mas de ressaltar a ênfase dada por Juan ao exame de DNA, que figura como artefato técnico-científico capaz de levá-lo de volta às origens e de validar cientificamente relações de parentesco e histórias encobertas pela Ditadura. O DNA faz Juan ser mais do que um indivíduo que porta um nome, convertendo-o em seus próprios pais, como ele afirma: “sou meus pais”. O depoimento expõe, assim, como o DNA, ao comprovar a filiação biológica, localiza seu pertencimento genealógico – suas origens e nascimento – associando-o também ao passado histórico do país. Quer dizer, a consanguinidade atestada pelo exame produziu efeitos tanto em sua *identidad* como sobre a *verdad* a respeito do desfecho do sequestro de seus pais. Desse modo, o aparecimento de Juan como filho de Alicia e Damián por meio do exame de DNA impulsiona a reivindicação pública feita ao Estado a respeito do paradeiro dos pais de Juan. Além disso, suas palavras mostram que o seu corpo já sabia o que o exame apenas confirmaria, desvelando lembranças que já “transitavam nas veias” e fazendo-o exigir esclarecimentos aos “responsáveis por essa barbárie”.

A memória do laço de parentesco que *nietos* e *nietas* portam no corpo, nas veias, tornado invisível e inacessível ao longo de décadas, não pode ser destruída, vindo à tona

²² O discurso de Juan está disponível em seu canal no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=CBwsFWjxg04&t=1s>. Acesso em: 3 jun. 2021.

de modo irrefutável pelos exames²³. Com isso, o DNA de *nietos* e *nietas* pode ser pensado como o testemunho derradeiro dos *detenidos-desaparecidos*, cujos corpos e pistas documentais foram destruídos por militares e agentes do Estado durante a Ditadura. Ao comunicar a *verdad*, especialmente a tentativa de aniquilação de ideais políticos a partir da *apropiación* dos filhos e filhas de militantes, o teste de DNA esclarece também questões cívicas. Técnica que codifica o sangue, o exame de DNA é instrumento fundamental – ainda que não único, pois, como diz Juan, a amamentação e a nomeação também o fazem lembrar quem ele é – que leva *nietos* e *nietas* a reivindicar, reelaborar e difundir o passado obliterado.

Mas se em 2004 o exame de DNA já era um meio legítimo e autorizado para identificar as crianças *apropriadadas*, devemos lembrar que a instituição da prática se deu devido ao trabalho longo e intenso da organização *Abuelas de Plaza de Mayo* e de cientistas que atuaram para decifrar o sangue e elaborar uma técnica de codificação dele. Tendo isso em vista, esta parte da tese, primeiro observa os modos pelos quais o exame foi produzido e legitimado. Em seguida, analisa os efeitos do exame de DNA nas práticas e reelaborações de *nietas* e *nietos*, bem como as maneiras como eles lidam com a descoberta do parentesco biológico e com as lembranças familiares, chamando a atenção ainda para a forma como o conhecimento de si se entrelaça às histórias da repressão do regime militar. Trata-se, assim, de tentar examinar o que essas descobertas e revelações produzem.

²³ Como mostram Carla Villalta (2012) e Sabina Regueiro (2013), os militares tentaram ocultar a filiação dessas crianças por meio de artimanhas burocráticas em torno da legislação e de valores morais ligados à adoção.

Capítulo 1

Sembrar la verdad

“Quando aparece um *nieto* é como ter a verdade na cara, isso realmente aconteceu”²⁴, disse Clarisa Veiga, coordenadora da equipe de comunicação e difusão de *Abuelas* em um evento *on-line* organizado pelo *Sitio de Memoria Esma* durante a pandemia, por ocasião do lançamento de uma música dedicada à busca dos *nietos* e *nietas* pela organização²⁵. Clarisa respondia a uma pergunta sobre a eficácia e o alcance das campanhas para sensibilizar a sociedade a contribuir com o esclarecimento de casos de crianças *apropiadas* concedendo informações sobre adoções irregulares realizadas durante a Ditadura. Segundo Clarisa, é quando encontra uma *nieta* ou *nieto* que *Abuelas* recebe a maior quantidade de denúncias, pois, como indicado na frase acima, fica evidente que a repressão e, sobretudo, o roubo dos filhos dos *detenidos-desaparecidos* realmente aconteceu: “é como ter a verdade na cara”. De fato, como pude perceber durante a pesquisa, a localização de cada uma das crianças *apropiadas* gera enorme comoção no país, levando o assunto de volta ao debate público e às conversas cotidianas. Nesse sentido, torna-se compreensível porque essas ocasiões de aparecimentos e descobertas levam as pessoas a pensarem sobre o tema e a colaborarem de alguma maneira com a localização das crianças roubadas.

Uma ferramenta atualmente disponível mostra-se fundamental para que o encontro das *nietas* e *nietos* possa se concretizar: o teste de DNA. Em 1977, início da Ditadura, quando as mães dos *desaparecidos* se deram conta de que os militares não faziam apenas desaparecer os seus filhos, mas também os seus netos e netas, as tecnologias biogenéticas de localização e identificação de parentes ausentes não existiam²⁶. Nas buscas por seus netos, as avós realizavam um verdadeiro trabalho de

²⁴ Clarisa Veiga. *La Visita de las Cinco – Pulsión de Amor. Seguir Construyendo Memoria*. 29/05/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cwK753vGOcM&t=1025s>. Acesso em: 29 maio 2021.

²⁵ Trata-se da música “*Pulsión de Amor*” de Ramiro Abrevaya. Disponível em: <https://open.spotify.com/artist/4BGxydvjjSq0N23rpsdLNX>. Acesso em: 19 set. 2021.

²⁶ Vale mencionar que desde os anos 2000 é possível encontrar parentes ao redor do mundo com testes de ancestralidade por DNA realizados por meio de bases de dados genéticos de plataformas de genealogia *on-line* (como as estadunidenses *Family Tree DNA*, *23andMe*, *My Heritage*), muito utilizadas em situações de adoção ou de reprodução assistida. Entre diversas histórias de encontros proporcionados por essa tecnologia, está a de Elena Brozgol. Ela foi adotada em 1969 na Espanha e, em 2019, depois de realizar o teste genético de ancestralidade da empresa *My Heritage* que coteja o material genético de seus usuários,

detetive, procurando o paradeiro das crianças em instituições de acolhimento infantil, escolas e hospitais, com um único e precário instrumento: a comparação de características físicas. Ao tomarem conhecimento da existência do teste de DNA e de sua eficácia na afirmação ou contestação da paternidade por meio da comparação de amostras de sangue, elas começaram a se perguntar se a técnica poderia servir para identificar as crianças desaparecidas. Nas décadas de 1970 e 1980, “a ciência não estava envolvida com causas de direitos humanos, tinha temor à política”, disse o cientista Eric Stover – da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) – para o documentário “30º Aniversario Banco Nacional de Datos Genéticos” (2018). As organizações de familiares de *desaparecidos* “nos impeliram a pensar como a ciência poderia contribuir na busca por seus seres queridos”, lembra o também cientista Cristián Orrego, do Instituto Nacional de Saúde (EUA)²⁷.

Com apoios diversos e enfrentando muitos desafios, tais mulheres criaram a organização inicialmente denominada *Abuelas Argentinas con Nietos Desaparecidos*, em outubro de 1977. A partir de 1980, utilizando a denominação com a qual ficara conhecida, *Abuelas de Plaza de Mayo*, passaram a impulsionar a organização de um arquivo de dados genéticos. Em 1987, por meio da lei n.º 26.548, conseguiram que o Estado criasse o *Banco Nacional de Datos Genéticos* (doravante, *Banco*), capaz de coletar e conservar amostras de sangue de grupos de parentes de *desaparecidos* e de pessoas que suspeitam ser filhas de *desaparecidos*. Ao lado disso, os geneticistas foram aprimorando a técnica para associar as crianças *apropiadas* às suas famílias consanguíneas.

É importante deixar claro que os exames feitos pelo *Banco* são diferentes dos testes de paternidade realizados quando os pais ainda estão vivos; neste último caso, calcula-se o “índice de paternidade” que fornece a probabilidade de um homem ser o pai biológico de determinada criança (Vasconcelos, 2017). Como no caso dos *nietos* e *nietas*, o DNA dos genitores não se encontra disponível, o *Banco* reconstrói o genótipo a partir do material genético de parentes vivos. Nesse processo, realiza-se uma operação estatística, batizada de *índice de abuelidad*, para verificar a probabilidade de um suposto *nieto* ou *nieta* pertencer ou não a um dos grupos de familiares de *desaparecidos*, cujas amostras de sangue são mantidas no *Banco* (Abuelas, 2008).

encontrou irmãos nos Estados Unidos (Quelart, 2019). Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/vida/20190427/461871158940/mujer-barcelona-encuentra-hermanos-test-adn-web.html>. Acesso em: 9 maio 2021.

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BKMTEf81ck>. Acesso em: 9 de maio de 2021.

Tanto o armazenamento das porções de sangue em um banco de dados como o seu cálculo foram desenvolvidos para solucionar o problema da identificação das crianças *apropiadas*, bem como para esclarecer os seus próprios desaparecimentos e os crimes cometidos durante a Ditadura. O *Banco* se apresenta, assim, como um repositório de conhecimento eficaz não apenas para guardar amostras genéticas, mas como um instrumento potente para a produção da *verdad* sobre parentesco, filiação e origens, e para o conhecimento da história do país e da repressão estatal durante a década de 1970. *Sembrar la verdad* é o seu objetivo central como indica a introdução da publicação em comemoração aos trinta anos de existência do *Banco* (Ministerio, 2017, p. 17-23).

Neste capítulo, descrevo os processos por meio dos quais o teste de DNA emergiu como ferramenta eficaz de comprovação técnico-científica irrefutável na identificação de *nietos* e *nietas* e, ao mesmo tempo, no esclarecimento do passado ditatorial. Para isso, examino dois livros e dois documentários que descrevem o uso da genética por *Abuelas*. Associo ao *corpus*, um artigo publicado em uma revista de antropologia forense, escrito por cientistas responsáveis pelo desenvolvimento do método de identificação biológica das crianças, em que recomendam a criação do *Banco* (Di Lonardo *et al.*, 1984), e um trabalho da equipe do *Banco* de 2018, que trata das mudanças do órgão depois de trinta anos de sua criação e da sistematização dos materiais em um arquivo (Herrera *et al.*, 2018). De modo a expandir o levantamento e a análise, me beneficiarei, eventualmente, de dados coligidos por outros especialistas no tema: pelas antropólogas Sabina Regueiro (2013) e Liliana Sanjurjo (2018) e pelo historiador Fabricio Laino (2020a).

O primeiro volume, intitulado “*Las Abuelas y la Genética: el aporte de la ciencia en la búsqueda de los chicos desaparecidos*”, foi publicado pela organização *Abuelas* em 2008 e narra o caminho e os efeitos dos exames de DNA em *nietos* e *nietas* até a data de sua publicação²⁸; o segundo tomo, intitulado “*Una pregunta. 30 años.*”, foi editado muitos anos depois, em 2017, em função do aniversário de trinta anos do *Banco*, pelo *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva*²⁹. Se o primeiro livro descreve a história de construção do *Banco* até 2008, o segundo indica o contexto e as transformações do acervo até 2017, por exemplo, o trabalho, iniciado em 2009 e consolidado em 2015, para mudar a sede e a jurisdição do *Banco* de municipal para

²⁸ Está disponível em formato físico e digital podendo ser baixado no *site* da organização. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/archivos/publicacion/LibroGenetica.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

²⁹ O volume está à disposição na *web*. Disponível em: <https://www.nodalcultura.am/wp-content/uploads/2017/06/BNDG-Una-pregunta.-30-a%C3%B1os-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

nacional: organismo autônomo e autárquico vinculado ao *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación*.

A série documental “99,99% *La ciencia de las Abuelas*” apresentada por Leonardo Sbaraglia e dirigida por Mariano Mucci (2012-2015) composta por doze episódios, e o documentário “30 aniversario del Banco Nacional de Datos Genéticos” (2017), por sua vez, fornecem elementos importantes para o alargamento dessas histórias e serão associados aos conteúdos dos livros³⁰. A partir de entrevistas com cientistas, advogados, *abuelas*, *nietos* e *nietas*, os dois livros e os dois registros fílmicos narram a sucessão de eventos, as pesquisas, os encontros e desencontros que levaram ao desenvolvimento do cálculo estatístico capaz de localizar e identificar as crianças desaparecidas (o já mencionado “*índice de abuelidad*”), bem como de construir *a verdad* a respeito de filiações forjadas.

Do teste de paternidade ao *índice de abuelidad*

Uma das raras unanimidades que percebi entre *nietas* e *nietos* refere-se ao teste de DNA: todos estão de acordo que o exame é o meio adequado para dizer quem são seus pais e para indicar *el camino hacia la reconstrucción de la identidad*. Por um lado, ele é um ponto de partida na trajetória pelo esclarecimento das origens familiares e dos processos repressivos da Ditadura; por outro, sela o desfecho de uma jornada, por vezes longa e complexa, da busca pelas crianças desaparecidas por parte de avós, tios e irmãos.

Entretanto, de meados da década de 1980 a fins da década de 1990, o método não parecia coletivamente aceito nem a confiança nele mostrava-se tão consolidada como a partir dos anos 2000. Sobretudo, a mentira criada pelos *apropiadores* de que os *nietos* e *nietas* eram seus filhos biológicos, bem como o desejo de que isso fosse verdade, fomentavam a desconfiança do resultado do teste nos jovens *apropiados*. Claudia, uma das *nietas restituidas*, na entrevista que realizamos em 2017, disse-me que quando recebeu o resultado do exame (em dezembro de 1999) desconfiou de sua exatidão,

³⁰ A série está disponível no canal de *Abuelas* no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cQZwX0qPo28&list=PLr6ojCqgUoZ-ElzSWVMIZzRu4QhMO4gZq>. Acesso em: 20 maio 2021. Já o documentário está disponível no canal do *Banco* no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BKMTEf81ck>. Acesso em: 2 jun. 2021.

passando vários dias diante do computador lendo pesquisas da área da biologia genética até se convencer da precisão da técnica na definição do vínculo sanguíneo. Segundo afirma no documentário de comemoração dos trinta anos do *Banco*, em 2018, “é a certeza, eu vejo esse exame e não tenho dúvidas, [...] recuperei a *verdad* de saber quem sou” (30º aniversário, 2018). A *verdad* – categoria muito presente nos discursos – manteve-se oculta e inacessível por vários anos; graças ao teste de DNA, pôde então manifestar-se.

Mas como o DNA emergiu como legítimo portador de valor legal, mostrando-se um dispositivo imprescindível para reconstruir a *verdad*?

Não esqueçamos que, em 1977, quando começaram a procurar seus *nietos* e *nietas*, o método utilizado pelas *abuelas* se apoiava na identificação de características físicas. “Nessa época, examinávamos os rostinhos. Eu mesma, mais de uma vez, segui mulheres que levavam nos braços um bebê que se parecia a um de meus filhos”, lembra Estela de Carlotto, presidente da associação (Abuelas, 2008, p. 15). No entanto, assinala Nélida Navajas, “não podíamos ir a um juiz e dizer ‘este é meu neto porque é parecido com minha filha quando era pequena’. Os juízes queriam uma prova incontestável”. Desse modo, pergunta a *abuela* Rosa Roisinblit, então vice-presidente da associação: “Como fazemos para saber a que família pertence? Como reconhecê-los? Como evitar o engano?” (idem, p. 16). Além disso, “só se podia dizer que uma criança poderia ser um *nieto* procurado, se tivesse sido sequestrada com a mãe depois de ter nascido. E as crianças que foram sequestradas estando ainda na barriga da mãe? Nascendo onde nós não podíamos sequer imaginar?”, indaga Estela no documentário comemorativo do *Banco* (2018).

Em momento de forte repressão e de muitas incertezas sobre os procedimentos adequados de busca, uma notícia de jornal de 1979 apresentou-se como uma luz no fim do túnel. Ela dizia que um homem, ao negar a paternidade, foi submetido a um exame de sangue comparativo ao do alegado filho, e o resultado positivo comprovou ser ele o pai da criança. “Foi aí que nos ocorreu a ideia de utilizar a genética para identificar os nossos *nietos*”, recorda Estela de Carlotto (Abuelas, 2008, p. 15).

Vale observar que, em um primeiro momento, os testes de paternidade não eram realizados por meio do DNA, mas pelo “método de histocompatibilidade”, técnica baseada na comparação de antígenos de histocompatibilidade: “moléculas proteicas que se encontram nas membranas das células e se encarregam de diferenciar o próprio do alheio” (Abuelas, 2008, p. 41). A variabilidade desses marcadores poderia ser usada como indicador de ausência ou presença de vínculos biológicos entre indivíduos e,

consequentemente, para analisar laços entre supostos *nietos* e familiares de *desaparecidos* (idem). Além disso, tal tecnologia estava restrita à comparação da herança biológica entre pessoas de gerações sucessivas. “O nosso problema é que os pais estavam desaparecidos”, disse Nélide, “fomos, então, perguntar ao mundo como podíamos fazer” (Abuelas, 2008, p. 17). “Serviria o sangue das avós?”, perguntavam-se as *abuelas* (99,99%..., 2012, episódio 1). “Tudo demonstrava que o sangue era o [elemento] mais importante para encontrar os nossos *nietos*”, disse Rosa Roisinblit (30º aniversário, 2018).

Com a matéria de jornal de 1979 em mãos, as *abuelas* abriram uma nova frente. Reuniram-se com cientistas em diversos países até que, em 1982, o hematologista Fred Allen sugeriu o método de histocompatibilidade (HLA)³¹. Dois anos depois, o grupo de cientistas confirmou a sugestão de Allen e apresentou a técnica como possibilidade de estabelecer laços de parentesco entre avós e netos (Di Lonardo *et al.*, 1984). Nesse mesmo ano, a equipe de geneticistas desembarcou na Argentina para explicar como funcionava o método e quais eram as condições necessárias para executá-lo. Por recomendação de geneticistas do *Blood Center* de Nova York, o laboratório do Hospital Durand, hospital municipal e universitário localizado na cidade de Buenos Aires, foi indicado como local adequado para desenvolver as análises.

Os testes de histocompatibilidade apresentavam, assim, uma possibilidade segura de localização e identificação das crianças *apropiadas* pela Ditadura. Se as feições e traços corporais não tinham validade comprobatória, juridicamente falando, os genes se mostravam como meios autênticos e permanentes para atestar e preservar laços de parentesco, ensinavam os geneticistas: “os genes (das crianças) nunca mudam, nem os genes de sua família verdadeira” (Di Lonardo *et al.*, 1984, p. 340). O sangue, então, se sobressaía como a pista basilar para a produção da evidência, elevando-a a um patamar técnico, aparentemente livre de julgamentos morais e subjetivos (Fonseca, 2014, p. 79).

No Serviço de Imunologia do Hospital Durand, a cientista King e a médica argentina Ana María Di Lonardo trabalharam no primeiro caso de identificação de criança *apropiada* por meio da análise de sangue: o de Paula Eva Logares. Nascida em 10 de junho de 1976, Paula desapareceu com seus pais em maio de 1978. Em 1983, *Abuelas* localizou uma criança que havia sido registrada como filha de um subcomissário da Polícia Bonaerense; enquanto sua avó materna se esforçava para encontrá-la, Paula era

³¹ Em Washington, *Abuelas* se reuniu com a equipe do programa de Ciência e Direitos Humanos da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), coordenada por Eric Stover, Penchaszadeh, Allen e outros geneticistas, como Pierre Darlu e Mary-Claire King, que começaram a investigar fórmulas estatístico-matemáticas para atender ao pedido delas.

criada pela família Lavallén. Em dezembro de 1983, em pleno processo de restabelecimento democrático no país, *Abuelas* implementou uma ação, conseguindo uma ordem judicial para realizar o exame de sangue da menina e reunindo amostras de sangue dos tios maternos e paternos, e dos avós (Abuelas, 2008, p. 48).

Apesar da ausência do sangue do avô materno, foi possível reconstruir a informação genética a partir do sangue dos tios de Paula e recompor a árvore genealógica que atestava ser Paula integrante do grupo familiar Logares-Grinson. Os resultados dos exames foram apresentados à Justiça que os reconheceu como prova da filiação da criança, concedendo assim, valor legal às análises científicas (99,99%..., 2012, episódio 1).

Se o exame de sangue se convertia em prova legal de parentesco, ele não garantia o retorno da criança à família biológica. O *apropiador* alegou que “tirar Paula da única família da qual ela se lembrava poderia ser mais traumático do que se continuasse vivendo com eles”. Abriu-se, assim, um debate a respeito do valor dos laços construídos com a família social, quer dizer, das relações que Paula construiu com a família Lavallén, e sobre os efeitos do rompimento desses vínculos. O argumento foi inicialmente acolhido pela Justiça que se inclinava pela guarda compartilhada (Abuelas, 2008, p. 49). *Abuelas*, na pessoa de Estela de Carlotto, por outro lado, alegava que

[...] a Justiça estava interpretando o caso como uma situação de divórcio; queriam conceder direitos de visita aos *apropiadores* das crianças. Era um absurdo. Se esse homem é um criminoso, roubou uma menina dos braços de sua mãe em um campo de concentração, estavam dizendo que ele tinha direito a visitá-la? (99,99% ..., 2012, episódio 1).

A associação argumentava que não se tratava de um caso de disputa pela guarda de uma criança adotada, mas de sequestro por motivos políticos e falsificação ideológica. A consanguinidade revelada pelo exame de sangue era uma evidência indiscutível desses crimes.

Desse modo, o pleito que passara da evidência técnica do parentesco ao debate sobre sentidos de família em torno a vínculos biológicos e sociais foi direcionado para os crimes cometidos durante a Ditadura que deveriam ser reparados. Iniciou-se, então, um trabalho de construção e legitimação do conhecimento atestado pelo exame ao longo das diversas causas judiciais sobre *apropiación*. O reconhecimento do parentesco biológico se deu por meio de distintas denúncias: das práticas ilegais de instâncias burocráticas e do sistema judiciário que forjaram filiação das crianças por meio de registros civis

irregulares e das conjecturas a respeito das condutas dos pais das crianças que levaram a considerá-las “menores abandonadas”³².

No caso de Paula, a associação apresentou o processo à *Corte Suprema de Justicia de la Nación* que terminou por conceder a guarda da menina à avó materna. Entre o desaparecimento da criança e o seu retorno à família biológica foram quase sete anos de espera. Já adulta, com 36 anos, Paula afirma:

Em nenhum momento eu duvidei do que me diziam. Embora eu não me lembre dos últimos momentos que passei com meus pais, se aceitei retornar à minha família, se não quis em nenhum momento voltar à outra família, é porque em algum lugar na minha memória aqueles momentos estão registrados (99,99%..., 2012, episódio 1).

Neste ponto, gostaria de abrir um parêntesis. As falas de Paula e de Juan permitem vislumbrar o que ouvi de diversos *nietos* e *nietas* durante a pesquisa, e que retomarei no segundo capítulo. O sangue, como natureza, a ferramenta indiscutível de atestação da veracidade, valida conhecimentos mantidos em sigilo, relegados ao esquecimento e colocados em dúvida de diversas formas. Desse modo, ele e a genealogia por ele revelada proporcionam o que Claudia Fonseca chamou (em seu trabalho sobre os casos de filhos separados dos pais pelo Estado brasileiro em função de sua política de combate à hanseníase) de “*reckoning*” ou “acertos de contas” (2015a). Os efeitos dos resultados positivos dos exames de sangue mostram assim a natureza movimentando identidades pessoais e história nacional; indica ainda que a memória, sobretudo a memória do parentesco, é inapagável.

Mas voltemos à peregrinação das *abuelas* na construção de um dispositivo eficaz e legítimo para a identificação e *restitución* de seus *nietos* e *nietas*. Até 1993, o vínculo entre avós e netos era obtido a partir de estudos de antígenos de HLA, cujos resultados não eram assertivos. Por exemplo, entre 1988 e 1990, um estudo de compatibilidade genética realizado por essa técnica indicou erroneamente ser uma criança filha de *desaparecidos*³³. Nesse momento, final da década de 1980, outra técnica estava sendo desenvolvida, cujos materiais garantiam maior precisão. Tratava-se do ácido desoxirribonucleico (DNA, sigla em inglês) mitocondrial e nuclear. Assim como os

³² Escapa aos objetivos deste estudo analisar minuciosamente as estratégias elaboradas pela organização *Abuelas* para legitimar o parentesco biológico, bem como os procedimentos e noções em torno da infância que as converteram em “menores”. Para o aprofundamento desse assunto, ver o capítulo 7 do livro de Sabina Regueiro (2013) e o livro de Carla Villalta (2012) respectivamente.

³³ Para mais detalhes desse caso, ver: *Abuelas de Plaza de Mayo*, 2008, p. 76-78.

antígenos de HLA, o DNA, como sabemos, é herdado dos pais biológicos, no entanto, os estudos do ácido permitiam estabelecer vínculos biológicos de parentesco com exatidão, uma vez que ele é mais variável e discriminante do que HLA. Além disso, enquanto as análises de HLA demandavam uma grande quantidade de amostras de sangue que deveriam ser examinadas de 24h a 48h após a coleta, a nova técnica propiciou “a realização de exames de maneira automatizada, em tempos extremamente curtos e facilitou a análise simultânea de um grande número de amostras” (Abuelas, 2008, p. 81). Mas restava uma questão a ser considerada: se o DNA é transmitido pelos pais biológicos, como realizar os testes quando os genitores estão ausentes?

As moléculas de DNA contendo os genes herdados de pais podem ser encontradas nos cromossomos (presentes no núcleo de qualquer célula) e no núcleo da mitocôndria, uma organela localizada no interior das células cuja função está relacionada à respiração celular e que possui seu próprio material genético. O primeiro, denominado DNA nuclear, é uma combinação de DNA dos quatro avós; já o segundo, denominado DNA mitocondrial é herdado exclusivamente da mãe, sendo então uma cópia quase idêntica à da sua avó materna. A geneticista Viviana Bernath explica melhor:

Quando a fertilização ocorre pela união do óvulo e do espermatozoide, as mitocôndrias de origem paterna são perdidas e apenas as maternas são preservadas. Portanto, todas as células originadas herdam o genoma mitocondrial de sua mãe. Assim, uma mãe dá a todos os seus filhos a informação do DNA mitocondrial, as filhas dela vão passar para seus filhos o DNA mitocondrial idêntico que ela recebeu, e assim por diante. Essa herança por meio das mulheres de uma família é chamada de estudo da linha materna. Isso explica o estudo do DNA mitocondrial para identificar a ligação entre a avó materna e o neto (Bernath, 2005, p. 170 *apud* Abuelas de Plaza de Mayo, 2008, p. 82).

Foi desenvolvido, assim, um método científico mais confiável para decodificar a única prova deixada pelos *detenidos-desaparecidos* capaz de esclarecer o sequestro de seus filhos. Segundo a geneticista Marie-Claire King, o DNA mitocondrial apresenta uma convergência de elementos imbatível: “uma molécula exclusivamente materna, pela qual qualquer parente materno poderia ser substituído por outro parente materno; níveis extraordinários de variabilidade genética [entre os seres humanos sem parentesco]; e um sequenciamento simples e direto” (King, 1992 *apud* Abuelas, 2008, p. 84).

No entanto, as famílias em geral tinham poucos parentes vivos, e algumas vezes nenhum da linha materna. Por isso, aos estudos de “DNA mitocondrial” se somariam em seguida, as análises do “DNA nuclear” composto por 50% da mãe e 50% do pai. Com

isso, as análises poderiam identificar também crianças cuja parentela dispunha apenas de material genético da linha paterna. A sequência determinada pelo cromossomo Y foi muito importante para examinar a relação biológica entre primos, tios e avós e, somada às outras tecnologias, formou-se um conjunto de sistemas de análise genética com grau de exatidão irrefutável (Bernath, 2005 *apud* idem, p. 85).

O resultado do cálculo dessa combinação de métodos de identificação de vínculos biológicos entre crianças, avós, tios e irmãos ficou conhecido como *índice de abuelidad*. Finalmente, construiu-se um método assertivo na decodificação do único vestígio material deixado pelos *detenidos-desaparecidos* no sangue de seus parentes vivos e, com isso, foi possível evidenciar *la verdad* a respeito das origens das crianças *apropiadas* e de seus parentes manipulados e omitidos, assim como de violências estatais ocultadas.

No entanto, criar o *índice de abuelidad* não garantia que ele desempenharia sempre a mesma função e geraria os efeitos esperados. Era preciso esclarecer, com o apoio de uma legislação específica, que o problema da *restitución* dos *nietos* e *nietas* não era uma mera questão de disputa pela filiação ou pela guarda de uma criança determinada. Além disso, em artigo publicado em 1984 na revista “*The American Journal of Forensic Medicine and Pathology*”, os geneticistas responsáveis pela elaboração do *índice de abuelidad* indicavam que, além de um protocolo adequado e de uma sólida fórmula estatística de identificação, era necessário contar com um registro durável de todos os grupos familiares afetados pela Ditadura (Di Lonardo *et al.*, 1984).

No início, as comparações eram realizadas caso a caso, entre a família que reivindicava o vínculo e a criança cujo parentesco era alegado, e exclusivamente mediante solicitação judicial. Esse procedimento, contudo, apresentava dois problemas: os avós das crianças tinham idade avançada e podiam falecer antes da elucidação dos casos. Além disso, quando *Abuelas* localizava uma criança que parecia ser filha de *desaparecidos*, nem sempre conseguia supor a família com a qual fazer a comparação genética, sobretudo em se tratando das crianças nascidas em cativeiro. Armazenar e catalogar os materiais genéticos dos *desaparecidos* preservados no sangue de parentes vivos mostrava-se assim um recurso fundamental. Diante da suspeita de que um jovem seria um dos *nietos* ou *nietas* procurados, seu material genético era comparado ao de todos os grupos familiares. A prova válida, inscrita na natureza, era então guardada em um arquivo genético, mantido pelo poder público de modo que as informações pudessem ser duradouras e os procedimentos acessíveis.

O Banco Nacional de Datos Genéticos

Diante da recomendação da equipe de geneticistas, *Abuelas* produziu, em 1984, um projeto de lei e, simultaneamente, uma base de dados digital de denúncias, árvores genealógicas e um acervo de amostras de sangue dos parentes das crianças desaparecidas (Abuelas, 2008). Após muitas tentativas, a associação foi recebida, em 1986, pelo primeiro presidente eleito democraticamente, Raúl Alfonsín (1983-1989), para debater o assunto (Laino, 2020a, p. 200)³⁴. Perante Alfonsín, a associação reivindicou a necessidade de um maior engajamento do Estado nas investidas pela localização das crianças privadas de sua *identidad* e apresentou o projeto de lei para a criação do *Banco Nacional de Datos Genéticos*.

Em 25 de abril de 1986, Alfonsín enviou o projeto de lei ao Congresso. Mas, indica Fabricio Laino, o projeto redigido por *Abuelas* e enviado ao Congresso foi discutido e substancialmente transformado. Se a versão original dispunha que a recusa à realização do exame engendraria a presunção de falsidade da alegada filiação, na versão aprovada, “os resultados do *Banco* não constituiriam um valor probatório absoluto, mas deveriam ser avaliados pelos juízes”. Simultaneamente, se o texto redigido por *Abuelas* “restringia a finalidade do *Banco* à identificação das ‘crianças desaparecidas’ [...], o projeto que emergiu da Câmara de Senadores ampliou suas funções para abranger qualquer conflito de filiação judicializado” (Laino, 2020a, p. 203-204). A ampliação das funções do *Banco* para resolver, cientificamente, todos os conflitos de filiação, tem a ver com as interpretações que circulavam por todo o país na época, e denunciadas por Estela de Carlotto como “equivocadas”: aquelas que viam o desaparecimento dos filhos de *detenidos-desaparecidos* como casos de crianças adotadas ou como referidos a conflitos

³⁴ Raúl Alfonsín pertencia ao partido socialdemocrata *Unión Cívica Radical*. O governo de Alfonsín se singularizou pelas primeiras políticas de memória e pelos julgamentos dos máximos responsáveis pela Ditadura. Ele criou a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep)*, em 15 de dezembro de 1983, ao mesmo tempo decretou leis de perdão, conhecidas como “*leyes de impunidad*”. Refiro-me sobretudo às *Ley de Punto Final* e *Ley de Obediencia Debida*. A *Ley de Punto Final*, n.º 23.492/1986, tornou penalmente imputáveis os autores de crimes de lesa-humanidade cometidos durante a Ditadura, estabelecendo um prazo de 30 dias para a apresentação de novas acusações e de 60 dias para dar início aos processos. No ano seguinte, a *Ley de Obediencia Debida*, n.º 23.521/1987, absolveu todos aqueles que, hierarquicamente inferiores à patente de tenente coronel, houvessem cometido crimes de violações aos direitos humanos. Essas leis não previam os delitos de *apropiación de niños* e de falsificação de identidade, crimes considerados imprescritíveis uma vez que continuavam sendo cometidos até a vítima do sequestro conhecer sua origem e *restituir* a sua *identidad*.

de filiação, desconsiderando o contexto de Ditadura em que se deram os episódios e o fato de as crianças terem sido sequestradas por motivos políticos (99,99%..., 2012, episódio 1). Essa lei (n.º 23.511), considerada hoje “consensual” por *Abuelas*, foi sancionada em maio de 1987, sendo substituída em 2009, durante o governo de Cristina Kirchner (2007-2015), por uma lei que contemplava as propostas iniciais da associação (lei n.º 26.548)³⁵.

Após a sua aprovação, o *Banco* foi instalado em 1987 no Serviço de Imunologia do Hospital Durand, onde os exames de identificação já eram realizados. Seguindo a recomendação apresentada pelos geneticistas, o *Banco* foi constituído por dois registros genéticos: um arquivo com amostras de sangue dos familiares das crianças desaparecidas e outro com o sangue de crianças de origens familiares desconhecidas. O primeiro servia para coletar e conservar informações genéticas dos parentes que procuram crianças *apropiadas*, para criar o perfil genético da família, garantindo a identificação das crianças, mesmo após o falecimento desses parentes. O segundo, tinha a função de coletar e preservar informações genéticas de supostos filhos de *desaparecidos*. Desse modo, as pessoas com dúvidas sobre suas origens podiam ter seus perfis genéticos comparados cada vez que novos familiares depositassem seus materiais genéticos no *Banco* (Di Lonardo *et al.*, 1984).

A importância da primeira forma de registro pode ser confirmada com o caso da *nieta* Laura Catalina de Santis Ovando. Em 2008, quando um exame de DNA identificou o vínculo entre ela e as famílias De Sanctis-Ovando, seus avós maternos, que denunciaram o seu desaparecimento em 1982, haviam falecido. A identificação foi possível porque eles, antes de morrerem, depositaram amostras de sangue no *Banco*. A importância do segundo registro pode ser demonstrada com o caso de Guillermo Amarilla Molfino, *nieto restituído* em 2009. Em dezembro 2007, com dúvidas sobre sua origem, Guillermo fez o exame, mas o resultado foi negativo: o seu DNA não era compatível com nenhum dos grupos familiares guardados no *Banco*. Tempo depois, em 21 de agosto de 2009, uma *sobreviviente* informou à *Secretaría de Derechos Humanos* que Marcela Molfino, militante da organização *Montoneros desaparecida*, deu à luz a um menino no *Hospital Campo de Mayo* em 1980³⁶. Depois de serem notificadas da situação por

³⁵ Para uma análise mais detida a respeito das alianças políticas construídas e das intrincadas negociações entre *Abuelas* e o Governo Nacional para a constituição legal e formal do *Banco*, ver Laino Sanchis (2020a, p. 197-211).

³⁶ *Montoneros* foi uma organização guerrilheira argentina que exerceu a luta armada entre os anos 1970 e 1979. Com ideais políticos afinados à esquerda peronista, ela nasceu com o objetivo de desestabilizar a

Abuelas, as famílias de Molfino e de seu cônjuge, Amarilla, forneceram amostras de sangue ao *Banco*. Realizou-se, então um novo cruzamento entre as amostras desse grupo familiar e os materiais genéticos do arquivo de supostos filhos de *desaparecidos*. Finalmente, no dia 30 de outubro de 2009, quase dois anos depois de seu primeiro exame, a família de Guillermo foi identificada³⁷.

Em novembro 2009, no âmbito de uma série de projetos de lei apresentados por *Abuelas* e pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, foi sancionada a lei n.º 26.548 que determinou a transferência do *Banco*³⁸. De acordo com a nova norma, o órgão passaria a funcionar como organismo autônomo e autárquico dentro da órbita do *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva*. Dessa maneira, o *Banco* deixaria de funcionar no laboratório de imunologia do Hospital “Carlos A. Durand” e, portanto, de ser dependente da prefeitura de Buenos Aires, passando à jurisdição federal. Mas só em setembro de 2015, após muitos entraves burocráticos e logísticos, o processo de transferência do *Banco* foi finalizado³⁹. De acordo com Herrera *et al.*, o maior inconveniente do Hospital Durand era a falta de espaço físico para manter o arquivo ordenado. Com a mudança de sede, foram destinados recintos especialmente acondicionados para a guarda e a preservação do material (Herrera *et al.*, 2018).

Após a transferência, o arquivo do *Banco* foi sistematizado e dividido em: 1) acervo de papel e material de *allanamientos*⁴⁰, 2) restos ósseos e 3) DNA. A documentação em papel, proveniente do Hospital Durand, é composta por processos de *restitución de identidad* que se dividem de acordo com a procedência da investigação

ditadura cívico-militar existente denominada *Revolución Argentina* (1966-1973) e readmitir Juan Domingo Perón ao poder. Após o assassinato do dirigente sindical José Ignacio Rucci, suas ações foram condenadas por Perón, pelos setores sindicais e políticos do peronismo. Tal isolamento levou a organização à clandestinidade e, em 1975, o governo de María Estela Martínez de Perón declarou sua atuação ilegal. Sua ruína veio a cabo devido à intensa perseguição promovida durante a Ditadura argentina que a qualificou de organização terrorista (Grimson, 2019).

³⁷ Veremos a história de Laura Catalina e Guillermo com mais detalhes no capítulo 2.

³⁸ A proposta de transferência do *Banco* estava inserida em um conjunto de três projetos de lei que visavam cumprir medidas negociadas entre o Estado e a associação *Abuelas de Plaza de Mayo* no *Acuerdo de Solución Amistosa* assinado em 11 de setembro de 2009. O *Acuerdo* foi o resultado de um pedido de *Abuelas* à CIDH para intervir diante da autorização da *Corte Suprema de Justicia de la Nación* ao pedido da *nieta* Evelin Bauer Pegoraro para não realizar o teste de DNA. Além da transferência do *Banco*, outros dois projetos estavam incluídos: a participação de associações civis como querelantes em processos por crimes de lesa-humanidade e a criação de uma lei que normatizasse os procedimentos para a obtenção de amostras de DNA em situações de investigação de crimes (retomo esta última no segmento seguinte). Para uma análise mais profunda sobre o *Acuerdo de Solución Amistosa* e sobre as políticas pelo *derecho a la identidad* que derivaram dele, ver Sucari e Murillo, 2023.

³⁹ Para mais detalhes a respeito da demora da realização da transferência, ver: *El traslado no fue una simple mudanza* (Ministerio, 2017, p. 155-160).

⁴⁰ Os *allanamientos* podem ser entendidos como mandados de busca e apreensão de material genético. Contextualizo esse modo de obter DNA de *nietos* e *nietas* na seção seguinte.

(apresentação espontânea de jovens que têm dúvidas sobre a origem ou processos que surgem por meio de investigação judicial) e por processos encerrados. A partir da transferência do *Banco* em 2015, ele passou a ser organizado cronologicamente e de acordo com o número de identificação que se dá ao processo quando é registrado na instituição (Herrera *et al*, 2018).

A osteoteca, arquivo de restos ósseos, por sua vez, é de responsabilidade da *Área de Antropología Forense* do *Banco* criada em 2015. O acervo é constituído pelos seguintes materiais: restos coletados de exumações de integrantes de grupos familiares que procuram jovens *apropiados* que não chegaram a fornecer amostras de DNA antes de falecer, ou o fizeram quando se utilizava o método de histocompatibilidade; restos ósseos de jovens que duvidavam de sua origem e faleceram antes de deixar uma amostra de sangue; e restos mortais de pessoas sobre as quais existiam suspeitas de serem crianças *apropiadas*, cujos casos estavam sendo investigados, mas faleceram antes de realizarem o teste de DNA. Esses materiais, eram guardados em recipientes (frascos de plástico, de vidro, sacos herméticos, sacos de papel etc.) e armazenados em *freezers*, geladeira e em temperatura ambiente. Com a criação da equipe de antropologia forense do *Banco*, esses materiais foram sistematizados, tiveram suas embalagens substituídas, colocados em temperatura apropriada e estão em processo de ajustes com vistas a assegurar sua durabilidade (idem, p. 8)⁴¹.

Tal descrição mostra como, além de realizar os exames laboratoriais, o *Banco* deu origem a um arquivo, o *Archivo Nacional de Datos Genéticos*, cuja finalidade é obter, organizar, armazenar, atualizar e conservar a integridade das informações genéticas, tanto as amostras, como os processos em papel, e com isso, auxiliar tanto a Justiça como as organizações governamentais e não governamentais especializadas na identificação dos restos de vítimas de desaparecimento forçado, no esclarecimento das questões de filiação e dos crimes contra a humanidade cometidos durante a Ditadura (Herrera *et al*, 2018; Artigo 3º lei n.º 26.548).

⁴¹ Em 2018, o arquivo de DNA continha mais de 25.000 amostras pertencentes a jovens que investigam suas origens e a grupos de familiares que procuram crianças *apropiadas*, além de amostras relacionadas aos casos sob regência da lei de 1987 (Lei n.º 23.511/87). Ele guarda: DNA obtido do sangue; DNA conservado em cartão FTA; DNA de mucosa bucal (células congeladas que não passaram pelo processo de extração) e finalmente DNA de células descongeladas já processadas. Todo esse acervo está armazenado em caixas Nalgene® especiais para guardar tubos Eppendorf® (tubos feitos de plástico polipropileno para armazenar e transportar as amostras de DNA). As caixas estão conservadas em *freezers* a uma temperatura de -20°C e identificadas com um número (Herrera *et al*, 2018, p. 9)

Se um arquivo pode ser considerado uma espécie de armazenador externo que libera a memória do corpo, fixando-a em um suporte outro (Assmann 2011, p. 367), é possível ver o *Archivo Nacional de Datos Genéticos* como um armazenador de materiais orgânicos, extraídos do corpo humano, com a finalidade de fixar a memória e torná-la incontestável. O *Archivo* do *Banco*, de seu lado, pode ser entendido também como o testemunho biológico da Ditadura. Ele é o guardião das ferramentas necessárias para produzir provas judiciais, logo, ele também é instrumento de resistência e luta por justiça em relação à *apropiación* de crianças por motivos políticos⁴². Por isso, ele se aproxima da ideia de arquivo discutida pelo antropólogo Alexandre Bispo em sua pesquisa sobre o arquivo de duas mulheres negras na cidade de São Paulo, Brasil: os arquivos conservam materiais que engendram e alimentam práticas e lutas (Bispo, 2019, p. 21).

A luta que o *Banco* fomenta se inicia pela identificação das crianças *apropiadas*. Nesse sentido, na condição de mecanismo juridicamente confiável para produzir provas fidedignas do âmbito da natureza, o *Banco* proporciona a devolução de informações usurpadas a respeito da identidade pessoal. Desse modo, por meio dos exames realizados a partir do seu acervo, ele é capaz de fazer reaparecer pessoas que revelam histórias ocultadas e deflagram memórias sobre o período militar.

A identidad, a justiça

No esforço de mostrar que suas demandas não se reduziam a simples conflitos de filiação, *Abuelas*, apoiada nos direitos e nas garantias à pessoa humana assegurados pela *Constitución de la Nación Argentina*, alegou na Justiça que os elementos básicos que protegem e identificam uma pessoa – considerados nome e sobrenome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, relações étnicas e culturais – haviam sido retirados das crianças *apropiadas* (Villalta, 2005).

Com base em tais argumentos, em 1987, a Justiça definiu uma ideia de *identidad* e estabeleceu duas orientações: a supressão da *identidad* foi um feito deletério e a sua

⁴² Em 2021, o *Banco* passou a receber amostras de DNA de mães que buscavam seus filhos nascidos no mesmo período que as crianças *apropiadas*, mas que foram roubadas por motivos não relacionados à Ditadura. Com isso, o *Banco* conseguiu identificar doze jovens que procuravam suas origens, mas cujos exames de DNA, quando cruzados com os de familiares de *desaparecidos*, tiveram resultado negativo. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2021-12-06/argentina-abre-su-politica-de-identidad-a-madres-de-ninos-robados-fuera-de-la-dictadura.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

restitución seria um ato reparatório (Zanotti, 2005). Em sentido jurídico, a *restitución de la identidad* significava “a recuperação dos elementos básicos da pessoa humana”, entre os quais a origem biológica. Essa conquista jurídica de *Abuelas*, consolidada nos conhecidos “artigos argentinos” – artigos 7 e 8 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança⁴³ – construiu a ideia do *derecho a la identidad*⁴⁴. Por meio da noção de direitos da pessoa, estabeleceram-se condições de possibilidade para a elaboração e o reconhecimento social das experiências de sofrimento das avós, bem como para a construção social das vítimas do crime de *apropiación*. Ao lado disso, foi possível legitimar as demandas de *Abuelas*. Assim, as crianças tornaram-se sujeitos de direito à *identidad* e ao conhecimento de suas origens biológicas.

O ativismo político e jurídico, bem como as campanhas de *Abuelas* na mídia focalizadas na ideia do *derecho a la identidad* (de modo a estimular pessoas a conhecerem sua origem biológica ou a contribuírem com informações sobre o paradeiro dos *nietos* e *nietas*) conduziu, a partir do final da década de 1990, ao aumento das *presentaciones espontáneas*: jovens que, ao suspeitarem ser filhos de *detenidos-desaparecidos*, procuraram *Abuelas* com o intuito de esclarecer suas origens⁴⁵.

Mas se a maioria dos jovens que supunham ser crianças *apropiadas* concordava em realizar o teste genético, a partir de 1997 alguns deles passaram a recusar o exame. Outros ainda, que sabiam ser filhos de *detenidos-desaparecidos*, demoravam a procurar *Abuelas* para conhecer suas origens. Tal recusa e/ou adiamento da decisão se deviam, segundo relatos de *nietos restituidos*, ao fato de que os seus supostos pais lhes pediam para não se submeterem ao exame, pois se o fizessem estariam colocando-os no banco

⁴³ O artigo 7 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas diz: “a criança será inscrita imediatamente depois do seu nascimento e terá direito desde que nasce a um nome, adquirir uma nacionalidade e, na medida do possível, conhecer seus pais e a ser cuidado por eles. Os Estados Partes velarão pela aplicação desses direitos em conformidade com sua legislação nacional e as obrigações que tenham contraído em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes nessa esfera sobretudo quando a criança resulte de outro modo apátrida”. O artigo 8 decreta: “quando uma criança seja privada ilegalmente de alguns elementos de sua identidade ou de todos eles, os Estados Partes deverão prestar assistência e proteção apropriadas com vistas a restabelecer rapidamente sua identidade” (Convenção sobre os direitos da criança, 1989).

⁴⁴ Discuti o assunto com Carla Villalta em trabalho apresentado no GT12. “Interseções da antropologia com os direitos de crianças, adolescentes e jovens”, coordenado por Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS) e Assis da Costa Oliveira (UFPA), do VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito. O trabalho está publicado no dossiê do Encontro na Revista *Abya-Yala* (Villalta; Murillo, 2019).

⁴⁵ O ativismo de *Abuelas* pelo *derecho a la identidad* dos *nietos* e *nietas*, desse modo, se disseminou para além do movimento de *familiares de desaparecidos*. Hoje em dia há diversas organizações formadas por pessoas adotadas ou registradas falsamente como filhas biológicas de casais com os quais não possuem vínculos de sangue, que não são filhas de *desaparecidos* e que empreendem um grande esforço para encontrar as suas origens. Para uma análise mais profunda sobre esse movimento, ver a tese de doutorado de Soledad Gesteira (2016).

dos réus. Ao mesmo tempo, a realização do teste teria como resultado a produção de uma prova contra as pessoas que eles admiravam e amavam. Assim, como maneira de protegê-los e evitar uma eventual acusação judicial, alguns *nietos* ficavam em silêncio durante anos ou se esquivavam do exame, até mesmo fugindo para países fronteiriços de modo a escapar dos chamados.

Em 2003, a *Corte Suprema de Justicia de la Nación* declarou admissível o pedido da *nieta* Evelin Karina Vásquez Ferrá (uma jovem *apropiada* por um militar e suspeita de ser filha dos militantes *desaparecidos* Susana Pegoraro e Rubén Bauer) de não realizar o exame. Diante dessa negativa e da de outros *nietos* e *nietas*, *Abuelas*, ao lado do *Poder Ejecutivo de la Nación*, impulsionou uma série de políticas em favor da assistência e acompanhamento dos processos de *restitución de la identidad*. Entre eles, um projeto de lei para incluir no Código Penal um artigo indicando que se a identificação de uma pessoa implicada em uma ação judicial fosse necessária, seria indispensável garantir a obtenção de DNA por meios distintos da inspeção corporal (Sucari; Murillo, 2023)⁴⁶. A atitude se apoiava no desenvolvimento, no final da década de 1990, da tecnologia para examinar material genético proveniente de fontes alternativas ao sangue mencionada linhas acima. Sabendo-se que o DNA estava presente em todas as células do corpo, objetos que continham pele, unhas, saliva passaram a ser suficientes para a identificação quando *nietos* se recusassem a extrair amostras sanguíneas (Abuelas de Plaza de Mayo, 2008, p. 118).

A sanção da Lei n.º 26.549, conhecida como *Ley de ADN*, que decretava a inclusão do artigo 218 bis, ocorreu em 18 de novembro de 2009 durante o governo de Cristina Kirchner (2007-2015). A partir dessa norma, três novos aspectos ficavam definidos: a obtenção compulsiva de DNA, tanto através de uma amostra obtida do corpo, como mediante objetos pessoais que contenham materiais genéticos; a coleta de material genético deveria ser realizada sem uso da força evitando a revitimização da pessoa envolvida; e, por último, foi considerado a condição de cada indivíduo, como o seu gênero, visando não afetar sua intimidade e pudor (Sucari; Murillo, *op. cit.*). Em suma, a recolha de material genético dos jovens deixou de ser uma escolha individual, mas um dever cívico resguardado pelo Estado. Quer dizer, a obtenção de DNA tornava-se de

⁴⁶ Esse projeto fazia parte do conjunto de propostas de lei derivado do *Acuerdo de Solución Amistosa* entre *Abuelas* e Estado, apresentado em páginas anteriores, do qual fazia parte a reforma da lei de criação do *Banco Nacional de Datos Genéticos* e a recomendação de sua transferência.

responsabilidade do Estado que, em caso de negativa da pessoa implicada, poderia ordenar a obtenção por meio do *allanamiento*⁴⁷.

A extração compulsiva do DNA levantou debates éticos, políticos e jurídicos que perguntavam qual direito deveria prevalecer: o “direito à intimidade” ou o “direito à verdade”? Por um lado, defendia-se o direito de qualquer pessoa à intimidade, integridade física e moral (artigo 5º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos); por outro, argumentava-se que, sendo a *apropiación* um crime contra a humanidade, o Estado deveria responder aos pactos internacionais e garantir aos *familiares de desaparecidos* o “direito à verdade e à justiça” (Sucari; Murillo, *op. cit.*). Sanjurjo adiciona: a nação argentina deveria resolver os crimes cometidos durante a Ditadura para constituir-se como sociedade democrática⁴⁸.

Além disso, sendo signatário da Convenção pelos Direitos da Criança, o Estado argentino, por meio da Justiça, deveria proteger o direito ao conhecimento das origens. O apagamento dos laços de sangue foi forjado por militares e servidores públicos do Estado por meio do falso registro como filhos próprios e da “adoção plena” (Villalta, 2012). Em relação à primeira estratégia, os *apropiadores* inscreveram essas crianças no Registro Civil como filhos biológicos, sem passar por qualquer processo legal de adoção⁴⁹. Os registros falsos, ainda que previstos como atos criminosos pelo Código Penal argentino, eram tolerados socialmente e pouco julgados uma vez que, sendo os filhos de *detenidos-desaparecidos* caracterizados como “abandonados”, os atos eram entendidos como humanitários e de caridade. “Uma prática costumeira que, embora formalmente constituísse crime, era socialmente tolerada e, conseqüentemente, vista como outra forma de adoção” (Villalta, 2010, p.3). Já a “adoção plena” era um processo de adoção cuja característica principal era substituir definitivamente a filiação biológica pela filiação adotiva, incorporando plenamente o adotado à família adotiva. Para ser efetiva, a adoção deveria “imitar a natureza”, na medida em que os futuros “adotantes” queriam que os filhos adotivos fossem iguais aos filhos biológicos; desse modo, todos os vestígios da filiação anterior deveriam ser eliminados. Esses procedimentos burocráticos

⁴⁷ Para Ari Gandsman, a nova medida considerou “que o mal da extração compulsória não estava em seus fins (obrigar alguém a conhecer a sua identidade biológica), mas em seus meios (uma picada de agulha)” (2009, p. 180). Eu sugeriria que a medida da obtenção compulsória de DNA por meios alternativos ao sangue teve como base fundamental menos o procedimento de coleta e mais os seus efeitos: liberar os *nietos* e *nietas* do sentimento de culpa que a responsabilidade por decidir se realizar o exame ou não, carregava.

⁴⁸ Para conhecer esse debate com mais detalhes ver Sanjurjo (2012, p. 429-30) e Sucari e Murillo (*op. cit.*).

⁴⁹ No Brasil, esse procedimento é conhecido como “filiação substituta” ou “adoção à brasileira”, conforme observa Claudia Fonseca (2014). A prática é tipificada como crime sob pena prevista nos artigos 242 e 297 do Código Penal brasileiro.

consolidaram o apagamento de qualquer rastro documental dos filhos de *detenidos-desaparecidos* (Regueiro, 2013). Com a ausência total de pistas em papel na busca pelas crianças desaparecidas – uma vez que elas eram registradas nas instituições de acolhimento como *N.N.* ou como filhas biológicas dos *apropriadores* – a genética se apresentava como documento privilegiado, duradouro e fidedigno.

Ao expor laços de parentesco com os *desaparecidos* e mortos pela Ditadura, o material genético mostra também as artimanhas empregadas pelos militares para apagar crimes (como o roubo de bebês e os desaparecimentos forçados), bem como a aceitação, por parte dos parentes, de que os pais das crianças foram assassinados. Não foram poucas as vezes que ouvi que o encontro de um *nieto* ou *nieta* é uma maneira de (re)viver a presença dos *detenidos-desaparecidos* e, ao mesmo tempo, de encontrar, com a ajuda dos testemunhos e documentos, informações sobre os percursos dos *desaparecidos* quando estiveram nas prisões clandestinas. Dessa maneira, o DNA dos *netos* e *netas* se apresentou como meio legítimo para conhecer e reconstruir *la verdad* também sobre o paradeiro dos pais. E a recusa de alguns em realizar o exame foi interpretada como interferência dos *apropriadores* para dificultar as investigações.

A esse respeito, o livro da organização “*La Historia de las Abuelas*” cita as palavras de Manuel Gonçalves Granada, *nieto* localizado pela Equipe Argentina de Antropologia Forense em 1995, *restituído* em 1997 e atualmente membro da Comissão Diretiva de *Abuelas*: “o jovem com dúvidas [sobre sua origem] não escolhe a partir de uma posição absolutamente livre, por isso é necessário liberá-lo do peso dessa decisão. A Justiça teria que dizer que houve um crime e que em seu DNA está a prova desse crime”. O Estado, como afirma *Abuelas*,

teria que explicar à sociedade o que ocorreu durante a Ditadura e o que ocorreu – do qual o Estado é responsável e em consequência toda a sociedade – deve ser resolvido de alguma forma, em determinados casos, por meio de um exame genético. Só assim a sociedade se conscientizará” (*Abuelas*, 2007, p. 176).

Como vimos com os relatos de Juan Cabandié e Paula Logares, o sangue confirma lembranças pessoais e faz reencontrar a verdade sobre a origem. Ele também é o instrumento fundamental para levar a sociedade a “tomar consciência” ou, eu diria, para

conhecer e construir uma narrativa cívica sobre a Ditadura⁵⁰. Ao lado disso, conforme Carla Villalta, a *apropiación criminal de niños* pode ser considerada um “evento crítico”, nos termos de Veena Das (1995), uma vez que “teve efeitos políticos e sociais que contribuíram tanto para redefinir e reorganizar significados e categorias tradicionais, como para conformar uma nova retórica pública” (Villalta, 2013, p. 186). Por essas razões, acredito que os casos da *restitución* dos *nietos* e *nietas* deixam ver relações entre memória, parentesco e política, podendo ser aproximados às análises indicadas por Janet Carsten que buscam compreender o modo como memórias pessoais e familiares interagem e contribuem para eventos políticos, ao mesmo tempo, a maneira como em eventos políticos o parentesco emerge como um tipo particular de sociabilidade em que certas disposições para o passado, presente e futuro são possíveis, enquanto outros são excluídos (Carsten, 2007)⁵¹. Pensando por esse ângulo, não parece exagerado afirmar que os casos dos *nietos* e *nietas* podem também ser associados às práticas de memória dos sertanejos do sertão de Pernambuco examinados por Ana Cláudia Marques em que o conhecimento genealógico é um dos instrumentos fundamentais de acesso ao passado e de coletivização da memória (Marques, 2015). Contudo, se para os sertanejos o conhecimento genealógico serve para reorganizar relações e coletivizar a memória, no caso das *abuelas*, *nietos* e *nietas* que lançam mão da tecnologia genética, esse saber também é ativado como prova legítima, tanto do parentesco como de crimes de lesa-humanidade, uma vez que fornece argumentos legítimos em suas reivindicações. Desse modo, eles se aproximam das situações analisadas por Claudia Fonseca a respeito dos usos do exame de DNA para localizar filhos separados dos pais com hanseníase no contexto da política do Estado brasileiro de combate à doença. Em seu estudo o teste emerge como a “‘prova válida’, uma das tecnologias concretas que medem e calculam o que as pessoas sabem e sentem”. Assim, Fonseca propõe falar em “avaliação”, “acerto de contas” e “cálculo” (*recknonig*) (2015a, p. 80). Vale recuperar a fala de Juan Cabandié – “Por muito tempo estive em busca de algo e há dois anos, sem elementos contundentes, dei nome ao que procurava: sou filho de *desaparecidos*” – e de Paula Logares – “se não quis em nenhum momento voltar à outra família, é porque em algum lugar na minha

⁵⁰ No dia 20 de novembro de 2003, alguns *nietos* e *nietas* já *restituidos* visitaram o então presidente Néstor Kirchner para reivindicar uma lei que estabelecesse a obrigatoriedade da realização do exame de DNA e que os reconhecesse como *ex-desaparecidos* (Abuelas, 2007b, p. 97).

⁵¹ Janet Carsten se inspira na noção de “evento crítico” de Veena Das. Os “eventos críticos” modelam grandes questões históricas e afetam a vida cotidiana das pessoas, instaurando novas ações e linguagens não previstas (Das, 1995; 2020).

memória aqueles momentos estão registrados”. O DNA vem para confirmar ou tornar legível, para dar forma e nome a algo que *nietos* e *nietas* já intuía.

Sendo a única ferramenta para identificar a família das crianças *apropiadas*, o DNA converte-se no instrumento exclusivo capaz de atestar lembranças pessoais, aceder a histórias de família, reorganizar relações familiares e reivindicar a reparação ao Estado. O sangue que corre nas veias dos *nietos*, codificado pela tecnologia genética, expõe, estabiliza e situa a *verdad* tornando-a irrefutável. Finalmente, o conhecimento e a difusão de todas essas histórias tornam-se meios fundamentais para conhecer práticas e políticas do regime militar.

Se por meio da adulteração dos documentos escritos sobre a origem dos filhos e filhas de *desaparecidos apropiados* (pela adoção forjada e registro falso) os militares controlaram as informações sobre a Ditadura e sobre o parentesco, é com a ajuda decisiva do DNA que se esclarecem as origens pessoais, familiares e a história do país. O DNA é documento, única prova válida de identificar pessoas e capaz de levar a cabo o “acerto de contas” com o passado. E o *Banco*, como arquivo capaz de guardar as amostras de DNA para o futuro, é um recurso fundamental para que essa tarefa seja exitosa.

Espero ter deixado claro que o conjunto das técnicas biogenéticas (que congregam histocompatibilidade, DNA nuclear e DNA mitocondrial), que define o “*índice de abuelidad*”, ao solucionar demandas familiares, atravessa as fronteiras do doméstico, tocando questões nacionais e históricas. Afinal, conhecer a origem biológica torna-se um dever cívico e moral. Ao realizarem o exame de DNA, pessoas até então mantidas no anonimato, tornam-se *nietos* e *nietas* de *Abuelas* e passam a levantar questões de interesse comum. Desse modo, o conhecimento das origens por *nietos* e *nietas* desenha percursos complexos, produzindo efeitos diversos: ele incita narrativas sobre a repressão ditatorial; entrelaça dimensões individuais e cívicas; associa eventos extraordinários e íntimos, enredos familiares e históricos. Como veremos nos próximos capítulos, por meio do conhecimento das origens, o parentesco, a pessoa e o passado do Estado autoritário e da nação podem ser conhecidos, avaliados e reconstruídos.

Capítulo 2

Modos de reencontrar passados. *¿Quién soy?*

*Si naciste entre 1975 y 1980 y tenés dudas sobre tu identidad acercáte a las abuelas*⁵². Ao longo da minha pesquisa, vi essa frase circulando em diversos meios de comunicação argentinos: na televisão, nos jornais, nas redes sociais, ouvi-a pelo rádio e me deparei com ela em *outdoors* espalhados pelas ruas de diversas cidades do país. Cada vez que comentava sobre o motivo da minha viagem à Argentina com pessoas das mais diversas faixas etárias com quem tive contato momentâneo (taxistas, feirantes, médicos, cabeleireiras etc.), elas sabiam me dizer algo sobre a Ditadura, conheciam a procura de *Abuelas* e ao menos a história do *nieto* de Estela de Carlotto. Mas foi, sobretudo, durante o meu terceiro período de campo, entre outubro de 2018 e maio de 2019, que percebi: além de amplamente conhecida, a busca pelos *nietos* é uma tarefa de toda a sociedade argentina, envolvendo não apenas aqueles mais diretamente afetados pelos sequestros e desaparecimentos.

Em 2018, fiquei hospedada, quando de minha chegada, na casa de Rosalía⁵³, na avenida Rivadavia a cinco quadras do Congresso Nacional. Rosalía, uma senhora na faixa dos sessenta anos, não é parente de *desaparecidos* nem tem ligação direta com a Ditadura, mas em sua casa, assim como em várias outras que visitei, há imagens à vista de recém-chegados que se referem à luta dos familiares de *desaparecidos*.

Logo que cheguei à casa de Rosalía, topei com três ímãs colados na geladeira: uma fotografia de Hebe Bonafini (presidenta de Asociación Madres de Plaza de Mayo), outra de Estela de Carlotto e uma ainda em que figuravam três *madres* da organização *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*.

⁵² Caderno de campo, outubro de 2018.

⁵³ Nome fictício.



Figura 2 – Fotografias na geladeira de Rosalía

Fonte: Acervo pessoal. Crédito fotográfico: Aline Lopes Murillo.

Tempos depois, ao visitar um apartamento mobiliado alugado por amigos brasileiros que ficariam poucos dias em Buenos Aires, encontrei, emoldurado e pendurado em uma coluna entre a sala de jantar e a cozinha americana, um cartaz da campanha de *Abuelas*: “*La identidad no se impone*”, de 1993, com a fotografia de Eva Perón colada em seu canto esquerdo inferior. No centro dele destacava-se uma mão aberta cujas pontas dos cinco dedos estavam forradas com folhas de papel branco cada uma delas precariamente presa ao dedo com um arame que o envolvia. Sobre tal cobertura, figurava uma digital impressa em tinta preta. A imagem, que obviamente remetia às práticas de identificação pessoal, a meu ver, era uma clara referência aos atos de falsificação ideológica que fez desaparecer filhos e filhas dos militantes dos anos 1970.

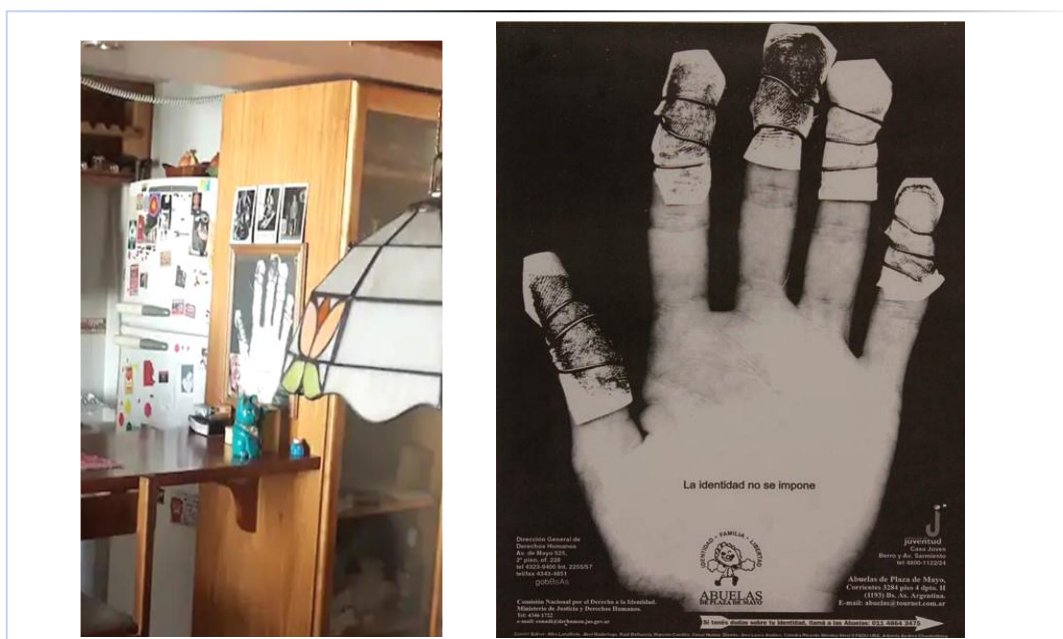


Figura 3 – Cartaz “*La identidad no se impone*” – *Abuelas de Plaza de Mayo* 1993

Fonte: Acervo pessoal. Crédito fotográfico: Aline Lopes Murillo. 76.11 afiches (2011).

Ao deparar-me com essas imagens, pensei que em tempos de avanço da ultradireita na América do Sul, como os que assistimos em 2018, elas pareciam avisar os passantes, sobretudo os estrangeiros, que a luta dos familiares de *desaparecidos* se inscrevia no interior das casas e mobilizava pessoas como Rosalía. Em uma das nossas últimas conversas, regadas a vinho e empanadas, antes de minha mudança de casa, ela me disse que há algum tempo estava “encorajando uma pessoa que poderia ser uma das crianças *apropiadas* a procurar *Abuelas* para esclarecer a dúvida”.

Nunca soube se Rosalía teve êxito na tarefa, mas me parece importante destacar o alcance da luta de *Abuelas*. Ela faz parte do cotidiano, do ambiente doméstico, da vida de grande parte dos lares argentinos⁵⁴. Para Rosalía e muitos outros, o aparecimento de um *nieto* é mais do que a notícia de que uma família encontrou um parente perdido, trata-se da *verdad*, de desvendar ocultações, de recordar dos horrores da Ditadura e esclarecê-los “para que não se repitam”, me disse certa vez. Os aparecimentos de *nietos* e *nietas* e os seus pronunciamentos a respeito da *apropiación* e da *restitución* também funcionam como meio para as pessoas discutirem e inquerirem o passado de maneira a poderem reformulá-lo.

No dia 5 de agosto de 2021, *Abuelas* publicou em suas redes sociais um texto sobre o encontro do neto de Estela de Carlotto, presidenta da associação, Ignacio Montoya Carlotto, conhecido como “Pacho”, *nieto restituído* no dia 5 de agosto de 2014, aos 36 anos. Junto ao texto, uma fotografia, provavelmente de 2021, enviada por Ignacio em que ele está abraçado a Estela, ambos sorrindo. Até dezembro de 2022, a publicação tinha recebido mais de 20 mil curtidas e inúmeros comentários endossando o sentimento comum que o encontro gerou. A título de exemplo, uma pessoa marcou outro perfil e escreveu: “lembro desse dia como se fosse ontem. Abraçadas chorando em frente à televisão em um estúdio de TV. Momento maravilhoso”. Ao que a pessoa marcada respondeu: “siiim estávamos juntas!!”. Outra pessoa comentou: “Dia 5 de agosto deveria ser o ‘Dia da Esperança’. Obrigada por tanto queridas *Abuelas*. #vamosencontrá-los”. Estela também marcou esse apoio ao dizer em uma entrevista que as pessoas sempre que a veem contam o que estavam fazendo quando o seu neto foi encontrado: “Todos dizem.

⁵⁴ É importante sublinhar que essa presença provém de inúmeras atividades educativas e pedagógicas, principalmente nas escolas, dedicadas ao tema. Desde 1998, a partir de um decreto do presidente Carlos Menem, as instituições educativas devem dedicar o dia 24 de março a realizar uma análise crítica do Golpe Militar. Igualmente, que a partir de 2006 a data se tornou feriado o que permitiu uma celebração das vítimas em maior escala. Desse modo, quero dizer que há um uma presença importante do assunto, mas a maneira como é lembrado e tematizado nos lares é múltipla e diversa.

‘Você sabia, Estela, [...] eu estava fazendo uma *tortilla* que queimou porque quando ouvi, vi na televisão, comecei a gritar, comecei a ligar para o meu marido!’ (Villalta; Gesteira, 2019b, p. 23). Esse sentido comum e generalizado da busca pelas crianças desaparecidas na Argentina foi construído com a ajuda fundamental da organização *Abuelas* ao longo de décadas, a partir de apelos contundentes e reiterados à sociedade para que se engajasse no conhecimento da *verdad*.

Para os *nietos* e *nietas*, por sua vez, descobrir serem uma das crianças sequestradas, filhos e filhas de *desaparecidos*, além de trazer respostas a dúvidas pessoais, permite levantar questões a respeito de filiação, maternidade e paternidade, esclarecendo dimensões de suas vidas e personalidades e fatos do regime militar. Neste capítulo, exploro os efeitos e os modos como *nietos* e *nietas* lidam com o conhecimento do parentesco biológico, modos e atitudes que impactam e ajudam a construir uma narrativa cívica. Afinal, o exame de DNA abre portas para um outro mundo que complexifica simultaneamente concepções de identidade pessoal, de filiação e de verdade histórica. De modo a aquilatar a força e a pensar os rebatimentos e alcances do conhecimento genealógico, analiso alguns relatos singulares, pensando-os como práticas e operações: o que fazem, engendram e produzem⁵⁵. Acompanho assim alguns percursos de *restitución de la identidad*, desde as dúvidas sobre a origem até a confirmação do parentesco biológico; examino narrativas públicas (em documentários, audiências judiciais e autobiografias) e entrevistas que realizei. Como forma de complementar a análise e a ampliar a compreensão das narrativas, lanço mão de matérias de jornais, e de estudos de historiadores, antropólogos, sociólogos e defensores dos direitos humanos, além de anotações de meu caderno de campo.

Recusar, *aparecer*

“Eu era filha da subversão. A subversão era algo espantoso contra o qual o meu pai tinha lutado toda a sua vida, é difícil explicar, mas para mim a subversão não tinha

⁵⁵ O exame das histórias e dos modos específicos de lidar com o conhecimento do parentesco biológico não significa um enfoque no indivíduo. O estudo das práticas, como observa Michel de Certeau, mostra a pluralidade de ações que compõem uma “cultura”. Dessa forma, o foco da análise recai sobre a multiplicidade de “modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor ou seu veículo” (2007, p. 38).

corpo, que dirá alma, era algo que eu não sentia”⁵⁶. Foi assim que Hilda Victoria Montenegro explicou, no oitavo capítulo da série documental *99,99% La Ciencia de las Abuelas* que foi ao ar em 2015, como ela recebeu a notícia de não ser filha biológica daqueles que a haviam criado: Herman Tetzlaff, tenente-coronel do exército argentino integrante da *Aliança Anticomunista Argentina (Triple A)* e de sua mulher⁵⁷. Ela descobriu serem seus pais um casal de militantes políticos do *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)* dizimado pela *Triple A*⁵⁸. Victoria, como ficou conhecida, foi sequestrada por Herman com apenas 13 dias quando este e sua equipe invadiram a sua casa em uma operação militar *contra la subversión*. Ela foi então registrada por Herman como María Sol Tetzlaff Eduarte ao mesmo tempo que seus pais desapareciam.

Devido a uma denúncia, o caso de Victoria começou a ser investigado por *Abuelas* em 1984. Em 1988, iniciou-se a ação judicial e, no início da década de 1990, a organização solicitou a feitura de um primeiro exame de paternidade. Maria Sol, com cerca de 16 anos, foi então com Herman ao Hospital Durand para realizar o teste; “era só mais um trâmite, não ia dar em nada”, ela explicou em sua autobiografia intitulada *Hasta Ser Victoria* (Montenegro, 2020, p. 96).

Nessa época, início da década de 1990, como vimos no capítulo 1, estavam em debate os efeitos da comprovação do parentesco biológico das crianças procuradas por *Abuelas* na configuração da família que as criava. Além disso, a Argentina vivia um contexto em que vigoravam leis e decretos de perdão a civis e militares que haviam cometido crimes contra a humanidade durante a Ditadura, as normas conhecidas como *leyes de impunidad*⁵⁹. Carlos Menem (que governara o país entre 1989 e 1999), em seus primeiros dois anos de mandato, diante de uma série de levantes militares que ocorreram entre 1987 e 1990 (levantes “Carapintadas”), assinou dez decretos de perdão (os *Indultos*

⁵⁶Hilda Victoria Montenegro. *99,99% La ciencia de las abuelas*. Capítulo 8. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rNcqWE8M9I4>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁵⁷ A *Aliança Anticomunista Argentina (Triple A)* foi uma milícia paraestatal cujo objetivo era eliminar a esquerda. Liderada por José López Rega, ministro do Bem-estar Social (1973-1975), o grupo formado pelo setor conservador do peronismo, por sindicalistas anticomunistas, pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal assassinou estudantes, artistas, religiosos, intelectuais e políticos de esquerda. Para conhecer mais sobre a atuação da *Triple A* na espiral de violência que levou à Ditadura em 1976, conferir Marina Franco (2012); sobre a *Triple A* a partir da história de seu líder, ver a biografia de José López Rega escrita por Larraquy (2004).

⁵⁸ O *PRT-ERP* foi um partido político fundado por militantes marxista-leninistas argentinos em 1965, que exerceu a luta armada entre 1970 e 1977, ano que foi praticamente aniquilado pela *Triple A*. Para um estudo sobre a imaginação política, das práticas e regulação dos modos de agir da organização, cf. Vera Carnovale, 2011.

⁵⁹ Ver nota 34 sobre a *Ley de Punto Final* e a *Ley de Obediencia Debida*.

de Menem) incluindo os comandantes das Juntas Militares que já haviam sido condenados em 1985⁶⁰. Ao mesmo tempo, Menem alçava um discurso de “reconciliação nacional” gerando um clima adverso para as organizações de direitos humanos, especialmente à *Abuelas* uma vez que a contribuição do governo federal ao *Banco Nacional de Datos Genéticos* foi praticamente nula⁶¹. Talvez por isso, Herman e María Sol tivessem a confiança de que o caso “não daria em nada”. Mas o resultado do teste foi negativo e, porque María Sol estava registrada como filha biológica de Herman, iniciou-se um processo contra ele por *apropiación* de crianças. Em 1997, quando María Sol já tinha cerca de 20 anos, Herman foi preso.

No Juizado Federal n.º 1 de San Isidro, zona norte da Grande Buenos Aires, ela entrou sozinha na sala, sentou-se, assinou um papel e o secretário lhe disse: “Queremos notificar-lhe que, como já deve saber, prendemos Tetzlaff. Ficou comprovado por 99,99% que o casal Tetzlaff/Eduartes não tem relação biológica com você”. Ao que María Sol apenas respondeu: “eu fico com o 0,01%” (Montenegro, 2020, p. 115). Em sua autobiografia, ela disse que naquele momento sentiu:

dor e desejo de morrer, não podia pensar em nada, só nele, nos seus remédios, que ele estava preso, que estava sozinho. E que estava detido por minha causa [...]. Eu nunca tinha odiado até que o levaram preso. Então odiei, odiei, odiei. Odié também o advogado que me aconselhou a deixar que me tirassem sangue. Era por causa do meu sangue que Herman estava preso. Eu tinha estendido o braço, eu lhes dei o meu sangue. Nunca tinha sentido tanta culpa, tanta dor, tanto ódio (Montenegro, 2020, p. 113-119).

A ausência do chefe da família produziu transformações na vida doméstica. Na mesma autobiografia, Victoria descreve a mudança da rotina familiar e do trabalho após a prisão de Herman:

Nenhum de nós sabia o que era pagar uma conta, o que era precisar de algo e não poder comprar. Comíamos fora todos os dias. Eu e minha irmã estávamos casadas, mas sabíamos que qualquer problema que

⁶⁰ “Carapintadas” é o nome que os jornalistas deram às quatro sublevações militares ocorridas na Argentina entre 1987 e 1990, em que um grupo de militares do Exército se apresentava com os rostos camuflados com pinturas de guerra. Embora tenham sido derrotados, os levantes pressionaram os governos democráticos (de Alfonsín e Menem) a sancionar as *leyes de impunidad* e a dar seguimento às políticas econômicas neoliberais iniciadas durante a Ditadura. Para aprofundar o conhecimento sobre as sublevações “carapintadas”, ver Ernesto López (1988), Marcelo Sain (1994), Paula Canelo (2011) e Germán Soprano (2016).

⁶¹ Para uma análise mais profunda sobre as resistências e obstáculos enfrentados pelos movimentos de direitos humanos nesse período, cf. Laino Sanchis (2020a, p. 265-274) e Villalta (2021).

tivéssemos, o pai resolveria. E de repente ele não estava mais (Montenegro, 2020, p. 117).

Mas se tudo parecia sofrimento, é possível notar, nas entrelinhas, que ela não deixava de perceber a conduta cruel do militar e o alívio em tê-lo fora de casa. No mesmo parágrafo, menciona sutilmente como a ausência Herman não parecia ruim para Mary (esposa de Herman): “Mary estava doente, não estava feliz em saber que Herman estava preso, mas tampouco estava triste”. Isso porque, linhas antes, Victoria havia dito que a mulher era vítima de agressões do marido.

A perversidade, como atitude típica dos militares, é também exposta na autobiografia por meio do relato do comportamento dos sócios de Herman; eles também militares, que, ao saberem de sua prisão e apesar da situação de desamparo das mulheres da família, as ameaçaram e as destituíram da empresa, deixando-as em condição de vulnerabilidade econômica. Nas palavras de Victoria:

Eu cuidava dela, da casa, das crianças. Minha irmã cuidava da empresa de segurança que meu pai possuía. Sua prisão se tornou pública e, em seguida, os sócios da empresa começaram a pressionar para que ele se desligasse, porque todos estavam expostos. Eles ligavam o tempo todo, nos pressionavam (Ibidem).

Vale observar que o exame de sangue que levava Herman à prisão não identificava o grupo familiar ao qual Victoria pertencia. A comprovação de que ela era Hilda Victoria Montenegro, filha de Hilda Torres e Roque Montenegro, 66ª *nieta restituida*, chegaria apenas em 2000, com um segundo exame de DNA, desta vez realizado por meio da comparação de seu sangue com as amostras de grupos familiares mantidas no *Banco de Datos Genéticos*. Ela descreveria essa descoberta na série documental de 2015:

Victoria: Eu não encontro outra palavra para dizer o que aconteceu comigo em 2000, não é que eu tenha recuperado minha *identidad* no ano 2000. Eu não recuperei minha *identidad* no ano 2000, no ano 2000 me dão um papel onde diz que eu estive 25 anos desaparecida e então apareço. A partir daí eu vou daqui para lá, avanço, retrocedo, não importa, *pero soy yo*.

Entrevistador: E isso é um processo que ainda continua e que ainda se move e que vai continuar se movendo durante a vida toda, não?

Victoria: É ter que reconstruir toda a sua vida com muitas coisas que me atravessaram, que não se dissolvem. [...] eu mentiria se dissesse que tudo isso que eu vivi nesses 25 anos [antes de saber que é filha de *desaparecidos*] foi apagado e agora sou outra. Não, esses anos fazem parte da minha vida. Eu posso decidir guardar as coisas boas que vivi

nesses anos, que acrescentam. [...] É complicado porque é como parir a si mesmo. Fazer renascer em si o que a tua vida deveria ter sido e adequar isso à realidade que construiu antes de saber a verdade. No meu caso, quando apareço, já estava casada e tinha meus três filhos. Eu formei a minha família com uma ideia que para mim era boa e na qual eu acreditava. Então, no início, eu me abraçava a essa ideia, porque se ela caísse, caía tudo, caía toda a minha vida.

Tomar conhecimento da sua origem, quer dizer, de ser filha de militantes e uma das crianças *apropiadas*, faz “aparecer” uma pessoa que esteve “desaparecida” por vinte e cinco anos. Mas esta que “apareceu”, diz Victoria, não substitui aquela que se formou pela *apropiación*, ao contrário, elas se combinam. Em outras palavras, o seu (re)aparecimento “fez nascer” alguém que ajusta a história de María Sol à história de Hilda Victoria. Continua ela na autobiografia:

Eu sei que Herman e Mary não são meus pais e o que fizeram é aberrante, mas são muitos anos de convivência, muita vida que não se apaga⁶². Acho, em primeiro lugar, que a gente precisa ser sincero consigo mesmo. Em mim, surgem contradições, enormes contradições. Eu quero poder chamar cada coisa pelo seu nome, mas ainda não consigo. Só me resta respeitar o tempo desses processos. É muita coisa que a gente precisa depurar. Eu vivi mais tempo como María Sol do que como Victoria. Quando se conhece a verdade tem que depurar tudo: a violência, o ódio, a formação ideológica, os afetos, as contradições (Montenegro, 2020, p. 117-118).

Se Herman e María Sol não se opuseram à realização do teste de paternidade no início da década de 1990, outros *nietos*, localizados a partir de 2004 (quando as *Políticas de Memoria, Verdad y Justicia* começaram a se concretizar e o exame de DNA a adquirir maior credibilidade, produzindo efeitos sobre as sentenças) se serviram de diversos recursos para evitar a realização do exame. Apenas, posteriormente, aceitaram o conhecimento das origens. Esse é o caso das *nietas* Evelin Bauer Pegoraro e Catalina de Sanctis Ovando, cujos testes de DNA foram realizados compulsoriamente em 2008.

⁶² Quando Victoria recebeu, em 2000, o resultado do exame de DNA e a informação de que ela era filha de Hilda e Roque, seu *apropiador* disse-lhe que ele próprio havia “abatido” seus pais “subversivos”. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/167103-53280-2011-04-27.html>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Da rejeição à *verdad*

Evelin Bauer Pegoraro e Laura Catalina de Sanctis Ovando foram localizadas por *Abuelas* em 1999 e em 2006, respectivamente. Mas, ao contrário das outras *nietas* e *nietos* que conheci, ambas se negaram a realizar o exame de DNA. O principal motivo era proteger os casais que as criaram de um processo penal e, ao mesmo tempo, resguardar os afetos. Cada uma delas lançou mão de métodos diferentes para evitar a realização do exame, e só tiveram o parentesco biológico confirmado em 2008, mediante *allanamiento*⁶³. Importante destacar que, nesse período, a legislação argentina não previa orientações de conduta para que os agentes de justiça abordassem jovens *apropiados* que recusavam o exame; o país tampouco dispunha de instituições de assistência à saúde mental para as vítimas da Ditadura. A criação desses aparatos de apoio à *restitución* das pessoas *apropiadas* se daria em 2009, motivada pelas negativas dos *nietos* e *nietas* e, sobretudo, pela forma como sucedeu a *restitución* de Evelin Bauer Pegoraro, que evidenciou a necessidade urgente de desenvolver novos procedimentos e instituições de assistência para efetuar os processos de *restitución*⁶⁴.

Evelin nasceu em outubro de 1977 no centro clandestino de detenção da *Escuela de Mecánica de la Armada (Esma)* durante o cativeiro de sua mãe. Ela foi entregue a Policarpo Luis Vázquez, um suboficial da Armada, e a sua esposa, Ana María Ferrá. Ambos a registraram como filha biológica com o nome de Evelin Karina Vázquez Ferrá. Evelin cresceu em Mar del Plata, cidade litorânea a 400 km da Cidade de Buenos Aires. Ela só viria a saber que Vázquez e Ferrá não eram seus pais biológicos em 1999, aos vinte e um anos, quando receberam um *allanamiento*.

⁶³ Como vimos no primeiro capítulo, nessa época, o *Banco* já realizava exames de DNA por meio de materiais alternativos ao sangue, principalmente de objetos pessoais que continham fluidos orgânicos.

⁶⁴ A história de Evelin já foi descrita por mim e pela historiadora argentina Ana Laura Sucari em artigo no qual analisamos a elaboração de diversas políticas públicas com vistas à proteção do *derecho a la identidad* consolidadas em 2009. O caso de Evelin suscitou: mudanças na legislação sobre a extração compulsiva de DNA, cursos de capacitação para oficiais de justiça implicados nos casos de *restitución de identidad* e a criação de um centro de assistência de saúde mental para vítimas da Ditadura. Para compor a história de Evelin, examinamos o *Acuerdo de Solución Amistosa* assinado entre *Abuelas de Plaza de Mayo* e o Estado, e matérias de jornais sobre o caso de Evelin. Além disso, realizamos uma entrevista com a *nietas* em 5 de setembro de 2022, com a finalidade de trazer para a análise a voz da protagonista (Sucari; Murillo, *op. cit.*). Retomo aqui a descrição da história de Evelin que construímos naquele artigo e recupero a entrevista feita com objetivo diferente: indagar os modos como Evelin tomou conhecimento de sua origem, percebeu efeitos possíveis do exame de DNA e como agiu diante da determinação judicial para realizá-lo. Para uma análise sobre o caso de Evelin e o debate na arena dos direitos humanos sobre a realização da extração compulsória de sangue com o fim da *restitución da identidad*, anterior ao *Acuerdo de Solución Amistosa*, ver também Ari Gandsman (2009).

Na entrevista que realizamos em 5 de setembro de 2022, Evelin nos contou como isso aconteceu. Devido a suspeitas de que ela era na realidade filha de Susana Pegoraro e Rubén Bauer, oficiais da Gendarmeria, da Justiça Federal e uma psicóloga tocaram a campainha da casa de sua família e apresentaram um mandado de prisão a Policarpo Luis Vázquez por sua *apropiación*. Ela soube, então, pelos oficiais, que não era filha biológica de Vázquez e de Ferrá e que poderia ser filha de *desaparecidos*. Diante dessa situação, Evelin apenas respondeu-lhes: “tenho que ir ali saber por que estão revistando minha gaveta de calcinhas”. Para nós, ela explicou:

No dia em que tomei conhecimento, eu estava defendendo meu pai, porque eles entraram, o levaram preso e, meia hora depois, me disseram. E eu estava [lidando com o fato de estar] com 15 pessoas dentro do apartamento que inspecionavam toda a minha casa: minhas gavetas, minhas fotos, meus diários íntimos. [...] A realidade foi essa. Eu soube em meio ao que entendi como um ataque. [...] Meu pai já era idoso, arrumamos a mala com todos os seus remédios e eles o levaram preso. Não tinha como eu me sentar para processar o fato de que tinha uma família biológica que estava me procurando, que tinha uma mãe e um pai que estavam mortos. [...] Nesse momento, não tive espaço para dizer “bom, aqui tem uma pessoa que...”. Não. No meu corpo, quer dizer, no meu ser, nesse momento, eu registrei como um ataque e se me atacam, me defendo.

Nesse momento, ela também soube que deveria fazer um exame de DNA para comparar seu perfil genético às amostras das hipotéticas famílias de origem: Bauer e Pegoraro. Uma semana após o *allanamiento*, quando foi a Buenos Aires visitar Vázquez na prisão, encontrou a juíza do caso, e disse-lhe que estava confusa, que não queria fazer o teste de DNA naquele momento e pediu um tempo. Na semana seguinte, houve um segundo *allanamiento*, desta vez, com a ordem de prisão para Ana María Ferrá, também acusada por subtração e ocultação da menina⁶⁵. Evelin, então, reagiu com fúria:

A partir daí, eu não era mais combativa, já era, mais ou menos, uma guerrilheira. Eu fiquei descontrolada, como um demônio da Tasmânia: “ah, já que eu não faço o exame de DNA, vocês vão levar a minha mãe presa? Não tem problema” [em tom de ironia]. Eu gritava, não insultava, mas estava muito brava. De fato, quando eu ia visitar o meu pai na prisão, diziam: “ui, lá vem a louca que grita com a gente”. Bem, sim, sou eu.

⁶⁵ De acordo com o artigo 146 Código Penal Argentino, “retenção e ocultamento de menor de dez anos”.

Em 2001, com a confissão de Vázquez de que ela não era sua filha biológica, os documentos de Evelin foram retidos para serem revisados como prova do crime de falsidade ideológica. Concomitantemente, ela recebeu notificação judicial para realizar o exame de DNA com o fim de identificar sua filiação biológica. A notificação informava que se Evelin “não outorgasse seu consentimento, a perícia deveria ser concretizada com o auxílio da força pública” (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2010, p. 2). Na entrevista, Evelin assegurou entender que seus pais biológicos eram outras pessoas, que ela tinha uma família biológica com quem precisava construir um vínculo e que estiveram muito tempo trabalhando para saber o que aconteceu com seus parentes *desaparecidos*. “Tudo isso, era super válido”, afirmou. Mas, para ela, o exame produziria dois revezes: a prova contundente contra o “seu pai” e o rompimento do laço entre eles. Realizá-lo, ela disse, “era passar por cima de mim e dos meus vínculos para ajudar outros”, e acrescentou: “eu queria saber minha origem biológica, que elas [suas avós biológicas] pudessem trabalhar com o vínculo e averiguar se poderíamos gerar esse laço ou não. Mas eu não queria matar o outro, pelo menos não quero que seja eu a matar esse outro [vínculo com a família Vázquez-Ferrá]”.

Na tentativa de evitar ser ela a prova viva que condenaria o “seu pai”, apoiada nos direitos à intimidade, à integridade física, psíquica e moral, à dignidade e à vida privada, Evelin recorreu à *Corte Suprema de Justicia de la Nación (CSJN)*. Em 30 de setembro de 2003, a *CSJN* declarou o seu pedido admissível, uma vez que a causa judicial à qual ela apelara (que investigava o crime de *apropiación* de Evelin por Vázquez e Ferrá) já se esclarecia com a confissão dos réus. Portanto, o exame de DNA de Evelin não seria necessário.

Por sua vez, a *Cámara Criminal y Correccional Federal de la Capital Federal* entendia que, embora o crime de *apropiación* estava provado com a confissão dos acusados, ainda faltava resolver os desaparecimentos de Susana Pegoraro, Rubén Bauer e sua filha. Deu-se início, assim, outra causa judicial. Posto que havia suspeitas de que Evelin era a filha do casal, o seu DNA mostrava-se uma prova cabal. Diante disso, a juíza Servini de Cubría ordenou a coleta de objetos de uso pessoal de Evelin com o intuito de obter material genético e, assim, averiguar o destino da criança.

Evelin recebeu o terceiro *allanamiento* cinco anos depois da decisão da *CSJN*, em 12 de fevereiro de 2008. Ela já estava casada e morando em Buenos Aires:

Às 6h da manhã, outra vez havia 10 pessoas na minha casa revisando minhas roupas sujas, meus objetos de limpeza, higiene pessoal etc. Esse *allanamiento* foi muito traumático porque tínhamos um cachorro muito violento. Então, precisamos criar todo um sistema para que o cachorro não comesse ninguém. Acabaram levando minha calcinha, escova de dentes e a pinça de depilação. E foi aí que eles finalmente fizeram o exame de DNA.

Os objetos pessoais de Evelin foram levados ao *Banco Nacional de Datos Genéticos* e o seu DNA foi comparado às amostras de sangue das famílias Bauer e Pegoraro. Em 22 de abril de 2008, *Abuelas* comunicou o parecer que recebeu do *Banco*: “Evelin pertence ao grupo familiar Bauer-Pegoraro”⁶⁶. Em 13 de julho de 2008, a juíza Servini de Cubría declarou anulado o registro civil de Evelin Karina Vázquez Ferrá, argumentando que Evelin Vázquez não existia como pessoa jurídica, uma vez que o seu documento de identidade era fraudulento. Determinou então que ela fosse registrada como filha de Susana Pegoraro e Rubén Bauer com o nome de Evelin Karina Bauer Pegoraro.

Como podemos ver, Evelin antecipou possíveis efeitos do exame de DNA que valem ser recuperados: o uso do resultado como prova judicial contra o “seu pai” e a anulação do vínculo familiar com a família que a criou. Ela tentou evitá-lo, primeiro, solicitando à juíza a não realização do teste; segundo, gritando com os agentes da Justiça; e terceiro, lançando mão de argumentos legais (como o direito à intimidade) para, só então, apelar à *Corte Suprema de Justicia de la Nación*.

Laura Catalina de Sanctis Ovando tinha motivos similares aos de Evelin para não realizar o exame. No entanto, ela lançou mão de outras táticas para evitá-lo e, ao mesmo tempo, lidou de outra forma com o conhecimento da sua origem.

Em 2008, com 31 anos, Catalina soube ser uma das crianças *apropiadas*, nascida no *Hospital Militar Campo de Mayo* enquanto sua mãe encontrava-se em situação de cativo. Seus *apropiadores*, Maria Francisca Morillo e Carlos Hidalgo Garzón, um militar oficial do Serviço de Inteligência do Exército, registraram-na como filha biológica com o nome de María Carolina Hidalgo Garzón⁶⁷.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/la-joven-inscripta-como-evelyn-karina-vlsquez-es-hija-de-ruben-santiago-bauer-y-susana-beatriz-pegoraro-69>. Acesso em: 9 ago. 2022.

⁶⁷ Trago aqui a história do processo de *restitución* de Catalina, combinando três de suas declarações após o exame: em uma das audiências do processo penal que investigou a sua *apropiación* em 2012, na qual ela figurou como testemunha; em uma série documental de 2013; e em uma entrevista que realizamos em abril de 2019.

A primeira vez que ouvi a história de Catalina foi assistindo ao primeiro episódio da série documental *Acá Estamos – historias de nietos que recuperaron su identidad* (Romero, 2013)⁶⁸ em novembro de 2014. Produzida por *Abuelas* em parceria com o *Canal Encuentro*, a série é parte do esforço da organização em tornar públicas e conhecidas as experiências de *nietos* e *nietas*. No capítulo dedicado à história de Laura Catalina, ela conta como foi *hacer el camino* até *asumir su historia*, conhecer sua origem e se encontrar com a sua família. Ainda quando se identificava como María Carolina, muito antes de ser contatada por *Abuelas* em 2006, fazia conjecturas sobre a possibilidade de não ser filha biológica do casal que a criava. Diferenças físicas e de personalidade, bem como uma vaga lembrança de alguém lhe dizer que ela era adotada, incitavam dúvidas.

Certo dia do ano de 2000, após assistir a um programa de televisão de *Abuelas* sobre a busca dos *nietos* e *nietas*⁶⁹, ela perguntou à sua suposta mãe se poderia ser filha de *desaparecidos*, ao que ela respondeu afirmativamente. María Francisca disse-lhe que a lembrança era real, que ela falara sobre a “adoção” quando Catalina (então María Carolina) tinha seis anos de idade, mas depois se arrependeu e nunca mais tocou no assunto. A mulher disse ainda que a história não era como *Abuelas* retratava, que ela não havia sido “roubada”, mas “abandonada”. Na versão de María Francisca, a sua mãe biológica teria perdido a vida em um confronto com as Forças Armadas e os avós biológicos teriam recusado a guarda, assim eles, seus “pais adotivos”, em um gesto de amor, ficaram com ela.

Os argumentos de María Francisca – refutados anos depois e que impactaram nos modos como Catalina lidara com o conhecimento da família biológica – corroboram a observação de Carla Villalta (2012) sobre as “narrativas de abandono”, que justificavam a retenção de crianças sob o argumento da “salvação” por quem, em um ato generoso, se oferecia para criá-las⁷⁰. É possível que María Francisca estivesse orientada pelo discurso forjado pela Ditadura, apontado por Regueiro (2013): as presas-políticas, por se dedicarem à militância, violavam o princípio natural de permanecerem no âmbito doméstico, sendo por isso, consideradas “*malas madres*” (a perda dos direitos parentais

⁶⁸ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/video-galeria/aca-estamos-capitulo-catalina-de-sanctis-144>. Acesso em: 23 jul. 2021.

⁶⁹ De acordo com as imagens projetadas no documentário quando Catalina fala sobre o programa de televisão, trata-se do programa *Del otro lado del espejo*. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/video-galeria/spot-televisivo-historico-del-otro-lado-del-espejo-179>. Acesso em: 22 fev. 2021.

⁷⁰ Em um contexto distinto, em casos de crianças brasileiras em situação de rua, a imagem de “resgate” pela “bondade de estranhos” é denominada por Adriana Vianna de “cena de salvação” sem a qual o destino das crianças poderia ser incerto (2002, p. 201; 207).

estaria assim justificada). Da mesma forma, as avós não estariam habilitadas a cuidar dos netos porque, ao permitirem que seus filhos se tornassem *terroristas*, demonstravam incapacidade de criar os netos (Nosiglia, 1985, p. 106). É somente com o esforço de *Abuelas* e com a transformação de suas demandas em políticas públicas pelo governo Kirchner, a partir de 2004, que esses relatos passam a ser desconstruídos e compreendidos como artifícios para encobrir a subtração de bebês.

Voltando às palavras de Catalina no documentário, ela conta que, em 2006, quando *Abuelas* localizou seu paradeiro, um grupo de *nietos restituidos* disse-lhe que a associação vinha recebendo denúncias anônimas desde 1985, indicando ser ela filha de *desaparecidos*. Nessa ocasião, “não quis saber de nada”, afirmou. Em 2007, começou a receber intimações judiciais. “Estiveram bastante tempo me mandando papéis, até deixarem um debaixo da porta de minha casa que me nomeava para falar com o juiz”. No tribunal, ela veio a saber que “deveria extrair sangue para realizar um estudo comparativo”. Mas se recusou, e para que não lhe extraíssem sangue, fugiu para fora do país.

Em outro depoimento⁷¹, desta vez na audiência do processo penal que investigava sua *apropiación* em setembro de 2012, disse que o seu *apropiador* recomendou-lhe viajar ao Paraguai, onde estaria segura, pois seria amparada por Norberto Bianco, médico militar que se encontrava naquele país à época, escapando das acusações de roubo de bebês⁷². Após três dias no Paraguai, ela e o marido decidiram voltar à Argentina por estarem em situação irregular de migração. Primeiro dirigiram-se à província de Misiones, depois a de São Luís, onde vivia a família do marido. Neste local, em agosto de 2008, recebeu o *allanamiento* e o exame de DNA foi feito por meio da análise do material genético depositado em um objeto pessoal. Em 8 de setembro de 2008, soube então ser filha de Miryam Ovando e Raúl René de Sanctis, militantes da Montoneros, *desaparecidos* em 1977, e que seu nome de origem era Catalina de Sanctis Ovando.

No depoimento para o processo penal de 2013, ela narrou conflitos sucessivos com os *apropiadores* após o resultado do exame de DNA. María Francisca teve um surto psicótico e ela teve de interná-la; Hidalgo Garzón passou a ameaçá-la, dizendo que a internação da mãe era uma conspiração para privá-la da liberdade e para “ficar com as suas coisas”. Ao que Catalina reagiu dizendo que ele “pôs coisas na minha boca que eu

⁷¹ Disponível em: <https://www.nuevojuicioporcampodemayo.blogspot.com/2012/09/catalina-de-sanctis-ovando-ella-sabia.html>. Acesso em: 3 maio 2021.

⁷² Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/detuvieron-al-represor-norberto-atilio-bianco-en-paraguay-515>. Acesso em: 3 maio 2021.

não tinha dito”. Lembrou ainda, no mesmo depoimento, que quando começou a pensar “por si mesma”, ele passou a insultá-la como “filha de *subversivos*”. Dois anos depois, se afastaria dos *apropiadores*, passando a frequentar as atividades de *Abuelas*.

Como mencionei na introdução, encontrei Catalina pessoalmente por acaso no edifício que abriga a *Casa por la Identidad*, sede de *Abuelas no Espacio Memoria y Derechos Humanos (Ex-Esma)*, no dia 12 de abril de 2019. Poucos dias depois, em 23 de abril de 2019, realizamos uma entrevista em seu local de trabalho, a *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (Conadi)*⁷³. Nessa entrevista, Catalina disse-me que além desses conflitos, os *apropiadores* exigiam que ela continuasse se apresentando com o nome que eles a haviam dado e insistiam que era filha deles. Contou também que, embora, na época, ela ainda não se reconhecia como filha de Miryam e Raúl,

...dizer ser filha de Hidalgo e María Francisca não era verdade. Eu sempre fui uma pessoa que não sabe mentir e mentira sempre foi algo que eu não suportava. Para mim, o amor verdadeiro não machuca. Eu estava me sentindo oprimida tendo que dizer que eles eram meus pais quando eu sabia que não eram.

No documentário realizado cinco anos após o exame e apenas um ano depois do início do processo que investigava Maria Francisca e Hidalgo Garzón pela *apropiación*, tendo recuperado seu nome de origem, ela faz uma análise retrospectiva a respeito de sua própria atitude em relação ao conhecimento da *verdad* ponderando:

Eu estava agindo do mesmo modo que meus *apropiadores*, eu não quero me identificar com isso, eu não sou assim, de escapar da situação, de culpar os outros. Eles queriam que eu fosse uma pessoa que eu não sou. Eu poderia fazer o que fosse, nunca teria a aprovação ou amor incondicional que pais têm por um filho, ou seja, os pais amam o filho simplesmente porque é o filho, não é necessário fazer nada para conquistar carinho. Eu sinto que em toda a minha vida eu fiz um esforço para me adaptar, para que eles gostassem de mim. Esse era o único tipo de amor que eu conhecia e eu tinha medo de perdê-lo. Eu tinha medo do que iria encontrar do outro lado, era muito sofrido, me sentia manipulada. Eles me usavam como escudo, me colocavam no meio e esperavam que eu os salvasse. De alguma maneira, eu sentia que poderia os estar traindo, me sentia uma pessoa má.

⁷³ *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* dependente do *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos* criada em 1992 com o propósito de encontrar as crianças desaparecidas durante a Ditadura militar.

Posto que uma das ferramentas usadas por militares para aniquilar os grupos de oposição foi a manipulação do parentesco e as origens por meio da *apropiación*, do segredo, do ocultamento e da mentira, como mostra a bibliografia sobre o assunto, as histórias de *nietos* e *nietas* acabam se aproximando das histórias de pessoas adotadas em que a descoberta das origens biológicas desarticula o segredo e desestabiliza o sentimento de pertencimento familiar (Gesteira, 2016; Finamori; Da Silva, 2019). Para Catalina, a manutenção da relação familiar com María Francisca e Hidalgo demandava o esforço de manter o segredo da *apropiación* e a história forjada pelos *apropiadores*, o que lhe custava renunciar aos seus próprios modos de agir no mundo. À medida que consegue associar o conhecimento do parentesco genético, as histórias de seus pais e as experiências conflituosas com seus *apropiadores*, ela vai gradualmente *asumiendo su historia*, rompendo a relação com os *apropiadores* e se aproximando da família biológica. Ao mesmo tempo, participa dos encontros de *nietos restituídos*, incorporando-se à *militancia por Abuelas*. Como ela própria diz no depoimento dado no tribunal:

Com a ajuda de uma terapeuta, mudei de advogados, mas tampouco adiantou porque eles não queriam que eu mudasse o meu nome [o nome de origem]. Aí foi que decidi ligar para a minha família. Falei com meu tio, que não estava muito bem de saúde, e depois com o primo do meu pai, Oscar, que me mandou fotos. Aí pude me ver. Vi fotos do meu lindo pai. Oscar me convidou e depois Ivan me entregou o arquivo [*Archivo Biográfico Familiar*] em que pude escutar a voz dos meus avós que não pude conhecer⁷⁴. E depois foi que decidi ligar para *Abuelas* para falar com os advogados para voltar a ter o meu nome e que me informassem sobre a causa judicial [que indiciava os *apropiadores*]. Aí eu disse que queria ser querelante e comecei a conhecer *nietos*, família e companheiros de militância [dos pais].

No caso de Catalina, o conhecimento da origem biológica estava atravessado por tensões, afetando diretamente o relacionamento com a família *apropiadora*; o conhecimento do parentesco trouxe impactos para a identidade pessoal e para os seus elos familiares e sociais. Isso porque, como bem explica Marilyn Strathern,

[...] conhecer as condições de nascimento pode perturbar ou cortar a continuidade dos relacionamentos. Mais do que isso, essas continuidades podem ser colocadas de lado a partir de tal conhecimento; posto que esse conhecimento é significativo para o

⁷⁴ O *Archivo Biográfico Familiar* é uma coleção organizada por *Abuelas de Plaza de Mayo*, iniciada em 1998 e classificada de acordo com cada criança *apropiada* que inclui materiais orais, escritos e fotográficos que narram as histórias de vida dos seus pais. Análises mais detidas sobre esses materiais podem ser conferidas em Barbosa *et al.* (2008) e Durán (2018).

senso de identidade. [...] O lugar que o conhecimento ocupa na maneira como os euro-americanos lidam com as relações de parentesco ecoa em outras áreas da vida social. [...] O conhecimento é significativamente inserido nas definições da pessoa uma vez que se torna um meio pelo qual as pessoas pensam sobre si mesmas. A busca por fatos sobre a forma como o mundo funciona e, em questões de procriação, o papel atribuído ao “sangue” e aos fatos “reais”, também faz parte da busca euro-americana pela identidade: o autoconhecimento é considerado fundamental para identidade pessoal, e isso inclui conhecimento sobre nascimento e parentesco (1999, p. 67-68).

A recusa em realizar o exame não significava que Evelin e Catalina renunciassem aos fatos, mas que desejavam evitar os efeitos que as informações sobre a sua origem poderiam ter nos afetos e relacionamentos construídos até ali, uma vez que o encobrimento era a base que sustentava aquelas famílias. Os efeitos da revelação do parentesco biológico foram, portanto, imprescindíveis para converter essa *verdad* em outra, levando-as a viver e/ou *asumir* nomes próprios e relações proporcionadas pela *verdad* produzida pelo conhecimento genético.

Assim como Catalina e Evelin que recusaram o teste para proteger os seus *apropiadores*, há outros casos de *restitución* em que os *nietos* evitaram o exame para, dessa forma, poupar seus *apropiadores* do enfrentamento da Justiça, como Pablo Gaona Miranda, *nieto restituído* em 2012. Mas, se Evelin e Catalina foram localizadas por *Abuelas* e tiveram que lidar com *allanamientos* para conhecer as suas origens, Pablo se apresentou espontaneamente mais de uma década após perceber que poderia ser filho de *desaparecidos*. Antes de procurar *Abuelas*, buscou informações, se amparou em conhecimentos históricos e políticos nacionais até se apresentar à organização para realizar o teste de DNA.

Pesquisar para se animar

Encontrei Pablo Gaona Miranda, *nieto restituído* em 2012, na entrada de seu local de trabalho, a *Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, em 11 de outubro de 2019. Ele trabalhava no gabinete da *nieta*, então deputada, Victoria Montenegro⁷⁵. De lá, fomos para um restaurante, a poucas quadras da *Plaza de Mayo*, onde ele me contou que

⁷⁵ Agradeço enfaticamente à também pesquisadora do tema da *restitución de nietos*, a historiadora argentina Ana Sucari, por ter mediado o meu encontro com Pablo.

levou muito tempo até “se animar a procurar a associação *Abuelas*”. Ele se chamava Leandro e sabia ser filho adotivo quando, por volta dos 20 anos de idade, ao ver a campanha de busca das crianças *apropiadas* na mídia, começou a se perguntar se seria filho de *desaparecidos*. Como me explicou, as dúvidas se deviam às informações de que nascera em 1978, de que não era filho biológico das pessoas que o criavam e de que tinha como padrinho um militar do Exército ativo durante a Ditadura.

Na época, por volta do ano 2000, circulava no país a “teoria dos dois demônios”. A expressão se referia ao modo como parte importante da imprensa tratava os atores políticos e a militância pelos direitos humanos na Argentina, e interpretava o período em que o país estava sob o governo militar como marcado por duas forças opostas em confronto: o comunismo e o socialismo, de um lado; e os militares e o capitalismo, de outro. Os atos violentos generalizados na época (sequestros, tortura, assassinatos e *apropiación* de bebês), sob essa perspectiva, eram entendidos como “excessos” necessários (Franco, 2014). Tal interpretação, observa Emilio Crenzel (2009, 2013), tem raízes na forma como o primeiro presidente eleito no período de redemocratização, Raúl Alfonsín, enfrentou as violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura. Segundo o sociólogo, ao ordenar o julgamento tanto dos militares como de sete guerrilheiros, Alfonsín concebia a responsabilidade da violência política aos dois grupos e, ao mesmo tempo, justificava a violência de Estado em função da violência guerrilheira (Crenzel, 2009, p. 109). Tal visão, que legitimava a violência repressiva do Estado foi sendo lentamente contestada e depois desmantelada pelas organizações de direitos humanos, principalmente durante os governos *kirchneristas*, de 2003 a 2015 (Torras *et al.*, 2016).

Por essa razão, nesse período em que a mídia veiculava a violência ocorrida durante a Ditadura como sendo uma “guerra entre dois bandos”, igualmente brutais⁷⁶, Pablo (ainda com o nome Leandro) “não quis saber nada sobre ser filho de *desaparecidos*, não era como é agora que está claro que foi uma ditadura cívico-militar [...]. Eu não estava preparado para atravessar esse tipo de situação”, disse-me ele naquele restaurante.

⁷⁶ Outra expressão que muitas vezes ouvi durante o trabalho de campo para expor a mesma ideia. Por exemplo, Victoria Montenegro, *nieta restituída* no ano 2000, fez referência à expressão para dizer como ela interpretava a Ditadura até encontrar os restos mortais de seus pais *desaparecidos* pelo *Equipo Argentino de Antropología Forense* (8º capítulo da série documental *99,99% La Ciencia de las Abuelas*). Claudia Poblete também mencionou a expressão para explicar como ela entendia a história da Ditadura, relação entre os chamados *subversivos* e os militares, até conhecer a sua origem biológica (Entrevista 24/10/2017).

A localização de *nietos* e *nietas* gera perturbações e expectativas variadas (tanto dos familiares, como da imprensa e de pessoas anônimas), que acompanham o processo da *restitución*; *nietos* e *nietas* têm dúvidas sobre o que devem fazer em relação ao ativismo dos familiares de *desaparecidos*; sobre como devem encarar o próprio reaparecimento e sobre como devem se relacionar com a militância. Seguindo esse fio, Pablo disse que, de início evitou o conhecimento e viveu muitos anos com a dúvida de ser ou não filho de *desaparecidos*. Até que, em 2008, em meio a uma discussão com a mãe de criação, confessou o seu interesse em ir até a sede de *Abuelas* para esclarecer a sua origem, pois acreditava ser filho *desaparecidos*.

A forte reação da sua suposta mãe, rogando para que ele não fosse à associação; suas súplicas e a certeza de que seria presa, levaram-no a concluir que era de fato filho de *desaparecidos*⁷⁷. Mesmo assim, a hipótese de uma eventual prisão de seus *apropiadores* (com os quais “não tinha uma relação ruim”) o fez recuar e desistir de procurar *Abuelas*, ele disse. Pablo se viu diante do dilema que surge em grande parte das pessoas *apropiadas* – também percebido por Gesteira como *conflicto de lealtad* junto aos ativistas que buscam suas origens (Gesteira, *op. cit.*, p. 81) –: escolher entre desvendar o mistério sobre a sua origem e correr o risco de levar as pessoas que o criaram à prisão, ou manter o segredo e jamais saber quem são seus pais biológicos. Decidiu então fazer o que fazem em geral os *nietos* e *nietas* só após receber a confirmação do DNA: estudar a história do regime militar a partir de textos e vídeos sobre o tema, concentrando-se no movimento de familiares de *desaparecidos*⁷⁸. A pesquisa histórica solitária parecia ser a prática possível. Ele fez um levantamento “sobre os grupos políticos que participavam naquele momento”, disse-me, e sobre “qual era a situação social da Argentina”.

O esforço parece ter sido necessário, por pelo menos dois motivos relacionados: primeiro, ao descobrirem quem foram seus pais biológicos, os *nietos* e *nietas* contribuíam para realizar correções históricas, pois cada resultado positivo no teste DNA expunha práticas de roubo de crianças por motivos políticos; em segundo, o conhecimento acerca

⁷⁷ Lembremos que, em fevereiro de 2008, pela primeira vez, uma *nieta restituida* abriu uma ação penal contra o casal que a criou e contra um militar que a entregou a esse casal. María Eugenia acusou-os de ocultar-lhe sua origem biológica, de falsificar seus documentos e de serem cúmplices em seu sequestro (Sampallo Barragan, 2008; Mendes, 2008). Dois meses depois, a sentença seria publicada: sete anos de prisão para a *falsa madre*, oito anos de prisão para o *falso padre* e dez anos de prisão para o militar que a entregou. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/condenan-a-los-apropiadores-de-maria-eugenia-sampallo-nid1001248/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

⁷⁸ O conhecimento da origem no contexto dos *nietos* e *nietas* implica, como observou Ari Gandsman, reposicionar-se em outro quadro de significados, o qual requer aceitar uma perspectiva radicalmente diferente sobre o que ocorreu durante a Ditadura (Gandsman, 2009, p. 176)

das origens implicava uma reformulação da *verdad* sobre o parentesco e sobre o modo como este foi manipulado durante a Ditadura. Quer dizer, Pablo (ainda como Leandro) precisava aferir se o que as pessoas que o criaram fizeram constituía, de fato, uma violação.

Além dos livros de história, ele leu biografias e assistiu a depoimentos de *nietos* e *nietas restituídos*, cujos relatos narravam a transformação radical de suas vidas, o que animava Pablo a conhecer em profundidade tais histórias. Mas se a pesquisa se movimentava para tempos pretéritos, projetava também futuros; afinal, além de encontrar a família, a pesquisa possibilitava imaginar a vida após a *restitución*.

Entre a confirmação de ser filho de *desaparecidos* e a ida até a sede de *Abuelas* transcorreram quatro anos. Em 29 de junho de 2012, dia em que se apresentou à organização, o processo penal *Plan Sistemático de Apropiación de Menores*, que investigava a existência de um plano sistemático de roubo de filhos de militantes políticos executado pelas Forças Armadas e de Segurança argentinas, estava em seu estágio final (Dandan, 2012). Dentre as testemunhas do processo ouvidas no ano anterior, vinte eram jovens *apropiados* quando bebês. As suas declarações e a *apropiación* de bebês como prática sistemática se tornavam de conhecimento público por meio das matérias publicadas na imprensa⁷⁹. Portanto, quando Leandro decidiu ir a *Abuelas*, a organização estava prestes a provar que a *apropiación de bebés* era parte do projeto dos militares, estando estreitamente vinculada ao plano de aniquilar os ideais políticos defendidos pelos militantes *desaparecidos*. De acordo com a associação:

Aquelas mulheres que deram à luz em cativeiro, mas foram liberadas, como Paula Ogando, Celina Galeano e Marta Alvarez, não sofreram a *apropiación* de seus filhos. Por sua vez, aquelas crianças nascidas em cativeiro e cujas mães continuam desaparecidas, não foram entregues às suas famílias. Isso se deve, precisamente ao fato de que a subtração sistemática de crianças integrou um plano sistemático de desaparecimento de pessoas. A devolução [das crianças] implicava em reconhecer a existência dos sequestrados [presos políticos], por isso planejaram mecanismos para que essas criaturas jamais chegassem às mãos de seus parentes. Assim, as converteram em *desaparecidos com vida* e, com isso, perpetuaram a condição de *desaparecidas* de suas mães (Dandan, 2012).

⁷⁹ Victoria Montenegro, por exemplo, depois de dar o seu depoimento em abril de 2011, disse ao jornal *Página/12*: “Estou tranquila, em paz porque acredito que o que faço é o correto, é o que eu tenho que fazer. Nada de bom pode surgir de uma relação que adoce” (“ME dijo que mató a mis papás”, 2011). Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/167103-53280-2011-04-27.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Em 2012, a Argentina não era mais a mesma daquela de 2008, quando Pablo, ainda portando o nome Leandro, confirmou com sua *apropiadora* ser filho de desaparecidos. Acredito que a transformação política e social que levou a sociedade argentina a perceber a Ditadura a partir da *verdad* evidenciada pelas organizações de direitos humanos o tenha encorajado a conhecer a sua história e seus parentes de nascimento. No dia 29 de junho de 2012, Leandro telefonaria para *Abuelas* pedindo uma entrevista. Em suas palavras:

Felizmente, no mesmo dia que liguei, tinham um horário para que eu realizasse uma entrevista. Me apresentei na área de *presentación espontánea*, o lugar destinado para quem tem dúvidas, para quem tem algo a contar. Lá, disse que minha mãe, minha *apropiadora*, confessou o fato, mas me pediu para não ir à *Abuelas* porque ela podia ser presa. Então, as informações de que eu tinha a idade dos jovens que *Abuelas* estavam procurando e de que eu tinha um parente militar, soaram convincentes. A organização me pediu para assinar uma autorização para poder fazer o exame de DNA, porque *Abuelas* é uma ONG, então é preciso fazer todos os documentos para apresentar à *Conadi* que é o órgão do Estado que se encarrega de fazer todos os tramites para extração de sangue. Eu assinei essa autorização. Obviamente, me disseram que a única maneira de sanar a minha dúvida era fazendo o exame de DNA. Eu não me opus, quatro dias depois, fiz a extração de sangue. Esperei quase um mês. No dia 1º de agosto de 2012 fui convocado pela *Conadi*. Perguntaram se eu podia ir nesse mesmo dia. Eu estava trabalhando, mas fui. A presidenta da *Conadi*, Claudia Carlotto, me recebeu com o nome que eu tinha nesse momento que era o nome que os meus *apropiadores* me deram. Disse-me: “Como vai Leandro? Você foi à *Abuelas* porque tinha dúvidas sobre a sua *identidad*. Bom as suas dúvidas estão certas. Você é filho de *desaparecidos*”. Não é que eu tinha certeza, tinham me dito isso. Praticamente, é como se a minha *apropiadora* tivesse me dito. Mas o fato de que te digam oficialmente não deixa de ser muito impactante. De todo modo, eu estava nervoso. Ela me mostrou uma pasta onde estava tudo detalhado, a primeira parte tratava de como foram feitos os testes de DNA, quantas pessoas tinham entregado sangue por parte da minha mãe e quantos parentes por parte do meu pai.

Leandro soube ser filho do casal María Rosa Miranda e Ricardo Gaona Paiva, militantes do *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)*, a guerrilha da esquerda marxista, desaparecidos no dia 14 de maio de 1978. Soube também que ele desapareceu com seus pais quando tinha apenas um mês de vida. Meia hora depois de ouvir a notícia, recebeu sua certidão de nascimento original e leu o nome que os seus pais lhe tinham dado: Pablo Javier Gaona Miranda. Contou que “não esperava ter um nome”, mas ao ser perguntado como gostaria de se chamar, e ao

olhar a sua certidão de nascimento, disse “se meus pais me deram o nome de Pablo, quero que me chamar Pablo”.

Como podemos ver, o acúmulo de saberes a respeito das violações cometidas na Ditadura devido à pesquisa realizada somado ao contexto sociopolítico argentino do momento – no qual a “teoria dos dois demônios” fora refutada e se comprovava judicialmente a “prática sistemática de *apropiación de niños*” – o encorajou a realizar, dois anos depois, o “acerto de contas” (Fonseca, 2015a). Em agosto de 2014, *Abuelas* entrou com uma ação penal contra o casal que o *apropiou* e o homem que o entregou ao casal. Em setembro do mesmo ano, os três foram condenados à prisão. Ao final da audiência, interpelado por jornalistas, Pablo usou palavras semelhantes às de Victoria Montenegro para expressar o seu sentimento após a sentença: “estou em paz, a justiça foi feita”⁸⁰.

Se Victoria, Evelin e Catalina a princípio recusaram o conhecimento do parentesco biológico, ainda que de modos distintos, Pablo o desejava. Mas, devido ao contexto social e político e às súplicas daquela que considerava ser sua mãe, precisou esperar e, ao longo da espera, pesquisou. Outro *nieto*, Guillermo Amarilla, também teve que esperar, mas por outra razão.

Esperar pela confirmação do sangue

Guillermo Amarilla Molfino foi o 98º *nieto restituído* por *Abuelas*. Conheci-o pessoalmente em 23 de outubro de 2017, nos tribunais de Comodoro Py, em Buenos Aires, após assistir ao seu depoimento em uma das audiências do processo que investigava a privação de liberdade de onze gestantes e a *apropiación* de seus bebês no *Hospital Militar de Campo de Mayo*. Conto aqui o modo como Guillermo conheceu a sua origem a partir de três declarações dadas por ele em diferentes ocasiões: o depoimento naquela audiência em 23 de outubro de 2017; uma entrevista que realizamos cinco dias depois e sua fala em um capítulo na série documental *Acá Estamos – Historias de nietos que recuperaron su identidad* de 2013⁸¹.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/pablo-gaona-miranda-estoy-en-calma-se-hizo-justicia-154>. Acesso em: 21 jul. 2021.

⁸¹ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/video-galeria/acl-estamos-historias-de-nietos-que-recuperaron-su-identidad-micro-16>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Na entrevista que conduzimos em uma lanchonete em Buenos Aires perto da *Plaza de Mayo*, ele me disse que sem que nenhum de seus parentes soubesse da gravidez da mãe quando foi sequestrada, ele nasceu em um centro clandestino de detenção e foi *apropriado* por um agente do serviço de inteligência do Exército, no *Batallón de Inteligencia 601* “um serviço de inteligência sanguinário na América Latina durante a Operação Condor”⁸². Quando perguntei se sabia algo sobre a repressão em tempos da Ditadura na sua infância e adolescência, ele me respondeu negativamente e complementou: “eu tampouco reconhecia como Ditadura, os meus *apropiadores* me apresentavam como o processo pelo qual se combateu o terrorismo, fizeram um bem para a Argentina. Diziam que se o comunismo tivesse ganhado, estaríamos como Cuba”. De modo semelhante, quando perguntava ao seu *apropiador* o que significavam as frases pichadas em muros, como a famosa “Viva Perón!”, este respondia: “ah, são as marcas que fazem os assassinos, os terroristas”. Lembrar-se disso, o fez perceber: “meus pais, antes de terem sido *desaparecidos*, eram peronistas. Ele [o *apropiador*] tentava me fazer ver o outro lado como lugar de terror e o lugar que ele ocupava como sendo o salvador da pátria”.

Dois anos depois da morte de seu *apropiador*, Guillermo passou a duvidar da imagem que lhe era descrita sobre o regime militar. Ele começou a cotejar informações que recebia sobre o período a lembranças da sua vida doméstica. Em 1996, já no governo Menem (1986-1999), um professor mostrou-lhe o filme *La Noche de los Lápicos* (1986), que retrata uma série de sequestros, torturas e assassinatos de adolescentes da cidade de La Plata, que reivindicavam o passe livre estudantil. O feito, ocorrido no dia 16 de setembro de 1976, foi operado por uma força-tarefa militar. Quando assistiu ao filme, ele percebeu: “afinal, aqueles que ele dizia serem terroristas, não o eram, eles lutavam por direitos”. Enquanto conversávamos, Guillermo lembrou também de ver o *apropiador* ler um relatório sobre o que foi a *Noche de los Lápicos* e, já sabendo que ele fez parte da instituição que conduziu a operação contra os estudantes, pensando nessa imagem

⁸² A Operação Condor foi uma aliança entre os Estados Unidos e os governos ditatoriais da América do Sul para combater a oposição. Essa aliança contou com o apoio de agências de inteligência, o que permitiu a troca de informações entre os integrantes da Operação para perseguir pessoas contrárias ou ligadas ao comunismo. Uma dessas agências foi o *Batallón de Inteligencia 601*, instituição criada em 1970, conhecida por se infiltrar em organizações guerrilheiras (como a *Montoneros*, da qual os pais de Guillermo participavam), bem como de direitos humanos para instrumentalizar assassinatos, sequestros e torturas aos membros dessas organizações (Programa Verdad y Justicia, 2015). Na entrevista que fizemos naquela lanchonete, Guillermo me contou que “foi esse serviço que sequestrou a minha avó [materna, Noemí Molfino] no Peru e a assassinaram na Espanha, tudo isso o *Batallon 601* fez durante o Plano Condor. É impossível não contextualizar”.

retrospectivamente, concluiu: “com certeza dedicava-se [ao estudo do caso] para conhecer o seu inimigo”. Por sua vez, a mulher que dizia ser sua mãe, pelos seus cálculos, devia ter 50 anos quando ele nasceu, portanto, era pouco provável que fosse sua mãe biológica como constava nos documentos. Com essas constatações, ele começou a desconfiar que poderia ser uma das crianças *apropiadas*.

O capítulo sobre a história do *nieto restituído* Juan Cabandié no programa *Televisión por la Identidad* (2007) funcionou como espécie de gatilho: “o episódio de Juan me afetou muito emocionalmente, me abalou fortemente, e eu pensei: é daí que eu venho”⁸³.

Inspirado pela história de Juan e ainda portando o nome Martín, Guillermo foi à *Conadi* em dezembro de 2007. O órgão investigou seus registros civis e constatou que os documentos davam pistas contundentes de que ele pudesse ser filho de *desaparecidos*. Seu suposto pai trabalhara para as Forças Armadas, a presumida mãe tinha idade avançada, não havia fotos da gestação e, na certidão de nascimento, constavam as informações de que nascera em um hospital militar, o *Hospital Militar Campo de Mayo*, em 1980, período de nascimento de boa parte das crianças *apropiadas*.

Diante dessas pistas, faltava apenas a compatibilidade genética com algum dos grupos de familiares que constavam no *Banco Nacional de Datos Genéticos*. A *Conadi*, então, solicitou o teste de DNA. Entretanto, em março de 2008, ele receberia o resultado: negativo, seu DNA não era compatível com nenhuma das amostras.

Contando-me sobre o fato, ele disse:

todos [ele e *Abuelas*] se desesperaram. Era inacreditável, todos os outros dados fechavam. A certidão de nascimento estava assinada por um médico que já respondia processos por roubo de bebês, quando a *Conadi* encontra uma certidão assinada por ele, imediatamente solicita o DNA. Quando ela [a mulher que figurava como sua mãe] deveria ter me dado à luz, tinha 50 anos. Naquele tempo, não se podia ser mãe biológica aos 50 anos. E depois, ele [o suposto pai] trabalhava no serviço de inteligência do Exército, o *Batallón 601* que foi um serviço de inteligência sanguíneo na América Latina.

⁸³ “*Televisión por la Identidad*” ou “*Televisión x la Identidad*” foi uma série de TV dirigida por Miguel Colom, produzida e transmitida pela emissora de televisão argentina *Telefe* em 2007. Trata-se de três episódios, cada um deles dedicado a narrar a história de uma criança desaparecida por *apropiación* pelas Forças Armadas durante a Ditadura e recuperadas por *Abuelas*. O primeiro episódio conta a história de Tatiana, o segundo a de Juan e o terceiro é uma ficção baseada em testemunhos sobre roubos de bebês. Todos os episódios podem ser encontrados no canal de *Abuelas* no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/@abuelasplazamayo>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Ainda que as evidências documentais e o seu testemunho apresentassem fortes indícios de que ele era uma das crianças *apropiadas*, apenas a compatibilidade sanguínea com as amostras genéticas dos grupos de familiares guardadas pelo *Banco* poderia dar-lhe a certeza. Porém, como me disse, frente ao resultado negativo, chegou a duvidar dos sinais que indicavam os documentos e de sua memória.

Mas, como vimos no primeiro capítulo desta tese, existe a possibilidade de os familiares de *desaparecidos* desconhecerem a gestação e por isso não fornecerem amostras de sangue. Guillermo, então, esperou quase dois anos até seus parentes receberem a informação de que sua mãe estava grávida no momento do sequestro para que, assim, depositassem amostras de sangue no *Banco*. Quando isso aconteceu, em outubro de 2009, graças a declaração de uma *sobreviviente*⁸⁴, a *Conadi* chamou-o para realizar um novo exame em função da entrada do novo grupo familiar no acervo genético: a família Amarilla-Molfino. No dia 30 de outubro de 2009, Guillermo recebeu a notícia de que era filho de Marcela Molfino e Guillermo Amarilla.

Guillermo, que desejava o resultado positivo do exame para conhecer a sua origem, teve de esperar dois anos para que os seus parentes o procurassem. Se para ele a expressão da compatibilidade genética no documento foi o dispositivo fundamental para ele se reencontrar com a família e criar laços, outros *nietos* e *nietas* dizem reencontrar o parentesco por meio das semelhanças físicas. Vejamos os relatos de Cláudia e Horácio a esse respeito.

Ver e se reconhecer em imagens

Claudia Poblete Hlaczik é filha de militantes *desaparecidos*. Aos oito meses de idade, em novembro de 1978, foi sequestrada e registrada como Mercedes Landa, filha biológica de um militar do Exército. Em 1999, recebeu uma intimação judicial para realizar um exame de sangue a fim de esclarecer sua origem. Interpretando-o como mais um trâmite cotidiano, realizou o teste com o apoio da família *apropiadora*. Em fevereiro de 2000, com quase 22 anos de idade, Cláudia foi chamada ao tribunal para receber o resultado: ela não era filha do casal Landa, mas de militantes políticos *desaparecidos* na Ditadura. Em outubro de 2017, com 39 anos, em um restaurante na zona norte da cidade

⁸⁴ Tal como descrito no segmento sobre o *Banco Nacional de Datos Genéticos*, no capítulo 1.

de Buenos Aires, contou-me sobre a ocasião em que recebeu o resultado do exame de DNA:

Quando cheguei ao tribunal estava o juiz, um psicólogo e o secretário do juizado, quem me disse que o exame tinha dado positivo: 99,9999% de pertencer à família Poblete Roa. Ele tinha o resultado de DNA, uma foto do meu pai, uma foto da minha mãe e uma foto minha, eu tinha seis ou sete meses, muito pouco tempo antes de ser *apropiada*. Imediatamente, me reconheci na foto. Meus *apropiadores* tinham tirado uma foto logo que me receberam. Então eu tinha uma foto tirada quase dez dias depois dessa foto que eu via no tribunal. Era uma bebê, mas com quase um ano eu já tinha alguns traços marcantes, essa cara de irritação que eu saio em todas as fotos de bebê. Eu me reconheci na foto e comecei a chorar. Não entrava na minha cabeça que eu poderia ser outra pessoa, mas quando eu vi a foto me dei conta que era verdade, que estava certo, não tinha volta. Para além do exame, da porcentagem, para mim, a foto foi o clique, entende? Eu me dei conta de que era verdade.

Mais do que a porcentagem da compatibilidade genética disposta em um papel, o reconhecimento de características genotípicas observáveis por meio da fotografia disparou a resposta às dúvidas que ela carregava em silêncio. Poucos minutos antes, Claudia havia dito que desde a adolescência suspeitava não ser filha biológica do tenente-coronel Ceferino Landa e da dona de casa Mercedes Moreira.

Percebi que os números não fechavam, não dava, são velhos. Mas eu me calei, eu não sabia nada sobre a Ditadura [...]. Os amava muito, tinha medo de que eles morressem e que eu ficasse sozinha [...]. Quando comecei a perceber que não poderia ser filha deles, pensei na possibilidade de ser adotada. Talvez eu tenha vindo de algum dos irmãos dele que tinham muitos filhos e que deram a eles um bebê porque não podiam ter filhos. Eu me apeguei a essa história.

Ela era Mercedes Landa, filha de militar que, durante o autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional*, havia defendido o país da *subversión*. Mercedes admirava esse pai. Quando recebeu a notícia de que era filha de Jose Poblete e Gertrudis Hlaczik, que seu nome de origem era Claudia e que esteve desaparecida por 21 anos, pensou no destino de quem ela considerava serem seus pais. “Minha preocupação era com eles, o que iam fazer com eles, me disseram que iam ser presos, que estavam indo buscá-los imediatamente”. Ceferino Landa e Mercedes Moreira já estavam sendo investigados pelo crime de “subtração, retenção e ocultação de menor de dez anos” pela Justiça Argentina desde 1984. Como lembra Claudia, quando ela compareceu ao tribunal pela primeira vez devido a uma intimação judicial, meses antes do episódio acima descrito, o juiz informou-

lhe que a análise de seu sangue era a única maneira de provar o crime. Se o resultado fosse positivo, o delito de subtração ficava comprovado e o casal Landa seria julgado.

No momento em que recebia a notícia, a família de origem estava esperando por ela do lado de fora do tribunal: tios, primas e a sua avó, Buscarita Roa. Mesmo sem querer ver nenhum deles (pois, como me disse, a única coisa que lhe preocupava era saber o que estava acontecendo com as pessoas que ela considerava seus pais), conheceu, ali mesmo no tribunal, uma tia, um tio e a avó. Eles contaram-lhe histórias, mostraram cartas e fotos e entregaram-lhe o seu *Archivo Biográfico*. Quando chegou em casa, se viu sozinha (Ceferino e Mercedes foram levados pela polícia), e passou a noite ouvindo as fitas cassetes com os relatos de sua família biológica.

Ouvi todas, mas não entendia nada, era uma confusão. Histórias misturadas de quando meus pais eram crianças, de quando eram adultos, de quando eu nasci. Era uma salada mista. Então peguei as fotos que tinham me dado, me vi na cor do cabelo da minha mãe. Veja você, coisas que a gente não se dá conta até que vê. A questão da semelhança física, eu não sou nada parecida com os meus *apropiadores*. E até que a gente não se enxerga em outra foto, quando vê, diz, 'claro'. Ou seja, não importa até que importa. Bom, aí começou todo o outro.

E, assim como Pablo, ela, desconfiada, também pesquisou. Mas se a pergunta que levava Pablo à pesquisa dizia respeito à história do período da Ditadura, o problema de Claudia era sobre a confiabilidade do exame. Antes de receber o resultado, passou horas em frente ao computador lendo artigos sobre teste de paternidade e análises genéticas de ancestralidade. Em 1999, quando realizou o teste, o método ainda estava sendo desenvolvido e, como vimos no capítulo inicial, o seu embasamento científico ainda estava em questão. Diante disso, disse a si mesma, “fiquei tranquila, isso não vai dar em nada”.

Se os números que exibiam a porcentagem da compatibilidade genética pouco ou nada a impactaram, o oposto se deu com a imagem da fisionomia de sua mãe, que produziu efeitos imediatos em Mercedes Landa: a imagem permitiu a visualização do laço sanguíneo. Importante dizer que, quando desapareceu, Gertrudis, sua mãe, tinha exatamente a mesma idade que Claudia quando descobriu ser sua filha: 20 anos. Se compartilhar o sangue significa compartilhar certas semelhanças físicas, personalidades e interesses (Howell, 2003, p. 466), a correspondência física reverberou o atributo

relacional do sangue partilhado com a mãe, impactando nos modos como ela entendia a si mesma, levando-a a buscar “formas de ser essa pessoa”.

[...] Eu sabia que era verdade, digamos, eu era essa criança, isso tinha acontecido, mas, não encontrava formas de ser essa pessoa. Eu continuava sendo Mercedes Landa, ou seja, levou muito tempo para eu sentir que essas coisas eram parte de mim.

Aline: Você continuava sendo Mercedes Landa?

Claudia: Claro, a princípio, obviamente, era Mercedes Landa. Minha vida era a vida que vinha sendo, mas tentando encaixar as coisas novas. Dar-se conta da *verdad* abre todo um mundo que você pensava que nem existia, que era tudo inventado, e de repente é realidade.

Se, por um lado a percepção da ausência das semelhanças físicas com os *apropiadores* expõe o não-pertencimento, por outro, a presença delas em relação aos parentes de sangue corrobora o que diz o exame de DNA e fornece a dimensão social do parentesco ao criar continuidade ao longo do tempo e dar aos *nietos* o sentimento de pertencimento.

O caso que considero mais emblemático sobre diferenças físicas entre *nietos* e *apropiadores* é o de Horacio Pietragalla Corti. Horacio foi entregue à empregada doméstica de Herman que já havia se *apropiado* de Victoria Montenegro seis meses antes. O jovem tinha dúvidas sobre suas origens desde a adolescência quando percebeu fortes diferenças físicas entre ele e a família. Em entrevista à antropóloga Sabina Regueiro, ele disse: “sobre o tema pessoal e familiar, eu, no contexto em que estava, me sentia diferente, não me parecia fisicamente, era muito alto, tinha o cabelo encaracolado e ao mesmo tempo era diferente. Estava claro que eu não era filho deles” (Regueiro, 2013, p. 205). Como conta no documentário *Así soy yo* (2015), sempre lhe chamou a atenção serem seus pais tão baixos e ele alto, “alto como um jogador de basquete, me sentia estranho, como um peixe fora d’água”⁸⁵.

Em outro documentário, *Nietos, historias con Identidad* (2012), ele conta que, a partir das dúvidas provocadas pelas diferenças físicas e fortalecidas diante de outras informações, a sua então namorada, pesquisando casos de crianças *apropiadas* no arquivo *on-line* de *Abuelas, Nuestros Nietos*, encontrou a foto de uma mulher cuja fisionomia era muito parecida com a dele. “Quando vi a foto, foi forte, de início disse ‘não, nada a ver’. Depois voltei a ver, aí foi caindo a ficha de que éramos idênticos.”

⁸⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AiyEUfVJuyo>. Acesso em: 30 mai. 2021.

(idem). Quando ele viu a foto, ele tinha 27 anos, idade próxima à de seus pais nas fotos dispostas no catálogo da associação.

Em 2002, Horacio se apresentou à *Conadi* sem saber que o caso já estava sendo investigado. Em seguida, fez o exame de DNA que o identificou como filho de Horacio Miguel Pietragalla e Liliana Corti, a moça da fotografia.

Se conhecer os pais biológicos por meio de fotos estando com idade próxima à deles quando desapareceram produz conexões, conhecê-los mais velho produz outros efeitos e modos de operar com o reencontro do parentesco biológico. O relato de Jorge Castro Rubel, 116º *nieto restituído* por *Abuelas* mostra como descobrir-se filho de *desaparecidos* e criança *apropiada* em idade mais avançada faz interrogar concepções até então consolidadas.

Questionar ideias, revisitar concepções

Conheci Jorge Castro Rubel, *nieto restituído* em dezembro de 2014, em uma das visitas guiadas que fiz ao museu *Sitio de Memoria Esma*, no dia 28 de outubro de 2017, dedicada ao 40º aniversário de *Abuelas*. Como convidados especiais da denominada “*Visita de las Cinco: nietos restituídos nacidos en la Esma*”, estavam seis *nietos restituídos*, entre eles, Jorge era o *nieto* que fora *restituído* com idade mais avançada, aos 37 anos.

Ao longo da minha pesquisa, reencontrei Jorge em diversas atividades organizadas pelo movimento de familiares de *desaparecidos* e, uma vez que ele é sociólogo, também o encontrei nos corredores de um evento acadêmico, a 8ª Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais que, no ano de 2018, teve lugar na cidade de Buenos Aires. Realizamos duas entrevistas, uma no dia 11 de novembro de 2017 em um café na zona oeste da cidade, e outra, no ano seguinte, no dia 3 de dezembro de 2018 em sua casa.

Ao contrário de Juan, de Victoria, de Pablo, Evelin, Catalina, Claudia e Horacio, que já sabiam ou supunham não serem filhos biológicos das pessoas que os criaram, Jorge Castro Rubel jamais desconfiou de suas origens biológicas. Um dia, em 2014, uma parente distante disse-lhe: “olha, você não é filho deles, não tenho ideia de quem são seus

pais”. A descoberta “foi inesperada, não foi algo buscado”, assegurou ele em nossa primeira conversa, em 2017.

Antes de saber que era filho de *desaparecidos*, Jorge já conhecia histórias sobre a repressão durante a Ditadura, pois, como afirma, fora criado em uma casa que valorizava o conhecimento intelectual e o questionamento político, em um ambiente no qual estar informado sobre os acontecimentos do país e do mundo era um valor. Inclusive por isso, a decisão de seguir carreira de sociólogo já era esperada e foi bem recebida pela família na qual cresceu. Na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, onde cursou sociologia, Jorge leu livros sobre a Ditadura, frequentou debates sobre política de esquerda e se fez marxista.

Por conta desses interesses, foi ao ato de inauguração do *Espacio Memoria y Derechos Humanos* no dia 24 de março de 2004, em que Juan Cabandié fez o discurso transcrito antes. Na ocasião do evento, Jorge tinha certeza de ser filho biológico do casal que o criou: um médico e uma assistente social que, como ele me disse, nunca tiveram relação com militares, por isso, sequer passava por sua cabeça a ideia de ele ser uma das crianças *apropiadas*. Ao falar sobre o evento durante a nossa primeira entrevista, Jorge se lembrou o quão marcante foi ver Juan, “eu fiquei muito perto do palco e a fala de Juan Cabandié, me impactou bastante porque era a primeira vez que eu via um bebê nascido em cativo, roubado”.

Mas após a declaração daquela parente distante (dez anos depois de ver e ouvir Juan) e de perguntar àqueles que figuravam como seus pais sobre a sua origem, ele começou a se perguntar se poderia ter sido um desses bebês. Duas informações alimentavam essa suposição: em primeiro lugar, ele nasceu em 1977, no intervalo que *Abuelas* indicava corresponder ao do nascimento das crianças *apropiadas*; em segundo, fora deixado por dois homens na então *Casa Cuna*⁸⁶, durante um dos plantões de quem viria a ser seu pai. A versão deste era que como ninguém reclamara o bebê, ele ficou com a criança, registrando-a como própria. Munido dessas informações, Jorge decidiu ir à *Conadi* com o objetivo de excluir a possibilidade de ser uma das crianças procuradas por *Abuelas* e, assim, começar uma longa jornada na busca por descobrir quem eram seus pais biológicos. Isso porque, segundo me contou, a maioria das amostras analisadas pelo

⁸⁶ Hospital Pedro Elizalde.

Banco de Datos Genéticos tinha como resultado a não compatibilidade. Até então, o *Banco* acumulava, aproximadamente, 9 mil testes cujos resultados foram negativos⁸⁷.

Em 4 de dezembro de 2014, Jorge recebeu o resultado: positivo. Soube, então ser filho de Ana Rubel e Hugo Alberto Castro, ambos militantes das *Fuerzas Argentinas de Liberación (FAL)*, organização guerrilheira marxista-leninista que se propunha a difundir o socialismo⁸⁸.

Seus pais biológicos, assim como ele, eram marxistas, me disse. Contudo, alertou-me já em nossa primeira conversa, “isso nada tem a ver com os genes, senão com a criação e com a formação [em sociologia]”. Na nossa segunda entrevista, o assunto voltou. Falávamos sobre identificação com os pais biológicos, sobre heranças transmitidas e sobre sentir-se “filho”. Mencionei um *spot* produzido por *Abuelas*, em que *nietos e nietas* contam as suas histórias em poucos três minutos⁸⁹; no *spot* dedicado à sua história, ele fala sobre uma pinta que ele tinha na pele, similar a uma que a sua mãe tinha. Então, perguntei sobre o impacto das semelhanças físicas entre ele e seus pais biológicos. Ao que ele respondeu:

Esses *spots* me parecem artisticamente muito interessantes, mas me parece que partem de uma suposição que eu não partilho muito que é ‘quanto você se parece com os seus pais’. E eu acredito que a subjetividade é construída historicamente, socialmente, então não é que a gente herdou ser isso, herdou ser aquilo, herdou ser de esquerda, herdou ser de direita. Bom, me parece que isso não se herda, entendo eu, não sei, ninguém sabe. Então, eu parto de um suposto, como sociólogo, de que o ser social é determinado pela vida social, não é que “ah, eu gosto de política porque meus pais eram militantes políticos”. Eu entendo que não, porque além disso, eu tenho vários argumentos para sustentar isso, eu cresci em um ambiente onde se falava de política. Então, eu digo, bom, tenho uma base, eu cresci em um ambiente onde se lia muito jornal, se falava de política. Provavelmente, eu ia terminar sendo sociólogo ou algo parecido, ou pelo menos teria esse interesse, ou seria um contador que gosta de política. Eu, nesse sentido, tenho muito claro que o ser social se constitui socialmente.

⁸⁷ Conforme Soledad Gesteira, diante de resultados negativos, muitas pessoas que procuram suas origens formaram outros coletivos ativistas visando encontrar suas famílias biológicas. Em 2006 em uma denúncia a respeito da negligência do Estado em relação à questão da origem de pessoas que não são filhos de *desaparecidos*, *¿Quiénes somos?* (a associação de pessoas que buscam suas origens) divulgou que, na Argentina, 3 milhões de pessoas desconhecem suas origens biológicas. Gesteira considera que o dado quantitativo constitui o tema como problema social sobre o qual o Estado deve intervir (2016, p. 184).

⁸⁸ Para conhecer a história das *Fuerzas Argentinas de Liberación* ver, entre outros, Gabriel Rot (2004).

⁸⁹ Trata-se do já mencionado “*Así Soy Yo*”. O *spot* que conta a história de Jorge fez parte da segunda temporada, tendo estreado em outubro de 2017 em comemoração aos 40 anos de *Abuelas*. Está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3tarVrUKIEc&t=1s>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Quando *nietas* e *nietos* são identificados, quer dizer, quando o resultado do exame de DNA é positivo, é comum que a mídia e integrantes da associação *Abuelas* se esforcem para encontrar, no *nieto* ou *nieta* localizado, características que os vinculem aos seus pais *desaparecidos*⁹⁰. Da mesma forma, alguns *nietos* e *nietas* também buscam semelhanças com sua família biológica, como vimos nos casos de Claudia, Catalina e Horacio. Quando Jorge apareceu, logo viu-se uma correlação explícita entre ele e seus pais biológicos indicada por sua profissão, seu interesse pela política e, mais precisamente, pelo marxismo. Em muitas matérias de jornais que divulgam o seu reencontro, indica-se que ele é sociólogo e que entre seus temas de pesquisa estão a Ditadura e conflitos sindicais⁹¹. Essa tentativa de construir vínculos entre *nietos* e seus pais biológicos corresponde, a meu ver, ao esforço dos movimentos de familiares de *desaparecidos* em (re)emparentar *nietos* e *nietas* aos pais biológicos. Possivelmente por isso Jorge me disse que a sua escolha profissional e interesses intelectuais não estavam relacionados a sua ascendência biológica. Para ele, as semelhanças físicas são biologicamente herdadas e produzem laços entre pais e filhos.

Então, para mim, esses *spots* onde te chamam e te dizem “cara, olha, vamos fazer uma série de *spot* disso, você gosta? Quer participar?”. “Bom, sim, a ideia é boa”. “Então eu te coloco em contato com o roteirista para que você conte, assim ele vai escrevendo a história, a breve história”. Você conta um pouco, eles investigam quem foram os seus pais, onde você nasceu etc. Então dizem: “bom, você escolhe por onde deve ir e se sente identificado”. Algumas *nietas* e outros *nietos* dizem, “ah, eu gosto de água porque minha mãe era nadadora”, “eu gosto da música porque meu pai era músico”. Bom, eu não vivo assim, não sinto assim, eu não penso assim. Então me dizem: “bom, então por onde você vai?”, “hum não sei, não tenho ideia, diga você!”. Aí, [o roteirista] diz: “bom, vejamos, uma pinta?”, “sim, é verdade, eu tinha uma pinta aqui, já tirei”, “minha mãe tinha uma pinta bem grande aqui”. Evidentemente, aí sim há uma questão familiar de transmissão de pintas, é real. [Além disso], eu me vejo em fotos e [percebo] sou muito parecido ao meu pai e muito parecido à minha mãe. Essa é a realidade, mas claro, nisso eu acredito. Mas que eu goste da política porque meus pais gostavam de política, nisso eu não acredito.

A palavra de Jorge assegura que o parentesco biológico não conforma a transmissão de interesses por determinadas linhas políticas ou pelo ativismo. Se recuperarmos a fala de Juan do início desta parte da tese, a relação entre parentesco e

⁹⁰ Ver coletiva de imprensa da divulgação do aparecimento de Jorge e de Ignacio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FJ5UgT-MEwo&t=273s>; e <https://www.youtube.com/watch?v=dq3j02o3RT0&t=5s>, respectivamente. Acesso em: 30 set. 2021.

⁹¹ Por exemplo, ver Dandan (2015) e El nieto 116 (2015).

continuidade de legados políticos está associada ao fato de que os filhos carregam o sangue dos *desaparecidos*, logo, são a sua presença “em carne e osso”. Tal atributo confere a eles, como veremos na parte terceira, a tarefa e o compromisso éticos de reivindicar a lembrança permanente dos pais *desaparecidos*, a verdade sobre as suas mortes e a justiça pelos crimes que sofreram.

Para *nietos* e *nietas* que recusavam o resultado do DNA ou que não imaginavam a possibilidade de serem filhos de *desaparecidos*, as semelhanças físicas (como ferramenta que permite aferir visualmente o vínculo sanguíneo) são fundamentais para que reatem, cada qual a seu modo, os laços rompidos. Mas, pensar que a fusão entre o veredito do DNA e as semelhanças físicas restituirão os laços como eram ou deveriam ser não fosse a *apropiación* aplaina o complexo processo de *restitución de la identidad* entre *nietos* e *nietas*.

Receber, com quase 40 anos, a notícia de ser filho biológico de jovens cujas últimas imagens registradas aconteceram aos seus 27 e 25 anos e que, por isso, teria de retificar seus documentos, faz Jorge questionar constantemente concepções de filiação. Em nossa segunda entrevista, ele me disse:

Como sentir-se filho de pais que você conheceu aos quase 40 anos? Você começa a se sentir filho de algo, mas aos 40 anos você já não é mais uma criança. O fato de seus pais terem morrido muito mais jovens do que você é agora, não é algo irrelevante, a menos para mim. Ou seja, ao ver imagens dos seus pais, você se compara. Mas você tem 40 anos, 41 no meu caso agora, e você se compara com uma pessoa de 25 anos. [...] Eu, quando vi uma foto do meu pai, tive que buscar uma minha de quando tinha 25 anos para ver o quão éramos parecidos com essa idade.

Enquanto transcrevia as palavras de Jorge, lembrei-me de uma conversa com um funcionário de *Abuelas* em fevereiro de 2019. Ele respondia a minha pergunta sobre o significado de *restitución de la identidad*, dizendo: “é o processo de assumir a sua *identidad* se apropriando das histórias de seus pais”⁹². E Jorge perguntava (a mim, mas poderia também estar perguntando ao funcionário de *Abuelas*): “como?”. A associação, desde a sua inauguração se empenha para oferecer os instrumentos possíveis para *nietos* e *nietas* refazerem os laços rompidos pela repressão, por exemplo o *Archivo Biográfico Familiar*, uma pasta com entrevistas de amigos e parentes dos pais que reconstroem suas histórias, características pessoais, comportamentos, gostos etc. (Barbosa *et al.*, 2008;

⁹² Caderno de campo. Buenos Aires, 20 de fevereiro de 2019.

Durán, 2018). Mas, a fala de Jorge complexifica a ideia de que o resultado positivo do DNA e as histórias são suficientes para emparentar (*kinning*) (Howell, 2003)⁹³. A ausência de práticas temporais de emparentamento junto aos pais biológicos, que criem senso de pertencimento significativo e permanente, bem como a diferença de idade para menos entre eles, o fazem questionar a recomposição desses vínculos e procurar alternativas, por exemplo, a busca por semelhanças físicas, para restabelecê-lo. Como observa Janet Carsten, temporalidade e substância são mutuamente entrelaçadas no processo de “espassamento” e “diluição” do parentesco, quer dizer, na inexistência da convivência, as substâncias materiais ativam saltos imaginativos permitindo conexões entre pessoas e entre diferentes temporalidades primordiais para entrelaçar o parentesco na vida cotidiana (Carsten, 2014). As falas de Claudia, de Horacio e de Jorge evidenciam, assim, a diversidade, entre *nietos* e *nietas*, de instrumentos necessários para dar sentido à informação sobre os genes.

Portanto, se alguns *nietos* recusaram de início a origem biológica e outros esperaram por ela, o modo como Jorge enfrenta esse conhecimento é repensando concepções e modos de construção de vínculos. Além de lançar perguntas sobre noções e práticas de produção de laços, o conhecimento da origem fez Jorge rever conceitos próprios sobre como se praticava *apropiación* de crianças na Ditadura. “Mesmo com tudo o que eu tinha lido, eu pensava que todas as crianças roubadas tinham ido parar em famílias de militares”, ele me disse. De fato, muitas das crianças *apropiadas* localizadas por *Abuelas*, foram registradas como filhas biológicas de militares ou pessoas próximas aos militares, tais como Victoria, Pablo, Catalina e Guillermo, ou Juan cuja história Jorge tinha maior proximidade. O resultado do próprio exame de DNA mostrou a ele que não foi assim, Jorge era filho de *desaparecidos*, uma das crianças nascidas na Esma e *apropiadas*⁹⁴.

⁹³ Signe Howell, em seu estudo sobre adoção transnacional na Noruega, propõe a noção de *kinning* para pensar o processo pelo qual as crianças adotadas ou qualquer pessoa previamente desconectada é colocada em um relacionamento significativo e permanente expresso em um idioma de parentesco (2003). A noção ajuda a perceber as práticas de *nietas* e *nietos* envolvidas em seu esforço para restabelecer conexões entre famílias de criação e famílias biológicas sem, contudo, colocá-las em termos de contradição ou ambiguidade.

⁹⁴ Como mostrou Carla Villalta, a narrativa de que os *nietos* procurados por *Abuelas* foram *apropiados* por militares, encobriu casos de crianças que foram *apropiadas* por não-militares ou por pessoas sem conexão com as Forças Armadas (2013).

Origem biológica, história do país

A busca pelo conhecimento das origens genéticas – antecedentes, filiação, condições de nascimento etc. – é menos uma questão estritamente biológica, mas sobretudo uma tentativa de conhecer a genealogia, ensina Cláudia Fonseca em seu estudo sobre pessoas adotadas (2015b). Concordando com ela e inspirada pela sugestão de Janet Carsten de que as substâncias permitem conexões entre diferentes temporalidades (Carsten, op. cit), percebo que os casos dos *nietos* e *nietas restituídos* deixam ver como esse conhecimento se alarga, tocando o conhecimento da história do país e o reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade, de violações cometidas contra direitos fundamentais no passado. Como vimos na história de Claudia Poblete, o laço sanguíneo foi o passo inicial (de um caminho ainda em curso) para uma reconstituição simultânea: do “eu”, dos laços com a família de origem e do passado sobre a Ditadura. Na entrevista que fizemos em outubro de 2017, ela disse:

Para mim, de início, tive que fazer um percurso de voltar à história, à minha e a do país, desde outro ponto de vista. Porque, claro, eu não sabia de nada. Então para mim, subversivos atiravam bombas, odiavam os militares, queriam que aqui fosse como Cuba, entende? Todas essas coisas. Isso tinha sido uma guerra, eram dois bandos. Para mim, meu primeiro clique foi perceber que não tinha dois bandos coisa nenhuma. E isso foi a primeira coisa que me ajudou a entender. Quando eu começo a conhecer meus tios que tinham militado durante a Ditadura e os companheiros de militância dos meus pais, percebo que eram pessoas, entende? Com todas as limitações que tinham, fizeram muitas coisas. Então aí, toda essa bobagem ideológica começa. Me custou muito, ainda me custa, lutar contra os princípios aprendidos na minha criação.

O conhecimento das origens levou *nietos* e *nietas* a produzirem outras histórias de si e do regime militar, além de reivindicarem esses “acertos de contas”, inclusive jurídicos, como vimos com Victoria, Pablo e Catalina. A *restitución* de Claudia Poblete no ano 2000, por sua vez, em um momento que ainda vigoravam as *leyes de impunidad* na Argentina, se tornou prova de crimes de lesa-humanidade, tendo tido implicações diretas na forma como a sociedade argentina passou a compreender o regime militar, impulsionando ainda o debate sobre as leis que determinavam a caducidade dos crimes cometidos no período (o que fez com que a Justiça argentina anulasse as *leyes de impunidad*).

Como dito no início deste capítulo, o encontro das crianças *apropiadas* é um evento que mobiliza não só os *familiares de desaparecidos*, mas entusiasma grande parte da população argentina. Nesse sentido, acredito que as origens genéticas de *nietos* e *nietas* podem ser pensadas como saberes públicos pátrios que tornam *nietos* e *nietas* capazes de fazer a sociedade lembrar do tempo e do horror da Ditadura e, ao mesmo tempo, a continuar reivindicando justiça pelas violações cometidas no passado.

Se para *Abuelas*, o resultado positivo do exame de DNA de *nietos* e *nietas* é o fim de uma árdua busca, e deve ser tornado público e celebrado, para alguns *nietos* e *nietas*, esse saber – que os mostra como parte de uma história de violência – abre as portas de um passado difícil de ser digerido e compreendido. Como espero ter mostrado, a descoberta da família de origem produz efeitos específicos em cada *nieto* ou *nieta*, que lidam com a experiência de *restitución* de modos próprios. Esta pode vir carregada de sofrimento (Victoria) e por isso, de início, ser recusada (Evelin e Catalina) e postergada para evitar danos (Pablo); mas, pode também ser desejada e esperada (Guillermo Amarilla). E se os números estampados nos resultados do exame parecem pouco afetar, o reconhecimento de semelhanças físicas pode deflagar fortes conexões (como se deu com Claudia, Horacio e Jorge).

Conhecer o parentesco biológico com o auxílio de ferramentas como o exame de DNA, o *índice de abuelidad* e o *Banco* é uma das faces do processo tão delicado de reconstrução da *identidad*; identidade pessoal que é, ao mesmo tempo, lócus fundamental de produção de memórias públicas sobre a Ditadura. As próximas duas partes da tese se debruçam sobre outras práticas mobilizadas para essa mesma reconstrução: mudar nomes e narrar a vida.

Parte II

Os nomes, os usos

Era uma tarde primaveril de quinta-feira em outubro de 2017. Eu acabava de sair do quarto alugado em uma casa no centro da cidade de Buenos Aires e caminhava às pressas em direção à *Plaza de Mayo*, pois estava atrasada para mais uma das conhecidas *rondas de los jueves*⁹⁵. A pressa, no entanto, não deixou despercebidas três ou quatro lajotas coloridas entremeadas nas calçadas cinzas da cidade, que eu depois viria a conhecer como as *baldosas por la memoria*⁹⁶. Feitas de cerâmica e repletas de pequenos azulejos coloridos, elas continham um nome pessoal destacado ao centro e, logo abaixo, a indicação “desaparecido/a em” e uma data que variava entre fim da década de 1960 e fim da década de 1970.

Três anos antes desse trajeto, em outubro de 2014, quando fiz minha primeira visita à sede de *Abuelas* em Buenos Aires, Lorena Battistiol me inteirara das *rondas*, um protesto-vigília pelas pessoas *desaparecidas* na Ditadura organizado por *Madres de Plaza de Mayo*. Nesse protesto, depois eu viera a saber, as mães dos *desaparecidos* e demais parentes e amigos (também pessoas interessadas na causa) circundam ao redor do monumento *Pirâmide de Mayo*⁹⁷, localizado no centro da praça em frente à sede da presidência (a Casa Rosada) todas as quintas-feiras às 15h30min.

Consegui chegar ao monumento a tempo e lá encontrei dois grupos visivelmente distintos em relação à quantidade de pessoas e à infraestrutura do protesto. O primeiro grupo era mais numeroso e com materiais aparentemente produzidos em escala industrial. Havia oito senhoras que, por usarem o *pañuelo blanco*, identifiquei como sendo mães de

⁹⁵ Marcha das quintas-feiras, em português.

⁹⁶ Em português, lajotas pela memória.

⁹⁷ Primeiro monumento pátrio construído em 1811 em comemoração ao aniversário de um ano da *Revolución de Mayo*, uma série de eventos que levou à independência da Argentina. A inauguração do monumento formalizou a praça como lugar cívico (Alves, 2017, p. 17). Em 2005, a área ao redor do monumento foi declarada, pela lei n.º 1.653, como *sitio histórico* em razão das *rondas de los jueves* realizadas pelas organizações *Madres de Plaza de Mayo* (*Asociación e Línea Fundadora*). Atualmente, o chão desse espaço está marcado por linhas radiais que partem do monumento conformando um círculo; entre os traços estão pintados os *pañuelos blancos*, símbolo das organizações *Abuelas* e *Madres de Plaza de Mayo*.

*desaparecidos*⁹⁸. Em seus *pañuelos*, sobre a cabeça e amarrados à nuca, estava bordada a insígnia: “*Aparición con Vida - Asociación Madres de Plaza de Mayo*”. Elas seguravam uma enorme faixa azul com a assertiva em branco “*el poder financiero es terrorista*” e vestiam coletes azuis com a frase “*no pasarán*”. Atrás delas, pessoas as seguiam sustentando bandeiras com fundo azul que levavam gravados o símbolo do *pañuelo* branco junto aos dizeres, também em cores brancas: “*Asociación Madres de Plaza de Mayo / ni un paso atrás*”, e enunciando um grito de protesto: “*alerta, alerta que están vivos todos los ideales de los desaparecidos*”.

O segundo grupo, mais reduzido e com poucos materiais gráficos (a meu ver, produzidos à mão), tinha à frente três senhoras com *pañuelos* que conduziam o percurso. Diferentemente dos *pañuelos* do primeiro grupo, estes tinham como bordado, além da identificação “*Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*”, um nome pessoal completo e uma data específicos. Elas também seguravam uma faixa retangular branca com as palavras em preto: “*30.000 desaparecidos/Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*”. Em seguida, formando parte do cortejo, pessoas acompanhavam seus passos carregando cartazes com fotografias (que mais tarde eu reconheceria como sendo dos *desaparecidos*) e exclamando, após cada enunciação reproduzida de um megafone, a palavra “*¡Presente!*”.

Eu acabava de me deparar, em toda a sua concretude, com duas formas de habitar o mundo, de exigir explicações sobre o paradeiro dos filhos e de lidar com a dor após a perda de seres queridos em consequência da repressão operada pela Ditadura, que levou à ruptura do coletivo *Madres de Plaza de Mayo* em 1986, no início da redemocratização⁹⁹.

⁹⁸ Em português, lenço branco. A primeira vez que as *madres* usaram o *pañuelo* sobre as suas cabeças como maneira de tornar a causa mais visível e de habilitar outras pessoas a fornecer informações sobre o paradeiro dos *desaparecidos* em público, foi em uma procissão católica em 1º de outubro de 1977 ao santuário de Luján. Elas escolheram, como símbolo de luta, a fralda que seus filhos usaram quando recém-nascidos (Gerardo Szalkowics, Norita, 2019, p.74). De acordo com Ludmila Catela, “este lenço branco, por oposição ao negro, associado ao momento do luto, simboliza a iniciação, o nascimento, a vida. É importante assinalar que unicamente as *madres* e as *abuelas* utilizam esse tipo de estratégia”. As inscrições bordadas nos *pañuelos* variaram ao longo do tempo, mas “a discussão se levanta em relação à ‘individualização’”. Como veremos adiante, algumas *madres* utilizam o lenço bordado com os nomes, sobrenomes, a palavra *desaparecido* e a data de desaparecimento. Por sua vez, outro grupo de *madres*, com a sua postura de “socialização da maternidade”, usa a insígnia da associação. Já as *abuelas*, em geral, usam o lenço totalmente branco. Com o passar do tempo, o *pañuelo* se transformou em símbolo sendo desenhado e pintado no chão das praças e em muros, transformaram-se em monumentos. “Pode-se dizer que o uso do lenço condensou o sistema de símbolos dessa comunidade, acumulando assim um poder de representação reconhecível no cenário internacional” (Catela, 2001, p. 172-4).

⁹⁹ Em 1986, o coletivo criado em 1977, há muito aguentava tensões entre suas integrantes. Enquanto a presidenta da associação, Hebe Bonafini, e suas seguidoras manifestavam-se contrárias às políticas da gestão de Raúl Alfonsín (1983-1989) – como a reparação econômica, a exumação dos corpos dos desaparecidos e a demanda por testemunhar na *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) –, outro grupo de *madres* posicionava-se a favor. O agravamento das tensões ocorreu após o

Desde então, as duas linhas de *Madres* têm mantido posições distintas em relação a diferentes aspectos das *políticas de memoria*. A líder da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, Hebe Bonafini, sustentava sua posição contrária em relação às políticas de reparação e à investigação pelos restos mortais dos *desaparecidos*, argumentando que a luta não deveria ser individual (remetendo-se, entre outras práticas, ao uso dos nomes dos desaparecidos nos *pañuelos*), mas coletiva focalizando o rechaço ao projeto político-econômico (capitalista) defendido pelos militares. Por outro lado, as integrantes de *Madres de Plaza de Mayo Línea-Fundadora* são a favor de tais medidas; Tati Almeida (figura expoente do coletivo) afirmou desejar “tocar os ossos de seu filho antes de morrer”, e completou mostrando o *pañuelo* com o nome completo e a data de desaparecimento de seu filho Alejandro: “No nosso *pañuelo* cada uma leva o nome de seus filhos. Nós reivindicamos os 30.000 *desaparecidos*, mas é importante que cada um tenha um nome e sobrenome” (Hernández, 2012)¹⁰⁰.

Ao chegar mais perto de *Madres de Plaza de Mayo Línea-Fundadora*¹⁰¹, pude ver que as fotografias dos *desaparecidos* também tinham legendas: o seu nome completo e a data de seu desaparecimento, como nos *pañuelos*. Nesse momento, também pude ouvir com clareza as palavras proferidas a partir do megafone, às quais as pessoas respondiam com clamor: “¡Presente!”. Tratava-se da enunciação dos nomes completos dos *desaparecidos* em ordem alfabética de acordo com o sobrenome de cada um. Do aparelho, escutei de uma voz feminina o que seria o sobrenome de alguém seguido do nome próprio; imediatamente as pessoas que circundavam o monumento atrás da faixa, algumas segurando fotografias, disseram em uníssono: “¡Presente!”. Em seguida, o megafone enunciou outro nome começando pelo sobrenome e as pessoas reagiram: “¡Presente!”. E assim o cortejo avançava.

Mais do que um lamento de luto que tornava pública e dizível o sofrimento da perda do parente, a enunciação massivamente reiterada dos seus nomes, a meu ver,

processo de eleições internas em 16 de janeiro de 1986, que manteve a hegemonia de Bonafini. Oito madres dissidentes, então, criaram uma equipe interna denominada *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, e, em 10 de abril, anunciaram a separação. Para uma análise mais detalhada da história de *Madres de Plaza de Mayo*, ver Gorini (2017).

¹⁰⁰ Diferente do que ocorreu em relação as propostas de Alfonsín, durante os governos Kirchner (2003-2015), ainda que mantivessem divergências, ambas as associações (bem como *Abuelas*) reconheciam e valorizavam suas políticas.

¹⁰¹ Eu me aproximei do segundo coletivo por dois motivos. Em primeiro lugar, minha pesquisa tinha como foco as narrativas das *nietas* e *nietos restituídos* por *Abuelas* e eu já sabia que estes se assemelham mais aos modos de ação das *Madres Línea-Fundadora*. Além disso, um dos meus interesses de pesquisa era justamente compreender os efeitos dos nomes pessoais na luta por *memoria, verdad y justicia*; bem como, seus potenciais de coletivização e de produção do “eu” entre *nietas* e *nietos restituídos*.

realizava um trabalho duplo. Em primeiro lugar, convocava pessoas queridas, únicas para seus familiares, que a Ditadura fez desaparecer jogando-as para um silencioso anonimato; despojados de um julgamento e de uma morte digna, a enunciação dos nomes, os fazia ressurgir e durar. Em segundo lugar, ao afirmar a particularidade de cada ente querido, proclamando os nomes dos combatentes contra a Ditadura em voz alta na *Plaza de Mayo*, era evocado um crime subjacente aos preceitos do regime militar, que seria reconhecido como crime contra a humanidade: o desaparecimento forçado¹⁰².

A maneira como os parentes de *desaparecidos* usam os nomes próprios para agir em um espaço devastado pela repressão ditatorial é o objeto de análise desta parte da tese. Buscando uma análise mais detida dessas práticas específicas, colocarei o foco da atenção sobre os usos e escolhas de nomes feitos por *nietos* e *nietas restituidos* que, diante da modificação de seus nomes (na Ditadura), recuperam-no, alteram-no e combinam-no (no período democrático). Para tanto, antes de entrar diretamente nas práticas sobre escrutínio, considero pertinente compreender o que fizeram os nomes dados pelos militares na *apropiación*. A seguir, então, examino a história de Claudia Victoria Poblete Hlaczik, filha de *desaparecidos apropiada* por um casal de militares, sendo então, renomeada Mercedes Landa.

¹⁰² A análise desta cena é inspirada na leitura de Veena Das a respeito da tragédia grega “Antígona” em “Vida e Palavras”. Para explorar o significado de ser uma testemunha da violência entre as mulheres raptadas durante a Partição da Índia, Das contrapõe as interpretações de Hegel e Lacan sobre a peça. Nela, Antígona recusa a proibição anunciada pelo líder Creonte cuja punição era a morte, de sepultar seu irmão então considerado inimigo da cidade, e leva a cabo o seu dever sagrado, como irmã, de enterrá-lo. Parafraseando Lacan, Das indica como a questão para Antígona não era confrontar a lei, mas mostrar se a lei poderia incluir tudo, até ritos funerários, aos seus criminosos. Segundo Das, a posição de Antígona situada em uma zona entre duas mortes (a dela e a do irmão) permitiu que ela apontasse a verdade sobre a natureza criminal da lei através da expressão da singularidade do irmão (Das, 2020, p. 94-6). Parece-me plausível afirmar que as *madres*, ao enunciarem os nomes próprios dos seus filhos *desaparecidos*, estão fazendo algo semelhante ao que fez Antígona na tragédia grega.

Capítulo 3

Estratégias de apagamento (e seu avesso)

Apropiación, renomeação

Claudia nasceu em março de 1978 e dos pais – Gertrudis Marta Hlaczik (Trudi) e José Poblete Roa (Pepe) – recebeu o nome Claudia Victoria Poblete. Em novembro desse mesmo ano, como ela me disse em entrevista de outubro de 2017, os agentes da repressão começaram a rondar o casal e alguns companheiros de militância dos pais *desaparecidos*. No dia 28 do mesmo mês, enquanto Pepe era sequestrado na cidade de Buenos Aires, Trudi e Claudia foram tiradas à força da casa onde a família vivia, em Guernica, município localizado a 47 km ao sul da cidade de Buenos Aires. Pai, mãe e filha foram levados para o centro clandestino de detenção *El Olimpo*, no bairro Floresta da capital argentina.

Claudia soube, por depoimentos de *sobrevivientes* desse mesmo centro clandestino, que ela passara quatro ou cinco dias no cativeiro com a mãe, até que um policial disse à Trudi que a levaria para a casa dos avós maternos. No entanto, no dia 1º de dezembro, sem que nenhum membro da família de Claudia fosse avisado, um médico militar entregou-a a um casal: o tenente-coronel do exército, Ceferino Landa, e sua esposa, Mercedes Moreira. O casal, com quem ela permaneceria por vinte e dois anos, emitiu, nas palavras de Claudia, “uma certidão de nascimento falsa”, na qual constavam os seus nomes como seus pais naturais, uma data de nascimento aproximada (porque, como enfatiza Claudia, eles não conheciam sua idade exata) e um nome escolhido por eles: Mercedes Landa passava a se chamar Merceditas.

A esse respeito, julgo pertinente abrir um parêntesis para indicar duas reflexões sobre modos correntes de eliminar as oposições ao regime: o depoimento de Pilar Calveiro (2005), cientista política e *sobreviviente* de um dos centros clandestinos de detenção da Ditadura, e a observação da antropóloga pesquisadora do tema das *apropiaciones*, Sabina Regueiro (2013). Segundo Calveiro, os militares levaram a cabo políticas de extermínio do inimigo; em suas palavras, “no cativeiro, todas as identidades eram arrancadas, desde as filiações políticas até a primeira e última identificação: seu nome” (*op. cit.*, p. 143). Por meio da eliminação dos nomes, todos eram transformados

em *N.N.* (*nomen nescio*: sem identidade conhecida). Seguindo essa lógica, o estudo de Sabina Regueiro sobre crianças *N.N.* e adoções forjadas durante a Ditadura mostra que também as filhas e filhos de militantes tiveram suas identidades pessoais anuladas pelos militares. Segundo ela, o registro dos detidos como pessoas anônimas inseria os filhos de *desaparecidos* no circuito de “crianças abandonadas” possibilitando, então, a sua adoção ou, como ocorreu na maioria dos casos, o seu registro falso como filhos próprios de casais vinculados às Forças Armadas ou da Segurança por relações de amizade, familiares e mesmo, comerciais (Regueiro, 2013).

Assim, tal como seus pais, Claudia também desapareceu para sua família consanguínea. Contudo, diferentemente deles, cujo destino foi a aniquilação de suas vidas e o desaparecimento de seus corpos, ela teve seu desaparecimento materializado pela *apropiación*, por meio da ocultação de seu paradeiro, da obliteração de seu nome e filiação, a saber, da realização do seu registro civil como filha própria do casal Landa e da sua renomeação como Mercedes Landa. Ao longo de nossa conversa, Claudia sempre usava o nome Mercedes Landa ou Merceditas para falar de si, dos seus modos de ser, agir e pensar como filha de Mercedes Moreira e Ceferino Landa. E usava o nome Claudia para identificar-se como aquela que se reconstituiu continuamente depois de saber ser filha de Pepe e Trudi, de conhecer a história de suas famílias e a história do país.

Ao ouvi-la contar a sua história, lembrei que outras *nietas* e *nietos restituídos* também tiveram seus nomes modificados ao serem *apropiados*. A elisão dos nomes próprios e a renomeação de crianças adotadas era (e ainda é) habitual em casos de “adoção plena”. Trata-se de uma maneira de eliminar o parentesco biogenético e envolver a criança na família adotiva “como se” fosse parente biológico (Modell, 1994). Lembremos que Victoria, o segundo nome de Claudia, era muito usado por militantes da década de 1970. Prática seguramente profícua para os militares nos casos de *apropiación* de crianças, a atribuição de nomes mais próximos aos gostos de quem as estava “adotando” tinha a função de registrá-las em outro grupo de pertencimento, em outra classe social com valores e visões de mundo diferentes.

A atribuição de nomes nessas situações evoca a “filosofia exclusivista” que supõe a “*clean break*” (ruptura limpa) do parentesco adotivo, a suspensão total com o passado e com a família de nascimento. O apagamento do parentesco biológico e a constituição da família adotiva por meio da nomeação produzem as famílias “*as if*”, “como se” fossem famílias biológicas (Yngvesson, 2007, p. 118). Evoca também as análises sobre as práticas de nomeação de pessoas escravizadas e colonizadas em que o ato de atribuir

nomes opera, ao mesmo tempo, para romper e conectar, funcionando ainda, e paradoxalmente, para despersonalizar enquanto confere personalidade, quer dizer, a atribuição de nomes nesses contextos violentou a identidade social provocando sua despersonalização radical; bem como funcionou como chave indispensável para a manutenção do sistema escravagista e para inserir populações originárias na nova situação colonial (Benson, 2006; Richard, 2015).

À luz dessas análises, comecei a me perguntar o que a mudança do nome dessas crianças (prática aparentemente corriqueira em processos legais de “adoção plena”) produziu no rearranjo de relações entre as crianças *apropriadas* que deveriam desfazer laços com a chamada “delinquência subversiva” para criar outros, desta vez com militares e/ou seus aliados. Quais efeitos e sentidos o nome Mercedes (nome próprio da mulher que viria a ocupar o lugar da mãe), o sobrenome Landa (do homem que viria a ocupar o lugar de pai) e o apelido Merceditas provocaram?

É possível dizer que, diante da ausência de laços de sangue, o nome pessoal atribuído à menina desempenharia função central no reconhecimento da filiação que se pretendia biológica e, simultaneamente, na formação de um sujeito com perspectivas de mundo afinadas às do casal *apropriador*, e alinhadas também aos prismas moral, político, econômico e religioso defendidos pelos militares. Mercedes Landa foi o nome que lhe fora atribuído por seus *apropriadores*. Assim, com o novo batismo, ela deixava de ser Claudia Poblete para se tornar Mercedes Landa. Na conversa que tivemos na cafeteria ela disse: “me chamavam de Mercedes Landa, a filha do tenente-coronel, a princesinha adorada”.

Neste ponto, considero importante lembrar a observação de Maurice Godelier de que o princípio de descendência organiza as relações sociais nas sociedades (2003). Também de Françoise Zonabend quando constata que nas ocasiões em que o primeiro nome atribuído a um recém-nascido é o de um ancestral, os pais não apenas realizam uma homenagem, mas predestinam o filho a perpetuar o ancestral epônimo, estendendo uma linhagem (1980). Assim, a escolha de um primeiro nome tem a ver com uma mensagem que se quer transmitir ao novo nomeado, uma espécie de lembrança singular.

Seguindo essa trilha, é possível perceber que elidir o nome Claudia Victoria e optar pelo nome Mercedes Landa tem a ver com o esforço dos *apropriadores* de fazer durar sua descendência, bem como seus valores na menina. Concomitantemente, o apelido Merceditas teve, eu acredito, efeito duplo, pois dotadas de um mesmo nome próprio, mãe e filha eram diferenciadas, ainda que sutilmente; o sufixo “ita” (equivalente

a “inha” no português) produzia aproximação e afetividade, bem como transformava a criança em pequena Mercedes, ou melhor, em rebento do que eram Mercedes Moreira e Ceferino Landa¹⁰³.

Mas voltemos à história contada por Claudia. “Merceditas foi criada com esse casal”, disse-me, “uma família de classe média alta que vivia em um apartamento que ocupava um andar inteiro em Belgrano”, bairro nobre da cidade de Buenos Aires. Enquanto isso, a zona sul, onde Claudia vivia com seus pais em Guernica, é uma zona fabril, de bairros operários e habitações simples. Tirada de Guernica e levada a Belgrano, com um novo nome, Merceditas passou a frequentar espaços que ordenaram sua visão de mundo como uma “Landa”. “Merceditas foi colocada em um colégio de freiras, privado, localizado perto de casa”. De fato, o *Colegio Nuestra Señora de Misericórdia*, onde estudou, era uma escola confessional católica e feminina. Se, como assinala Sanjurjo (*op. cit.*, p. 109), a educação cristã católica era essencial à nação argentina tal como defendida pelos militares, já que considerada um instrumento primordial para restaurar o país atacado por *subversivos* e para resguardar a cultura ocidental cristã, Merceditas apreendia, por meio da educação escolar, os valores morais prezados pelos militares, afastando-se daqueles defendidos por seus pais.

Ao lado disso, as características específicas que parecem definir o significado da frase proferida por Claudia em diversos relatos – “eu continuava sendo Mercedes” – são sugeridas nas suas descrições sobre os pais de Merceditas. O senhor Landa, era admirado pela menina que o considerava um homem forte, de caráter impositivo. Claudia descreve-o em um documentário cênico do qual participou como protagonista.

[...] chefe do exército, ele mandava e os outros obedeciam. Um homem que tinha tudo claro, o mundo se edificava sobre três pilares: Deus, Pátria e Família. Nessa ordem. O mundo era um lugar hostil, um lugar em guerra. Um lugar em que esses valores estavam ameaçados. O mundo estava repleto de subversivos. Ou seja, de terroristas. Uma palavra muito útil. Não tinham nem Deus, nem Pátria e não acreditavam em nada que valesse a pena. O mundo era “nós” e “eles”. “Nós” e “os

¹⁰³ Nesse ponto, considero factível retomar a análise de Marina Vanzolini, mesmo se realizada em relação a um universo empírico completamente distinto, o dos Aweti no Xingu, Brasil. Ela indica que os apelidos e nomes “reais” não são indiscriminadamente transferidos aos descendentes, em vez disso, são usados para ativar relações particulares. Apelidos e nomes “reais” particularizam ao mesmo tempo que conectam pessoas a parentes. “Outorgar nomes envolve reconhecer qualidades que já existem e aquelas que podem ser produzidas através do ato de nomeação conduzindo pessoas a explorar similaridades e proximidades entre homônimos [...]. Por meio dos nomes replicados em todas as aldeias e ao longo de gerações, o mundo Aweti é configurado como uma unidade estável geográfica e temporalmente, sem perder de vista as particularidades locais” (Vanzolini, 2019, p. 112, 114).

outros”. Os vermelhos e os azuis. E a Argentina estava cheia de terroristas. O pai era um homem em guerra em um mundo em guerra¹⁰⁴.

A forma como Claudia descreve o *apropriador* é semelhante à maneira de Victoria Montenegro referir-se à Herman Tetzlaff, que também era militar e defendia tais valores, Victoria o descrevia como herói que tinha salvado a Pátria da “subversão”. A Ditadura se valeu e tentou impor esse modelo de família militar em que “o homem-pai deveria ocupar o lugar de autoridade e da direção, enquanto a mulher-mãe deveria amar sua família garantindo a proteção e transmissão da tradição” (Osuna, 2017, p. 173).

Figura mais ausente nas falas de Claudia, a mãe de Mercedes parece corroborar as convicções do marido, “sempre estava de acordo”, diz Claudia. Ao mesmo tempo, Mercedes Moreira contribuía para evitar os questionamentos de Mercedes sobre as atitudes controversas do pai. Certa vez, continua ela, quando Mercedes já tinha idade para estranhar alguns comportamentos paternos, “perguntou à sua mãe por que o pai jantava com os amigos do Exército na sala de jantar enquanto elas deviam jantar sozinhas na cozinha”. Ao que a mãe lhe respondeu: “não temos nada a ver com isso, eles falam coisas de homem”.

A repreensão da mãe à Mercedes parece apontar para a função desempenhada por Mercedes Moreira na criação da menina, afastando comportamentos questionadores e contestatórios. No modelo de família dos militares, a mãe era responsável por evitar a manifestação de comportamentos “subversivos”, entendidos como doença que deveria ser extirpada da sociedade. Ao mesmo tempo, seguindo os moldes dos padrões de comportamento feminino defendidos pelos militares, a mantinha restrita à vida cotidiana doméstica e patriarcal, capitaneada pelo senhor Landa, o chefe não só do Exército, mas também da família. Como pontua Judith Filc (1997), segundo os militares, a família é lugar de continuidade das relações de poder e de dominação. As formas como se dão as relações no âmbito doméstico é uma maneira de construir e consolidar a hierarquia militar, a ordem que também (ou basicamente) é fundamentada em desigualdade de gênero e de idade. Tal conduta fica evidente se observarmos formas como as *apropriadoras*, sobretudo as esposas de militares, se apresentaram diante da acusação pelo crime de *apropiación de menores*. Como mostra Ana Sucari, as *apropriadoras*, em suas

¹⁰⁴ O documentário cênico, produzido pela companhia catalã *La Conquesta del Pol Sud* em 2016, é uma concepção de produção teatral que se propõe estreitar o diálogo entre acontecimentos globais e experiência pessoal. Este material será analisado com maior profundidade no capítulo 6 desta tese. Disponível em <http://www.laconquesta.com/en/portfolio/claudia/>. Consultado em: 19 fev. 2020. *Claudia*. Documentário cênico. *La Conquesta del Pol Sud*, 2016.

defesas, marcaram a sua condição de mulher submissa ao marido e apelaram ao seu papel de mães e de cuidadoras, estando assim condicionadas ao que seus maridos e a sociedade esperavam delas (Sucari, 2021).

Se os nomes próprios se referem a “nós mesmos” e ao grupo a que pertencemos, a renomeação de Claudia como Mercedes Landa teve função importante tanto no rompimento de laços com a família consanguínea como na produção de relações de parentesco duradouras e consistentes com a família *apropiadora*. O ato interditava à criança e ao sujeito futuro modos de ser (e de pensar) como os pais militantes, compelindo-a a associar-se aos sentidos de família defendidos pelos militares e corporificados no sobrenome do tenente-coronel Landa. Seguindo esta lógica, a criança se afastaria (e se recuperaria) dos males da *subversão* e seria assimilada pelos ideais “dos Landa”, assumindo as concepções de mundo defendidas pelo regime militar e pelo casal.

Merceditas, como diz Claudia, não saía de casa para passear sozinha, não dormia fora; era levada e trazida de todos os lugares, “eu vivia como em um *tupperware*”, completou Claudia. Segundo a visão de mundo de Merceditas “era preciso estudar, trabalhar, ganhar dinheiro, ter um bom salário em uma multinacional, uma casa linda, colocar os filhos em uma escola privada, de preferência católica”. É preciso ressaltar ainda que não se trata de qualquer apelido: Merceditas era a forma como era conhecida a filha do General San Martín, *Padre de la Patria, El Libertador*¹⁰⁵. Em 1825, em Bruxelas, o herói nacional escreveu uma lista de conselhos dirigidos à Merceditas que ela deveria considerar em sua vida: as “*Máximas para mi hija*”. Nessa lista, o general define normas de conduta quase obrigatórias à sua filha. “*Máximas para mi hija*” se tornou legado nacional e fazia parte da matriz curricular dos colégios sobretudo durante a Ditadura, período em que os valores contidos na carta foram ressignificados de modo a aproximá-los aos ideais militares sobre as mulheres¹⁰⁶.

¹⁰⁵ General San Martín (1778-1850) foi um militar argentino líder dos movimentos de independência da Argentina, do Chile e do Peru contra a colonização espanhola. É uma das figuras mais importantes das guerras de independência hispano-americanas ao lado de Simón Bolívar. Conhecido como “Libertador”, San Martín é principal herói nacional da Argentina. Em 17 de agosto, dia de seu aniversário de falecimento, comemora-se sua “passagem à imortalidade”. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/efemerides/san-martin/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

¹⁰⁶ “*Máximas para mi hija*”: 1º Humanizar o caráter e torná-lo sensível até com os insetos que nos prejudicam. Stern disse a uma mosca abrindo a janela para ela sair: “Vamos, pobre animal, o mundo é grande demais para nós dois.” / 2º Inspirar seu amor pela verdade e ódio à mentira / 3º Estimular a caridade com os pobres em Mercedes / 4º Respeito sobre a propriedade alheia / 5º Ensiná-la a manter um segredo / 6º Inspirar sentimentos de indulgência para com todas as religiões / 7º Doçura com os criados, pobres e velhos / 8º Falar pouco e categoricamente / 9º Ensiná-la a estar formalmente à mesa / 10º Amor à limpeza e desprezo ao luxo / 11º Inspirar o seu amor à Pátria e pela Liberdade. Disponível em:

A renomeação dos filhos de militantes operada pelos *apropiadores* não tem raízes apenas na produção e continuidade de uma herança familiar, já que não se tratou de uma prática simplesmente familiar, mas teve como base os ardis do governo militar para aniquilar o legado de ideais contrários. Dessa perspectiva, a prática foi fundamental para consolidar a *apropiación* e o desaparecimento das crianças, evitando que as famílias de sangue as educassem para a *subversión*.

Assim, os nomes de *apropiación* operaram tanto para despersonalizar como para conferir personalidade; portar o nome Mercedes Landa obliterava o caráter questionador das injustiças sociais que a conectava aos ideais dos militantes *desaparecidos* e, ao mesmo tempo, fazia nascer alguém que seguia as regras dos militares, que projetavam uma mulher submissa ao marido, com filhos, católica, com uma “casa linda” e “trabalhando em uma multinacional”. A prática pode ser pensada como um dos instrumentos empregados pelos militares para dar continuidade à “reorganização das relações sociais” das cidadãs e cidadãos argentinos para manipular seus pensamentos e ações¹⁰⁷.

A transformação das crianças *apropiadas* em *N.N.* e a consequente elisão dos seus nomes e sobrenomes de origem visava desfazer e anular, tornando sem efeito, as histórias pregressas de sujeitos que pertenciam a famílias de militante, sindicalistas e políticos dos anos 1970. Ao mesmo tempo, tentou tornar as filhas e filhos dos *desaparecidos*, em “páginas em branco”, nas quais poderiam ser impressas novas relações e experiências sociais, políticas, econômicas e culturais¹⁰⁸.

Muitos foram os recursos mobilizados para a restauração das *identidades* anuladas dos *desaparecidos*: as *baldosas por la memoria*, as enunciações dos nomes durante a *ronda de los jueves* e a inscrição nos *pañuelos* das Madres, como indicado no início do capítulo. O arquivo público e *on-line* de *Abuelas, Nuestros Nietos*, é uma das principais iniciativas para recompor a conexão entre nomes, pessoas e histórias pessoais, familiares e do país.

<http://servicios2.abc.gov.ar/docentes/efemerides/17deagosto/htmls/anciano/pdfs/maximas.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁰⁷ Para usar os termos de Daniel Feierstein em seu estudo a respeito da função dos centros clandestinos de detenção (2014).

¹⁰⁸ Impossível não lembrar das noções de “liminaridade” e “*communitas*” de Victor Turner. A liminaridade é uma condição efêmera vivenciada por sujeitos que estão temporariamente fora da estrutura social. Estes não possuem posição em um sistema de parentesco. Considerados tábulas rasas, só serão reintegrados às relações sociais por meio do ritual de passagem, passando, assim, à nova condição denominada por Turner de “*communitas*” (Turner, 1974). Considero importante registrar também que transformar as crianças em *N.N.* possibilitou, em alguns casos, movê-las pelo circuito jurídico-burocrático da menoridade e transformá-las em crianças disponíveis para a adoção (Villalta, 2012).

Nomes e genealogias, o arquivo *Nuestros Nietos*

No *website* de *Abuelas* há uma página dedicada ao registro, à conservação e à divulgação dos casos conhecidos de crianças desaparecidas durante a Ditadura: trata-se do arquivo denominado *Nuestros Nietos* (www.abuelas.org/caso), criado em 2001. É possível dizer que o arquivo é uma extensão das pastas (ou dossiês) que *Abuelas* confeccionou a partir de um trabalho de investigação com a informação de cada um dos netos procurados e que, desde a sua criação, eram distribuídas em suas viagens ou visitas às diversas instituições. Disponível *on-line*, ele parece ser a alternativa possível de tornar público e mundialmente acessível partes dos conteúdos dos *Archivo Biográfico Familiar*, privado e destinado a cada *nieto restituído*. Neste arquivo os casos estão classificados em três categorias: “crianças desaparecidas junto aos seus pais”, “crianças nascidas em cativeiro” e “casos resolvidos”. E cada uma dessas categorias compõe uma lista de sobrenomes e/ou nomes próprios¹⁰⁹.

A primeira categoria conjuga casos de crianças ainda não encontradas que já estavam registradas no momento do sequestro, por isso, tanto seus sobrenomes como seus nomes próprios estão presentes; nesta lista, os casos estão organizados alfabeticamente de acordo com os sobrenomes paternos, como podemos ver na figura 4.



Figura 4 – “Crianças desaparecidas junto aos seus pais”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹⁰

¹⁰⁹ Há uma estimativa que sejam 500 as crianças desaparecidas por motivos políticos durante a Ditadura. Destes, o número de casos conhecidos é menor, pois, devido à situação de clandestinidade das mulheres que participavam da militância, muitas famílias não sabem se elas estavam grávidas no momento de seus sequestros. Ao longo do tempo o número de casos conhecidos vem se alterando e se aproximando daquela estimativa em função dos testemunhos das companheiras e companheiros de militância dessas mulheres, os *sobrevivientes* da Ditadura.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/buscar?tipo=1>. Acesso em: 30 dez. 2022.

A segunda categoria (figura 5) também constitui casos de crianças ainda não localizadas, mas ao contrário da primeira, estas são crianças cujas mães foram sequestradas no decorrer da gestação, portanto, elas provavelmente nasceram em um centro clandestino de detenção durante o cativeiro das mães; esse conjunto reúne, em uma lista, sobrenomes e a provável data de nascimento de cada uma das crianças. Neste rol não há nomes próprios; ele está organizado cronologicamente de acordo com a data provável de nascimento da criança e subdividido por ano, de 1975 até 1979.

The screenshot shows the website 'Abuelas de Plaza de Mayo' with a search results page for 'NIÑOS NACIDOS EN CAUTIVERIO'. The page features a navigation bar with social media icons, the email 'abuelas@abuelas.org.ar', the date '12 SEPTIEMBRE 2020', and links for 'HOME', 'CONTACTO', 'FILIALES', 'RED', and flags for various countries. The main content area includes a search bar with options 'Por nombre' and 'Por Fecha Probable de Parto', and a 'BUSCAR' button. The results are organized by year:

Año	Nombre	Fecha Probable de Parto
1975	ORZAOCOA - GÓMEZ	mayo - junio 1975
	QUEVEDO - GONZÁLEZ	Junio de 1975
	VIVANCO - ABDALA	agosto - septiembre 1975
	JEGER - GONZÁLEZ	septiembre - diciembre 1975
	FORNIES - FARIÑAS	diciembre 1975 - febrero 1976
1976	CHERTKOFF	febrero 1976
	CARBALLO - RUIZ	24/02/1976
	MERCADO	marzo - abril 1976

At the bottom left, there is a URL: https://abuelas.org.ar/donaciones/donacion_tarjeta.htm

Figura 5 – “Crianças nascidas em cativeiro”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹¹

Enquanto essas duas primeiras categorias se referem a crianças que estão sendo procuradas, a terceira categoria (figura 6) elenca as crianças já localizadas pela associação (vivas, mortas ou as que não chegaram a nascer). Essa listagem enumera-as de acordo com a ordem cronológica dos exames de DNA que confirmam o parentesco com *familiares de desaparecidos*, trazendo ao lado de cada número, o nome da criança localizada, ou pelo menos um de seus sobrenomes.

¹¹¹ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/buscar?tipo=2>. Acesso em: 30 dez. 2022.



Figura 6 – “Casos resueltos”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹²

Nas páginas de cada uma das categorias, *nietas* e *nietos* são identificados por seus nomes, figurando ora somente com os sobrenomes dos seus pais ora também com seus nomes próprios, como vimos. Quando clicamos sobre um dos sobrenomes listados, somos levados a outra página que traz informações específicas sobre cada um deles, tal qual o perfil de uma página pessoal. Diante da categoria “crianças nascidas em cativeiro”, o quadro referente à fotografia da criança aparece vazio, esperando por sua localização. Na figura 7, a seguir, podemos ver o caso Corvalán-Delgado, criança procurada por Gabriel Corvalán Delgado, seu irmão e um parceiro de pesquisa, que conheci em outubro de 2017 e que a partir de então me guiou pelas atividades dedicadas à memória da Ditadura.



Figura 7 – “Crianças nascidas em cativeiro Corvalán-Delgado”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹³

¹¹² Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/buscar?tipo=3>. Acesso em: 30 dez. 2022.

¹¹³ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/corvalan-delgado-66?orden=c>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Na categoria “crianças desaparecidas junto a seus pais”, por sua vez, o quadro ou aparece vazio ou com a fotografia de uma criança, a depender se a família dispunha ou disponibilizou uma imagem para compor o arquivo de crianças procuradas. Na figura 8 vemos o caso de Clara Anahí, *nieta* de María Isabel Chorobik de Mariani mais conhecida como Chicha, uma das fundadoras da associação *Abuelas* (1983-1989).

NIÑOS DESAPARECIDOS JUNTO A SUS PADRES

← CASO ANTERIOR | CASO SIGUIENTE →

NIÑOS DESAPARECIDOS JUNTO A SUS PADRES

NIÑOS NACIDOS EN CAUTIVERIO

CASOS RESUELTOS

CLARA ANAHÍ MARIANI

NIÑA NACIDA 12/08/1976
DESAPARECIDA 24/11/1976

DIANA ESMERALDA TERUGGI
ASESINADA 24/11/1976

DANIEL ENRIQUE MARIANI
ASESINADO 01/08/1977

Diana nació el 3 de diciembre de 1950 en la ciudad de La Plata. Daniel el 11 de enero de 1948 en la provincia de Mendoza. Su familia lo llamaba "Posky". El 12 de agosto de 1976 nació su hija, Clara Anahí. Ambos pertenecían a la organización Montoneros. A la joven sus compañeros le decían "Didi" y a él "Cacho", Rocha" o "Esteban". El 24 de noviembre de 1976 la casa de la familia fue allanada y tiroteada por fuerzas de seguridad. Diana intentó escapar con su pequeña hija pero fue asesinada en el operativo. A partir de ese día, Clara Anahí permanece desaparecida. Su padre fue asesinado el 1° de agosto de 1977 en ciudad de La Plata. Hasta el momento, los restos de Diana y Daniel no pudieron ser recuperados por sus familiares.

Figura 8 – “Crianças desaparecidas com seus pais. Clara Anahí Mariani”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹⁴

Finalmente, na categoria “casos resolvidos” (figuras 9 e 10) o quadro de modo geral está preenchido com a fotografia da *nieta* ou *nieto* localizado já adulto, à exceção dos casos em que a gestação não foi concluída ou se o *nieto restituído* não autorizou a publicação de sua imagem. Ao lado da fotografia de cada criança, destacam-se os sobrenomes dos pais biológicos *desaparecidos* e, quando se sabe e é consentido, os nomes próprios da *nieta* ou *nieto*. Ali também estão indicadas datas importantes: em casos de crianças ainda não encontradas, apenas a data provável de nascimento e de desaparecimento (ver figuras 7 e 8); nos casos de crianças encontradas, além da data do provável nascimento e do desaparecimento, estão registradas a data do exame genético ou da localização e a data da *restitución*. Do lado direito, em menor tamanho, localizam-se as fotos dos pais biológicos com nomes próprios e sobrenomes, e as datas de seus

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/mariani-clara-anahi-3?orden=a>. Acesso em: 30 dez. 2022.

desaparecimentos. Mais abaixo – sob os nomes, datas e fotografias – transformando essas pessoas em pais e filhos e misturando tais histórias em uma narrativa familiar, encontra-se uma breve biografia da família que indica: locais de nascimento dos pais, suas participações em movimentos sindicais, políticos ou sociais; uma descrição sobre o sequestro e, por último, uma apresentação da forma como o caso foi solucionado. Posteriormente, links de vídeos, documentos, fotos, áudios e notas de imprensa sobre o episódio são disponibilizados. A título de visualização, trago como exemplo a página de Claudia Poblete Hlaczik.

NIÑOS DESAPARECIDOS JUNTO A SUS PADRES

NIÑOS NACIDOS EN CAUTIVERIO

CASOS RESUELTOS

CASOS RESUELTOS

◀ CASO ANTERIOR

CASO SIGUIENTE ▶



CLAUDIA VICTORIA POBLETE HLACZIK

NIÑA NACIDA
25/03/1978

DESAPARECIDA
28/11/1978

BNDG
12/1999

RESTITUIDA
7/02/2000



MARTA GERTRUDIS HLACZIK

DESAPARECIDA
28/11/1978



JOSÉ LIBORIO POBLETE ROA

DESAPARECIDO
28/11/1978

Gertrudis nació el 1 de marzo de 1958 en la provincia de Buenos Aires. Su familia y amigos la llamaban "Trudi". José nació en la ciudad de Santiago de Chile el 6 de enero de 1955. Su familia y amigos lo llamaban "Pepe", "Pepito" y "Negro". Siendo adolescente tuvo un accidente en el que perdió ambas piernas y en 1973 se trasladó a la Argentina para realizar un tratamiento de rehabilitación. En 1975 nació en Chile, Patricia Solange, hija de José junto a su primera compañera. José comenzó su militancia en el colegio secundario y llegó a ser presidente del centro de estudiantes por el MIR. También integró el FER. En Argentina militó en la JUP y junto a Gertrudis militaron en la JP, en el FLP y en la organización Montoneros. Sus compañeros la llamaban "Lucy" o "Lucía" y a él "Martín". El 25 de marzo de 1978 nació Claudia Victoria, hija de la pareja.

Figura 9 – “Casos Resolvidos. Claudia Poblete”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹⁵

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/poblete-hlaczik-claudia-victoria-281?orden=c>. Acesso em: 30 dez. 2022.

El 28 de noviembre de 1978, José fue secuestrado en la ciudad de Buenos Aires. El mismo día fueron secuestradas en su domicilio de Guernica, Gertrudis y su hija. Pudo saberse que todos fueron llevados al CCD "El Olimpo". Claudia permaneció unos días con su madre.

Abuelas de Plaza de Mayo junto a los familiares iniciaron las causas judiciales correspondientes hasta que en el año 1999, una joven fue citada por el juez Dr. Gabriel Cavallo para que se realizara los análisis inmunogenéticos. Había sido inscripta como hija propia por Ceferino Landa, integrante de la estructura de inteligencia del ejército, y su esposa, Mercedes Beatriz Moreira. La partida de nacimiento falsa había sido firmada por el médico militar, Julio Cesar Cáceres Monié. La joven accedió a realizarse los análisis que a fines de 1999 confirmaron que se trataba de Claudia Victoria. El 7 de febrero de 2000 la justicia le restituyó su verdadera identidad.

Sus padres permanecen desaparecidos.

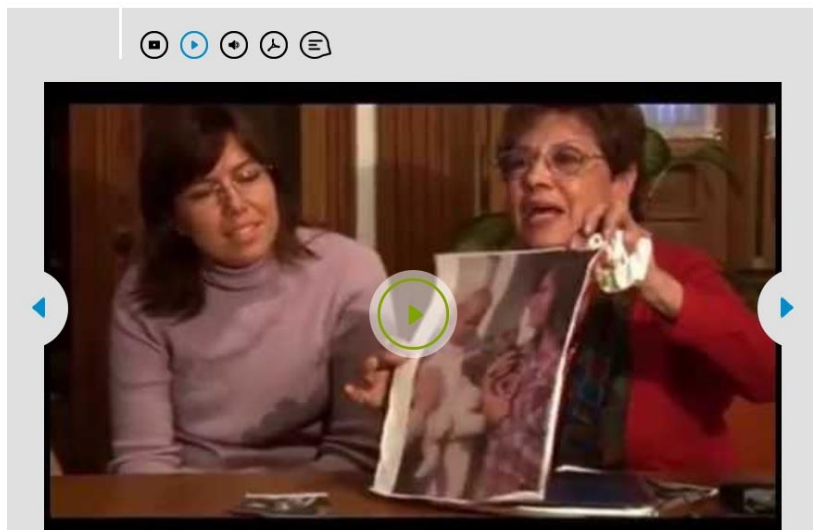


Figura 10 – “Casos Resolvidos. Claudia Poblete”

Fonte: página da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*¹¹⁶

Como vimos, a eliminação dos nomes e sobrenomes de origem (substituídos pelos sobrenomes dos *apropiadores* e pelo nome próprio escolhido por eles) é decisiva para consumir o desaparecimento das crianças. Diante disso e observando o arquivo acima descrito, é possível perceber que os nomes de origem constituem as portas de entrada para a investigação e busca dos *nietos*, operando como um primeiro passo para o reconhecimento de pessoas cuja negação da origem se materializou no ocultamento dos nomes e na renomeação¹¹⁷.

Na medida em que recupera nomes, sobrenomes, além de fotografias, datas, biografias, notícias e entrevistas de parentes, o arquivo expõe genealogias rompidas em prol da constituição de pessoas, linhagens e memória sobre o passado ditatorial. Ele recompõe, visualmente, relações familiares traduzidas em vínculos entre pessoas e nomes, como fazem as genealogias em geral. No caso das crianças nascidas em cativeiro,

¹¹⁶ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/poblete-hlaczik-claudia-victoria-281?orden=c>. Acesso em: 30 dez. 2022.

¹¹⁷ Um exemplo é a história de Horacio Pietragalla Corti descrita no capítulo 2.

em que não se sabe se a gestação terminou ou se a criança nasceu viva, as genealogias construídas no arquivo *Nuestros Nietos* tentam dar existência concreta a algo que é uma conjectura. Importante esclarecer que se muitos casos têm a garantia de declarações de *sobrevivientes* sobre o parto, noutros casos não existem pistas ou as pistas não são suficientes para provar que a criança tenha nascido. Ao mesmo tempo, o arquivo localiza indivíduos não apenas no interior de encadeamentos familiares (consanguinidades e casamentos), mas liga-os a um evento histórico, a Ditadura, à militância política dos anos 1970, às famílias afetadas pela repressão do regime militar argentino e à causa da associação *Abuelas* relativa à procura de seus *nietos* e *nietas* (o que as genealogias, via de regra, não fazem).

Por esse ângulo, as genealogias produzidas no arquivo *Nuestros Nietos* podem ser aproximadas às genealogias de um universo empírico muito distante, analisadas por Ana Claudia Marques (2015) no sertão de Pernambuco, Brasil. Tanto as genealogias pernambucanas como as de *nietas* e *nietos* são resultado de um exercício de compilação e composição de fragmentos dispersos, bem como misturam genealogia e memória, uma ao serviço da outra. Porém, se nas genealogias pernambucanas o ancestral comum é um pioneiro (“um fazendeiro e a partir dele sua descendência consolidará o vínculo entre um sangue, um nome e um território”), nas genealogias do arquivo *Nuestros Nietos*, o que os une, o ancestral comum, digamos, são as militâncias políticas que um evento histórico-político quis aniquilar (Marques, 2002, 2015, p. 201)

O quebra-cabeça genealógico do arquivo *Nuestros Nietos* constituído por materiais heterogêneos concretiza tanto os rompimentos de elos familiares por motivos políticos levados a cabo pela Ditadura, como os reencontros de parentelas viabilizados pelo trabalho de *Abuelas*. Dessa maneira, as pessoas cujos nomes, vínculos e histórias foram anuladas, são reconstruídas nesse arquivo como resultados de todas essas relações, ao mesmo tempo que se mostram referências imprescindíveis para a construção de memórias sobre a Ditadura.

Resta dizer também, de acordo com o objetivo central deste capítulo, que os nomes, feitos e refeitos, sinalizam histórias e relações reabilitadas em arquivos como esse, funcionando como instrumentos empregados por *nietas* e *nietos restituidos* para realizar o complexo trabalho da (re)criação de um “eu” e de universos (familiar, político e histórico).

Da localização ao uso do *nome verdadeiro*

Vejam, em linhas gerais, os trâmites jurídico-burocráticos regulares e habituais para a *restitución de la identidad* de uma *nieta* ou *nieto* de *Abuelas* e, por conseguinte, a recuperação de seu nome e sobrenomes de origem.

O modo de localizar e identificar os *nietos*, na maior parte dos casos, se dá da seguinte maneira: quando há dúvidas sobre a filiação e suspeitas de se tratar de filho ou filha de *desaparecidos*, o primeiro passo é realizar uma investigação dos documentos pessoais, especialmente da certidão de nascimento. Algumas informações aí contidas são fundamentais para definir se estamos diante de um filho de *desaparecido apropiado*: a data de nascimento entre os anos 1975 e 1979; o local de nascimento, registrado como hospital militar ou domicílio familiar; se as pessoas que figuram formalmente como “pais” têm ou tiveram alguma relação com as Forças Armadas e, ainda, se a assinatura de médicos ou parteiras nos documentos referem-se a pessoas que respondem a processos de crimes de roubo de bebês cometidos durante a Ditadura¹¹⁸.

Após investigação documental preliminar, solicita-se um exame de DNA para verificar a compatibilidade com os materiais genéticos de familiares de *desaparecidos*, conservados no *Banco Nacional de Datos Genéticos*. No caso de existir correspondência genética, fica comprovada a falsificação de documentos pessoais e inicia-se um processo penal para investigar os supostos pais da criança e os trâmites burocráticos que resultaram na confecção da certidão de nascimento, de modo a determinar se estamos diante de um crime de *apropiación ilegal de niños*. Mesmo sem a sentença do processo penal, apenas com o relatório da *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (Conadi)* e do *Banco* que comprovam a filiação a *desaparecidos*, a *nieta* ou o *nieto* ou a família biológica, por intermédio de *Abuelas*, pode solicitar a confecção de novos documentos pessoais. Como me disse um dos *nietos restituidos*, após o resultado positivo do exame de DNA, e se não houve adoção legal, a Justiça entende que ocorreu crime de falsificação ideológica, e os documentos pessoais devem ser retificados. Quer dizer, documentos antigos devem ser

¹¹⁸ Esses são os procedimentos que encontrei em 2018 e são resultado da expertise que *Abuelas* e colaboradores foram aprimorando ao longo dos anos, com a experiência acumulada e com as informações obtidas. Por exemplo, no início da década de 1980, não se conheciam os nomes de médicos e parteiras suspeitos de falsificação de documentos ou de participação em partos clandestinos. Isso para dizer que, além do conhecimento genético, também os saberes sobre pesquisa documental foram aperfeiçoados ao longo do tempo.

anulados e novos devem ser confeccionados, com a filiação de origem e os sobrenomes dos pais biológicos. A modificação do nome próprio, por sua vez, é opcional.

Se a descrição do processo de retificação dos documentos pessoais mostra-se descomplicada, o processo em si nem sempre se efetua de maneira simples, pois é necessário que o nome e a filiação sejam socialmente reconhecidos. Essa constatação remete à observação de Judith Butler de que os nomes possibilitam ao sujeito certa existência social, contudo, essa existência depende de “normas de reconhecimento” (2019b, p. 17). Quer dizer, para existirem, os sujeitos nomeados (e renomeados) devem ser reconhecidos pelos demais.

O emaranhado de registros civis dos filhos de *desaparecidos* e a forma como novas normas emergem e complexificam a experiência dos *nietos* e *nietas* em recuperar seus nomes de origem (logo, em tornar reconhecidas as suas histórias e relacionamentos), é o que espero mostrar aqui. E para isto, exploro um caso diferente em relação à maioria, e no qual a busca pela retificação dos documentos pessoais se mostra complicada e tortuosa. Refiro-me à Astrid, uma mulher adulta que, quando criança, ficou desaparecida para a sua família paterna, sendo, tempos depois, localizada com a família do último companheiro de sua mãe.

Meu primeiro contato com Astrid (Adriana Lucrécia Cuello, nome dado pela família de criação) foi por uma ligação telefônica em outubro de 2018 intermediada por um *nieto restituído* que me ajudava então com a pesquisa. Adriana (doravante Astrid Patiño Carabelli, seu nome de origem) foi uma das primeiras *nietas* localizadas, 19ª da lista de “casos resolvidos” do arquivo *Nuestros Nietos*. Ela tinha quase três anos quando ela e a mãe deixaram de se comunicar com os parentes da parte paterna. Embora tenha sido encontrada pela família paterna em 1984 (oito anos após o seu desaparecimento), quando a conheci pessoalmente, em novembro de 2018, ela ainda não havia retificado o nome e sobrenomes nos seus documentos pessoais; em suas palavras, “até aquele momento, não tinha sido possível *restituir a minha identidad*”.

Astrid e eu nos encontramos pessoalmente em Córdoba, sua cidade natal e de domicílio, localizada 700 km a noroeste de Buenos Aires, um mês depois de nossa conversa telefônica. Ela me contou que, pouco antes de desaparecer, sua mãe, já separada do pai, mantinha um relacionamento com um rapaz, mais tarde assassinado pela Ditadura. Segundo Astrid, quando sua mãe percebeu que a aparato repressivo estava prestes a encontrá-las, entregou-a à família desse rapaz, e esta, criou-a imaginando que seria ela filha biológica do rapaz. Ao deixar de receber notícias da menina e da mãe, o pai de Astrid

mobilizou esforços para encontrá-las, e enquanto realizava tal diligência terminou sequestrado pela Ditadura em dezembro de 1977, desaparecendo em seguida. A busca por Astrid, passou a ser empreendida pela família paterna que, ao lado de *Abuelas*, a inseriram na lista de crianças desaparecidas pela Ditadura.

Segundo Astrid, o fato de ter sido entregue pela mãe a essa família, faz desta uma “família adotiva” e não de *apropiadores*. Ainda de acordo com ela, para que sua adoção pudesse ser efetivada, uma certidão de nascimento apócrifa foi emitida, na qual constava o nome de Adriana González, pois a família adotiva não dispunha de seus documentos pessoais. Com a adoção, uma terceira certidão de nascimento foi emitida em que figura como Adriana Lucrécia Cuello. Entretanto, a família adotiva, conhecendo seu nome de origem, continuou chamando-a de Astrid, “como se fosse um apelido”, me esclareceu. Por isso, quando a família (biológica) paterna chegou à porta de sua casa, em janeiro de 1984, perguntando diretamente se ali vivia Astrid, ela mesma, aos 11 anos de idade, confirmou “sim, eu sou Astrid”. Nessa ocasião, continua, sua família de adoção disse ser ela filha do irmão de sua mãe adotiva – último companheiro de sua mãe biológica e que havia sido assassinado durante a Ditadura. Com tal argumento, afastaram da casa a família paterna de Astrid, de sobrenome Patiño, e continuaram a contradizê-la sistematicamente.

Ser chamada pelo nome Astrid (naquela ocasião, um apelido) por pessoas, até então anônimas, que a reconheciam como parente e uma das crianças desaparecidas pela Ditadura, reverberou muitos anos depois, ela diz. Em uma aula na faculdade, quando um professor falava sobre o livro “*Nunca Más*” (relatório da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas - Conadep*), a questão de sua origem aflorou novamente, fazendo-a se lembrar de quando foi interpelada pela família Patiño que lhe incluía no rol dos familiares de *desaparecidos*. Ela me disse ter notado, na ocasião, que não sabia nada de sua mãe, “nem o seu nome completo”, declaração que reforça a hipótese de que os nomes, uma vez conhecidos e incorporados, formam o fulcro do reconhecimento da pessoa, base para que se identifique e se reconheça como pertencendo a uma família e para que se lembre de um parente. Tal recordação incitada pelo discurso do professor foi, ao que tudo indica, o gatilho para que ela mergulhasse numa batalha judicial de modo a recuperar, em suas palavras, “o seu nome verdadeiro”.

A aproximação com a família consanguínea coincidiu com as políticas de reparação econômica empreendidas pelos governos de Carlos Menem (1989-1999)¹¹⁹.

¹¹⁹ Marcada pela proposta de “conciliação nacional”, o governo de Menem estendeu as *leyes de impunidad*, aprovada no governo de Raúl Alfonsín, à maioria dos oficiais militares condenados, consolidando o que as

Astrid era a peça que faltava para que a família entrasse com um processo judicial de modo a investigar o desaparecimento de seus pais biológicos e conseguisse a compensação econômica oferecida pelo Estado aos familiares de *desaparecidos* e aos *ex-detenedos desaparecidos* pelos danos sofridos. Nessa época, embora as indenizações já estivessem sendo autorizadas, pairavam discordâncias em relação a sua efetivação. Como observa a defensora de direitos humanos María José Guembe, a possibilidade de reparação econômica gerou certa resistência por parte das associações de “afetados diretos”, especialmente por um grupo da organização *Madres de Plaza de Mayo* (Guembe, 2004, p. 4, 5). A objeção se fundamentava no caráter moral que revestia a cobrança das indenizações. A decisão era avaliada segundo uma “moral revolucionária” que se opunha à moral da “racionalidade capitalista” em que tudo é monetizado. Receber uma indenização, implicava trocar a vida dos *desaparecidos* e a reivindicação por justiça por uma quantia em dinheiro (Tello, 2003, p. 53)¹²⁰. Astrid tampouco concordava com a reparação econômica, por isso sua aproximação com a família consanguínea foi, segundo disse, “trabalhosa” posto que supunha estar sendo “usada” para que eles alcançassem benefícios econômicos.

Apesar das divergências, foi o contato com a família consanguínea que permitiu a ela ter acesso à certidão de nascimento original, na qual estava registrado o seu “nome verdadeiro”, Astrid Patiño Carabelli, e sua filiação: filha de Maria Gabriela Carabelli e Omar Nelson Patiño. Com o intuito de recuperar o nome e sobrenomes de origem, a certidão foi apresentada ao juiz responsável pelo processo que investigava o desaparecimento dos pais de Astrid, que para concluir a mudança de nome, foi obrigado a requerer uma ação acessória. Com a certidão de nascimento original e um exame que indicava 60% de compatibilidade genética nas mãos, Astrid impetrou a ação. Mesmo assim, uma procuradora da justiça penal considerou os documentos apresentados “provas insuficientes” para reconhecê-la como filha de Gabriela e Omar; a porcentagem genética

organizações de familiares de *desaparecidos* denominaram “política de impunidade”. Diante desse panorama de crescente negligência do Estado com os crimes de lesa-humanidade cometidos pelo regime militar, ocorreram intensos protestos sociais, ocasião em que os movimentos de familiares de *desaparecidos* vieram a se fortalecer, como a criação da organização *Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S.)* formada por filhos de *desaparecidos*, assassinados, ex-presos políticos e exilados pela Ditadura. Ao lado de *Madres e Abuelas, H.I.J.O.S.* se soma aos protestos públicos questionando as políticas de impunidade, reivindicando a reconstrução da História nacional, a *restitución de la identidad* dos irmãos *apropiados*, bem como a luta de seus pais e companheiros. Disponível em: <http://www.hijos.org.ar/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

¹²⁰ Tempos depois, as organizações compreenderam que a reparação econômica era uma demanda legítima que o Estado deveria responder. Contudo, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* liderada por Hebe de Bonafini, manteve sua oposição usando o lema “quem cobra a indenização econômica se prostitui”. Argumentava-se que a reparação econômica depende da aceitação da morte dos *desaparecidos*.

que resultou da comparação de seu DNA com o de parentes da linha paterna, foi considerada baixa para provar sua filiação e para que ela pudesse, finalmente, recuperar o seu nome de nascimento.

Uma vez que a compatibilidade genética se mostra maior se o exame for realizado com parentes cognáticos, Astrid recorreu a uma meia-irmã, filha do primeiro casamento de sua mãe, com quem conversara nos anos 1990. Depois de muita insistência, em março de 2018, conseguiu a amostra de DNA dessa parenta, que comparada à amostra da tia paterna, oito meses depois e pouco antes do nosso encontro, permitiu que ela recebesse o seguinte resultado: porcentagem de compatibilidade genética ao redor de 90%, indicando filiação de Gabriela e Omar. Segundo sua advogada, que também era a advogada de *Abuelas*, tal cifra mostrava-se irrefutável.

“Mas, quando parecia tudo resolvido”, ela me disse, o Tribunal de Justiça Penal de Córdoba alegou que ela não poderia retificar os documentos, pois uma vez identificada sua origem biológica, o tribunal investigaria os pais adotivos pelo crime *apropiación*. Como já foi dito, segundo Astrid, ela não era uma criança *apropiada* e seus pais adotivos não eram culpados pelo crime de *apropiación*; em suas palavras: “jamais admitiria uma investigação ou detenção de meus pais (adotivos), nem remotamente”. Mais uma vez, “a Justiça estava complicando os encaminhamentos para a *restitución da identidad*”. Se para Astrid não havia *apropiación* – pois sua mãe a entregou para a família que a criou – para o sistema judicial, cuja visão está ajustada estritamente à lei, houve falsificação de documento público de modo que este crime deveria ser investigado.

Em 4 de outubro de 2022, Astrid publicou em seu perfil no Instagram que finalmente conseguiu retificar seu DNI [Documento Nacional de Identificação], “recuperando sua verdadeira *identidad*”. Entendo que para ela, assim como para muitos *nietos*, como mostrou Sabina Regueiro, o nome “*no son solo veinte letras*”, quer dizer, não são só letras registradas em um papel, mas é a síntese da identidade pessoal (Regueiro, 2013, p. 247). Eu não soube como se desenrolou o processo entre a nossa conversa em 2018 e a retificação em 2022, mas, independentemente do transcurso, este caso evidencia os diversos instrumentos que alguns *nietos* e *nietas* precisam manejar para recuperar e ajustar nomes e sobrenomes “verdadeiros” e, com eles, suas histórias e conexões¹²¹. É preciso produzir e acionar documentos e parentes; recuperar lembranças; construir e

¹²¹ Em todos os outros casos analisados, a modificação do nome dava-se imediatamente após a localização dos *apropiados*.

dominar argumentos jurídicos para enfrentar processos penais contra aqueles que os criaram, e às vezes contra a vontade, como indica o caso de Astrid.

Com a ajuda de todos esses dispositivos, vão sendo produzidas e montadas peças formando um quebra-cabeças único que deixa ver a pessoa como resultado de suas relações e pertencimentos, constituindo-se como “pessoa memorial”. No interior desses quadros compósitos, os nomes se apresentam como elementos indispensáveis. Convido, o leitor a conhecer outros *nietos* e *nietas*, que usam e combinam nomes próprios e sobrenomes de diversas maneiras, como meios possíveis de restaurar histórias rompidas. As histórias que apresento a seguir, trazem novos aspectos e propriedades dos nomes pessoais.

Capítulo 4

Recomposições

O nome que machuca, o nome que conforta

“Usar o nome Martín é como usar um sapato que não cabe no meu pé”, disse-me Guillermo Amarilla Molfino, em dezembro de 2018, durante uma caminhada pelas ruas de Buenos Aires. Martín foi o nome dado a ele por seus *apropiadores*, como ele me contara em nossa primeira conversa dois anos antes, em outubro de 2017 em uma cafeteria na *avenida de Mayo*, a duas quadras da *Plaza de Mayo*. Diferente do caso de Astrid, Guillermo pôde retificar os seus documentos sem demora, já que o seu caso fora julgado como crime de subtração de menor de 10 anos e falsidade ideológica; e a certidão de nascimento que o inscrevia com o nome atribuído pelos *apropiadores*, considerada ilegal. Guillermo, logo excluiu o sobrenome de *apropiación* e passou a utilizar os sobrenomes dos pais biológicos.

Mais do que uma medida legal, Guillermo desejava trocar os sobrenomes: “imediatamente depois de saber que Amarilla era meu pai e Molfino era minha mãe, quis retificar os sobrenomes. Não queria mais ter o nome do monstro, queria portar o nome de quem tenho orgulho, que são os meus pais”. Três anos depois de ter conhecido a sua origem, em uma viagem às montanhas da província de Córdoba, alguém lhe disse que o nome é como um mantra: “um som que nos afeta durante a vida inteira; eu não queria que o som do nome Martín me afetasse em nada, esse som não me corresponde, não é meu”. Como ele nunca conheceu o nome escolhido por seus pais para ele, decidiu usar o nome próprio de seu pai, Guillermo.

A declaração de Guillermo evidencia os efeitos produzidos pelos nomes de *apropiación*. Se na história de Claudia, o nome Mercedes Landa carrega valores e condutas adequados ao regime militar, no caso de Guillermo, o nome Martín, como ele disse, “um sapato que não cabe”; causa incômodo, machuca. A metáfora do sapato deixa ver que o nome atribuído pelos *apropiadores* funciona como um molde inadequado que, pelos ocultamentos e horrores que carrega, arranha e causa dor¹²². A imagem remete

¹²² Agradeço à colega antropóloga Liza Yasamarli Acevedo pelas trocas de ideias que deram origem à interpretação dessa metáfora.

também ao ato de esculpir uma personalidade, cujo feitio vai sendo ajustado aos ideais daqueles que perpetraram violências contra eles e seus pais militantes. Guillermo deixa claro que a nomeação afeta a pessoa nomeada e, por isso, não queria que o nome atribuído pelo *apropriador* influenciasse a sua *identidad*.

As palavras de Guillermo, “o nome é um sapato que não cabe”, ecoam a reflexão que Judith Butler realiza a partir da leitura de Althusser sobre o ato de nomear, segundo a qual nomear constitui ideologicamente o sujeito, quem nomeia, ao mesmo tempo que dá existência ao nomeado, permanece a ele vinculado de modo permanente “em virtude da implícita e contínua presença, dentro do nome, daquele que nomeia” (Butler, 2019a, p. 118). Podemos inferir que o nome Martín carrega consigo a voz do *apropriador* militar. Assim, continuar portando-o significava fazê-la conservar-se em si e perdurar.

Naquela conversa na cafeteria, ele contou-me do orgulho que sente das famílias Amarilla e Molfino, referências na política peronista da província do Chaco, “militaram em Montoneros, a história dos meus pais é impressionante”¹²³. Todo o relato de Guillermo parece remeter à indicação de que nossos nomes são, no sentido mais literal, o que nós chamamos de nós mesmos, nossos nomes nos representam e nos definem no mundo social. E podemos lembrar aqui, uma vez mais, de Butler, quando observa que os nomes dão existência aos sujeitos, desde que sejam reconhecidos por outros (idem, p. 118-119).

Guillermo não queria ser Martín e carregar o peso dos seus elos e histórias. Sendo, então, biologicamente reconhecido como filho de Amarilla e Molfino, renomeou-se como Guillermo Amarilla Molfino, trazendo para si as histórias de militância dos pais peronistas. Com isso, também fortaleceu sua filiação – uma vez que na Argentina é comum que o filho porte o nome próprio do pai como primeiro ou segundo nome – consolidando-se como filho de Guillermo Amarilla e Marcela Molfino, *hijo de desaparecidos, nieto restituído*, descendente de uma geração de militantes. Assim, a renomeação possibilitou um ajuste com sua história e um modo de lidar com as atrocidades da Ditadura em seu próprio “eu”, já que se converteu no próprio legado da militância de seus pais. Quando eu lhe perguntei a respeito de sua escolha por se

¹²³ Ele me explicou que os pais foram militantes do peronismo de base, Marcela Molfino era uma ativa militante estudantil comprometida com a militância nos bairros enquanto Guillermo Amarilla realizava trabalho de base no movimento peronista, chegando a ocupar posições de destaque na organização Juventude Peronista. Juntos, foram perseguidos e, em 1978, partiram ao exílio recorrendo México, Espanha e França. Em maio de 1979 voltam ao país, à província de Buenos Aires sendo, então, sequestrados no dia 17 de outubro de 1979.

apresentar como Guillermo, uma vez que em seu documento consta o nome Martín Guillermo, ele respondeu: “eu sou Guillermo, claro”.

Seria possível apresentar uma série de exemplos de declarações de *nietas* e *nietos restituidos* que rejeitam os nomes próprios conferidos por seus *apropiadores* e que passam a usar o nome de seus pais militantes *desaparecidos*, ou o nome próprio conferido pelos pais biológicos, ou ainda aquele nome próprio com o qual a família consanguínea os procurava. Os nomes e sobrenomes de *apropiación* podem machucar e, como sapatos, são substituídos (como no caso de Guillermo). Mas, para alguns *nietos* e *nietas* eles não machucam, podendo ser alargados ou combinados de forma que fiquem confortáveis, como nos casos relatados a seguir.

Nomes que ajustam *identidades*

Ao contrário de Claudia, Astrid, Juan e Guillermo, alguns *nietos restituidos* não mudaram completamente os seus nomes, mas realizaram adaptações incorporando sobrenomes ou mantendo o nome próprio atribuído por aqueles que os criaram. Alguns modos de usar os nomes nos mostram não só a complexidade do processo de *restitución da identidad*, mas a diversidade de maneiras de constituir características específicas de si e pertencimentos. Tatiana Sfiligoy Ruarte Britos, Ignacio Montoya Carlotto e Evelin Bauer Pegoraro combinaram nomes e sobrenomes na vida pública, nos documentos e no corpo. São *nietas* e *nieto* que não chamam as pessoas que os criaram de *apropiadores*, mas de “pais de criação” ou “família adotiva”.

Tatiana Sfiligoy Ruarte Britos é a primeira *nietas restituida* por *Abuelas* e a primeira *nietas* que conheci pessoalmente, em uma audiência no Tribunal Oral Federal de Comodoro Py, em Buenos Aires, em outubro de 2017. Na época, ela tinha 44 anos¹²⁴. Tatiana nasceu em julho de 1973, é filha biológica de Mirta Britos e de seu primeiro marido, Oscar Ruarte. Ambos militavam ativamente em organizações guerrilheiras que se propunham a difundir o socialismo: a “*Frente Argentino de Liberación*” (*FAL*) e o “*Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo*”

¹²⁴ Ao longo da minha pesquisa, nos encontramos em diversas atividades de *Abuelas*, bem como em algumas marchas e palestras que ela mesma organizava ou participava como convidada em função de sua militância pelo *Nuevo Encuentro* (partido político *kirchnerista* fundado em 2004). Mas a entrevista só aconteceu em 15 de abril de 2019 em um antigo centro clandestino de detenção, *Sítio de Memoria Virrey Cevallos*, em Buenos Aires.

(*PRT-ERP*). Oscar desapareceu em agosto de 1976 quando Mirta já estava com o seu segundo marido, Alberto Jotar, também militante daquelas organizações, com quem teve a segunda filha, Laura Jotar Britos.

Tatiana contou que sua mãe Mirta foi sequestrada diante dos seus olhos enquanto passeava com ela e sua irmã de três meses de idade em uma praça em Villa Ballester, uma cidade na zona norte da Grande Buenos Aires. Ela tinha quatro anos de idade, mas as últimas palavras que a mãe lhe disse ainda ecoam em suas lembranças “cuidem-se”. No mesmo dia, Alberto foi sequestrado em sua casa. Tatiana e sua irmã ficaram nessa praça até serem encontradas pela polícia; cada uma delas foi levada a um abrigo e, devido à omissão dos agentes judiciais em investigar a origem das meninas, ambas foram registradas como *N.N.*, sem “filiação conhecida”, convertidas em “menores abandonadas”. Desse modo, a indolência dos juízes da infância e suas decisões por negligenciar a localização dos responsáveis pelas crianças, possibilitou que elas fossem adotadas (Villalta; Regueiro, 2015, p. 176). Elas estiveram separadas durante seis meses e quando voltaram a se reencontrar pela mediação de uma assistente social, foram adotadas pela família Sfiligoy.

A história de Tatiana não é qualificada como *apropiación*, senão como adoção (*adopción de buena fe*, nos termos argentinos), pois os “pais adotivos” de Tatiana (diferente dos chamados *apropiadores*), estavam cadastrados no juizado de San Martín como pretendentes legais à adoção. De fato, eles estavam prestes a adotar a irmã mais nova de Tatiana, Laura, mas ao saber que Laura tinha uma irmã, adotaram ambas legalmente sem dispor da informação sobre a origem das meninas. Ao serem localizados pelas famílias consanguíneas, em 1980, viabilizaram uma convivência fraternal com avós, tios e primos, não lhes ocultando as histórias de seus pais *desaparecidos*. A partir de então, Tatiana, vivendo em Buenos Aires com a família adotiva, viajava constantemente à Córdoba para visitar seus parentes biológicos. Em situações como essa, em que se efetivou uma “adoção simples” consentida pela família biológica, quer dizer, não houve encobrimentos sobre as origens, a legislação argentina permite ao *nieto restituído* manter os sobrenomes de adoção. Nos documentos pessoais, Tatiana está registrada com o nome de origem e o sobrenome adotivo paterno: Sfiligoy. Contudo, durante as muitas falas públicas que faz e em seus perfis das redes sociais, ela se apresenta com o nome próprio, o sobrenome adotivo e ambos os sobrenomes de origem, paterno e materno, sendo assim: Tatiana Sfiligoy Ruarte Britos.

Tatiana é militante no movimento de familiares de *desaparecidos*, começou trabalhando *ad honorem* em *Abuelas* em 1991, aos 18 anos. Durante o período em que estive em Buenos Aires, nos encontramos nas salas destinadas ao público de diversas audiências de processos penais que investigam crimes de lesa-humanidade, em atividades comemorativas de *Abuelas* e, em maior número, em protestos pela memória dos *desaparecidos*.

Em todas essas ocasiões ela se apresentava com todos os sobrenomes, enunciando-os ou levando junto ao corpo a fotografia da mãe *desaparecida*, identificada com o seu nome e data de desaparecimento. Mesmo podendo, do ponto de vista jurídico, trocar os sobrenomes de adoção pelos originais, ela me disse, em 15 de abril de 2019, não desejar tal mudança. Sfiligoy é o seu sobrenome oficial, mas sozinho não é suficiente para definir o que ela é, sendo preciso repetir que ela é também Ruarte Britos. Em suas palavras: “de fato, quando eu vou falar sobre o que aconteceu comigo, preciso nomear os três sobrenomes porque eles são parte da minha história, então há uma reparação nesse nomear-se com os sobrenomes correspondentes”.

Para ela, o nome que cada *nieto* escolhe depois da *restitución*

tem a ver com as formas como cada um encaixa peças que foram desmanteladas. Quando nomeamos algo, damos identidade a algo e se é uma pessoa, também damos o estatuto de pessoa. Então aí está o que seria como a inauguração de algo, é o que inaugura uma pessoa. O nome é fundacional. Fazer reexistir uma *identidad* que foi falsificada é um processo pessoal, cada *nieto* verá como resolver isso ou não. Há os que querem portar como segundo nome o nome atribuído pelo *apropiador* para ver se conseguem unir as *identidades* em si mesmos. Essa é a grande proeza dos *nietos*, que essa pessoa que nasceu com a família “x” e depois chegou *apropiada* a outra família, com outro nome e que essas duas pessoas com nomes diferentes sejam a mesma pessoa. Esse é o desafio que os *nietos* têm. Pois são duas realidades diferentes, dois mundos diferentes, atravessados pela mesma pessoa. E onde, já adulto, ele próprio vai escolher quais marcas dos *apropiadores* vai se apoderar e quais não.

As palavras de Tatiana – psicóloga que trabalhava, quando nos conhecemos, no *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa* – mostram uma perspectiva analítica sobre o problema dos *nietos* em *restituir* as suas *identidades*, ao mesmo tempo que lança luz sobre a sua própria experiência. Frente ao desafio de querer manter em si mesma tanto laços de filiação com os pais adotivos (a que ela se refere como “mamãe” e “papai”), como características específicas dos pais consanguíneos, além de elos com o ativismo pela memória dos *desaparecidos*, ela

encontra a solução conservando o sobrenome adotivo e adicionando, como complemento, os sobrenomes de origem.

A articulação dos nomes pessoais são, como temos visto, uma das ferramentas para lidar com as relações familiares e perenizar laços. O ajuste que cada *nieto* realiza com os nomes para encontrar o equilíbrio é particular. Nesse sentido, a história de Ignacio se mostra interessante para explorar as dissonâncias e os enredamentos dessas singularidades. Diferente das histórias descritas neste capítulo em que os *nietos* usam o nome próprio desejado pela família (ou no caso de Guillermo, o nome próprio do pai), Ignacio, ainda que procurado pelos parentes biológicos como “Guido”, optou por manter o nome próprio atribuído pelos “pais adotivos”, o nome que ele reconhecia como seu¹²⁵.

Guido é o nome próprio do avô materno, de um tio materno e é o nome pelo qual sua mãe biológica, Laura Carlotto, assassinada pelos militares na Ditadura, o chamara durante as poucas horas que esteve com ele nos braços. Sua avó materna, Estela de Carlotto, presidente de *Abuelas*, em seus pronunciamentos públicos, sempre se referia a ele com esse nome e pessoas em todo o país almejavam que ela encontrasse seu neto, inclusive Ignacio. Ao ver Estela dando uma entrevista em um programa de televisão, ele diz ter comentado com sua companheira, “pobre mulher, será que um dia vai encontrá-lo?”.

Quando bebê, Ignacio foi levado à Olavarría, a 300 km de Buenos Aires, onde um latifundiário o entregou a um casal de camponeses que trabalhava para ele: Juana e Clemente Hurban. Na adolescência, ao perceber a ausência de semelhanças físicas e de fotos sobre o seu nascimento, começou a se perguntar se eles seriam seus pais biológicos. Mas como se davam muito bem, Ignacio não levou as suspeitas a diante. Só em 2 de junho de 2014, em seu aniversário de 36 anos, ele recebeu a notícia de que não era filho biológico da família Hurban. Ignacio, então, procurou *Abuelas*. No dia 5 de agosto de 2014, Estela de Carlotto anunciou o encontro narrando uma conversa que sua filha, Claudia Carlotto (tia de Ignacio e coordenadora da *Conadi*) tivera com o rapaz: “Claudia, que é a encarregada de dizer quem ele é, lhe disse, você é Guido, é Carlotto, é o neto de Estela, meu sobrinho”¹²⁶. A localização do neto de Estela provocou profunda comoção nacional. No dia do comunicado, muitos saíram às ruas para comemorar e o caso foi

¹²⁵ Vale apontar que eu não conheci Ignacio pessoalmente, o material que disponho para analisar sua história é composto pela coletiva de imprensa (que sua avó, Estela de Carlotto, realizou para anunciar que ele fora encontrado), de entrevistas que ele deu a jornais, revistas e programas de televisão e textos de intelectuais sobre o assunto.

¹²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dq3j02o3RT0>. Acesso em: 31 dez. 2022.

divulgado na imprensa como “Guido, o neto de Estela”. Como tal, ele foi recebido pela então presidente da Argentina, Cristina Kirchner, dois dias depois; e, poucos meses depois, em novembro de 2014, pelo Papa Francisco¹²⁷.

Embora a localização dos *nietos* anteriores também tivesse sido marcada por entrevistas coletivas e notícias na mídia, o caso de Ignacio rompeu a rotina da associação e tornou-se um evento extraordinário de efusão emocional, uma sensação da mídia, como observou Virginia Vecchioli (2018, p. 3). Estela foi retratada com Ignacio nas primeiras páginas dos principais jornais do país e de revistas de celebridades ao lado de pessoas famosas¹²⁸. Poucos meses depois, dois livros sobre o caso foram publicados (Seoane; Caballero, 2015; Folco, 2015). O sentimento de alegria sobre o aparecimento de Ignacio foi comparado com a vitória de uma copa do mundo de futebol, uma paixão nacional. “Ignacio foi batizado de ‘o Messi dos *nietos*’ em referência ao jogador de futebol argentino e superstar mundial Lionel Messi” (Vecchioli, 2018, p. 6). Jimena Massa, antropóloga argentina que fazia trabalho de campo em Buenos Aires quando o neto de Estela foi localizado, descreve a comoção ocasionada pelo acontecimento:

[...] Pensava passar o resto da tarde mergulhando nessas caixas quando tocou o telefone. Era minha tia, de Venado Tuerto [cidade localizada a 400 km de Buenos Aires], com a voz agitada: “*Apareció el nieto de Estela!*”, me avisou. Incrédula e confusa, perguntei-lhe se tinha certeza do que estava dizendo. Respondeu que sim, que acabavam de anunciá-lo pelo rádio. Nesse instante, entrou uma mensagem no meu celular: “*Viste? Encontraron al nieto de Estela, qué emoción!*” Era uma amiga de infância; uma engenheira que não trabalha com temas vinculados à ditadura e não tem relação com *Abuelas* nem com outras organizações de direitos humanos. Mas era óbvio que ambas sabíamos quem era Estela e de qual “neto” se tratava. Liguei depressa a TV, e lá estava a notícia, bombando... Todos os canais com a manchete estridente: “*Estela de Carlotto encontró por fin a su nieto*”. As fotografias de arquivo de Estela e de Laura - sua filha desaparecida e mãe do jovem recém-localizado - multiplicavam-se na tela. Também havia câmeras na frente da sede de *Abuelas*, onde pouco depois se realizaria uma coletiva de imprensa para anunciar formalmente a que seria, talvez, a notícia mais comentada do ano no país.

Tentei me comunicar com Fernanda para saber se nosso encontro continuava de pé. Impossível completar a ligação. Imaginei que ela estaria em *Abuelas* também, no meio do enxame de jornalistas,

¹²⁷ Sobre o encontro com Cristina Kirchner ver <https://www.lanacion.com.ar/politica/cristina-kirchner-se-reunio-con-guido-el-nieto-de-estela-de-carlotto-en-olivos-nid1716859/>. Acesso em: 31 dez. 2022. A respeito do encontro com o Papa Francisco ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/05/internacional/1415223376_315865.html. Acesso em: 31 dez. 2022.

¹²⁸ Conforme indica Vecchioli, eles apareceram na foto de capa ao lado de artistas, celebridades do show business e pessoas da mídia na “Revista Gente”, n.º 2577, dezembro, 2014 (2018, p. 3).

militantes, funcionários e curiosos. Enviei uma mensagem para outra “neta restituída”, que me respondeu: “*Estoy yendo a Abuelas, quiero ver esto en vivo*”. Pensei a mesma coisa. Desci e peguei o primeiro ônibus que ia pro “*microcentro*”. Nesse horário (15:10) não seria tão complicado chegar. Em poucos minutos sobem três adolescentes, pareciam recém-saídas da escola. Uma delas disse: “*Qué bueno lo del nieto de la Carlotta! Te imaginás...?*” Vários passageiros olharam para as meninas, surpresos e incrédulos; o motorista ficou ligado na conversa, olhando atento pelo espelho retrovisor. Eu estava arrepiada. “*¡Sí, es verdad!* - gritou um rapaz que ia em pé no fundo do ônibus e andava com fones de ouvidos - *parece que lo encontraron!*” Assim que cheguei à esquina da sede de *Abuelas*, em pleno centro da cidade, logo percebi que não daria para entrar. Uma multidão eufórica já estava na calçada, atrapalhando o ingresso. Várias equipes de TV nas redondezas. Espiando para dentro do local, era possível ver uma fila que aguardava para subir a escada que levava ao primeiro andar, onde funciona o escritório da organização. Muitas pessoas querendo entrar: militantes de outras organizações de direitos humanos, familiares de desaparecidos/as, netos e netas, políticos, legisladores, jornalistas... ninguém queria ficar alheio¹²⁹ (Massa, 2016, p. 94-95).

Ele foi anunciado como mais um *nieto restituído*, era a concretização do fim de uma busca longa e incessante, no entanto, como disse Emilio Crenzel em uma matéria de jornal, sendo uma de suas avós ícone da luta pelos direitos humanos, ele “não era apenas um *nieto* a mais” (Crenzel, 2014). Com o nome Guido, o *nieto de Estela* tinha se tornado uma imagem nacional do ativismo pela *memoria* através do reconhecimento social de ser descendente de outra figura expoente, a *abuela* Estela de Carlotta, da procura pelas crianças desaparecidas na Ditadura, reconhecida como pessoa dos direitos humanos em âmbito global, presidente de *Abuelas*, frequentemente indicada ao Nobel da Paz¹³⁰.

Contudo, em uma entrevista ao jornal *El País*, Ignacio disse: “não sou Guido” (Garzón, 2015). Ele recuperou seus sobrenomes de origem, Montoya Carlotta, excluiu o sobrenome Hurban que registra a filiação à família que o criou (como obriga a lei), mas renunciou ao nome Guido. Ignacio fala sobre essa escolha em uma entrevista ao jornal uruguaio *La Diaria*:

¹²⁹ A tese de Jimena Massa foi defendida em português, pois ela fez seu doutorado no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da profa. Dra. Miram Grossi. Desse modo, o trecho não foi traduzido, trata-se de uma cópia *ipsis litteris*. Em entrevista à revista mexicana Gatopardo, Ignacio disse que quatro anos depois, em um sábado de setembro de 2018, perto da meia noite, ele recebeu um áudio via *WhatsApp* de Diego Maradona convidando-o a visitá-lo. Para Ignacio foi uma enorme surpresa, “é o camisa 10! Já é o bastante, com isso eu posso me retirar (risos)” (Mannarino, 2019). Disponível em: <https://gatopardo.com/reportajes/ignacio-montoya-carlotta-nieto-encontrado-abuelas-de-plaza-de-mayo-argentina/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

¹³⁰ *Abuelas de Plaza de Mayo* outra vez candidatas al Nobel de la Paz. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/abuelas-plaza-mayo-vez-candidatas-nobel-paz_0Hkiy1kQ17.html. Acesso: 19 fev. 2021.

Ignacio, meu nome é Ignacio, não Guido. Dei toda oportunidade que pude ao nome, mas a verdade é que não me representa de modo algum, e por isso peço a todos que me chamem de Ignacio. Entendo que o poder da mídia e toda a história fazem com que me conheçam como Guido e que muitos que me param na rua me chamem de Guido, não me incomoda. Mas entendo que quem me chama de Guido é alguém que não me conhece.

E quando a entrevistadora lhe perguntou sobre como ele lida com o fato de ter se tornado um “símbolo nacional”, ele disse:

Isso tem muito a ver com o nome, tudo isso está em Guido. Quem quer entender que entenda, vai entendendo que o símbolo é uma coisa e a pessoa é outra. Porque eu, além de passar a ser um símbolo com muita vida pela frente, tenho muito tempo para, caso eu não faça o que cada um espera de mim, destruir esse símbolo. E o que cada um espera de mim é algo de cada um, não é meu. Eu tento agir com a responsabilidade do caso, porque sinto muitos olhares sobre mim e tento fazer o melhor possível, mas o que escapa das minhas possibilidades, escapa das minhas possibilidades.

Sendo um nome que se repete através das gerações na família materna, pelo qual tanto a família como a sociedade argentina criaram um personagem, o nome Guido carrega expectativas das quais Ignacio destoa; usá-lo, portanto, significaria corresponder a elas. Em entrevista à revista *Gatopardo*, ele disse: “é inacreditável que as pessoas continuem me chamando de Guido”. Para ele, “o nome próprio é uma construção e o sobrenome uma herança”. Ele não sente “ter recuperado sua *identidad*, mas ter completado o quadro *identitario*”. A recusa de Ignacio em usar o nome Guido não tem a ver com rejeição à família consanguínea. A escolha funciona como uma alternativa para envolver-se e fixar-se em um conjunto mais amplo de relacionamentos expressos no idioma do parentesco, combinando a pessoa que ele se constituiu durante os anos em que viveu com a família Hurban – a qual ele demonstra profundo carinho – e a pessoa que se revelou após o exame de DNA.

Como temos visto, nos casos de *apropiación* houve crime de falsidade ideológica, pois os documentos foram concebidos a partir de tramas ilegais (por exemplo, registrar as crianças como filhas biológicas quando não o eram), portanto, *nietos* e *nietas* devem retificar seus registros civis excluindo a filiação e os sobrenomes falsos pelos verdadeiros (de seus pais biológicos). Para *Abuelas* e para a maioria dos *nietos* e *nietas*, a recuperação dos sobrenomes de origem, além de argumento jurídico, é uma forma de fazer justiça aos

desaparecidos e trazer à tona o passado ocultado pelos militares. Mas, mesmo concordando com esses argumentos, para uma das *nietas* com quem conversei, suprimir os sobrenomes “dos pais adotivos” (que a Justiça e *Abuelas* consideram de *apropiación*) e usar os sobrenomes de origem não era por ela desejado, convertendo-se em uma tarefa difícil.

Até seus 22 anos, Evelin pensava ser filha biológica do suboficial da Marinha Policarpo Luis Vázquez e da funcionária, também da Marinha, Ana María Ferrá. Ambos figuravam como seus pais biológicos nos documentos de Evelin e ela portava, assim, o nome Evelin Karina Vázquez Ferrá. Como nos contou, ela teve uma infância feliz e era muito ligada ao “pai adotivo”: “Eu sempre tive uma relação muito afetiva com o meu pai. Ele era uma pessoa muito correta e, ao mesmo tempo, muito carinhosa”. Ela só tomou conhecimento de não ser sua filha biológica após um *allanamiento*.

Após um longo e intenso processo judicial, Evelin soube ser filha de Susana Pegoraro e Rubén Bauer (militantes *desaparecidos*) e que sua mãe a batizou como Laura. Por disso, como vimos no capítulo 2, em 13 de julho de 2008, a Justiça declarou a nulidade do registro civil de Evelin como filha de Policarpo Vázquez e Ana María Ferrá, ordenando que ela fosse registrada com os sobrenomes Bauer Pegoraro, filha de Susana Beatriz Pegoraro e Rubén Santiago Bauer, nascida em 29 de outubro de 1977 (CIDH, 2010).

Quando recebeu a notificação e os papéis para tramitar a mudança dos sobrenomes, já tinha averiguado se poderia continuar usando os sobrenomes Vázquez e Ferrá. Mas, terminou desistindo, ao saber que teria de entrar com um processo de adoção:

mas isso seria muito longo e tedioso. [...]. Então, eu disse: ‘está bem, pronto, registrem-me com esse sobrenome [Bauer Pegoraro]’. Fomos ao Registro Civil [...], perguntaram se eu queria mudar o nome [usar o nome Laura], claro que eu disse que não. [...] Toda essa época em que mudaram o meu sobrenome vivi emocionalmente desconectada, foi um período muito difícil. Eu tatuei os sobrenomes dos meus pais no pescoço, dos meus pais adotivos. Nessa época, meu ex-namorado e a sua família foram os que mais me apoiaram nesse momento.

A solução encontrada para conciliar os sobrenomes e manter registrado em si (de modo vivo e duradouro) o vínculo com os seus “pais adotivos” foi lançar mão de um procedimento de registro permanente: gravou os sobrenomes “de adoção” sobre a pele por meio da tatuagem. O sobrenome foi inscrito na nuca, debaixo do seu longo cabelo

liso, um lugar, entendi, em que seria possível escolher quando expor os sobrenomes e quando mantê-los encobertos¹³¹.

[...] Mesmo com o novo sobrenome no documento, continuei usando o e-mail com o sobrenome antigo por muito tempo. A sensação era que o escondi, neguei [o sobrenome da família biológica]. Pensava: ‘esse não é meu sobrenome, continuo com o sobrenome da minha família adotiva’. Como se esse fosse o verdadeiro. E com o passar dos anos me dei conta de que [essa atitude] significava estar recusando a realidade outra vez, eu não estava integrando o todo. Quando minha filha nasceu, eu disse: ‘não posso viver com dois sobrenomes, porque tem alguma coisa que não está se conectando’.

Embora Evelin desejasse e usasse o sobrenome dos “pais adotivos” no cotidiano, percebeu que o uso dos sobrenomes dos pais biológicos eram o elo (talvez o único) que a integrava por inteira; era esta também a forma de se conectar com a filha que levava o seu sobrenome de origem. A maternidade, como mostrou Jimena Massa, é uma ocasião fundamental para revisar a identidade pessoal e o registro em uma linhagem, para decidir fazer o exame genético, mudar de nome ou se aproximar da família consanguínea (2016, p. 288). A paternidade e acompanhar a gestação da esposa, como me disse o *nieto* Jorge, têm efeitos similares: o fez considerar o que viveram os pais biológicos e principalmente as mães biológicas a respeito da experiência de dar à luz em um centro clandestino.

Os casos de Tatiana, Ignacio e Evelin deixam mais nítidas as funções dos nomes e sobrenomes entre os *nietos restituidos* como ferramentas para ajustar relações e criar um “eu” uno que foi partido. Ao mesmo tempo, evidenciam como os usos dos nomes e sobrenomes têm como efeito a produção de memórias sobre a Ditadura e questionamentos a respeito das medidas de reparação das violações de direitos humanos cometidas na época. No meu entendimento, os casos mostram possibilidades de articulação e inscrição de nomes e sobrenomes (de adoção e de origem) interseccionando a pessoa que eles constituíram convivendo com a família adotiva e laços reencontrados no processo de *restitución*. Como disseram Gabrielle Vom Bruck e Barbara Bodenhorn, “múltiplos nomes colocam as pessoas em múltiplos relacionamentos” (2006, p. 139).

O uso dos sobrenomes de origem junto ao corpo, como faz Tatiana nos protestos ou nas redes sociais, e a inscrição dos sobrenomes “de adoção” na pele, como fez Evelin

¹³¹ Como mostra Jimena Massa, o procedimento é, também, uma maneira de produzir as próprias marcas. Para outra *nietas*, que também optou por tatuagens para registrar de forma permanente os vínculos de parentesco, as tatuagens “já não são as marcas que outros ou a história deixaram em mim, estou procurando minhas próprias marcas” (Massa, 2016, p. 229).

tatuando-os na nuca, evidenciam uma relação próxima entre nomes, corpo e memória. O uso público e a gravação na pele dos sobrenomes ausentes nos documentos situam esses vínculos nos corpos das *nietas*; registro que funciona como barreira para o esquecimento tanto dos pais de nascimento como dos “pais de criação”¹³². Além disso, a recusa de Ignacio em relação ao nome Guido, joga luz sobre comprometimentos, porventura indesejados, que os nomes atribuídos pelas famílias biológicas podem carregar.

Os modos de usar nomes e sobrenomes pelos *nietos* e *nietas* ressoam as “práticas retificadoras” de ativistas que buscam suas origens. Estes, ao não contar com a informação sobre a sua filiação biológica, desenvolvem alternativas para reconfigurar e reinventar nomes e sobrenomes na falta da fonte oficial da sociedade ocidental: a filiação biológica (Gesteira, 2020). Vale repetir o que disse Tatiana: a forma como cada *nieta* ou *nieto* acomoda os nomes na *restitución* tem a ver com os modos como cada um “encaixa peças que foram desmanteladas”. O desafio entre pessoas que não contam com a informação genética e os que contam, a meu ver, é retirar biologia e sociabilidade da chave da contradição e da ambiguidade, mantendo-as igualmente significativas. Os nomes, assim, são partes que dão sustentação na artesanania das relações de parentesco e das identidades pessoais.

Os sobrenomes maternos

O padrão convencional do sistema onomástico argentino inclui: um primeiro e um segundo nomes próprios, o sobrenome paterno e um apelido (por exemplo, Gabi para Gabriel). Em geral, o sobrenome materno não é registrado e um dos nomes próprios atribuído à criança é o nome próprio do progenitor de mesmo sexo. Eu já havia percebido essa regularidade no dia a dia, conhecendo os nomes dos diversos integrantes de famílias de amigos e sabendo da escolha do *nieto* Guillermo Amarilla em atribuir para si o nome do pai diante do desconhecimento do nome que a mãe escolhera para ele. Mas a sua confirmação apresentou-se explicitamente em uma conversa com Gabriel Eduardo Corvalán Delgado em outubro de 2017.

Conheci Gabriel no tribunal de Comodoro Py, na cidade de Buenos Aires, no dia 12 de outubro de 2017, na abertura do processo que investiga os crimes de lesa-

¹³² A inspiração aqui é Veena Das sobre a relação estreita entre dor, corpo e memória (Das, 2020).

humanidade cometidos nos centros clandestinos de detenção *Puente 12* e *El Vesubio*. Ele estava sentado nas cadeiras destinadas ao público ao lado de outras pessoas que levavam cartazes, bandeiras e fotografias de *desaparecidos*. Poucos dias depois, nos encontramos no restaurante do Museu Evita, dedicado à memória de Eva Perón, local escolhido por ele para me contar sua história.

Gabriel, ou Gabi como costuma ser chamado, nasceu em 1974, é filho de *desaparecidos* criado pelos avós biológicos. Gabi não é *nieto restituído*, logo me esclareceu, se autodefine como *hijo de desaparecidos* que procura uma irmã ou irmão provavelmente *apropiado* por militares. Em 2005, em um evento organizado pelos amigos de seus pais para homenageá-los, soube que sua mãe estava grávida de três meses quando foi sequestrada pela Ditadura, desaparecendo. Desde então, disse, passou a se envolver com a militância das organizações de familiares de *desaparecidos*, especialmente de *Abuelas*, ao lado dos *nietos restituídos*, empenhado em encontrar a irmã ou irmão desaparecido.

Enquanto conversávamos no restaurante, esclareceu que seu nome completo era, originalmente, Gabriel Eduardo Corvalán, sendo Eduardo seu segundo nome próprio herdado de seu pai, e Corvalán o sobrenome paterno. Entretanto, quando começou a se integrar ao mundo das organizações de direitos humanos e a conhecer melhor a história de sua mãe, sentiu necessidade de incluir o sobrenome materno. Assim, depois de cinco anos na militância e quando da renovação de seu documento pessoal, decidiu acrescentá-lo. Em suas palavras: “a tradição é usar só o sobrenome paterno, mas eu, na última vez que fiz o DNI adicionei o materno. Faz cinco ou seis anos. Na realidade é uma afirmação da *identidad*, algum reconhecimento da minha mãe”. Embora os argentinos, legalmente, possam usar o sobrenome materno como complementar ao paterno (nesses casos, geralmente, o sobrenome materno vem depois do paterno), a maioria dessa população não o tem registrado em seus documentos e/ou não o utiliza. A exceção são os filhos de *desaparecidos*, entre eles, os *nietos restituídos*. Nesse âmbito, a prática de acrescentar o sobrenome materno é frequente, a imensa maioria usa-o, assinando e apresentando-se com ambos os sobrenomes: paterno e materno¹³³. Diante dessa especificidade, ocorreu-me indagar o que o seu uso produz.

¹³³ O reconhecimento do Estado da necessidade da população adulta já registrada em usar o sobrenome materno aconteceu em 2015, quando foi aprovado o *Código Civil y Comercial de la República Argentina*, o qual tornou possível optar por usar como único ou primeiro tanto o sobrenome paterno como o materno.

Em 18 de fevereiro de 2020, quando escrevia a primeira versão deste capítulo, perguntei à Claudia Poblete Hlaczik, por mensagem *WhatsApp*, quando e por que ela decidiu acrescentar o sobrenome da mãe, uma vez que, originalmente, havia sido registrada apenas com o sobrenome paterno. Ao que ela respondeu:

Eu acrescentei o sobrenome materno quando conheci a minha *identidad*. Queria ter em meu nome a presença de ambos, das duas famílias. Era importante para mim nesse momento e continua sendo, nomear a minha mãe e ressaltar a sua *identidad* na minha. Nesse momento, foi uma decisão muito emocional, quase visceral, eu diria. Depois, fui reafirmando a partir de um lugar mais intelectual, sustentando a decisão, ainda que meus pais não o tivessem escolhido. Eu desconhecia as suas razões, talvez, as relações conflitivas de minha mãe com sua família. Compreendendo isso, às vezes cheguei a pensar que ela talvez não tivesse posto de propósito, mas para mim, seu sobrenome é importante. No meu entendimento, a equipara a meu pai, a nomeia a cada vez que eu me nomeio e isso para mim é também um exercício de memória.

Usar o sobrenome materno em uma sociedade em que os processos de nomeação estão organizados pela linha paterna, tende a transformar hierarquias na classificação da linha genealógica, tornando a mãe tão presente no processo de constituição de si e de sua descendência quanto o pai. Assim, o uso do sobrenome materno, para Claudia, é uma tentativa de trazer a si própria a presença de sua mãe, perenizando, assim, tanto a existência de seu pai como a de sua mãe por meio da inclusão em sua linhagem.

A história dos movimentos de familiares de *desaparecidos* dá pistas para entender por que para os *nietos restituidos* o uso do sobrenome materno é importante. A maternidade foi a chave que permitiu às mães, líderes desses movimentos, se reunirem em 1977 (em função do sequestro, assassinato e desaparecimento dos seus filhos e filhas e da *apropiación* de seus netos e netas) e reverter os sentidos tradicionais do laço de parentesco ligado ao âmbito privado e individual. Por meio da ressignificação e da reapropriação da maternidade, o trabalho de militância das mulheres saiu das sombras, ganhando importância e lugar de destaque na sociedade argentina. Com efeito, o trabalho de *Madres e Abuelas* propiciaram um novo espaço de intervenção na arena pública capaz de produzir cidadania (Pita, 2001)¹³⁴.

¹³⁴ Movimentos correlatos que também lançam mão da identidade de mãe e da maternidade como subjetividade política para produzir cidadania existem, em menor escala que *Madres e Abuelas*, no Brasil. É o caso do “*Mothers of the Courthouse Square*” um movimento de famílias pobres que surgiu em 1998, em São Paulo, para exigir a revisão dos procedimentos legais que conduziram suas crianças à adoção por famílias estrangeiras. Como examina Andréa Cardarello, “o movimento evidenciou que as crianças pobres

Desse modo, usar o sobrenome da mãe, mulher militante é uma tentativa de fazê-la aparecer e visibilizá-la. Essa importância é sublinhada por Jorge Castro Rubel, mas por motivos diferentes aos de Gabi e Claudia. Em uma de nossas conversas, precisamente, em dezembro de 2018, quando falávamos sobre os usos dos sobrenomes de origem, ele me disse que ao *restituir* sua *identidad*, poderia ter se registrado apenas com um dos sobrenomes, mas escolheu “*hacer presente a los dos*”, pai e mãe, porque

[Os militares] trataram de fazê-los desaparecer. Então, me parece que fazer o contrário é importante. Os militares fingiram que eles nunca existiram e, de fato, tiveram sucesso. Por exemplo, por quase 40 anos, me fizeram acreditar que eles não existiam. Os militares se propuseram a isso e foram bem-sucedidos. Então, tornar os meus pais presentes com os sobrenomes, acho que é uma maneira de reverter em alguma medida o objetivo dos militares. Parece-me que, nesse sentido, tem um valor muito grande. Tudo isso está presente na palavra *verdad*.

Se o referencial genealógico é instrumento fundamental para acessar o passado e elaborar uma memória comum, os sobrenomes são, então, o recurso disponível para tornar presente e para expor como real e duradoura a existência de pai e mãe *desaparecidos*. uma vez que continuam nas gerações subsequentes. Desse modo, o uso dos sobrenomes constitui e diferencia pessoas e pertencimentos, ao mesmo tempo, os faz perdurar.

Proferir o nome: *memoria, verdad y justicia*

Durante a nossa conversa, em 23 de abril de 2019, Laura Catalina disse que mesmo com a filiação confirmada, seus *apropiadores* continuavam coagindo-lhe a usar o nome por eles atribuído. Em suas palavras:

são vistas pela elite brasileira tanto como uma ameaça para a sociedade, como uma forma de satisfazer os desejos de eventuais pais adotivos, sobretudo se são recém-nascidos brancos ou de pele clara” (Cardarello, 2009, p. 140). Outro importante movimento de mães ativistas no Brasil é o “Mães de Maio”, cujos filhos foram assassinados por agentes de segurança e grupos de extermínio em todo o estado de São Paulo entre 12 e 21 de maio de 2006. Para um estudo detido sobre esse movimento na Baixada Santista de São Paulo e como essas mães transformaram o “luto” em “luta” cíclica e continuamente, conferir Almeida (2021). E, em 2011, surgiu o “Mães da Saudade”, coletivo que reúne mães que perderam seus filhos para a violência em Peixinhos, um bairro periférico de Olinda, Pernambuco. Como bem mostrou Catarina Morawska, as mães – ao lado de jovens do Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (GCASC) – lutam para transformar os termos da política moral que supõe que os “meninos” são perpetradores de violência, portanto, não são dignos de luto, e para redirecionar as políticas públicas de repressão a políticas de prevenção social da violência. Uma das iniciativas das mães é realçar a presença dos “meninos” nas casas onde viveram por meio de aparições. As aparições, explica Morawska, são encontros entre mães e filhos, “entre passado que é inativo, impassível, mas que não deixa de ser, ainda é; e um presente particular que não é, mas age” (2020, p. 342).

No meu caso, o conflito se deu com meus *apropiadores*, pois eu fui usada, manipulada para evitar que eles enfrentassem a Justiça, eles me usavam como escudo. Isso me fazia sentir mal, me desanimava, eu me sentia oprimida. Onde quer que eu me apresentasse, tinha de dizer o nome e o sobrenome que eles me deram e deveria dizer também que era filha deles. Mesmo sem ainda me reconhecer como filha de Miryam e de Raúl, entendi que me apresentar com o nome dado por meus *apropiadores*, reproduzia uma mentira. Eu sempre fui uma pessoa que não sabe mentir e a mentira sempre foi algo que eu não suporto. Ter de dizer este é meu pai, esta é minha mãe sabendo que não eram, me machucava. [O fato de eles] me pedirem para mentir me fez perceber que o amor que eles diziam ter por mim não tinha nada a ver com o paternal. Finalmente me deu o estalo de não querer continuar mantendo essa mentira e de querer distância.

Continuar se apresentando pelo nome María Carolina Hidalgo Garzón reiterava a versão falsa e mentirosa da história nele sedimentada. E saber que não fora abandonada, que sua mãe lhe chamara Laura Catalina e que sua família a procurara durante trinta e um anos com esse nome foi fundamental para que ela decidisse usá-lo. Mais adiante em nossa conversa, disse:

O pessoal de *Abuelas* perguntou ao meu companheiro como ele me chamava e ele disse ‘ah, eu a chamo Catalina’. Quando ouvi isso, me lembro que estranhei, ao mesmo tempo me pareceu lindo. Mais tarde, o fato se tornou algo muito natural. O nome é o que dá *identidad*. Também tem a ver com a história da família. Quer dizer, ‘eu sou esta e sou deste grupo e tenho esta história’. Eu escolhi dizer ‘eu não sou isso, sou isto’. Mas vai além, porque o que eu não sou, também faz parte de mim, segue estando em mim. A importância de usar o nome tem a ver com a verdade e assumir essa história.

Assumir o nome próprio e proferi-lo, menos do que descrever em palavras laços de parentesco, permite dar existência ao delito de *apropiación* e à *verdad* sobre a sua própria história e sobre a história do país. Em outras palavras, renunciar ao nome María Carolina Hidalgo Garzón e dizer “sou Laura Catalina de Sanctis Ovando”, não apenas confere singularidade ao indivíduo, mas contesta dissimulações e ocultamentos contidos no nome María Carolina, denunciando-os. E mais, dizer “sou Catalina” é ato de resistência à posição de sujeição inaugurada pelo nome María Carolina, na medida em que permite renunciar à *mentira* alimentada pelos *apropiadores*.

Ela deixa claro ainda que mesmo referidos a existências e histórias diferentes, os nomes María Carolina e Laura Catalina se comunicam e se aproximam em um mesmo ser, ou melhor, as memórias das vivências daquela que um nome designa continuam

habitando a outra. Assim, embora ela proteste contra o nome dado pelos *apropriadores*, as experiências que o nome María Carolina constitui continuam exercendo força sobre Laura Catalina, ainda que de forma tensa. Usar o nome escolhido pelos pais produz rompimentos com os *apropriadores*, mas não anula as experiências vividas com eles, ao contrário coteja, combina e interroga experiências, laços e valores.

Dizer “não sou Carolina, sou Catalina” apesar de parecer implicar a exclusão de um dos termos, indica que a obliteração de um dos nomes não anula completamente o outro, ao contrário eles (e as histórias de si, dos pais e do país que carregam) se combinam de forma justaposta, quer dizer não há nem eliminação imediata, nem fusão posterior dos dois termos num terceiro que apagaria as marcas primeiras da composição.

Proferir nomes, enunciá-los a outrem, produz pessoas, memórias e “verdades”, e faz justiça. Esta seção visa explorar o que faz a assunção e a enunciação de um nome no âmbito da luta por *memoria, verdad y justicia*. Examino, então, a enunciação dos nomes como uma “arte de dizer” e como “condição de existência”¹³⁵. Para continuar a pensar na força dos nomes habilitada por sua expressão, gostaria de retomar a história de Claudia Victoria Poblete Hlaczik apresentada no início do capítulo.

Em junho de 2001, durante seu primeiro depoimento na audiência do processo penal sobre sua *apropiación*, as primeiras perguntas feitas a Claudia pelos juízes foram o seu nome, sua data de nascimento e os nomes de seus pais:

- Por favor, diga o seu nome.
- Claudia Victoria Poblete Hlaczik.
- Sua data de nascimento?
- 25 de março de 1978.
- O nome do seu pai?
- José Liborio Poblete Roa.
- O nome da sua mãe?
- Gertrudis Marta Hlaczik.

Durante vinte e dois anos, ela acreditava se chamar Mercedes Landa, filha de Ceferino Landa, tenente-coronel do exército, e de Mercedes Beatriz Moreira, dona de casa; a data de nascimento, que constava em uma certidão de nascimento forjada, era 13 de junho de 1978. Na ocasião deste depoimento, um ano e meio após a *restitución* da sua

¹³⁵ Tomo de empréstimo a ideia de “arte de dizer”, de acordo com a sugestão de Michel de Certeau de que toda enunciação carrega um estilo e forma própria (2007, p.152-155). Judith Butler, de seu lado, ajuda-nos a pensar que prática não é uma representação de algo que está sendo pensado e precisa ser acionado por uma determinada análise. Falar é agir na relação porque sempre se fala para alguém. Desse modo, enunciar nomes faz sujeitos existirem e serem reconhecidos (Butler, 1997, 2019a).

identidad, ela conhecia a data real de seu nascimento, qual era sua família de origem, tendo retificado os documentos e alterado seu nome para Claudia Victoria Poblete (como mencionei anteriormente, iniciara também os trâmites para incluir o sobrenome de sua mãe). Assim, quando os juízes do Tribunal Oral Federal N.º 5 perguntaram o seu nome naquela audiência, respondeu sem titubear: Claudia Victoria Poblete Hlaczik. “Nada mais precisaria ser dito, estava tudo ali naquelas frases”, disse-me em nossa primeira conversa, no dia 24 de outubro de 2017.

Se os nomes pessoais são códigos linguísticos que portam historicidade, ao serem pronunciados, as histórias que eles carregam são invocadas e consolidadas. O ato de dizer que seu nome é Claudia Victoria Poblete Hlaczik convoca e torna real a história sedimentada no nome Claudia sobre crimes contra a humanidade (sequestro, cativeiro e desaparecimento forçado). Na ocasião do depoimento, a enunciação do nome Claudia tem força de justiça, provava o crime de *apropiación* da filha dos *desaparecidos* Gertrudis e José.

A sentença do processo penal sobre a *apropiación* de Claudia condenou Mercedes Moreira e Ceferino Landa, tornando Landa o primeiro militar culpado pelo crime de roubo de bebês cometido durante a Ditadura. Na época desse julgamento ainda vigoravam as chamadas *leyes de impunidad* que, embora deixassem o caminho aberto para investigar e julgar a *apropiación* de Claudia, estabeleciam a caducidade dos crimes de desaparecimento forçado cometidos durante Ditadura, impossibilitando a investigação do desaparecimento dos seus pais¹³⁶.

Nomear-se Claudia Victoria Poblete Hlaczik no tribunal na ocasião precisa do julgamento sobre a sua *apropiación* produziu efeitos importantes: ela se reconhecia e era reconhecida como criança *apropiada* durante a Ditadura, filha de vítimas de desaparecimento forçado e *nieta* procurada por *Abuelas*. Admitia assim como nome verdadeiro, porque legalmente registrado, aquele a ela atribuído pelos pais *desaparecidos*, comprovando com isso o crime de *apropiación de niños* cometido pelo casal Landa. Ademais, vinculando o seu nome ao de seus pais consanguíneos reforçava a relação entre os crimes de roubo de crianças e de desaparecimento forçado. Esse feito evidenciou uma contradição legal na interpretação jurídica desses dois atos, levando a Corte Suprema a confirmar a inconstitucionalidade das chamadas *leyes de impunidad* em 2005. A

¹³⁶ Crime estabelecido de acordo com a causa n.º 17.889 “Incidente de apelación de Simón, Julio” – Juzgado Federal N.º 4, Sección n.º 7, Buenos Aires, 9 de novembro de 2001 (CELS, 2003). Sobre as *leyes de impunidad*, ver nota 34, Capítulo 1.

enunciação do nome Claudia, ao provocar o debate, abriu o caminho para a realização das inúmeras ações penais abertas para investigar crimes de desaparecimento forçado e assassinatos cometidos pela Ditadura¹³⁷.

Entre os familiares de *desaparecidos*, os nomes são mais do que simplesmente códigos, eles podem ser pensados como artefatos poderosos na luta por *memoria, verdad y justicia*. A enunciação dos nomes e dos sobrenomes das crianças desaparecidas e de seus pais gera existência social, ensejando, com isso, agência e transformação do mundo.

Considero pertinente, aqui, recuperar a fala do *nieto restituído* Pablo Javier Gaona Miranda. Quando Pablo soube, em 2012, aos 34 anos, ser filho de *desaparecidos*, ainda se chamava Leandro. Entretanto, ao ter notícia que seus pais lhe haviam atribuído um nome anterior, disse: “se meus pais me deram o nome Pablo, quero que me chamem Pablo”. Durante nossa conversa, em 11 de outubro de 2019, ele disse:

Eu estava na *Conadi* lendo a minha certidão de nascimento com o nome que meus pais me deram, quando Claudia, a coordenadora da *Conadi*, me perguntou “eu não quero te pressionar, mas como você quer se chamar agora?”. Eu não tive problemas em recuperar o nome que meus pais me deram, fazer meu nome como próprio, como deveria ter sido sempre. E tem mais, acho que foi o primeiro passo para tomar conta da minha própria história. Há muitos casos de *nietos* que recuperaram sua *identidad* e como não se sabe o nome que os pais lhes teriam dado, ficaram com os nomes que os *apropiadores* escolheram. Mas como eu tive a possibilidade de saber que meus pais me chamaram Pablo, recuperar o nome era o certo a ser feito, pois era parte do que me tiraram. É parte do roubo de *identidad*. Recuperar o nome é recuperar uma parte pequena do que eu seria se tivesse sido criado por meus pais, eu não tenho dúvidas que seria uma pessoa diferente do que eu sou agora. A ideia da *apropiación* dos bebês era não nos deixar com nossas famílias biológicas para que não pensássemos como nossos pais.

Assumir e apresentar-se com os nomes atribuídos pelos pais *desaparecidos*, para Pablo, dá existência à pessoa anulada pela *apropiación*. Reconhecer a si mesmo com o nome Pablo é uma tentativa de produzir a *identidad* que teria se formado por meio da convivência com os pais. Ao usar esse nome, pleno de experiências e histórias, os relacionamentos e enredos que ele contém passam a fazer parte do que ele é. Sob essa ótica, é possível inferir que, entre os *nietos* e *nietas*, os nomes são um dos veículos com os quais eles trazem em si mesmos as ideias dos pais, podendo com elas alterar a si e o mundo.

¹³⁷ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-caso-poblete-fue-el-origen-del-fallo-nid713027/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

Como vimos com as *rondas de los jueves* e os usos dos *pañuelos* no início desta parte, assumir um nome e proferi-lo em falas públicas de militância pela “memória, verdade e justiça” mostra-se um instrumento potente também, e fundamentalmente, porque o ato impulsiona verdades sobre a repressão da Ditadura. Entre as *nietas* e *nietos restituidos*, tais práticas permitem que os *desaparecidos* sejam lembrados e presentificados nos corpos daqueles que enunciam seus sobrenomes e os nomes próprios por eles atribuídos aos filhos e filhas, abrindo caminho para a concretização da verdade e da busca por justiça sobre os crimes cometidos durante a Ditadura.

Desse ângulo, vale recuperar a declaração de Juan Cabandié durante a cerimônia de inauguração *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, em 2004, transcrita na primeira parte desta tese:

Sou filho de desaparecidos. Encontrei a verdade dois meses atrás quando o exame de DNA confirmou que sou filho de Alicia y Damián. Agora sou Juan Cabandié Alfonsín. Sou meus pais, Damián e Alicia, tenho o seu sangue [...]. Hoje estou aqui, 26 anos depois, para perguntar aos responsáveis por essa barbárie se têm coragem de me enfrentar, cara a cara e nos olhos, e me dizer onde estão os meus pais. Estamos esperando a resposta que a lei do ponto final quis silenciar.

O relato de Juan, sublinha a filiação, é certo, mas fundamentalmente presentifica os dois jovens, opositores da Ditadura, sequestrados, torturados e assassinados. Ele não é apenas filho, mas é o pai e a mãe, colocando-se na posição de protagonista da história argentina recente. Além disso, a fala tem função reveladora, dissipa véus e apagamentos, pois carrega a verdade sobre o seu próprio desaparecimento e o de seus pais.

Assim como no caso de Catalina, dizer “sou Juan Cabandié” é a expressão do desejo da mãe que, ao parir em situação de cativo, deu-lhe o nome de Juan. Mas o caso de Juan apresenta uma particularidade: ele é o pai e a mãe, reencena, simultaneamente essas presenças. Assumir e enunciar o nome desejado pela mãe que foi vítima do *terrorismo de Estado* levado a cabo no espaço mesmo onde ele fala, produz uma presença implícita e contínua daqueles que foram dizimados pela Ditadura por suas atuações políticas. A palavra de Juan o traz de volta sua posição de filho de *desaparecidos*, protagonista, ele próprio, de uma parte da história da Argentina, aquela ligada à militância dos anos 1970 e às violações de direitos humanos¹³⁸.

¹³⁸ Lembremos que Juan, ainda Mariano, participava de atividades solidárias de movimentos políticos populares. Um ano depois da *restitución* da sua *identidad*, já portando o nome e os sobrenomes dos pais *desaparecidos*, Juan Cabandié Alfonsín iniciou sua carreira política sendo nomeado coordenador do

Confiscação e reconstrução de *identidades*

“Eu sou Guillermo, claro!”, disse-me Guillermo Amarilla Molfino na ocasião em que eu lhe perguntei qual era seu nome. “Voltar a nascer em tantos aspectos, que jornada para ser EU!”, escreveu em seu perfil da rede social Facebook, a *niet*a Jorgelina Paula Molina Planas no dia 2 de março de 2021, em uma publicação sobre a correção de seu diploma de *Profesora Nacional de Bellas Artes* recebido em 1999 com o nome Carolina Sala, seu nome de adoção. Doze anos depois, ela recebia o documento atualizado com a retificação do nome oficial, Jorgelina Paula Planas¹³⁹.

Dentre os filhos de *desaparecidos* (tanto os criados pelas avós como os *nietos restituidos*) o nome próprio é aquilo que se é, eles também costumam dizer “o nome é uma parte da *identidad*”. Para anunciar seus nomes, na maioria das vezes, dizem “eu sou...”. A frequência com que a formulação é utilizada sempre me pareceu curiosa, também porque é mais comum dizermos “meu nome é...” ou “eu me chamo...”. Estas, do modo como são construídas, sugerem ideias de nomes que foram dados por alguém e funcionam para chamar; já aquelas dos *nietos* e *nietas* indicam que os nomes os constituem, definindo maneiras de ser e estar no mundo dando a ideia de que o nome é mais do que uma forma de identificação pessoal. A expressão, é preciso considerar, ecoa as produções culturais de *difusión* de *Abuelas* desenvolvidas a partir de seu vigésimo aniversário, em 1997, as quais tinham como um de seus eixos temáticos o nome. O título de sua primeira campanha de *difusión* era “¿Vos sabés quién sos?”, uma pergunta que se dirigia diretamente aos jovens, instaurando dúvidas sobre as suas *identidades*¹⁴⁰.

Consejo Federal de Juventud pelo então presidente Néstor Kirchner (Juan Cabandié, ministro Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2019). Desde então, consolidou-se como figura importante no cenário do ativismo pelos direitos humanos na Argentina. Filiado ao peronismo no *Partido Justicialista* e militando no coletivo *La Cámpora*, Juan tem ocupado diversos cargos políticos, como legislador da *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, deputado nacional e, durante o governo de Alberto Fernández (2019-2023), Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Nação.

¹³⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10158934921084380&set=a.10150430869279380>. Acesso em: 02 mar. 2021.

¹⁴⁰ Uma das atividades que surgiram a partir do movimento de *Abuelas* foi o *Teatro x la Identidad* que sempre termina com a frase “*mi nombre es... y puedo decirlo porque sé quién soy*”. *Teatro por la identidad* é um movimento integrado por atores, diretores, dramaturgos, cenógrafos, técnicos, figurinistas, produtores que se uniram em 2001 com o objetivo de contribuir para a luta travada por *Abuelas* na recuperação da *identidad* dos *nietos apropiados* (Devesa, 2011; Diz, 2020). Além do teatro, uma propaganda destacava o nome como o cerne da *identidad*, trata-se do curta *Del otro lado del espejo* (2000) em que se mostra a imagem de um jovem com a idade provável dos *apropiados*, que se olha no espelho, mas vê a imagem de outro jovem. Uma voz de fundo se refere ao jovem com dois nomes: “*Pedro existe. Mariano no lo sabe. Su abuela aún lo busca*”. O nome Pedro remete ao parentesco consanguíneo que Mariano desconhece devido

Nomes e sobrenomes, ao carregarem historicidade indicam pertencimentos, modos de vida e posicionamentos sociais e políticos. Para eliminar o inimigo e destruir um modo de vida considerado *subversivo*, podemos dizer que a Ditadura “confiscou” *identidades*. Confiscar, como diz Jorge Villela é “arrancar elementos de uma relação que compõe um modo de ser e substituir por outros”. Confiscar é decompor e recompor uma composição rearticulando suas partes de modo que estas impeçam a permanência da composição anterior (Villela, 2020, p. 282-283). Pensando ao lado de Villela, é possível afirmar que, ao se *apropriarem* de filhos e filhas de militantes e “arrancarem” os seus nomes e sobrenomes, o governo militar não apenas transferiu crianças a outras famílias, mas, tentou impossibilitar a permanência de um modo de vida que tem como base a igualdade de direitos e a solidariedade coletiva.

Nesta parte procurei interrogar os usos e efeitos dos nomes pessoais entre *nietas* e *nietos restituídos*, mostrando como constituem instrumentos fundamentais no minucioso trabalho de (re)criação da *identidad*. Como observei, os nomes são ferramentas potentes por suas capacidades de individualizar e classificar, também por sua função ativista, já que se trata de um dispositivo de memória, de verdade, de justiça, também de luta para dar visibilidade aos militantes *desaparecidos*. A decomposição das *identidades* em situações de *apropiación*, como vimos no caso de Claudia, rearticulou nomes e sobrenomes para fazer surgir um modo de ser atrelado aos valores defendidos pelos militares. Para reagir aos encobrimentos de *identidades* forjados pelos nomes de *apropiación*, *Abuelas* construiu mecanismos públicos para reorganizar as histórias dessas pessoas e os seus vínculos de parentesco a partir do estabelecimento dos nomes completos das crianças desaparecidas: o arquivo *Nuestros Nietos*.

Além das funções individualizadora e classificatória que o uso dos nomes e sobrenomes de origem entre as *nietas* e *nietos restituídos* permitem, eles fazem uma série de outras coisas. Em primeiro lugar, os nomes e sobrenomes que advém da *restitución* produzem atributos, habilidades e comprometimentos importantes para a perpetuação do legado ativista de *Abuelas* (ora acolhidos, ora renunciados). Em segundo lugar, combinar os nomes e/ou sobrenomes de origem aos atribuídos por “pais adotivos” ajusta características pessoais, habilidades para o ativismo, pertencimentos, afetos e histórias diversas. Em terceiro lugar, usar os nomes desejados pelas mães e seus sobrenomes reconstrói sentimentos afetivos: é tanto uma maneira de ressaltar a importância do laço

à *apropiación*, mas Pedro existe porque a sua avó o está procurando (Diz, 2018) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tme_K3mbW_c&t=6s. Acesso em: 30 jan. 2023.

materno na constituição da *identidad* e na perpetuação da descendência (equiparando ao laço paterno), como uma maneira de reconhecer o sofrimento e a crueldade pela qual passaram gestantes no cativo. Finalmente, enunciar os nomes e assumir a historicidade que carregam, concorre para alargar o passado, para tornar o evento histórico presente no dia a dia e ainda para projetar o futuro, tanto dos filhos de *desaparecidos apropiados* pela Ditadura e seus descendentes, como das pessoas que, como eu, transitam por calçadas, ruas, praças e museus na Argentina. Ao produzir *identidad*, os nomes (e seus usos) fazem pessoas e parentesco e, simultaneamente, *memoria, verdad y justicia*.

Por último, vale dizer que a diversidade de modos de articular nomes e sobrenomes dos pais (biológicos e/ou adotivos), nas redes sociais, nos registros civis ou como tatuagem no corpo, evidencia que *nietos* e *nietas* colocam em questão uma ideia de que *restituir la identidad* significa fazer surgir a pessoa que eles teriam sido se tivessem sido criados pelas famílias consanguíneas. Como disse Pablo,

A identidad é uma construção em que o laço sanguíneo, o nome, o sobrenome e o que vamos alimentando a cada dia, as pessoas com as quais cruzamos na vida das quais aprendemos o bom e o mau e as experiências vividas são partes dessa composição. Há uma parte com a qual nós nascemos e há uma parte com a qual nós vamos integrando e que vai se desenvolvendo o tempo todo de acordo com o modo como vamos conduzindo nossas vidas.

Nesse sentido, a fala de Pablo deixa evidente que *restituir la identidad* não é um movimento de substituição de personalidades, mas um modo de insurgir como um ser coletivo, plural, diverso e memorial que ajusta concepções apreendidas e novas visões de mundo, e que é capaz de instigar na comunidade a produção de memórias sobre a Ditadura.

Parte III

A palavra em ato: formas de contar histórias

“A *charla* em Ituzaingó está confirmada, dia 31 de março, domingo”, disse-me Guillermo Amarilla Molfino em 25 de março de 2019 pelo *WhatsApp*. O evento dedicado ao *Día de la Memoria* fora planejado pela organização política *Juventud Peronista Arturo Jauretche*. Na data marcada, sentada no gramado na *Placita del Sol* diante de um pequeno palco ouvi um dos organizadores chamar Guillermo para “contar um pouco de sua história”.

Quero começar com a busca de *Abuelas* porque esse é o lugar a que pertencemos. Vocês sabem que ainda temos 300 *nietos* para encontrar? Em 41 anos de luta pela busca dos *nietos*, até agora somos 128 os *restituidos*. Ou seja, há um longo trabalho a ser feito.

Para contextualizar e já que estamos em um ambiente de militância, preciso lembrar dos meus pais. Eles eram militantes que desapareceram não por pensarem diferente, mas por agirem, por colocarem o corpo em ação, por gritarem, por quererem mudar a realidade antes mesmo do golpe de Estado. [...]

Guillermo disse que seus pais foram sequestrados a poucos quilômetros daquela praça, em San Antonio de Padua dia 17 de outubro de 1979, quando pertenciam à organização Montoneros. A mãe tinha 27 anos e o pai, 29. Ainda no ensino secundário, eles começaram a militar na *Juventud Peronista* na província do Chaco; “é aí que começa um longo percurso de militância e entrega”, disse ele:

Em 1975 quando o terror já estava estabelecido com a repressão da *Triple A* e eles já viviam uma semiclandestinidade, nasceu o meu primeiro irmão. Pouco tempo depois, tiveram que fugir do Chaco por causa do terror que apavorava os militantes. Meu segundo irmão nasceu em Buenos Aires e aí eles já estavam na clandestinidade total, militando em Montoneros. Por causa da perseguição, se exilaram na França e na Espanha e poucos meses depois de nascer meu terceiro irmão, voltaram à Argentina, em 1979, no contexto do que foi denominado *Contraofensiva*¹⁴¹. Poucos meses depois, foram sequestrados. Meus

¹⁴¹ *Contraofensiva Estratégica* dos Montoneros é como ficou conhecido o retorno à Argentina de um grande contingente de guerrilheiros que estava no exílio para colocar em prática operações e estratégias de resistência à Ditadura. Para um estudo dedicado à densidade histórica da *Contraofensiva* que mostra como foi uma estratégia possível inseparável da situação de exílio, da história política do país e da região latino-americana, ver Confino (2021).

irmãos foram devolvidos à família do Chaco, meus pais continuaram desaparecidos. A busca pela família, naturalmente, se concentrou na procura por meus pais, primeiro vivos e, depois, com o passar do tempo, quando o terror e o destino do grande número de companheiros que desapareceram durante os anos da ditadura tornaram-se conhecidos, a família passou a procurar os seus restos mortais, assim como os dos parentes dos demais desaparecidos. Eles haviam perdido a esperança de encontrar meus pais, mas sequer imaginavam ter um membro da família vivo, eu! Eu também não imaginava ter esses parentes. Nós não nos conhecíamos, eu não sabia ter sido sequestrado durante os anos da ditadura militar, eles também não sabiam que minha mãe estava grávida na época do sequestro, então não tinham motivos para me procurar.

A história dos pais e da militância política argentina dos anos 1970 é a fonte da qual Guillermo retira informações para construir sua própria história; a peregrinação dos pais pelo exílio e a repressão estatal ao ativismo dos Montoneros fornece a explicação de seu devir: sobre o seu nascimento e sobre o modo como foi separado da família.

Eu nasci em Campo de Mayo, onde funcionou um centro clandestino de detenção por onde supomos que passaram mais de cinco mil pessoas e sobreviveram apenas sessenta, entre elas os meus pais e um tio. Lá nasceram em torno de trinta pessoas, inclusive eu, mas nem todos foram *restituidos*. Campo de Mayo é um espaço muito especial, tem entre quatro e cinco mil hectares e neles foram erguidos galpões que funcionavam como centros clandestinos de detenção. Mas havia uma face legal do centro que era um hospital, onde, a partir de 1977, por determinação de um médico envolvido nas *apropiaciones* de bebês, as mulheres passaram a dar à luz. Assim eles transformaram a área de epidemiologia do hospital em lugar para realizar os partos clandestinos. As mulheres eram levadas vendadas e algemadas. Esse lugar era vigiado por civis e militares, e só entravam pessoas autorizadas. Então nos colocaram em berços e fomos registrados como *NV* ou com os nomes das famílias que iriam nos *apropiar*.

Para falar da própria existência e vida é imprescindível falar dos engenhos colocados em prática pelo regime militar para efetuar e gerenciar sequestros e partos clandestinos. Diante disso, gostaria de chamar a atenção para dois efeitos do relato de Guillermo que permitem aferir a sua potência. Se toda história individual é imediatamente coletiva, partilhada, no caso das histórias produzidas por *nietos* e *nietas* sobre seu passado, as dimensões social e histórica constituem o fundamento das narrativas que recriam, imediatamente, uma parte da história nacional. Derrubando as barreiras que separam passado e presente, Guillermo lança uma ponte de triplo alcance: ele liga o mundo dos vivos, o mundo dos mortos pela Ditadura (do qual retorna o que os militares tentaram ocultar) e o mundo das gerações futuras, para isso a *restitución* é fundamental. “A partir da nossa *restitución*, sabemos quem são nossos pais”, disse Guillermo,

complementando em seguida: “hoje não buscamos apenas os *nietos* das *abuelas*, mas também *bisnietas* e *bisnietos*, pois estes tampouco sabem seus sobrenomes nem quem foram os seus avós”. Quando *nietos* e *nietas* conhecem suas origens, a sociedade (do presente e do futuro) conhece também a sua história de modo a poder viver o presente e imaginar futuros.

A participação de *nietos* e *nietas* na militância de *Abuelas* acontece desde 1996, quando as pessoas *apropiadas* tinham entre 15 e 19 anos. Inspirada pelo recém-criado coletivo *H.I.J.O.S.*, *Abuelas*, na pessoa de Abel Madariaga, começou a incentivar a participação de *nietas* e *nietos* na militância. A convite da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires, em março daquele ano, as *nietas* Maria José e Tatiana Sfiligoy falaram diante de dezenas de jovens de mesma idade sobre a sua experiência de *apropiación* e *restitución* e sobre a procura por pessoas *apropiadas*. A partir de então, *nietas* e *nietos* passaram a contar suas histórias de vida em diversos eventos e espaços: celebrações dedicadas ao *Día de la Memoria*; entrevistas a pesquisadores, jornalistas e arquivos orais; teatro; protestos; programas de rádio e de televisão; e cerimônias de abertura de exposições.

Vale abrir um parêntese para pensar a importância das narrativas de histórias de vida como prática de militância e resistência na Argentina. Uma explicação possível pode ser desenhada a partir de uma regressão temporal voltando o olhar para a profusão e diferenças de testemunhos de familiares e *sobrevivientes* dados à Justiça e a arquivos de história oral a partir de 1979. Como indica Mariana Tello, entre 1979 e 1982, antes da reabertura democrática, o *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)* reuniu testemunhos de *sobrevivientes* para propor uma estratégia jurídica em relação aos crimes cometidos pela Ditadura. A datar da reabertura, em 1983, a Argentina viveu três grandes ciclos de testemunhos dados à Justiça. O primeiro esteve relacionado à criação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep)* em 1984 e à investigação dos crimes nela denunciados com o *Juicio de las Juntas* (1985)¹⁴². O

¹⁴² Agradeço ao antropólogo Felipe Magaldi pela observação sobre a importância do *Juicio de las Juntas*, apontada na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (agosto de 2022), ocasião em que apresentei a primeira versão desta parte da tese. O *Juicio de las Juntas* foi um processo judicial penal (com audiências orais e públicas) realizado pela Justiça civil argentina em 1985. Nele, foram investigados os nove comandantes das Forças Armadas que lideraram as três primeiras *Juntas Militares* do governo ditatorial: Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Eduardo Viola, Armando Lambruschini, Omar Domingo Rubens Graffigna, Leopoldo Fortunato Galtieri, Jorge Isaac Anaya e Bastilio Lami Dozo. De 22 de abril a 14 de agosto de 1985, testemunharam 833 pessoas, entre elas *sobrevivientes*, *familiares* e agentes das forças de segurança. O processo ofereceu um lugar de escuta às vítimas e certificou a veracidade das histórias que os *familiares de desaparecidos* e os *sobrevivientes* vinham contando (Bassi, 2015; Galante, 2019). A Conadep foi uma “comissão da verdade” criada pelo presidente Raúl Alfonsín em 15 de

segundo esteve vinculado ao período de vigência das *leyes de impunidad* (1986-2003) em que, apesar da anistia aos repressores, a cena judicial não esteve ausente sendo realizados os *Juicios por la Verdad Historica* e processos judiciais no exterior do país¹⁴³. O terceiro momento foi inaugurado com a anulação das *leyes de impunidad* (2003) e a consequente retomada dos julgamentos dos crimes de lesa-humanidade. Neste momento, multiplicaram-se os processos judiciais por todo o país, convocando centenas de testemunhas (Tello, 2015, p. 94). Os testemunhos dados à Justiça funcionaram como práticas politicamente marcadas e múltiplas, mas com um sentido específico: a resistência ao silêncio oficial (Calveiro, 2006, p. 69). Testemunhar nos processos judiciais de crimes de lesa-humanidade cometidos na Ditadura significou empenhar a palavra diante da impossibilidade de narrar, de modo similar ao que se passou com os testemunhos sobre Auschwitz (Agamben, 2008). Desse modo, a prática proporcionou legitimidade pública à palavra das testemunhas e um de seus efeitos mais importantes foi introduzir a *verdade* do acontecido em termos coletivos e institucionais, fazendo com que os testemunhos sobre a Ditadura se impusessem, sendo ouvidos em cada data comemorativa, em cada instância judicial, em cada “espaço de memória” (Bassi, 2015, p. 36). Entretanto, a narrativa sobre o regime militar entrelaçada às denúncias dos crimes de lesa-humanidade construída no espaço jurídico tendeu a que *detenidos-desaparecidos*, exilados, presos e familiares fossem englobados na figura de “vítima da repressão estatal”. Se o intuito era instalar a noção de direitos humanos universais na estrutura político-institucional, a figura da “vítima da repressão” terminou por contribuir para a despolitização do discurso (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006, p. 31).

Em meados da década de 1990 diante da confissão pública de um ex-oficial sobre os *vuelos de la muerte* e do surgimento de *H.I.J.O.S.* que reivindicavam o espírito de luta dos *desaparecidos*, os movimentos de direitos humanos passaram a dissociá-los da narrativa de “vitimização”. Na celebração do vigésimo aniversário do golpe militar, em 24 de março de 1996, a *Declaración Popular* lida no ato propôs entender o presente, ou

dezembro de 1983 para investigar os crimes de lesa-humanidade cometidos entre 1976 e 1983. A Comissão – integrada por pessoas reconhecidas da sociedade civil, algumas de organizações de direitos humanos, e presidida pelo escritor Ernesto Sábato – ficou encarregada de receber denúncias sobre desaparecimento de pessoas e sequestros de crianças, remetê-las ao poder judicial e elaborar um relatório final. Em 20 de setembro de 1984 a Comissão publicou o relatório intitulado “*Nunca Más*” (Crenzel, 2008).

¹⁴³ Os *Juicios por la Verdad* começaram em 1998 na cidade de La Plata. Tinham como objetivo conhecer o destino dos *desaparecidos* sem nenhuma pretensão punitiva. Também em 1998, o pedido de prisão de Pinochet, iniciado por Baltazar Garzón invocando a jurisdição universal para o julgamento desse tipo de criminoso, desencadeou uma série de processos judiciais no exterior por cidadãos estrangeiros sequestrados na Argentina (Tello, 2015, p. 94).

melhor, os problemas sociais e econômicos vividos nos anos 1990, como consequência direta dos atos da Ditadura, introduzindo a necessidade de pensar o período além de uma iniciativa em que vigoraram crimes contra a humanidade e enfocando as questões políticas envolvidas¹⁴⁴. Em 2001, a *Asociación Memoria Abierta* convocou um grupo de especialistas em história oral liderado por Dora Schwarzstein para a construção do *Archivo Oral sobre el Terrorismo de Estado*. O projeto registrou testemunhos não apenas sobre os acontecimentos centrais ocorridos durante Ditadura, como também sobre as décadas anteriores ao *terrorismo de Estado* (Naftal; Carnovale, 2004). Desde então, as narrações em primeira pessoa ganharam novos sentidos (que entrelaçavam crimes humanitários e disputas políticas) para a compreensão da Ditadura e de seus ecos no presente.

É possível localizar as narrativas de vida produzidas por *nietos* e *nietas* na *militancia por Abuelas* ou nas *actividades de difusión* nessas chaves, entrelaçando narrativas humanitárias e políticas, mas que extrapolam delas. Os relatos de *nietas* e *nietos* expõem experiências de *apropiación*, incluindo vivências íntimas e cotidianas com militares tanto na Ditadura como nas primeiras décadas da redemocratização. Ao lado disso, fazem emergir as histórias dos pais *desaparecidos*, dão informações sobre as trajetórias dos militantes ativos nos anos 1970 e de como experimentaram o processo de *restitución*. No exercício de narrar a vida *nietos* e *nietas* para além dos espaços jurídicos e da agenda da organização, ampliam a circulação de informações a respeito das crianças desaparecidas procuradas pela associação, incidindo e interferindo diretamente na esfera pública.

Em outras palavras, as histórias da vida, narradas, encenadas e difundidas – ao lado do conhecimento do parentesco biológico, dos usos do nome de origem e dos sobrenomes de nascimento – convertem *nietas* e *nietos* em uma espécie de ponte entre passado, presente e futuro. Os pronunciamentos de corpo presente contribuem para trazer os pais *desaparecidos* de volta do mundo dos esquecidos, gerando comoção social e encorajando também pessoas anônimas (que veem e escutam) a criar suas próprias

¹⁴⁴ Em 1996, o governo de Carlos Menem (1989-1999) mantinha em seus cargos numerosos funcionários da administração provincial do regime militar. Um trecho da *Declaración Popular* diz: “A impunidade se consolidou com os decretos de indulto assinados pelo presidente Menem. Os membros das Juntas Militares, culpados de crimes atrozos contra o povo, foram libertados. Também outros genocidas com sentença definitiva ou processados. Todos eles circulam livremente entre nós. E muitos ainda estão nas instituições de onde praticaram suas ações criminosas. Essa política econômica e social não acabou. Sobrevive hoje, leva milhões de argentinos à fome e ao desemprego e, para se manter, precisa de repressão”. Disponível em: <https://www.idelcoop.org.ar/sites/www.idelcoop.org.ar/files/revista/articulos/pdf/96021401.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

interpretações. Inspirada na noção de “pessoa” (Mauss, 2003) e de “memoriais” (Carruthers, 2011), parece-me claro que a localização dos *nietos* e *nietas* e, de forma mais explícita, suas práticas de narrar a vida os constitui no que chamo de “pessoas memoriais”: ao tornarem-se conhecedores de si, de suas origens e de seus antepassados, eles não apenas produzem e relacionam memórias, mas, ao carregá-las em seus corpos, nomes, expressões e entonações, evidenciam verdades e transformam a realidade.

Diante disso, nesta terceira parte observo quatro tipos de atividades-situações que permitem difundir a causa de *Abuelas*, mas também construir, recriar e qualificar as narrativas: as que se mostram nas entrevistas a mim concedidas; aquelas veiculadas em um documentário cênico; uma fala realizada em um protesto e relatos de *nietos* que guiam visitantes em seus locais de nascimento (no caso, um antigo centro clandestino de detenção). Colocá-las lado a lado permite perceber diferentes modos de narrar, distintos usos da palavra e diversas funções e efeitos da arte de relatar a vida. Como espero mostrar, elas fazem pensar e questionar; aprender e ensinar; evidenciar e comprovar; mobilizar e agir.

Diferenças à parte, a prática dos *nietos* e *nietas* de falar sobre suas vidas e sobre o mundo mobiliza não apenas um conjunto de indivíduos, mas a coletividade mais ampla. Por meio da palavra, são articulados imagens, experiências, nomes, datas e lugares relacionados ao período ditatorial. Todos estes elementos passam a compor uma gramática comum, proporcionando a eles e à sociedade medir, cogitar e criar interpretações; no limite, todos participamos da produção das narrativas. Nos capítulos que se seguem, trata-se de examinar as narrativas dos *nietos restituídos* – as operações da língua, dos termos, das metáforas, dos temas, tropos, essencialismos e lugares-comuns – para públicos diferentes e em espaços diversos, indagando o contexto em que os relatos são produzidos, bem como, as respostas dadas a eles.

Capítulo 5

A arte de *charlar* em entrevistas

Gabriel Eduardo Corvalán Delgado foi a primeira pessoa que me falou das *charlas* – que poderiam ser traduzidas ao português como palestras ou falas em congressos, eventos comemorativos, escolas, universidades, sindicatos etc. Como filho de *desaparecidos* que procura um irmão ou irmã provavelmente nascido durante o cativeiro de sua mãe, Gabriel estava ativo na *militancia por Abuelas*, dando *charlas* em escolas e universidades na época em que estive na Argentina, não como um *nieto restituído*, mas como um *hermano*. Quando nos encontramos no Museu Evita, no bairro Recoleta da cidade de Buenos Aires no dia 16 de outubro de 2017, Gabriel me disse que a partir de 2009 passou a atender os pedidos enviados a um grupo de e-mail interno de *Abuelas* para conceder *charlas*. As *charlas*, ele me disse, são uma maneira de difundir a causa e fortalecer a procura pelos *nietos* ainda não localizados. Um tipo particular de prática que permite conversar com uma audiência e difundir a procura pelo seu irmão ou irmã e, eventualmente, receber informações sobre o paradeiro de sua mãe. Sobretudo, a prática permite pensar e investigar “essa parte de sua vida”, reconstruir espontaneamente as histórias de vida de seus pais e dele mesmo entrelaçando-as à história do passado ditatorial e à procura de *Abuelas*.

Durante a pesquisa, fui convidada a poucas *charlas*, uma delas foi a de Guillermo em Ituzaingó descrita páginas acima. Em contrapartida, os *nietos* e *nietas* se dispuseram a *charlar* comigo por longos períodos na ocasião de entrevistas. Em outubro de 2017, me aproximei de Guillermo Amarilla após assistir ao seu depoimento no tribunal, me apresentei e lhe perguntei se ele daria alguma *charla* em alguma escola em outubro. Ele me respondeu: “Por agora não tenho nenhuma marcada, mas você quer me entrevistar? Já sei quem você é, sei que não é alguém que vai só publicar uma matéria sobre mim em um jornal”. Em outra ocasião, ele disse que me levar a *charlas* em escolas poderia ser complicado por conta das regras internas de acesso ao público às escolas. Outros *nietos* e familiares de *desaparecidos* também sugeriram a entrevista como forma de *charlar* com eles e conhecer as suas histórias, por exemplo, Jorge e a tia de Claudia.

Percebi que dar entrevistas, ao lado das *charlas*, era mais uma das práticas de *difusión*. Conceder entrevistas a pesquisadores era uma prática comum, também uma

maneira de *charlar* (quer dizer, conversar) porém, de modo diferente das *charlas*. Aquela frase de Guillermo me fez compreender que *charlar* com uma pesquisadora que participava das audiências nos tribunais pressupunha produzir uma relação e uma narrativa diferentes daquelas que se dão, em geral, com jornalistas. As entrevistas que realizamos, de fato, criaram um lugar de reconhecimento e acolhimento (tanto para eles como para mim enquanto forasteira) e abriram um espaço de comunicação e partilha que considerou a existência do entrevistado e da entrevistadora. Foi assim que comecei a *charlar* com *nietos* e *nietas*.

Acredito que a minha condição de estrangeira e de antropóloga produziu entrevistas que misturaram de traços de palestra, de aula de história argentina, de análise sobre a *militancia* e de conversa íntima. Ao longo das nossas conversas, suas vidas e fazeres foram sendo apresentados, refletidos, discutidos, também em função da minha participação, que se alterava: ora eu fazia as perguntas, ora eram eles que me faziam perguntas. *Charlando* comigo na ocasião da entrevista, eles associaram lembranças pessoais, dados históricos e interpretações mais amplas, inclusive sobre o próprio ato de dar *charlas* e sobre o ato de produzir materiais para a *difusión*. Não demorei a perceber: a arte de *charlar* (conversar) com uma pesquisadora brasileira possibilitou um experimento meditativo tendo como efeito a reflexão para, como me disse uma *nietas*, “encontrar outros pontos de vista”. É sobre este efeito que me debruço neste capítulo.

Cada história tem suas especificidades, adverte Juan Cabandié Alfonsín no prólogo de uma coletânea de histórias de *nietos* e *nietas* *restituidos*: “existem tantas histórias como *nietos* que recuperaram a *identidad*” (Cabandié, 2016, p. 9). Do mesmo modo, cada entrevista tem suas particularidades; cada uma delas se constituiu no ritmo da interação entre a pesquisadora e a/o entrevistada/o, produzindo questões, interpretações e ideias específicas a partir de acontecimentos comuns: a *apropiación* e a *restitución*. Para marcar as individualidades dos relatos, os segmentos deste capítulo estão divididos de acordo com as entrevistas que fiz com cada *nieto* e *nietas*, buscando cotejá-las.

Foram entrevistados onze *nietos* *restituidos*, sendo que com um deles fiz duas entrevistas com um intervalo de um ano entre uma e outra. Para efeitos da análise que proponho neste capítulo, selecionei entrevistas com quatro *nietos* *restituidos* as quais deixam ver com mais nitidez os atributos reflexivos da arte de *charlar* com a pesquisadora brasileira. São elas: com Claudia Poblete em 24 de outubro de 2017, com Guillermo Amarilla em 27 de outubro de 2017, com Jorge Castro uma em 1º de novembro de 2017

e outra em 3 de dezembro de 2018 e com Gustavo Godoy em 16 de novembro de 2018. Mais do que comparar os modos como cada um narra, a proposta é sublinhar as especificidades de relatos construídos com base nos interesses desta pesquisa. Diante disso, para analisar as conversas que realizamos, sigo o alerta de Suely Kofes de estar atenta ao fato de que se trata: “de relatos motivados pelo pesquisador implicado [por] sua presença como ouvinte e interlocutor [...] e daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia” (1994, p. 118). Desse modo, as entrevistas são analisadas a partir da interação entre determinados *nietos* e *nietas* e a pesquisadora antropóloga brasileira.

A cronologia dos fatos

Por volta das 9h00 da manhã do dia 24 de outubro de 2017, Claudia chegou à cafeteria em frente à estação de metrô De Los Incas-Parque Chas, na zona norte da cidade de Buenos Aires. Era a primeira vez que nos encontrávamos pessoalmente graças à mediação de sua tia paterna, Patricia Roa que conheci, dois dias antes, no tribunal em uma audiência sobre o caso de *apropiación* de bebês no *Hospital Militar Campo de Mayo*. Patricia me passou o número do telefone de Claudia e eu convidei-a para uma conversa. Quando Claudia se sentou à mesa da cafeteria, então com 39 anos, pedimos o tradicional café da manhã portenho, um *café con medialunas*, falamos dos intuitos de pesquisa e ela começou a me contar a sua história.

Aline: Em geral, como você começa a sua contar a sua história?

Claudia: Para começar de algum lugar, eu nasci em março de 1978, minha mãe era argentina, meu pai era chileno. Eles moravam no bairro Florida, aqui em Vicente López. Meu pai sofreu um acidente com 13, 14 anos e perdeu as pernas, então, ele veio para a Argentina fazer um tratamento. Na época de Perón havia facilidades para conseguir pernas ortopédicas. Para o meu pai, a militância política vem de berço. No Chile, ele já tinha essa inclinação desde criança. Começou na escola para filhos de operários; ele arrecadava alimentos para as crianças que moravam no bairro onde morava. Acho que militava desde criança. Então, chegando aqui ele continuou agindo da mesma forma, se organizando com os companheiros no centro de reabilitação. Esse centro fica no bairro Belgrano. Ele e outros deficientes organizaram o que eles chamaram de *Frente de Lisiados Peronistas*. Minha mãe tinha uma amiga que era cega. Através dessa garota, ela conheceu os garotos da Frente, aí ela conheceu o meu pai. Primeiro conheceu ao homem que terminou sendo o pai das minhas primas, que depois se casou com a

Patricia, que você conheceu. Era um rapaz cego que foi namorado da minha mãe, [eles eram] crianças! Tinham 15, 16 anos. Ou seja, esse é o panorama. Depois ela conheceu o meu pai e, bom, aí começa a minha história.

Eles se conheceram, meu pai já militava, com a *Frente de Lisiados Peronistas*, conseguiu fazer uma lei de cotas que exige que as empresas reservem vagas para deficientes no quadro de empregados. E minha mãe passou a fazer parte de tudo isso. Depois, quando começou a Ditadura aqui, minha mãe saiu de casa para ir morar com ele. Não bem no início, mas quando começaram a fazer o pente fino, quando começam a perseguir. A *Frente de Lisiados* termina sendo incorporada à [organização] Montoneros.

Bom, minha mãe saiu de casa em 1976, com 18 anos e em 1978 eu nasci. Março de 1978. E eu fiquei com eles até novembro. Em novembro de 78, companheiros da Frente começaram a cair. Sequestraram o meu pai no dia 11 e no mesmo dia, sequestraram a minha mãe comigo em Guernica, onde nós morávamos.

O relato que Claudia construiu comigo acompanha uma cronologia dos acontecimentos vividos desde antes do seu nascimento; o início da história de si, como nas narrativas da maioria das *nietas* e *nietos restituidos*, aborda a história dos pais: como se conheceram, como entraram na militância e como foram sequestrados. Claudia deixa evidente que esse encontro é a base de sua existência e vai permitir a compreensão do devir, vale recuperar: “Depois ela conheceu o meu pai e, bom, aí começa a minha história”. O que se segue em seu relato na entrevista é uma sequência de episódios: a separação forçada entre pais e filhos, entre netos e avós e as agruras da repressão política vivida nos anos de 1970; em seguida, a descrição dos modos como fora parar na casa do casal *apropiador* e de como era a sua vida quando lá morava, quando ainda nada sabia a respeito de sua origem.

Embora Claudia acolhesse as minhas dúvidas durante nossa conversa, percebi que ela as respondia rapidamente e logo redirecionava o relato ao fio cronológico dos acontecimentos. Por isso, optei por incluir minhas perguntas a partir do que ela dizia. Eventualmente, a sequência dos fatos era interrompida por reflexões e lembranças que deixavam ver pontos de vistas. Nesses momentos, eu fazia uma pergunta; por exemplo, quando Claudia falava do momento em que ela e a mãe foram tiradas de casa pelos militares:

C: Há pouco tempo voltei à casa onde morava com eles, quer dizer, em dezessete anos eu nunca tinha voltado lá.

A: Quando você voltou?

C: Há três semanas, me animei a ir. Fizeram um *acto* em uma praça lá perto, para colocar uma *aldosa*. Você sabe que aqui colocam

baldozas? [Com um gesto, eu disse que sim]. Certo, eu fui ao *acto* e pedi para meus tios me levarem lá. Eu morava com eles a três quadras de distância dessa praça e não tinha coragem de voltar. A verdade é que foi animador, digamos. Eu sabia que ia ser, fui com a minha filha.

A: Como assim, animador?

C: Emocionante. Para além do histórico, voltar à porta do último lugar que eu estive com eles, para mim é especial. Eu nasci no Hospital de Clínicas que fica aqui [na avenida] Córdoba, quando passo pela calçada, lembro-me de que por aqui caminhei com a minha mãe. Para alguém que não tem coisas, um objeto pessoal que me ajude a lembrar deles, um lugar é um registro. Nas pegadas, nas coisas, às vezes eu tenho essa sensação.

Enfim, me tiram daí com a minha mãe e nos levam, os três [pai, mãe e filha] ao *El Olimpo*, um centro clandestino aqui na capital, [no bairro] Floresta. Era um galpão policial onde faziam a revisão técnica de veículos. Eu estive lá com eles durante quatro ou cinco dias, ou seja, de acordo com o que foi possível reconstruir de acordo com os testemunhos de outros presos que estavam lá.

A minha pergunta sobre o significado de “animador” conduziu à reflexão sobre a função de lugares específicos para as pessoas *apropiadas* e sobre as sensações que os lugares pelos quais passou com os pais, despertam. A partir dessas lembranças ativadas pela pergunta, ela percebeu e mostrou como esses lugares reconstituem o parentesco e ajudam a ter os pais presentes, quase materialmente, quando não há corpos, túmulos ou objetos pessoais. Desse modo, os lugares pelos quais percorreram juntos manifestam a presença da ausência tão necessária para trazê-los à memória, recriar o laço e dar-lhes existência. As calçadas pelas quais caminharam e a casa onde viveram fazem Cláudia voltar às origens e mover-se ao mesmo tempo por dois planos contrastados (o mundo em que os pais existem e o mundo em que eles não estão mais) unindo-os.

Mas, para a pesquisa, era necessário fazer perguntas que às vezes escapavam ao seu relato, que parecia conhecer ritmo próprio. Então, quando eu imaginava que não prejudicaria o fluxo narrativo, fazia uma intervenção. Por exemplo, uma das questões que terminou se mostrando importante para a pesquisa diz respeito ao processo de perceber-se filha de pessoas que os *apropriadores* (considerados pais) descrevem como *subversivos*, e as organizações de direitos humanos em geral chamam de *desparecidos*, vítimas de crimes de lesa-humanidade. Assim, quando o relato menciona o momento do recebimento da notícia de que ela não era filha do casal Landa, mas de Pepe e Trudi, então, perguntei:

Como foi essa mudança? Você disse que estudou em um colégio de freiras, que para você as *madres* eram loucas e que seus filhos eram *subversivos*. Como foi saber que você é filha daqueles que você considerava *subversivos*? Como foi depois dizer que é filha de

desaparecidos? Quer dizer, você se autodenomina filha de *desaparecidos?*

Ela, então, respondeu:

Claro. Sim, eu digo. Não sei como explicar. Digo para que me entendam, porque é como uma marca. Quando eu conto a minha história, quando tenho que contar para alguém que conheço há pouco tempo, que não conhece a história, eu digo que sou “filha de *desaparecidos*”. Mas eu não sinto que sou a “filha de *desaparecidos*”, eu sou filha de Pepe e Trudi, duas pessoas. Além disso, *desaparecido* é uma palavra inventada pelo inimigo para defini-los, que depois tomou outro significado dentro do campo dos direitos humanos. Mas no princípio, era tudo o que eles [os militares] queriam que fossem: são *desaparecidos*, não são nada, não estão mortos nem estão vivos [em referência à fala de Videla]¹⁴⁵. Eu uso a palavra para me situar, mas não gosto dela. Uma vez, minha filha Guadalupe que tem nove anos e que sabe a história toda, me ouviu dizer “eu sou filha de *desaparecidos*” e ela me disse: “mas eles estão desaparecidos?”. Ou seja, eu nunca disse a ela nesses termos, nunca os defini desse modo. Então expliquei: “eles são chamados assim porque estão desaparecidos, porque nunca mais vimos os seus corpos, porque não sabemos o que aconteceu com eles. Isso é uma forma de explicar o que aconteceu”. Aí me dei conta de que nunca os havia chamado de *desaparecidos*, eu digo “seus avós”, “Trudi”, “meu pai”. Nesse sentido, eu também estive desaparecida. Essa intenção de apagar os rastros de uma pessoa é muito forte para mim.

Eu já meio que me perdi, mas continuando, no início tive que *hacer el recorrido*, voltar à história, à minha e à do país, desde outro ponto de vista. Porque, claramente, eu não sabia nada.

A pergunta instigou-nos a pensar sobre o termo *desaparecidos*. A fala de Claudia confirmou o que Gabriel Corvalán me disse alguns dias antes: na vida doméstica cotidiana, *nietos* e *nietas* não se referem aos pais com os mesmos termos usados em *actos*, protestos e manifestações públicas, ou seja, como *desaparecidos* ou *compañeros*¹⁴⁶. Nesses ambientes, eles são incluídos na família, pensados e concebidos verbalmente como parentes com características específicas, que ocupam posições singulares na

¹⁴⁵ Uma das primeiras aparições oficiais do termo *desaparecidos*, usado para designar os jovens sequestrados pelo Estado ditatorial, se deu através da voz do ditador Jorge Rafael Videla, em 1979. Diante da pergunta feita por um jornalista a respeito do problema dos desaparecimentos e dos presos sem processo, Videla disse: “[...] enquanto o desaparecido estiver como tal, é uma incógnita, enquanto estiver desaparecido não pode ter tratamento especial, não tem entidade, não está morto nem vivo, está desaparecido”. Com essa fala, Videla forjou um sentido de inexistência das pessoas sequestradas pelo Estado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ASMPYg0YueU>. Acesso em: 17 nov. 2021.

¹⁴⁶ Como veremos adiante no discurso de Victoria Montenegro em *El Campito*, a forma de denominar os pais se modifica nas diferentes ocasiões e públicos. Enquanto Claudia me mostrou que na vida doméstica eles são chamados pelos seus nomes próprios ou por termos que indicam relações de parentesco, o discurso de Victoria expõe a possibilidade de considerá-los *compañeros* de militância.

genealogia familiar, são chamados pelos nomes próprios, como pai, mãe; e pelos filhos e filhas dos *nietos* e *nietas* (como Guadalupe), por avó ou avô. Deixam de estar relegados ao esquecimento, como queriam os militares, para estarem presentes no cotidiano da família de Claudia e para perdurarem no futuro por meio dos sobrenomes e das lembranças de Guadalupe.

Em outro momento do relato, quando ela me contava sobre o episódio em que recebeu a intimação para comparecer ao tribunal e sobre a reação dos *apropiadores*, lembrei que, no caso de Victoria Montenegro, o *apropiador* foi diretamente responsável pelo assassinato dos seus pais. Então interrompi seu relato para perguntar se ela sabia se os seus *apropiadores* conheceram os seus pais.

A: eles conheceram os teus pais?

C: Eles me disseram que não. Até as últimas vezes que conversei com ele [o *apropiador*] sobre o assunto, ele reafirmou que não sabia quem eu era. Eu não acredito nisso. Eu acho que ele sabia quem eu era porque quando ele viu esse papel [a intimação dizendo que ela poderia pertencer à família Poblete], ele falou comigo, não fugiu, não me mandou viajar. Ele poderia ter feito isso. Nessa época eu queria ir para a Inglaterra estudar, eu gosto muito de inglês e de literatura. Ele poderia ter dito: “vá”. Ele poderia ter pagado [a viagem], me mandado para longe [como fez nas outras ocasiões, na década de 1980, em que ele próprio recebera as denúncias]. Mas ele não fez isso, mas disse que o juiz me intimou, que é tudo mentira, que fazem isso por perseguição porque somos militares. Mas que eu tinha que ir, então eu fui ao juizado. Lá, me disseram que existia uma dúvida sobre a minha filiação e que eu precisava fazer um exame de DNA no *Banco de Datos Genéticos*. Eu disse que não queria, mas ele [o juiz] me disse que não poderia negar. Aí houve uma artimanha. Nessa época, [o juiz] não podia me obrigar a fazer o exame, mas tudo bem. Eu era o objeto da prova, a única maneira de provar. Eu, meio desconfiada, penso que não vai acontecer nada, fui e fiz o exame.

Nessa passagem, duas considerações merecem destaque. Uma foi instigada pela minha pergunta, cuja resposta de Claudia deixa ver que conhecer quem eram os seus pais implicava saber quem era ela própria: “ele reafirmou que não sabia quem eu era”, disse-me. A outra, efetuada por Claudia: lembrar, em 2017, do momento em que recebeu a ordem para fazer o exame – ocasião em que ela conhecia os procedimentos burocráticos e as leis dos processos de *restitución* – a fez se dar conta que, em 2000, o juiz não poderia tê-la obrigado a fazer o exame. Provavelmente, ele tenha sido tão contundente na afirmação que ela entendeu como uma determinação judicial, pois, como vimos no

primeiro capítulo, a obrigatoriedade legal da realização do exame passou a vigorar em 2009 com a *Ley de ADN* (Lei N.º 26.549).

Quando já estávamos finalizando a conversa e falávamos sobre a experiência de conversar com pesquisadores, ela mencionou como as perguntas feitas impelem a produção de novas perspectivas, o que já havia acontecido outras vezes. Segundo disse, “contar a história serve para encontrar outro ponto de vista ou se dar conta de outras coisas”, tal como quando ela compartilhava lembranças da sua infância com outro antropólogo:

Quando eu conto coisas de menina, lembro coisas da infância que eu tinha me esquecido. Contando a outro rapaz, um antropólogo da Alemanha, me lembrei de um momento em que eu era pequena, muito pequena. E Landa [o *apropiador*] me perguntou: “você quer ter um irmão?”. E eu lhe disse que não. Depois eu fiquei pensando, e se eu tivesse dito que sim, o que ele teria feito? Porque eles não podiam ter filhos obviamente. De súbito, pensei: “o que ele queria, raptar outra criança?”. Coisas que eu não tinha pensado em anos.

Charlar na ocasião de entrevistas com pesquisadores pode ser entendido como uma oportunidade para, a partir dos interesses e reações do interlocutor, dar sentido a experiências que não haviam sido elaboradas, ou para observá-las através de outro ponto de vista. Algo parecido ocorreu na conversa que tive com Jorge Castro Rubel em novembro de 2017. Ele me disse:

Bom, eu soube, há três anos, onde nasci, quem foram os meus pais. Eu tinha 37 anos. Eu nasci na *Escuela Mecánica de la Armada*, no fim de junho ou início de julho de 1977. Falando isso para você agora, percebo que até três anos atrás eu pensava ter nascido em outra província da Argentina, na província de Corrientes e que era filho de outras pessoas.

Assim, ao relatar a vida nessas conversas que tivemos, *nietas* e *nietos* não reproduziram um discurso da agenda institucional ou repetiram um roteiro previamente preparado. A prática de *charlar* na ocasião das entrevistas com pesquisadores pode ser aproximada do “ato de testemunhar”, uma maneira de tornar violências visíveis, acomodar lembranças e de voltar a elas a partir de outra perspectiva e de outro interlocutor, uma forma de habitar o mundo e ressignificar o vivido (Das, 2020). Entendo, assim, que a prática de conversar em entrevistas constitui um lugar de busca constante em que se constrói uma relação que torna possível dizer e escutar, um lugar como Cynthia Sarti, inspirada em Veena Das, chamou de “recantos inesperados e imprevisíveis da

memória” (2022, p. 118). Cada vez que se conta, novas percepções e entendimentos emergem.

Como pudemos ver, o relato de Claudia se construiu a partir de uma cronologia dos acontecimentos vividos e, quando da suspensão do fluxo narrativo pelas perguntas, reflexões sobre os eventos se interpuseram conferindo nova inteligibilidade à história de sua vida. Se o relato de Claudia – como o de alguns outros – segue um padrão cronológico, as *charlas* com outros *nietos*, se deram de outros modos, animadas por outras perguntas e produzindo outras formas de narrar. A conversa com Guillermo Amarilla, que veremos a seguir, além de elaborar reflexões sobre si, foi produzida a partir dos acontecimentos nacionais (principalmente relacionados à política). Desse modo, seu relato relacionou a história de vida e a história dos pais entrelaçada à militância peronista.

Ensinando história a uma estrangeira

Na conversa com o *nieto* Guillermo Amarilla Molfino, perguntas sobre experiências políticas da infância e da adolescência conduziram a narrativa a assuntos intrinsecamente conectados à história política da Argentina. Retomo aqui a entrevista realizada com ele, já trabalhada nos capítulos 2 e 4, para pensar o desenvolvimento de uma história de vida em que se entrelaçam mais de perto reflexões de si e histórias de movimentos políticos.

Nascido em 1980, Guillermo é o *nieto restituído* mais jovem dos que conversei. A nossa proximidade etária deve ter sido responsável pela conversa mais descontraída que tivemos logo no primeiro contato. Além disso, com o passar do tempo, nos tornamos grandes amigos. O fato de eu ser uma estrangeira curiosa, com conhecimentos ainda preliminares dos contextos argentinos, de aparência mais jovem do que a imaginada e com um nervosismo evidente pela minha voz e pelas minhas mãos trêmulas, tudo isso, provavelmente, fez com que ele começasse nossa conversa de modo solto e, ao longo dela, me recomendasse fontes e me contasse a sua história misturando-a com explicações sobre movimentos e disputas políticas, sobre instituições militares e filmes, assuntos que ele encadeava com uma habilidade admirável.

Começamos, então, falando sobre temas aleatórios (sobre os idiomas espanhol e português, sobre viagens a regiões do interior da Argentina etc.), recurso que fez me sentir

mais entrosada e à vontade para entrar no assunto propriamente dito. Até que perguntei: “como era a sua vida antes de saber ser filho de Marcela e Guillermo Amarilla? O que você gostava de fazer?”. Ele, então, me respondeu:

Seria como fazer um resumo do que foi a minha vida? Foram 29 anos, eu tinha 29 anos quando descobri que eu era Amarilla. Minha vida ia variando, não sou muito quieto. Levava uma vida construída alegremente. O que me sustentava era a música e o teatro. Vivia numa busca que também tinha a ver com a busca pela minha identidade, depois com o tempo... agora, falando aqui contigo, percebo: tanta busca significa justamente encontrar a própria vida, quer dizer, encontrar a própria identidade, o próprio nome, a própria história. A infância foi muito louca, louca porque era... sabe o grotesco? Que você não sabe se é triste ou feliz? É como uma zebra. A zebra é branca e preta, né? Não dá para saber se ela é branca com preto ou preta com branco. Bom, era mais ou menos parecido. Porque quando eu atravessava porta adentro da casa (você deve ter ouvido algo sobre isso na audiência)¹⁴⁷, o cotidiano era muito complicado. Às vezes tinha suas luzes, suas cores, suas coisas lindas. Assim era a vida porta adentro, bastante difícil. E a vida do lado de fora, aí era outra história, eu era muito feliz. Era um bairro com muitas crianças. Eu brincava na rua. Aproveitei os estudos, o colégio. Em relação às faculdades, também existiu uma busca. Além do teatro e da música, fui das letras à licenciatura em artes e depois fiz psicologia e estive muito perto de cursar antropologia. Então minha vida era isso, pura busca, mas muito divertida.

O relato do Guillermo – mais intervalado, cortado, se comparado ao da Claudia – servia-se, fartamente de imagens e alusões. Ele me perguntou se eu conhecia animais, lugares, conceitos, filmes, leis e símbolos para me explicar o que sentia e o que viveu, bem como a história política argentina. Em dado momento, quando falávamos sobre a sua adolescência, perguntei: “foi nessa época que você começou a ter dúvidas sobre a sua origem?”. Para responder à pergunta, ele descreveu como a conjuntura social e política eram retratadas para ele e como, tempo depois, ele comparou lembranças do que lhe fora dito a informações que ele próprio fora obtendo. Tudo explicado com cuidado, de modo a esclarecer dúvidas que ele atribuía à minha condição de estrangeira.

[...] na adolescência eu tive mais liberdade para aceder a informações. Porque quando ele [o *apropiador*] estava vivo [o *apropiador* morreu quando Guillermo tinha 14 anos], a informação dentro de casa era manipulada de maneira bastante turva. Por exemplo, se eu visse na rua uma inscrição na parede que dizia “Viva Perón”... A inscrição do

¹⁴⁷ Como dito no capítulo 2, conheci Guillermo em outubro de 2017, nos tribunais de Comodoro Py, na audiência do processo que investigava o sequestro de onze gestantes e a *apropiación* de seus bebês no *Hospital Militar de Campo de Mayo*, ocasião em que ele deu seu depoimento.

peronismo é histórica aqui, você a conhece? Tem a [letra] P no meio da [letra] V”.

Eu balancei a cabeça para dizer que não a conhecia. De modo a tornar a inscrição visível para mim, ele a desenhou com o dedo na mesa e me perguntou: “viu como é?”. Respondi que sim e ele continuou:

Então, outras portas se abriram, porque quando eu perguntava a ele, na adolescência, “o que é isso?”, ele dizia “nada, é uma pintura que faziam os assassinos, os terroristas”. Assim era a minha vida, me diziam que os peronistas eram assassinos, terroristas. Meus pais, antes de serem desaparecidos, eram peronistas.



Figura 11 – “La PV”

Fonte: Página do *Twitter* do restaurante peronista “*El Santa Evita*” Disponível em: <https://twitter.com/elsantaevita/status/1485952117709975554>. Acesso em: 20 out. 2022.

A pintura na parede funcionaria como um acesso ou porta de entrada, suscitando em Guillermo o interesse pelo próprio peronismo¹⁴⁸.

A: Na adolescência, você sabia que houve uma Ditadura e que pessoas desapareciam por motivos políticos?

G: Não, do desaparecimento, não. Eu também não sabia que tinha sido uma Ditadura, me apresentavam como Processo [Processo de Reorganização Nacional] em que se combateu o terrorismo, fizeram um bem para a Argentina, do contrário, estaríamos como Cuba, se o

¹⁴⁸ No final da segunda presidência de Juan Domingo Perón (1952-1955), o conflito entre Perón e a Igreja Católica emergiu com força devido a políticas de seu governo que colidiam com valores católicos, por exemplo a extinção do ensino religioso nas escolas públicas. Desse modo, as manifestações de oposição a Perón passaram a marcar os muros com o ícone da imagem “*Cristo vence*”, a letra V com uma cruz no meio. Como as paredes estavam cheias de cruzes com a letra V, a resistência peronista saiu às ruas e começou a converter a cruz na letra P. A imagem, então, passou a significar, àquela época, “*Perón Vuelve*” e, depois do seu retorno em 1973, “*Viva Perón*” (Duzdevich, 2007).

comunismo tivesse ganhado. O problema era o comunismo, não falavam sobre o peronismo. De fato, os peronistas que estavam desaparecidos eram comunistas, não eram peronistas. Mas isso é outra história, a história do peronismo é bastante complexa.

A: Eu não sei se entendo muito bem.

G: Claro. Começa pelo fato de que não é um partido que se inicia em um papel. O peronismo nasce nas ruas, ou seja, aí tem seus matizes diversos. Não nasceu de um documento, por isso dizem que o peronismo não é um partido, é um movimento. Não fico sabendo de nada disso. Eles me ensinavam outra realidade. Então, quando ele morreu e eu entrei na adolescência, comecei a sondar algumas coisas e então começou a chegar essa informação, de que existiam os desaparecidos. Minha pergunta começava “tchê, no fim das contas não eram tão terroristas, pensando bem, eles lutavam por outra coisa. Depois, até virar o jogo, “não, terrorista era ele”, demorou muito tempo.

A: E como se deu essa virada?

G: Eu acho que não foi um momento especial, mas foi ao longo do tempo, não sei precisamente quando foi. Acho que foi no último ano do segundo grau, aos 16, 17 anos comecei a ver as coisas com outros olhos. Eu me lembro dele lendo uma crítica sobre [o filme] *La Noche de los Lápicos*. Então eu entendi que sendo ele do Serviço de Inteligência, certamente se empenhava em conhecer o seu inimigo. Ele sempre se esforçou para que eu visse o outro lugar como de terror, e o lugar que ele ocupava como de salvador da pátria. Então, passou um tempo e eu tive um professor que nos passava filmes, livros e isso foi muito importante. Se você se interessar, um filme que explica muito bem o que foi a Ditadura, um filme muito bom é *No Habrá Más Penas ni Olvido*. Esse é um filme que vi umas quatro ou cinco vezes. Esse filme explica muito bem a história, não a história, mas o que aconteceu nas ruas, o que foi essa cultura anterior à Ditadura.

O filme *La Noche de los Lápicos* (1986), dirigido por Héctor Ruiz Nuñez e baseado no livro homônimo de Ruiz Nuñez e María Seoane (1986), registra o evento, conhecido com o mesmo nome, em que estudantes secundaristas foram sequestrados, torturados e assassinados pela polícia da província de Buenos Aires, na cidade de La Plata, supostamente por reivindicar passe estudantil. A ordem de captura partiu do *Batallón 601*, onde trabalhava o *apropiador* de Guillermo. O filme mostra as assembleias e protestos estudantis, os ataques surpresa da polícia às casas dos estudantes, as condições da clausura (assédios, estupro, insalubridade, tortura, fuzilamento) em paralelo com as circunstâncias das famílias dos jovens bem como de seus algozes. Se ambos (livro e filme) estrearam em 1986, três anos depois do fim da Ditadura, entendi que os “inimigos do *apropiador*” dos quais Guillermo falava, eram aqueles que narravam a Ditadura denunciando as atrocidades, como violência da polícia e violações dos direitos humanos, por meio de diversos meios, por exemplo, o cinema.

Já o filme *No Habrá Más Penas ni Olvido* é anterior, de 1983. Trata-se de um longa-metragem também dirigido por Héctor Olivera, baseado, mais uma vez, em um romance homônimo, mas este de Osvaldo Soriano (1978). A história se passa em uma cidade argentina provinciana fictícia no outono de 1974, poucos meses antes da morte de Juan Domingo Perón (1º de julho de 1974). No início, parece se tratar de uma comédia que narra o cotidiano de uma delegacia, no interior da Argentina, cujo único transtorno era a presença de um bêbado que incomodava os cidadãos. A relativa calma do ambiente termina com a chegada de uma ordem superior para afastar o delegado municipal do cargo sob acusação de ser ele um espião comunista. O delegado se nega a deixar o posto e personagens (então aliados de um mesmo partido) vão se envolvendo em uma sequência de episódios sangrentos e um confronto armado – com metralhadoras, tanques, tiroteios, sequestros e fuzilamentos – tem início. Com o filme, uma metáfora do que aconteceu na Argentina durante a Ditadura, foi possível compreender como disputas políticas superiores transformaram a vida de cidadãos pacatos e até então aliados, tornando-os inimigos ao ponto de iniciarem uma luta armada.

A *charla* que tive com Guillermo era uma tentativa de localizar e integrar uma forasteira, simultaneamente, na história de sua vida e na história nacional. As perguntas que fiz a ele, em geral, eram sobre experiências individuais; as respostas, por sua vez, foram construídas a partir de experiências coletivas. Quer dizer, o que era dito sobre si era imediatamente situado no contexto nacional, o qual era sempre explicado, tornando a nossa *charla* muito próxima de uma prática instrutiva e política.

Embora eu tentasse não interromper o relato, algumas vezes uma informação encaixada na sua fala me chamava a atenção também em função da pesquisa, e o receio de perder a oportunidade me fazia interferir. Esse tipo de corte teve efeitos aproximados como na conversa com Cláudia: afetou a ordem da narração dos acontecimentos pretendida por Guillermo. Mas se as perguntas feitas à Cláudia incluíam temas em nosso diálogo, na conversa com Guillermo, elas invertiam a ordem narrativa. Uma referência a isso pode ser percebida na ocasião em que ele falava sobre a ligação recebida da *Conadi*, quando começaria a me contar sobre a notícia de que o seu sangue indicava compatibilidade genética com um dos grupos de familiares de *desaparecidos* do *Banco*; neste momento, fez um breve parêntesis no relato para dizer que o seu nome era Martín e eu não pude deixar de perguntar sobre a mudança de nome.

G: Então me ligaram da *Conadi*. Naquela época eu era Martín. Eu mudei o meu nome.

A: Uma pergunta, no teu documento de identidade está Guillermo Martín ou Martín Guillermo?

G: Está Martín Guillermo.

A: Mas você se apresenta como Guillermo, é isso?

G: Eu sou Guillermo, claro. O DNI é outra história. Te conto quando chegar essa parte.

A: Ah, não importa que o relato não seja ordenado.

G: Está bem, então te conto do DNI.

Ele me explicou como tomou a decisão de mudar o nome e como foi o processo burocrático. E, concluiu: “então mudei o nome para o nome que tinha o meu pai. [...] Bom, a notícia. Volto à parte onde eu estava antes de falar sobre o documento”. De modo similar ao que aconteceu na conversa com Claudia, percebi que, embora admitidas, interrupções que gerassem alterações na ordem dos acontecimentos não eram frequentes; os relatos pareciam pretender seguir um fluxo narrativo semelhante à narrativa testemunhal. Mas se a *charla* de Claudia se desenrolou na forma de um relato cronológico centrado em sua própria experiência, a de Guillermo se mostrou mais próxima de um estilo ao mesmo tempo solto e explicativo, que me apresentava e ensinava as formas como o mundo da militância dos peronistas dos anos 1970 e da repressão foram interpretadas na Argentina na década de 1980 e 1990 (quando ele era criança e adolescente) e como o ponto de vista sobre a Ditadura foi se modificando por meio de um trabalho de base, como o daquele professor que lhe indicava filmes.

A militância e o dever da palavra

Em novembro de 2018, fui à Córdoba para realizar entrevistas com *nietos restituidos* cordobeses. Um deles foi Gustavo Godoy Ferreyra, *nieto restituído* em 2003.

Encontrei Gustavo na filial cordobesa de *Abuelas* no dia 16 de novembro de 2018. Antes de começarmos a entrevista propriamente dita, disse a ele que estava curiosa para saber como eram as atividades de militância dos *nietos* e *nietas*, principalmente as palestras dadas nas escolas. E perguntei como ele gostaria de começar a sua história – “começo perguntando sobre a sua história, como você gostaria de começar?”. Ao contrário de Claudia e Guillermo que começaram a me contar diretamente suas histórias

de vida, ele iniciou falando sobre sua militância em *Abuelas* (as *charlas*) e a militância política.

Eu militei em *Abuelas* há algum tempo. Através da militância, nós vamos contando nossa história para que, em certa medida, as pessoas vejam, em carne e osso, que isso aconteceu e que é um problema que devemos resolver. Um *nieto* que falta é um pedaço de história que falta na Argentina. Esse trabalho ajuda um pouco a liberar todas as tensões, os medos que a gente carrega, mas ao mesmo tempo, é uma exposição. Eu tinha decidido me retirar desse trabalho de contar a minha história, eu estive contando por muito tempo. [...] Estive por oito ou nove anos. Eu militei durante todo esse tempo e senti que me expus muito.

[...]

A: Quando você começou a militar em *Abuelas*? Foi depois do resultado do exame?

G: Isso, depois do resultado em 2003 até mais ou menos 2013.

A: E como foi? Como você começou?

G: Fui colaborar. Contar é uma terapia, ainda que alguns tenham um discurso pronto, quando você vai fazer uma *charla* para crianças, elas te derrubam. As crianças das escolas perguntam qualquer coisa: “os teus pais [de criação] gostavam de ti?”. “Sim”. “E o que você sentiu quando... porque você disse que eles podiam ser presos, você se sentiu culpado?” Entende? Elas falam coisas assim. Por um lado, é bom. Te ajuda porque você pode falar algo que não tinha falado com ninguém e, uau, se sente mais leve. Por outro lado, te expõe muito.

Como diz Gustavo, as *charlas* possibilitam a visibilidade das suas histórias e as histórias da repressão, ao mesmo tempo, dão concretude às reivindicações de *Abuelas* sobre a violência praticada durante a Ditadura, sobretudo sobre o *Plan Sistemático de Robos de Bebés*. Tais ocasiões se mostram, ao mesmo tempo, terapêuticas por ajudarem a partilhar tensões e medos; contudo, como assinala Gustavo, a exposição pública da intimidade traz efeitos indesejáveis, situações embaraçosas, como nas *charlas* com crianças cujas perguntas são mais focadas na relação com os pais. Como sabemos, é na relação com diferentes interlocutores que as especificidades das *charlas* e das narrativas se constituem.

Também me senti diversas vezes constrangida, ainda que por razões distintas da das deles. Diante de *nietos* e *nietas* que entrevistei, a preocupação em aborrecê-los, em ser invasiva me acompanhava. Por isso nas entrevistas sempre começava pedindo para que me contassem suas histórias de vida, me deixando ser guiada por eles. Mas com Gustavo houve um maior incentivo a minha participação na narrativa. Às vezes ele ficava em silêncio e dizia: “vá perguntando, pois faz muito tempo que não faço isso”. O relato

de Gustavo, especialmente se construiu a partir de uma relação mais estreita entre perguntas da entrevistadora e respostas do entrevistado.

Continuando a sua descrição sobre a militância com *Abuelas*, ele prosseguiu dizendo-me como contava a sua história nas *charlas*.

Bom, o relato é mais ou menos sempre o mesmo. Começa do início: minha mãe e meu pai são pessoas que estão desaparecidas, eram parte dessa geração que militava, que discutia política. Minha mãe era dona de casa, meu pai era militante e gostava muito de política. Mas, nessa época, isso não era bom, era um risco. E isso fez com que minha mãe e meu pai brigassem muito, pela posição que meu pai acumulava na militância e por se envolver com política.

A: Ele estava filiado a algum partido?

G: No final, ele estava filiado ao PRT que era o braço armado... ah, não, o ERP que é o braço armado do PRT, que ele se envolveu depois quando se deu a luta armada.

A: O ERP é o Exer..,

G: Exército Revolucionário.

A: Ah, sim.

G: Bom, meu pai estava no ERP e ele estava sendo perseguido. Então, em fevereiro, não me lembro bem o dia, levaram meu pai e minha mãe de sua residência. Eu tenho quatro irmãos mais velhos, mas eles não foram levados porque não cabiam no carro. Ficaram ali. Eles presenciaram tudo: o sequestro, as surras, como os levaram. Bom, a partir daí ninguém soube mais nada de meus pais. Hoje em dia eles continuam desaparecidos.

Como a história continua? Meu *apropiador* (é meu *apropiador*, não é meu pai adotivo porque não houve um processo de adoção, foi um ato ilegal) conhecia um militar, esse militar me ofereceu a ele como presente porque eles não podiam mais ter filhos. Eles tiveram uma menina e depois meu *apropiador* e minha *apropriadora* não puderam mais ter filhos. Então, como ele queria um menino, esse militar me ofereceu a ele, e ele foi me buscar em Campo de Mayo. Foi isso que fez com que ele tivesse certeza de que eu sou filho de *desaparecidos*. Então, me levaram para o Paraguai.

A: Isso foi em que ano?

G: Em 1978. Supostamente eu nasci entre março e abril de 1978. Meu *apropiador* disse que eu nasci no dia 19 de abril porque tinha o cordão umbilical fresco. Os médicos dizem que é relativo, mas ele tinha certeza de que foi nesse dia. Eu carrego até hoje essa dúvida, de saber com certeza que dia é o meu aniversário. Levaram-me para o Paraguai e lá me registraram como filho próprio, como paraguaio, não como argentino.

Meus *apropriadores* se separaram quando eu ainda era pequeno. Ela veio morar em Córdoba e eu fiquei morando lá com meu *apropiador*, que se casou novamente, até meus 18 anos.

A: Você disse que havia outra menina.

G: Uma irmã, filha biológica deles.

A: Ela volta com a sua *apropriadora*?

G: Não, ela fica.

Com 18 anos eu venho para cá, fugindo de muitas coisas que eu estava sofrendo lá com meu *apropiador*. Quando eu cheguei, minha

apropiadora teve um ataque bipolar, então vivia aos trancos e barrancos. Ela tinha quatro irmãos, três irmãs e uma irmã. Uma dessas irmãs me ofereceu abrigo em Córdoba, disse que eu tinha que estudar, fazer faculdade aqui. Eles me incluíram em uma família, que era a irmã da minha *apropiadora*.

A: Isso tudo com 18 anos?

G: 18 anos. Eu comecei a estudar agronomia e eles me tratavam como filho, me senti acolhido, não queria voltar para lá [Paraguai], então fiquei em Córdoba. E minha família tinha muitas dúvidas sobre a minha origem e começaram a me mudar de um lugar para o outro. Então, eu comecei a perguntar para ele [o *apropriador*]. Ele sempre me dizia que era “pior a mentira do que a travessura”, eu podia quebrar o que fosse, mas nada era pior do que a mentira. Mas ele mentiu para mim. Eu sinto como algo tão forte, como ele pôde fazer uma maldade dessas, sempre me incomodei com isso. E comecei a fazer perguntas. Fiz várias viagens ao Paraguai. Até que um dia, não lhe restou alternativa que me contar a verdade: que eu era filho de *desaparecidos*, que tinha nascido em *Campo de Mayo*, quem me entregou, que ele não sabia quem eram os meus pais. [...] Eu não entendia nada. No Paraguai teve uma ditadura de 36 anos mais ou menos, assim, para mim, ditadura era outra coisa. Na Argentina, foi muito mais cruel, vieram para eliminar as pessoas e havia toda uma estrutura perversa. Bom, devagar vou entendendo a história que a gente escutou na escola, que tinha o Plano Condor. E, ainda por cima, eu nasci em 1978, o ano da Copa do Mundo [na Argentina], estava o mundo todo filmando tudo e eu nascendo em um centro clandestino. Daí a gente entende o cerco midiático que fazem quando praticam atrocidades.

Pode ir perguntando, faz muito tempo que não faço isso, mais ou menos três anos.

O relato de Gustavo, como os demais, começa com a história dos pais na militância dos anos 1970, passa pelos seus sequestros, *apropiación* e a vida que tiveram com os *apropiadores*. Como Guillermo, Gustavo destacou como a conjuntura política e social afetaram a sua compreensão da história de si e dos modos como o Estado ocultava da população seus atos perversos. Nesse sentido, falar sobre um acontecimento que mobilizava a nação à época, a Copa do Mundo de Futebol, no período em que ele nasceu na clandestinidade, o fez vislumbrar como o Estado desestimulava as massas a se interessarem pela política. Além disso, a minha pergunta sobre se tinha conhecimento das “atrocidades” o levou a refletir e a me explicar como a transformação na política (a eleição e os governos de Néstor e Cristina Kirchner e suas políticas públicas) possibilitou a ele e a toda a sociedade a conscientização e o compromisso com a violência da Ditadura que era sistematicamente ocultada pelos militares.

Nossa conversa sobre a militância em *Abuelas* e sobre sua própria exposição pública o fez sublinhar a forma como ele e outros *nietos* passaram à militância política¹⁴⁹.

G: Depois entramos na política.

A: Ah, sim? Você também esteve atuando na política? Como?

G: Militando na base.

A: Como é militar na base?

G: Eu militei em *La Cámpora*, por exemplo¹⁵⁰. Conheci o filho da Cristina que esteve em Córdoba. Havia coisas que eu gostava, mas eu me afastei um pouco. Mesmo assim, eu sempre tento dar uma mão. [A militância] exige muito tempo, renuncia-se a muita coisa. Para você ter uma ideia, eu abandonei a faculdade. Só agora voltei. [...]

Não me casei, não tive filhos. [Na militância] era viver sem descanso, se entregar, digamos. Às vezes eu voltava tarde para casa. Se eu tivesse filhos, acho que eles sofreriam muito. É difícil.

A produção de uma história de vida que o levava a entrelaçar intimidade doméstica-familiar à militância (tanto por *Abuelas* como na política partidária) o motivou a refletir e a falar sobre as renúncias impostas pelo ativismo. Ordenar essas experiências e enunciá-las impeliu-o a estabelecer novas relações e reavaliações do seu percurso e escolhas. A prática de *nietos* e *nietas* de relatarem a vida tem efeitos sobre as audiências mais diversas e também sobre eles: é uma oportunidade para construir interpretações sobre a militância que, embora sempre considerada importante, pode ser dura sobretudo quando coincide com o início do processo de *restitución*, como me contou o *nieto restituído* em 2014, Jorge Castro Rubel.

Na primeira entrevista que fiz com Jorge, no dia 1º de novembro de 2017, perguntei como era para ele responder aos inúmeros pedidos, como o meu, para que falasse sobre como é descobrir na idade adulta ser filho de *desaparecidos*. Ao que ele reagiu, salientando os efeitos e problemas envolvidos na obrigatoriedade de falar, ou seja, na necessidade impreterível em atender a uma convocatória para se pronunciar publicamente sobre a *restitución*.

¹⁴⁹ Gustavo citou Juan Cabandié e Horacio Pietragalla. Lembrei que as *nietas* Victoria Montenegro e Victoria Donda também participam da política partidária na Argentina.

¹⁵⁰ *La Cámpora* é uma organização política juvenil de orientação kirchnerista fundada em 2006, liderada por Máximo Kirchner. A organização leva o nome de Héctor J. Cámpora, político argentino que, designado por Juan Domingo Perón como seu representante legal, e organizou a operação que trouxe Perón de volta ao país depois de 17 anos de exílio. Cámpora também foi presidente da Argentina de 25 de maio a 13 de julho de 1973 quando renunciou e convocou novas eleições, na qual Perón foi reeleito com 62% dos votos. A organização *La Cámpora* tem como ideal a defesa dos direitos humanos e se reconhece como continuadora política da *Juventud Peronista (JP)*, que na década de 1970 foi uma das organizações do peronismo revolucionário, ainda que não exerça luta armada (Della Rocca, 2014).

Isso começa em um momento de muita comoção pessoal. Acho que eu me antecipei um pouco, não consegui dizer “bom, primeiro vou fazer isso, depois vou fazer aquilo. Primeiro vou ficar mais quieto, elaborar certas coisas, e depois vou sair para falar”. Eu fiz tudo mais ou menos ao mesmo tempo e isso me deixou exausto. Por exemplo, se eu tivesse tomado outro caminho, eu não teria ido sábado à *Esma* na *Visita* [*Visita de las Cinco*, onde nos conhecemos] e você não teria me chamado. Então, o que acontece é que uma porta abre outra porta e outra porta e assim por diante. Mas agora eu me considero em condições de fazer isso. Já naquele momento [logo depois da *restitución*], eu fazia, mas a verdade é que me cansava muito. Porque eu também estava tentando digerir, entender e assimilar certas situações, e ao mesmo tempo continuar minha vida cotidiana com minha família, com meus filhos. E, além disso, toda aquela convocatória, era cansativo, esgotante. Mas é isso, muitas vezes a gente aprende da forma mais difícil. Tem muitos *nietos* que nunca se abriram, há outros que se abriram para falar depois, o que me parece ser o melhor. Eu penso que primeiro precisamos apreender certas coisas de maneira privada e depois sair para falar. Porque [no começo] a gente está muito comovido, muito perturbado.

A arte de *charlar* é assim prática esperada e solicitada. Mas, como assinala Jorge, ela demanda aos *nietos e nietas* tempo (de introspecção, da aprendizagem, da compreensão), o que muitas vezes colide com a urgência das demandas. Desse modo, os encontros entre *nietos* e famílias biológicas são também encontros de temporalidades. As famílias, a organização e a sociedade os esperam há décadas, carecendo assim de seus pronunciamentos e sentindo a necessidade urgente dos seus comparecimentos. Por sua vez, alguns *nietas* e *nietos*, como Jorge, precisam de um tempo vagaroso nesses processos. O momento da *restitución* sobretudo é delicado, pois impõe a elaboração de novas informações que abrem um *proceso* ou *camino* de reconhecimento da *origen verdadera*. Trata-se de um momento que são reconectados a um mundo que desconheciam e do qual não imaginavam fazer parte. Muitas coisas são reveladas abruptamente, e atravessá-las, digeri-las pode ser esgotante.

As entrevistas que realizei com *nietos* e *nietas* extrapolaram a definição estrita de entrevista como técnica cujo fim é reconstruir, compreender e difundir acontecimentos relativos à história do país. Não eram tampouco narrativas exclusivamente pessoais ou confessionais. Elas se revelaram ocasiões propícias para compartilhar experiências e para dar sentido a elas. Se dar *charlas* e *charlar* em entrevistas seguem algumas convenções, elas foram redefinidas nos encontros que tivemos. Enquanto um trabalho de memória “impossível de ser feito na privacidade” – como adverte Janaína Teles, presa-política quando criança junto com o irmão e filha de presos-políticos torturados na ditadura brasileira –, refletir sobre as experiências da *apropiación* e da *restitución* exigiam a escuta

de alguém de fora (Teles, 2009, p. 159). Ao reconstruírem suas experiências, questionando ideias e interpretações fora do contexto da Justiça ou da agenda política da organização *Abuelas*, diante de mim, *nietos* e *nietas* me tornavam, eu também, uma testemunha da Ditadura argentina e das experiências de *apropiación* e de *restitución*.

Capítulo 6

Narrando e ensinando com imagens

Os relatos dos *nietos* e *nietas* têm em geral função pedagógica. Contar a história de vida em primeira pessoa para o público é uma tarefa essencial da *militancia* em *Abuelas* cujo propósito é ensinar e difundir fatos, ideias e valores. Para isso, é necessário criar técnicas para memorizar conteúdos, também para interrogar e compreender as experiências da *apropiación* e da *restitución*. Muitas vezes, a narração dessas histórias faz uso de recursos visuais, que se mostram instrumentos eficazes para que os conteúdos possam ser entendidos de maneira rápida e segura.

Com o intuito de explorar a finalidade e o efeito pedagógico da prática de narrar a vida com auxílio de imagens, tomo a fala da *nietas* Claudia Victoria Poblete Hlaczik no capítulo intitulado *Claudia* da trilogia *Mujer/Historia/Identidad*, um documentário cênico produzido pela companhia de teatro catalã *La Conquesta del Pol Sud* estreado em 2016¹⁵¹. Com vistas a produzir uma proposta alternativa de teatro que fundasse um espaço de comunicação entre acontecimentos globais e experiência pessoal, a companhia lançou mão de uma forma de teatro denominada documentário cênico. Nessa forma teatral, quem interpreta o roteiro são as protagonistas reais das histórias, no caso da trilogia *Mujer/Historia/Identidad* “três mulheres dedicadas a lutar contra o seu próprio destino” contam suas histórias, entre elas, Claudia. (Cerdà, 2018, p. 7-8)¹⁵².

A obra iniciou-se com uma espécie de prólogo em que os diretores se apresentaram em pé à plateia dizendo seus nomes e falando sobre a participação de suas famílias em conflitos armados, como a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial. Enquanto falavam, uma tela ao fundo projeta bordados sendo produzidos por dois fios (um azul e outro vermelho) que desenhavam datas e imagens. O fio azul produzia figuras que remetem ao sistema capitalista e aos Estados Unidos, por exemplo, a Estátua da Liberdade, Tio Sam e a imagem de Neil Armstrong e o módulo lunar Eagle da Apolo

¹⁵¹ Analisei trechos de “Claudia” em um artigo publicado no livro *Artes, Saberes, Antropologias* (2021). Nesta tese, eu retorno a esse material para trabalhá-lo em sua completude e para pensar questões e interpretações que não havia considerado antes (Murillo, 2021).

¹⁵² Na impossibilidade de assistir ao documentário cênico presencialmente, pois as apresentações ocorreram na Espanha, os materiais de que dispus para produzir este estudo são: a filmagem do ensaio geral na íntegra, produzida pela própria companhia de teatro; o texto da trilogia publicado em livro; a ficha técnica; o dossiê; e as imagens do portfólio, disponíveis no site da companhia. Disponível em: <https://www.laconquesta.com/proyectos/trilogia-claudia>. Acesso em: 6 dez. 2021.

11; já o fio vermelho bordava imagens que fazem referência ao mundo socialista como a foice e o martelo, imagens de punhos cerrados erguidos e às figuras de Che Guevara, Lenin, Marx e Engels. Essas ideias-imagens que remetem à Guerra Fria – momento em que o mundo estava dividido em dois blocos opostos liderados pela União Soviética e pelos Estados Unidos – eram entrelaçadas pelos fios à medida que o bordado ia sendo fabricado. Ao mesmo tempo, escutava-se o tique-taque de um relógio, os sons da agulha perfurando o tecido em uma máquina de costura e falas historicamente conhecidas de transmissões de rádio e televisão que se referem à tensão entre capitalismo e socialismo, por exemplo, um trecho do discurso de Fidel Castro nas Nações Unidas em 1979 no qual ele diz: “Qual é o destino dessas pessoas? Morrerem de fome? Serem eternamente pobres? Para que serve então a civilização?”. Por fim, amarrando a narrativa sobre a oposição global entre capitalismo e socialismo indicada por imagens dos Estados Unidos e de Cuba, fomos levados à Argentina, especificamente, ao período da Ditadura, por meio do som da voz de uma das *madres* durante uma reportagem realizada por uma rede de televisão holandesa em uma das *rondas* das *Madres de Plaza de Mayo* no primeiro dia da Copa do Mundo de Futebol sediada na Argentina, em 1978. Ouvimos a *madre* dizer: “Queremos saber onde estão nossos filhos, se estão vivos ou mortos. É angustiante não saber se estão com frio, com fome, não sabemos nada. É desesperador!”

Essa abertura expôs o argumento geral da obra: complexificar diferenças e distâncias entre eventos políticos, intimidades familiares e vida pessoal. Especificamente, os modos como a Guerra Fria e a violência das metodologias de guerra das ditaduras militares americanas “cujo intuito foi combater movimentos relativos a ideologias definidas no campo político como de ‘esquerda/marxista/socialista/revolucionária’” afetou diretamente as histórias pessoais e as relações familiares (Sanjurjo, 2018, p. 56).

Ao longo do documentário cênico, Claudia explorou esses entrelaçamentos em sua própria vida por meio de figuras amplamente conhecidas: o *patchwork* e a fita de Möbius, que apresentam rendimentos distintos para organizar e dar inteligibilidade à história narrada. Convido-lhes, então, a acompanhar os modos como Claudia construiu uma narrativa de história de vida entrelaçada ao regime militar no palco de um teatro do outro lado do oceano.

O *patchwork*: montando pedacinhos

Terminada a abertura, o palco escureceu e Claudia apareceu diante de uma máquina de costura emendando retalhos de tecido. Ao fundo, o nome Mercedes – seu nome de *apropiación* – estava projetado em letras garrafais. Ela abriu o primeiro ato da obra iniciando uma conversa com a plateia:

Agora que estamos aqui, eu e vocês, posso dizer que eu gosto de *patchwork* porque montar pedacinhos é algo que eu faço durante toda a minha vida. O que eu gosto no *patchwork* é transformar vários pedaços de tecido, aparentemente inúteis, em algo que pode se tornar muito bonito. Gosto também porque há algo de construção científica nisso. É preciso planificá-los, quanto menores forem os retalhos, quanto mais sejam, melhor é. E para mim, que sou engenheira de computação, um *patchwork* torna-se um desafio.



Figura 12 – “Claudia costurando”

Fonte: *La Conquista del Pol Sud*, Barcelona, 2017. Disponível em: <https://www.laconquista.com/proyectos/trilogia-claudia>. Acesso em: 27 dez. 2022.

O *patchwork* é uma técnica que tem como proposta produzir uma superfície colorida e harmônica por meio de fragmentos de tecidos diversos. Como trabalho de costura amplamente conhecido, funciona como ferramenta para comunicar, em um código comum, o modo como ela reconstrói a experiência de uma vida que foi recortada em pedaços. Seguindo esse propósito, Claudia mobiliza, como retalho basilar da artesanaria de sua história, a sua certidão de nascimento. Em pé, diante da plateia, ela diz: “segundo sua certidão de nascimento falsa, Mercedes Landa, Merceditas, nasceu em 13 de junho

de 1978. Seu pai era Ceferino Landa, tenente-coronel, trabalhava no Batalhão 601 de Inteligência. Sua mãe, Mercedes Moreira, era dona de casa”¹⁵³.

Claudia fala, então, da família *apropiadora* localizando-a naquele contexto de disputas de mundos possíveis, indicado na abertura do “documentário cênico”:

Merceditas fora criada nessa família de classe média alta, da cidade de Buenos Aires. Morava em um apartamento grande, de um andar, no bairro Belgrano. A casa era como todas as casas, tinha lugares que eram bonitos, iluminados, e outros que eram tenebrosos, misteriosos. Por exemplo, tinha um quadro, com um fundo negro de onde emergia o rosto de um índio que olhava com cara de mau. Merceditas não gostava desse quadro. Era de um pintor conhecido, mas, para ela, era assustador. O quadro estava na sala. A sala era grande e pouco usada. Na sala, estava a coleção de discos do seu pai em um móvel grande sobre o qual estavam dispostos lembranças de viagens que eles tinham feito. Merceditas podia ver o quadro do seu quarto. Então, em algum momento, seu pai colocou uma porta corrediça para que ela não o visse e não se assustasse.

Entretanto, Claudia explicou à plateia que não era exatamente esse o motivo pelo qual o pai de Merceditas colocara a porta:

Na verdade, ele colocou a porta também para impedir que Merceditas escutasse as conversas entre ele e seus amigos que vinham jantar com frequência. Durante esses encontros, Merceditas com a mãe deveriam jantar na cozinha. Quando ela era pequena isso a divertia [...], depois, quando cresceu, se rebelava. Dizia, “o que está acontecendo aqui? Por que eles precisam jantar sozinhos na sala e nós na cozinha?”. “Bom”, dizia a mãe, “não temos nada a ver com isso. Eles falam coisas de homem”.

Coisas de homens... Bom, a questão é que Merceditas admirava o seu pai, um homem grande, forte, de princípios sólidos. Um tenente-coronel do Exército. O que ele dizia os outros tinham que obedecer. Assim como as próprias Forças Armadas, o pai de Merceditas tinha tudo rigorosamente definido. O mundo era edificado sobre três pilares: Deus, pátria e família. Para ele, o mundo estava dividido entre os que possuíam princípios e os outros, os que não tinham princípios, que não respeitavam nada [...], os terroristas, os subversivos. Essa era a palavra: “terroristas”. O pai de Merceditas era um homem em guerra. E a mãe não fazia nada, parecia que sempre concordava com ele.

¹⁵³ Documento sem muitos usos na idade adulta, deixado na gaveta após a emissão do DNI, a certidão de nascimento, em casos de crianças *apropiadas*, ganha nova função: as informações nela contidas podem revelar rastros de possíveis violações cometidas pela Ditadura, por exemplo, o registro como pais biológicos quando estes não poderiam conceber filhos. Principalmente, depois da organização *Abuelas* identificar médicos e parteiras envolvidos nos casos de *apropiación*, a presença de seus nomes nas certidões de nascimento passou a ser considerada um indício do crime.

A exclusão das mulheres das reuniões entre militares, além de ser uma prática comum que se inscreve no regime de relações de gênero particular da instituição militar, na narrativa de Claudia aponta para a necessidade de manter um segredo. Junto a isso, os fatos de ele ser um militar do Exército de alta patente, integrante da estrutura de inteligência do Exército argentino durante o regime militar e que dividia o mundo entre “os que tinham princípios” e os “terroristas, subversivos” funcionavam como pistas para o público pensar.

Imagens de convivência em espaços domésticos agem como fragmentos que vão sendo costurados por Claudia na composição da infância de Merceditas. Em pé, dirigindo-se à plateia, ela disse:

Talvez alguém se pergunte se Merceditas teve uma infância feliz. Eu diria que sim, Merceditas teve uma infância feliz. Ela tinha pais que a amavam, que cuidaram dela, que deram uma boa educação, que a levaram para viajar pelo mundo. Mas ela não gostava de viajar tanto. Uma vez, ela tinha seis anos, lhe tiraram da escola no meio do ano e foram viajar à Washington. Lá ela se deu conta de que essa não era uma viagem normal. Eles procuravam uma escola de freiras para ela, compraram um uniforme, procuraram um lugar para morar. Ela chorava, queria voltar para sua casa, suas coisas. Ela estava triste. Passou um tempo e eles viajaram de novo, mas não voltaram para casa, foram para a Europa, vieram para a Espanha. Aqui, fizeram a mesma coisa: procuraram um colégio, um lugar para morar. Merceditas continuava triste. Passou mais um tempo e finalmente voltaram à Argentina, a Buenos Aires.

Ouvindo Claudia, lembrei-me das tantas histórias sobre as fugas que ouvi de outros *nietos* durante a pesquisa. Os *apropiadores* os levavam a outros países tão logo *Abuelas* fazia uma denúncia por roubo de bebês ou a Justiça apertava o cerco. Lembrei-me também que, nessa época, quando Merceditas tinha seis anos, por volta de 1984, o Congresso Nacional sancionou uma lei que estabeleceu como responsabilidade da Justiça Civil, não mais da Justiça Militar, o julgamento de crimes cometidos por militares a um civil¹⁵⁴, feito que derivou na condenação dos comandantes militares que presidiram o país durante a Ditadura, no conhecido *Juicio de las Juntas*, em 1985. Além disso, nessa época, a *Conadep* publicou o famoso relatório sobre as violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura, o *Nunca Más*, em 1985. É possível inferir que essas viagens não eram passeios, mas fugas da Justiça.

¹⁵⁴ A lei em questão é a lei de reforma do Código de Justicia Militar: Lei n.º 23.049. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/28157/norma.htm>. Acesso em: 14 maio 2022.

Uma vez, disse Claudia, a mãe de Mercedes a viu triste e lhe perguntou o que estava acontecendo. A menina respondeu: “é que eu tenho vergonha que te vejam porque você é velha”. A reação foi um pranto que fez a menina se sentir culpada pelo comentário e, ao mesmo tempo, insegura porque os pais eram velhos, poderiam morrer e ela ficaria sozinha¹⁵⁵.

A menina tornou-se adolescente e Claudia, lanço mão de outro retalho de sua história de vida, passou a nos falar sobre o seu gosto pela leitura: “Mercedes aprendeu a ler e gostava dos livros”. Enquanto um vídeo dos protestos de *Abuelas* na *Plaza de Mayo* é projetado às suas costas, Claudia conta que, uma vez visitando a grande biblioteca de seu pai, Mercedes encontrou, “entre os seis volumes da *Historia del Tercer Reich* e *El Libro de Oro del Mundial de 78*, ou melhor, entre *Historia del Sionismo* e *Franco... ese hombre*”, um livro com três discos voadores na capa: *Yo visité Ganímedes*. Claudia fez uma pausa no seu relato e se perguntou: “óvnis ao lado do Sionismo Internacional?”.

A menção dos livros que compunham a biblioteca do pai de Mercedes reconstruiu o quadro político-ideológico do ambiente familiar em que a menina crescera. *Historia del Tercer Reich*, *Historia del Sionismo* e *Franco... ese Hombre*, como sabido, remetem ao nazismo, ao sionismo e ao franquismo, movimentos ultranacionalistas que inspiraram as tecnologias repressivas da Ditadura para reestruturar as relações sociais e de poder na sociedade¹⁵⁶. A localização desses livros na biblioteca do tenente-coronel, fazia entender que nazismo, sionismo e franquismo eram as bases do exército argentino, ou pelo menos, do pai de Mercedes. A referência a *El Libro de Oro del Mundial de 78* me fez lembrar que a Copa do Mundo de Futebol daquele ano foi sediada na Argentina, em plena Ditadura. Sob acusações e sob a pressão internacional pelas violações de direitos humanos, a Junta Militar que governava o país no período usou o torneio para construir um consenso em torno do que denominava “campanha antiargentina”¹⁵⁷. Por meio do evento, a Junta Militar mascarou os seus atos violentos e empreendeu esforços com o apoio da imprensa para divulgar ao mundo uma imagem positiva do regime¹⁵⁸. Com a

¹⁵⁵ Quando a entrevistei em outubro de 2017, Claudia me disse que a maioria dos *apropiadores* eram casais que tentavam gerar filhos há anos e pertenciam, portanto, a uma geração próxima à dos avós biológicos dessas crianças. De fato, seus *apropiadores* eram mais velhos que seus avós biológicos.

¹⁵⁶ Para uma análise mais detalhada sobre o legado nazista nas “práticas genocidas” desenvolvidas pela Ditadura, ver Feierstein (2014).

¹⁵⁷ Houve um movimento massivo de boicote à Copa de 1978, impulsionado especialmente por franceses com a formação do *Comité de Boycott du Mondial de Football en Argentine* (COBA). Ver Franco (2005).

¹⁵⁸ Para um estudo sobre o posicionamento editorial das revistas políticas argentinas sobre a Copa do Mundo de futebol realizada na Argentina em junho de 1978 durante a última ditadura militar (1976–1983), ver Borelli e Oszust (2018).

vitória argentina na Copa de 1978, o torneio tornou-se a glória dos militares, transformando-se em uma espécie de troféu¹⁵⁹.

Merceditas, como Claudia disse, não se interessava por esses assuntos; o mundo alienígena é o que lhe chamava a atenção. Voltando o foco do relato ao volume *Yo visité Ganímedes*, Claudia disse: “Merceditas não tem ideia que Ganímedes é um satélite de Júpiter muito parecido com o planeta Terra”. Sob o título do livro, Merceditas leu: “o mundo maravilhoso dos óvnis”. Para a menina, “essa história não parecia ser outro conto de fadas, mas uma história real”. Claudia nos contou que o autor do livro, Yosip Ibrahim, diz se tratar da história de um amigo que fora abduzido por alienígenas. Claudia prosseguiu: “Ganímedes era um lugar onde não havia guerras, não havia doenças, o dinheiro não importava, era um mundo diferente do mundo perigoso em que ela vivia”. Assim, com esse livro, Merceditas descobriu a possibilidade de existência de outros mundos “nem tão pequenos, nem tão inóspitos”.

A recuperação da história de Ganímedes – um lugar onde havia, nas palavras de Claudia, “uma civilização idílica, tão avançada que não havia guerras nem doenças” – anuncia outros modos de vida e de pensar e agir no mundo, para além e distintos daquele vivido com os pais de Merceditas. A partir desse enredo, continua Claudia, Merceditas começou a procurar amigos que a levassem de mãos dadas a outras existências possíveis, por exemplo, os mundos de Isaac Asimov, Arthur C. Clarke, Edgar Allan Poe e Lewis Carroll.

As experiências de Merceditas sobre leituras de ficção científica servem como portas de entrada para o mundo alternativo que ela descobriu com a *restitución*: aquele da luta pela justiça social, também da perseguição política e dos desaparecimentos forçados. Claudia mostrou à plateia que mundos até então pensados como ficção são partes reais da sua história de vida.

Voltemos ao quadro que víamos no palco. Claudia estava sentada em uma cadeira com o braço estendido para a frente, punho fechado oscilando para a direita e esquerda simulando a direção de um veículo. Atrás dela, vídeos das ruas de Buenos Aires estão sendo projetados.

A narrativa, até então realizada em terceira pessoa, passou à primeira:

¹⁵⁹ Muito parecido com o que ocorreu no Brasil com a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 realizada no México, conforme Magalhães (2013).

Estamos em 2004. Faz três anos que eu sei a verdade. Estou dirigindo por Buenos Aires. Vou para... não me lembro bem para onde estou indo, mas vou para o sul, pela aleivenida Nazca, em direção ao bairro Flores. Estou meio perdida porque não conheço a região, porque as ruas são para mim como um labirinto. Parece tudo normal, a rua, as pessoas, os carros, os ônibus. De repente, chego a um semáforo, paro, viro uma esquina e dou de cara com *El Olimpo*. Está na minha frente. Esse é o lugar onde alteraram a minha vida, o centro clandestino de detenção *El Olimpo*. Eu paro o carro, largo o volante, solto o acelerador, não sei o que fazer. *El Olimpo* é agora, em 2004, o que sempre foi, uma dependência da Polícia Federal, de fato, vejo ali um grupo de pessoas uniformizadas. Eu fico totalmente paralisada. Arranco o carro e sigo sem saber para onde, passo por vários semáforos vermelhos, até que estaciono em um lugar. Sinto-me mal, começo a pensar que tenho que voltar a esse lugar, mas me dou conta que não consigo. Nós, meus pais e eu, fomos levados a *El Olimpo* em 1978. Eles nunca mais saíram daí. Eu passei uns dias nesse lugar que agora não posso nem ver, e depois me separaram deles. Eles ficaram, foram torturados e feitos desaparecer.

Claudia fala sobre a Ditadura, sobre o Plano Condor, sobre o *Plan Sistemático de Robo de Bebés*. Em 1999, Merceditas, com 21 anos, foi intimada a realizar um exame de DNA no *Banco Nacional de Datos Genéticos*. Alguns meses depois, o juiz deu o veredito. Um dos diretores do documentário cênico, interpretando o juiz, diz a ela:

O resultado do exame de DNA foi positivo com 99,9999999999997%. Isso significa que temos a porcentagem necessária para determinar a sua filiação, que pertence então à família Poblete Roa. Você se chama Claudia Poblete. Seu pai se chama José Liborio Poblete Roa. Sua mãe se chama Gertrudis Hlaczik.

Ela, que antes observava o diretor falando, voltou-se para a plateia e disse:

Havia um dossiê, nesse dossiê tinha uma foto de um bebê de poucos meses. Eu vi a foto e me reconheci imediatamente. Me dei conta que era eu e que tudo isso para o qual eu vinha preparada para pensar que era mentira, que era uma armação, era verdade. Era verdade. Comecei a chorar.

Merceditas, como Claudia nos contou, voltou para casa com fitas cassete de entrevistas que foram feitas com as famílias e os amigos de seus pais. Sozinha na casa pela primeira vez na vida, pois os *apropiadores* foram levados à prisão, Merceditas ficou com medo: “lembro que não podia suportar aquele silêncio, fui ao quarto deles, deitei-me na cama com um *walkman* velho e esse vazio começou a ser povoado por outro mundo”.

A Fita de Möbius: caminhando sobre uma superfície dupla

Iniciou-se o segundo ato. De pé, diante da plateia, Claudia comunicou: “bom, hoje eu tenho que decidir se quero ou não ser Claudia”. Ela virou-se de costas à plateia e permaneceu diante de um microfone sustentado em um pedestal. No canto direito do palco, uma voz a interpelou: “diga o seu nome, por favor”. Eu, conhecedora de sua história, percebi que se tratava da audiência ocorrida em junho de 2001, na qual ela deu seu testemunho sobre o seu caso de *apropiación*. Ela voltou-se para o público e disse: “eu estava preparada para qualquer coisa, mas, às vezes, as perguntas mais óbvias, mais simples, são as mais difíceis de responder”. Voltou-se novamente para o microfone e respondeu aquela pergunta sobre seu nome: “Claudia Victoria Poblete Hlaczik”. A plateia vê, ao fundo do palco, a imagem daquela audiência e escuta os gritos de vivas do público e do juiz pedindo silêncio. Finalmente, ela confirmou diante de um tribunal ser Claudia, não Mercedes Landa.

Ela se sentou em uma cadeira e conversou com a plateia:

Esse poderia ter sido o final da história, mas para mim não foi o final de nada, para mim foi o princípio. Passaram-se seis meses até eu começar a sair daquela casa, a sair da minha bolha. E começar a perceber que desse lado de fora há coisas que eu gosto, como assistir filmes sem me preocupar se é argentino ou não, ler literatura latino-americana: Neruda, Cortázar, Galeano. Ter primos que são da minha idade. Transitar pela cidade sozinha, pois eles [*apropiadores*] sempre me levavam para todos os lugares.



Figura 13 – “Claudia mostrando uma fita de Möbius”

Fonte: *La Conquista del Pol Sud*, Barcelona, 2017. Disponível em: <https://www.laconquista.com/proyectos/trilogia-claudia>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Enquanto Claudia fala sentada em uma cadeira disposta no centro do palco, Carles, um dos diretores, aparece segurando uma fita retangular de papel branco. Ela, então, explica à plateia:

Isso é uma simples fita de papel, não tem nada de especial. Se unimos os extremos, ela se transforma em um anel. Que também é algo conhecido. Há um dentro e um fora. Mas se, para unir os extremos, fizermos uma torção, a fita se transforma. Esse simples pedaço de papel, por meio de um pequeno detalhe, transforma-se em algo muito mais complexo. Quase que por um passe de mágica, esta fita, agora é diferente. Se pudéssemos nos encolher e caminhar sobre ela perceberíamos que poderíamos percorrê-la infinitamente. [...] Trata-se de uma fita de Möbius, o símbolo usado para representar o infinito. Esta fita, ainda que pareça ter duas bordas, na realidade tem apenas uma. E ainda que dê a impressão de ter dois lados, na realidade tem apenas um. Durante muito tempo, quase sete ou oito anos, em mim conviviam duas pessoas, embora, na realidade, eu era apenas uma. Eu estava entre duas famílias, tinha dois nomes, as pessoas não sabiam como me chamar.

Em seguida e ainda sentada no centro do palco, Claudia girou a cadeira e se posicionou de costas para a plateia. À sua esquerda, foi projetado um vídeo previamente gravado em que Claudia interpretava uma versão dela própria pronunciando-se contra o tenente-coronel e os militares por sua *apropiación*. À sua direita, outra projeção mostrava Claudia defendendo seus *apropiadores* e o regime militar de tais acusações. Elas estavam discutindo. Simultaneamente, entre ambas, havia uma terceira projeção espelhando a Claudia que estava sentada de costas para a plateia. Ela alternava a direção do seu rosto, ora olhando aquela que acusava os militares, ora mirando a que os defendia. O quadro que vemos da plateia, que reúne as três projeções, me fez perceber que a Claudia posicionada de costas para a plateia e, ao mesmo tempo, projetada entre aquelas que discutem, titubeava entre visões distintas sobre a Ditadura e diferentes perspectivas sobre seus *apropiadores* e pais biológicos. Vejamos um trecho da discussão:

– Eles não sabiam nada. Mentiram? Sim, mas fizeram isso por você.
 – Mentiram para protegerem a si mesmos! Poderiam ter dito a verdade a você, mas não disseram. Eles sabiam o que estavam fazendo e o fizeram muito bem feito: se tratava de exterminar o outro bando. Para eles foi uma guerra e você era o troféu, seu despojo de guerra. E o despojo de guerra é algo que se utiliza, que se usa contra o inimigo, entende? Como um militar de alta patente com cargo no Serviço de Inteligência poderia desconhecer algo assim? Ele não sabia o que o exército e a polícia estavam fazendo? É verdade, pode ser, não sabia nada. Em 1976, existiam mais de seiscentos centros de detenção na Argentina, dezenas deles em Buenos Aires. Houve torturas,

desaparecimentos, voos da morte... Mas eles não sabiam nada [em tom de ironia].

– Trouxeram-lhes uma bebê que estava sozinha no mundo, o que iam fazer? Tiveram que decidir, ficar contigo ou te deixar em mãos de sabe lá quem. E a essa bebê que lhes entregaram, lhe deram de tudo. Te deram tudo e te amarão para sempre. [...]

– Sabe, Claudía, a tua mãe foi especialmente valente. Em *El Olimpo* ela teve certo privilégio, andava sem capuz porque era linda, porque era loira. E ela aproveitava para mandar informações a seus companheiros. E o teu pai, você sabia que ele nunca revelou nada aos militares, aguentou tudo. Eles foram mortos porque alguém te escolheu, os pais [dos *apropiados*] não podiam ficar vivos. Morreram por suas ideias. E o que você vai fazer? Até onde vai o seu compromisso? Você já pensou nisso?

As projeções foram encerradas e Claudía voltou a se posicionar de frente para a plateia segurando a fita de Möbius com uma das mãos:

Bom, uma parte do meu compromisso é que estou aqui, contando para vocês o meu conflito. O que eu posso fazer? Há aqueles que gostariam que eu entrasse na política. Mas eu tenho que ser sincera. Eu me interesso pela política, mas não para atuar dentro da política. Parece-me que para isso é preciso representar um papel, mas eu não sou capaz. Como representar a outro sem se perder em si mesmo?

Claudía, como contou, ficou muito tempo vivendo duas vidas representando um papel dentro da casa dos *apropriadores* e outro fora. Ela só conseguiu sair dessa dualidade e deixar de sentir os seus *apropriadores* como pais quando se tornou mãe, quando percebeu quão vulnerável e indefesa era uma criança. A experiência de gestar, parir e tornar-se mãe, bem como as relações que se engendram entre *nietas* e seus próprios filhos criam paralelos entre a própria gestação e a da mãe, entre a importância dada aos cuidados com o filho e impossibilidade dessa experiência por parte da mãe devido à *apropiación*. Desse modo, é possível dizer que tornar-se mãe fortaleceu os vínculos de Claudía com os pais de nascimento. Após falar sobre sua experiência de tornar-se mãe, ela nos contou quem eram seus pais:

Mi mamá de verdad – Trudi – parecia ser muito tímida, assim alemã, modesta. Parece que, assim mesmo, tinha personalidade forte e ideias muito claras. [...]

Mi papá de verdad – Pepe – era alguém com talento para a liderança, desde muito jovem se interessava pela política. Teve um acidente quando era pequeno e perdeu as pernas. Mas nunca se deixou abater por isso. [...]

Suas mortes foram em vão?

Há dias que penso que sim. Outros que penso que não.

O que significa a palavra revolução?

Para eles, a revolução foi uma forma de vida. Revolução era o que eles acreditavam que estavam fazendo. Morreram porque se opuseram a um poder estabelecido. Eles tinham um projeto político, de inclusão social, de redistribuição de renda, socialização da economia.

É possível pensar em algo assim hoje? Eu não sei, só sei que do meu ponto de vista de filha, eles não estão aqui, estão mortos. E quando eu preciso deles, não estão, não há ninguém que possa ocupar o seu lugar. A princípio era só uma foto, mas eu cheguei a senti-los como pais. Ao redor dessa foto, construí uma história, uma história com muitos buracos, com muitos silêncios porque uma das piores coisas que a Ditadura fez foi romper essas histórias de forma que não seja possível reconstruí-las. Essa dor de não saber destruiu a minha família e muitas outras.

No fundo do palco, atrás de Claudia, vimos a fotografia de uma família que imaginei ser a dela: uma mulher bastante jovem sustentando um bebê e, ao seu lado, um homem, também jovem, com pernas ortopédicas. Como um espelho da realidade, a fotografia permitia à Claudia perceber o vínculo com sua família de origem, imaginar quem foram seus pais para assim reconstruir a relação interrompida. Claudia continuou o relato, ainda segurando a fita de Möbius:

Eu conservo algumas coisas. Da minha mãe, tenho alguns poemas, desenhos e uma nota que ela escreveu ao meu pai que dizia: “te amo, quase tanto quanto amo o povo”. Eu li essa nota quando tinha vinte anos e me lembro que pensei, “essa menina está louca”. E ela tinha vinte anos quando escreveu isso. Do meu pai, me resta uma lei para a proteção dos direitos trabalhistas das pessoas com deficiência, que ele se esforçou, com seus companheiros, para que fosse promulgada.

Claudia olhou para a fotografia projetada ao fundo do palco. Depois, voltou-se para a plateia e perguntou: “É possível saber, olhando para uma foto, o que uma pessoa é capaz ou não é capaz de fazer?”.

O palco, então, escureceu. Claudia retornou para a máquina de costura e começou a cerzir um retalho de tecido. Enquanto a víamos costurando, ouvimos a sua voz (em *off*) dizer: “tudo o que me resta são fragmentos que fico encaixando e desencaixando continuamente na minha cabeça, tentando recompor uma imagem”. Enquanto isso, ao fundo do palco, vimos o vídeo de uma estrada que atravessa diversas paisagens que pensei serem argentinas (desde os pampas até a selva, chegando ao altiplano andino). Claudia prosseguiu:

Me preocupo em continuar reto, minhas mãos mantêm o tecido firme. Gosto de sentir o ritmo da máquina de costura, gosto porque é rápido, sem perder o caminho, que não fique nada solto, controlando que as cores combinem, controlando a pressão do fio, que o ponto seja bem-feito. Sempre unindo fragmentos. Às vezes, você precisa se distanciar, para conseguir ver o quebra-cabeças como um todo, você precisa ver o panorama, precisa ver cada pedaço de tecido separado para ver um conjunto, para conseguir perceber o todo. Existe um todo? Ou só existe a multiplicidade? Acho que às vezes temos intuições desse todo, é preciso estar atenta quando elas acontecem. Comigo aconteceu em Misiones [província argentina], nas Cataratas do Iguazú em 2008.

Caminhando para o final da narrativa, ela se lembrou das ruínas arqueológicas das missões jesuíticas:

Lembro-me de que eu tinha lido algo sobre o que aconteceu com os índios Guarani. Eu li que nas contínuas guerras e conquistas, os bebês eram arrancados dos braços de suas mães e entregues a outras mulheres. Eles eram batizados e recebiam outros nomes que não eram os seus. As crianças eram mais uma parte do despojo de guerra. Eu me lembro que lá, nas cataratas, andamos por uma passarela que conduz às cascatas, o ruído da cascata aumentava a cada passo. Eu acabava de me tornar mãe, foi ali que a minha filha deu seus primeiros passos. Fiquei alguns segundos sentindo aquele estrondo nas vísceras e, assim, de repente, comecei a chorar. Não sei quanto tempo estive ali, tinha muita gente. Mas na imagem da minha lembrança, estou absolutamente sozinha sobre essa plataforma metálica. Suspensa entre a água e o céu. Chorei pelos meus pais, chorei por mim, chorei por tudo que um dia se rompeu. E chorei por aquele índio do quadro. Porque, naquele dia, percebi claramente: o índio e eu sempre fizemos parte do mesmo bando.

Então, ela recuperou a imagem da fita de Möbius para concluir a sua exposição:

O que veríamos se pudéssemos voar sobre a história como se fosse uma fita de Möbius infinita, e pudéssemos nos distanciar o suficiente? Pode ser que víssemos uma guerra contínua, uma catástrofe contínua. Mas para mim, vale a pena continuar pensando em Ganímedes. Às vezes digo para mim mesma que lá não existe nada. Tem rocha, metal, minerais pouca atmosfera... mas isso não significa que o mundo que Ganímedes representa não exista. Talvez Ganímedes não é mais do que um sonho. Algo ao qual poderíamos chegar através de um longo caminho sempre ascendente, sempre para adquirir mais perspectiva, para chegar mais perto da verdade. [...] Às vezes, no verão, olho para o céu e procuro Júpiter porque Ganímedes é muito menor e não é visível a olho nu. Então, penso, o maior planeta do Sistema Solar é um pontinho luminoso na imensidão do universo. Um pontinho de luz, uma imagem do passado. Talvez precisemos procurar Ganímedes no futuro.

O palco escureceu novamente.

Façamos uma pausa. O *patchwork* ao lado da Fita de Möbius deixam visíveis e compreensíveis os exercícios de Claudia para reconstruir a *identidad* rompida. Costurar os fragmentos de lembranças é uma maneira de continuar vivendo com a destruição da *identidad* em cacos. É preciso seguir adiante, na costura “reta”, percebendo a integridade daquilo que parece duplo. Se para ver o trabalho integral construído pelo *patchwork* e a indivisibilidade da Fita de Möbius é preciso afastar o olhar do objeto, para perceber a sua completude, ela teve de se distanciar do assunto. A viagem a Misiones foi o afastamento necessário para ela compreender as experiências de *apropiación*. Ao observar a tragédia daqueles que até então eram outros distantes (o povo Guarani), ela entendeu a sua própria.

Iniciou-se o terceiro ato. O futuro que possibilita a compreensão do mundo das histórias tem o nome de “Guada”, nome da filha de Claudia, projetado ao fundo em letras garrafais. Nossa protagonista se levanta da cadeira diante da máquina de costura, coloca-se de pé diante do público e nos diz: “Estamos no final de 2015 e para falar de mim, agora preciso falar de outra pessoa, de Guadalupe, ou de Guada, minha filha”. Ela disse que no dia anterior ao fato que está prestes a narrar, Guadalupe assistira ao episódio de uma animação do canal de televisão infantil argentino Pakapaka, cujo foco eram os casos de roubo de bebês durante a Ditadura¹⁶⁰. Nesse episódio, nos explica Claudia, “há uma cena em que se vê, através de um desenho esquemático, como as crianças são transferidas de seus pais para outros casais”. Assim se passou a conversa entre mãe e filha:

- Isso foi o que aconteceu com você? Essas pessoas que recebem o bebê são os velhinhos que às vezes você vai visitar?
- Sim, Guada, são os velhinhos de Belgrano.
- Mas quanto tempo você esteve com eles?
- Muito tempo, Guada. Quando tinha a tua idade, eu estava com eles. Ontem nós duas fomos ao cinema, né? Pois bem, eu fazia essas coisas com eles.
- Claro, como teu não-papai e tua não-mamãe.
- Sim, meus não-papais.
- Mas eles não são meus avós...
- Não Guada. Teus avós são o vovô Pepe e a vovó Trudi, que já se foram.
- Mas eles mentiram, disseram a você que eram os teus pais.
- Mentiram. Se a vovó Buscarita não tivesse me encontrado, auxiliada pelas outras avós, talvez eu não teria conhecido o teu pai, talvez você não tivesse nascido.
- Então eles são muito maus.
- Por quê?

¹⁶⁰ Fundado em 2010, Pakapaka é o primeiro canal público dedicado ao público infantil na Argentina. Secretaría de Medios y Comunicación Pública. *Pakapaka*. Institucional. Argentina. Disponível em: <http://www.pakapaka.gob.ar/institucional/>. Consultado em: 10 ago. 2020.

– Porque te receberam e não te disseram a verdade. Te tiraram dos teus pais e a vovó estava te procurando.

– Sim, Guada. Fizeram algo ruim porque, se a gente gosta de alguém, não mente, né? Mas como a gente faz para deixar de gostar de alguém? Não é possível de um dia para o outro. O amor não é algo que a gente pode acender e apagar assim, por querer.

Claudia voltou-se para a plateia e disse que gostaria de ver a história de modo tão claro como Guadalupe a vê, mas para ela é mais complexo. Embora os fatos estejam claros, os sentimentos pelo casal que a criou são contraditórios. Ela sabe que para Guada aquela conversa não teve nenhum impacto, mas Claudia nos disse que ficou exausta, ela ficou pensando no que ela disse e no que não disse à filha, ela não queria confundi-la, mas ao mesmo tempo, não queria mentir. Isso porque ela aprendeu, com tudo o que viveu, que é muito profundo mentir a uma criança, o que falamos para uma criança forma o seu mundo. Claudia olha para o lado, em silêncio, como se estivesse olhando para a filha e continua:

É muito louco vê-la, nós somos muito parecidas, eu olho para ela e me vejo quando era criança. Entretanto ela é muito diferente de Merceditas. Merceditas sempre tinha medo, eu sempre tinha medo. E nunca vejo Guada com medo. Merceditas sempre estava preocupada por ser a filha que queriam que ela fosse. Merceditas, para mim, é o passado e Guada é o futuro.

Claudia olhou novamente para o lado em silêncio e voltou-se novamente para a plateia: “eu me lembro de uma canção de María Elena Walsh, sua música esteve proibida durante a Ditadura”. É uma música que ela escutou quando era criança, mas agora, disse ela, “tem um significado especial, não entendo bem, mas eu me identifico com ela, é uma música que a minha filha gosta, às vezes cantamos juntas, se chama ‘*La canción del jardinero*’”. O relato terminou com Claudia cantando quatro estrofes desta canção:

*Mírenme, soy feliz
entre las hojas que cantan
cuando atraviesa el jardín
el viento en monopatín.*

*Cuando voy a dormir
cierro los ojos y sueño
con el olor de un país
florecido para mí.*

Yo no soy un bailarín

*porque me gusta quedarme
quieto en la tierra y sentir
que mis pies tienen raíz.*

*Una vez estudié
en un librito de yuyo
cosas que solo yo sé
y que nunca olvidaré¹⁶¹.*

Enquanto Cláudia cantava, vídeos das Cataratas do Iguaçu eram projetados em telões ao fundo do palco: um à direita, outro à esquerda e outro no meio. Os telões laterais estavam dispostos mais à frente, criando um espaço vago entre eles e o telão do meio que fica ao fundo. Quem olhava de frente via uma imagem inteira das cascatas. Quando Cláudia terminou de cantar, ela se levantou da cadeira e caminhou em direção ao espaço vago. A imagem que víamos era ela entrando dentro das cataratas e se retirando do palco. O palco escureceu e o público aplaudiu.

Com Cláudia, a plateia viajou ao passado, conhecendo e compreendendo origens entrelaçadas à tragédia nacional. Ao longo da narrativa, Cláudia mobiliza a história mundial, da literatura e de interpretações sobre os anos 1970 conhecidas por muitos. Esses elementos não precisam ter seus conteúdos explicados ou descritos, funcionam como bases comuns que, articuladas por meio da retórica, são conferidas das inclinações e ideias de Cláudia. Ao mesmo tempo, e substancialmente, diferente das outras formas de narrar analisadas nesta parte da tese, ela fez uso de certas imagens convencionais para narrar e conferir inteligibilidade às suas experiências, deixando ver não apenas os conteúdos lembrados, mas a forma de organizar as recordações e a composição de histórias, de si e do país. O *patchwork* e a fita de Möbius podem ser tomados, assim, como, auxílios visuais, figuras de alto rendimento pedagógico que localizam e entrelaçam o pensamento, impedindo que a imaginação seja um mero ruído, estruturando-a esquematicamente. Narrar com imagens é útil, pois viabiliza acompanhar a narrativa sobre a maneira como ela lida com as experiências de *apropiación* e de *restitución*: de modo processual e contínuo a partir de fragmentos de memórias e de uma *identidad* que pode se apresentar como dual, mas que na realidade é una.

¹⁶¹ Olhem para mim, sou feliz / entre as folhas que cantam / quando atravessa o jardim / o vento em patins. / Quando vou dormir / fecho os olhos e sonho / o cheiro de um país / florescido para mim. / Eu não sou dançarino / porque eu gosto de ficar / quieto na terra e sentir / que meus pés têm raiz. / Uma vez estudei / em um livro de mato / coisas que só eu sei / e que nunca esquecerei. (Tradução livre).

Capítulo 7

Falar, incidir: a palavra de uma *nieta* em um *acto*

Como temos visto desde a primeira parte desta tese com o discurso de Juan Cabandié na *Esma*, os antigos centros clandestinos de detenção funcionam para a produção de memórias e de narrativas sobre a Ditadura. Vistos de modo aproximado, os relatos que neles se desenvolvem são imprescindíveis para refazer esses espaços, dando a eles novos sentidos e fundamentalmente convertendo-os em agentes de luta contra o esquecimento. À medida que o Estado e a Justiça negligenciam demandas por memória, verdade e justiça do movimento de familiares de *desaparecidos*, histórias dos lugares e das vítimas mostram-se um artesanato narrativo-comunicacional de promoção à discussão de práticas cidadãs e de problemas coletivos.

De modo a mostrar como isso se realiza, examino o discurso da *nieta* Victoria Montenegro, deputada nacional, em um *acto* realizado no dia 22 de março de 2019 por organizações de direitos humanos e grupos políticos, precisamente um protesto pela demarcação de um antigo centro clandestino de detenção: *El Campito*.

Lugares de memoria e política

Para compreender tanto o motivo do protesto como a fala de Victoria no *acto* em questão faz-se necessário ter em mente o tratamento dispensado pelos governos posteriores aos antigos centros clandestinos de detenção, sobretudo as pretensões do governo de Mauricio Macri (2015-2019) para *El Campito*.

Em novembro de 2018, o então presidente, Macri, sob a justificativa de “preservação ambiental”, assinou um decreto para transformar a área onde funcionou o *centro clandestino de detención, tortura y exterminio (CCDTyE)* chamado *El Campito*, localizada dentro da base militar *Campo de Mayo*, em *Reserva Natural de Defensa*¹⁶². Desde o anúncio do projeto¹⁶³, feito em março de 2018, as organizações de *familiares* e

¹⁶² Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1056-2018-316450/texto>. Acesso em: 22 out. 2021.

¹⁶³ Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/politica/mauricio-macri-firmo-decreto-convertir-campo-mayo-reserva-natural.phtml>. Acesso em: 7 out. 2021.

de *sobrevivientes* contestavam a proposta¹⁶⁴. Considerado o *centro clandestino* mais letal da Ditadura, nele estiveram presas entre 2.000 e 5.000 pessoas, das quais sobreviveram em torno de 30 a 60 pessoas (Vecchioli; Higuera, 2021). Além disso, foi aí onde permaneceram cativas mulheres grávidas que deram à luz no próprio *CCDTyE* ou no hospital da base militar (*Hospital Campo de Mayo*), onde suas crianças foram *apropiadas*. Por isso as organizações de direitos humanos reivindicavam a área como *lugar de memoria* e espaço de prova para os processos penais que investigavam os crimes de lesa-humanidade.

Em um comunicado assinado por várias organizações de direitos humanos (entre elas, *Abuelas* e a *Liga Argentina por Los Derechos del Hombre*¹⁶⁵) advertia-se sobre as consequências do empreendimento à luta por justiça¹⁶⁶. Conforme o documento, qualquer modificação no espaço poderia prejudicar os depoimentos de *sobrevivientes*; por outro lado, transformar a área em reserva ambiental complicaria as escavações do *Equipo de Antropología Forense* empenhado em verificar se os corpos enterrados no local eram de *desaparecidos*. As organizações acusaram o presidente Macri de infringir a lei de *Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado* que determinava: “preservar esses espaços para facilitar as investigações judiciais bem como, para preservar a memória do ocorrido durante o *terrorismo de Estado* no nosso país”¹⁶⁷.

Muito antes de Macri, nas duas primeiras décadas de governo democrático posterior ao regime militar (1980-1990), o Estado lidava com o problema da violência da Ditadura por meio de políticas centradas na reconciliação. Por exemplo, durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), do *Partido Radical*, criam-se as leis *Punto Final* (1986) e *Obediencia Debida* (1987) e durante o governo de Carlos Menem (1989-1999), do *Partido Justicialista* (também chamado *Partido Peronista*), os *Indultos de Menem* (1989-1990). Importante lembrar que Menem traçou alianças com setores da direita que vinham pressionando (por exemplo por meio dos levantes militares conhecidos como “Carapintadas”) e consumou a implementação das políticas neoliberais iniciadas durante

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/rechazamos-la-idea-de-un-parque-nacional-en-campo-de-mayo-950>. Acesso em: 7 out. 2021.

¹⁶⁵ Desde 2018, *Liga Argentina por los Derechos Humanos*.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/rechazamos-la-idea-de-un-parque-nacional-en-campo-de-mayo-950>. Acesso em: 7 out. 2021.

¹⁶⁷ Lei n.º 26.691. “ARTICULO 2º - El Poder Ejecutivo nacional garantizará la preservación de todos los Sitios a los fines de facilitar las investigaciones judiciales, como, asimismo, para la preservación de la memoria de lo acontecido durante el terrorismo de Estado en nuestro país”. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/184962/norma.htm>. Acesso em: 7 out. 2021.

a Ditadura. Quer dizer, depois da reabertura democrática (1983), tanto o *radicalismo* como o *peronismo justicialista* cederam frente a pressões militares e aos setores que apoiaram e se beneficiaram com a Ditadura, mostrando-se reticentes no que tange às reivindicações dos movimentos de direitos humanos pelo esclarecimento dos fatos e do julgamento dos responsáveis.

Essa situação foi modificada a partir de 2003, durante os dois governos Kirchner (2003-2015), do *Partido Justicialista*, cujo projeto político atribuiu prioridade às investigações daquelas violações. Como observam Mercedes Barros e Virginia Morales, “essa força política apareceu e se projetou (diante de aliados e opositores) como a precursora dos avanços alcançados em matéria de verdade, memória e justiça na Argentina” (Barros; Morales, 2016, p. 107). O governo Kirchner proporcionou a incorporação inédita das organizações nas instâncias de decisão e implementação de políticas estatais. Nesse sentido, percebem as autoras, houve uma forte afinidade entre os governos *kirchneristas* e as organizações de direitos humanos ao longo dos doze anos da gestão. Contudo, o processo de aproximação não foi homogêneo. Enquanto alguns movimentos participavam da mesa de decisões, sobretudo aqueles dedicados à verdade e à justiça pelos crimes cometidos durante a Ditadura, outros permaneceram à margem, por exemplo, o movimento ambientalista (idem, p.114).

Os questionamentos resultantes desses desencontros ressoaram em uma proposta de mudança da gestão dos direitos humanos. Em 2014, Macri, então prefeito da Cidade Autônoma de Buenos Aires (*CABA*) de 2007 a 2015 pelo partido Proposta Republicana (*PRO*), já visando à presidência, disse um ano antes de vencer as eleições presidenciais:

Meu governo tem sido defensor dos direitos humanos, da liberdade de expressão, do acesso à saúde e à educação. Contudo, os direitos humanos não são ‘Sonhos Compartilhados’ [em referência a um projeto da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*] e as fraudes que inventaram. Conosco, todas essas fraudes se acabaram. [...] Sinto que há um abuso dos setores que defendem essas bandeiras, o mais emblemático é o das *Madres*¹⁶⁸.

O discurso de Macri, líder da *Alianza Cambiemos* de orientação centro-direita, fazia crer que *Madres*, aliada dos governos *kirchneristas*, deturpou o significado de direitos humanos, confundindo-os com os interesses do partido político. Após assumir a

¹⁶⁸ Citado em Barros; Morales (2016, p. 115) e disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-conmigo-se-acaban-los-curros-en-derechos-humanos-nid1750419/>. Acesso em: 22 de outubro de 2021. Tradução livre.

presidência, ele deu início imediatamente a uma onda de cortes de orçamento e de demissões, afetando sobretudo os órgãos que se ocupavam dos crimes contra a humanidade e da implementação de políticas públicas em torno dos temas da verdade, memória e justiça. A proposta de “ressignificar” o sentido de direitos humanos, construído durante décadas pelas organizações de familiares de *desaparecidos*, satisfazia setores empresariais, eclesiásticos, sociais e políticos que se viam ameaçados pelas causas judiciais abertas ao longo da era Kirchner para investigar civis envolvidos com os governos militares. Diante desse avanço, diferentes grupos preconizavam o “fechamento definitivo do trauma do passado” e defendiam “esquecimento, perdão e reconciliação” (Barros; Morales, *op. cit.*, p. 120). Com efeito, no primeiro *Día de la Memoria* sob governo *Cambiamos* (24 de março de 2016), o presidente Macri, em seu discurso, recuperou a expressão *nunca más* para dar-lhe um sentido de encerramento: “Juntos digamos *nunca más*. Juntos por uma Argentina unida e em paz”¹⁶⁹ (idem, p. 120).

A transformação do *ex-CCDTyE El Campito* em reserva ambiental fazia parte do projeto político *macrista* de pôr fim às discussões sobre o passado ditatorial. De fato, na cerimônia de lançamento do empreendimento, ocorrida no dia 16 de novembro de 2018, Macri reiterou:

Desde o primeiro dia, me propus a unir os argentinos. Sei que em algumas coisas temos opiniões diferentes, e está tudo bem que tenhamos opiniões diferentes, mas deveríamos dialogar mais para alcançar acordos que sejam positivos para todos. Sinto que nesse assunto, de cuidar do meio ambiente, estamos todos muito unidos¹⁷⁰.

A reação do movimento de familiares de *desaparecidos* foi realizar periodicamente os chamados *actos*¹⁷¹ para enfatizar o caráter histórico (nacional e familiar) do lugar onde funcionou o *CCDTyE*.

¹⁶⁹ A expressão *nunca más*, mostra Emilio Crenzel (2009), começou a ser utilizada durante a Ditadura pelas organizações de direitos humanos e núcleos de exilados como uma reivindicação por justiça aos crimes ditatoriais. A frase foi usada como título do relatório da *Conadep*, em 1984 (Crenzel, 2008), e se popularizou a partir de seu uso pelo procurador Julio Strassera em sua alegação final ao julgamento dos comandantes militares da ditadura, o *Juicio a las Juntas*, em 1985: “Senhores juízes: quero renunciar expressamente a toda a pretensão de originalidade, para fechar essa alegação quero utilizar uma frase que não me pertence, porque já pertence a todo o povo argentino: senhores juízes, *nunca más*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hJVcXKOSjil>. Acesso em: 4 nov. 2021.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lhTc0xKV2y4>. Acesso em: nov. 2021.

¹⁷¹ Na Argentina, *acto*, como observa a antropóloga Ludmila Catela, é a palavra usada para definir tipos de práticas que têm por objetivo “homenagear” os *desaparecidos*. Nos *actos* examinados por Catela em La Plata em 1997, a única identificação política era o lenço branco das mães; essa escolha visava evitar a criação de divisões que paralisassem ou gerassem discussões que impossibilitassem a realização da expressão pública (Catela, 2001 p. 276-288). Em contrapartida, no *acto* de *El Campito* (e em muitos outros

O acto em *El Campito*

Um dos protestos em reação ao projeto de Macri para o *CCDTyE* aconteceu no dia 22 de março de 2019, uma sexta-feira, dois dias antes da marcha pelo *Día de la Memoria*. *El Campito* fica dentro da base militar *Campo de Mayo*, na cidade de San Miguel, noroeste da província de Buenos Aires a mais ou menos 30 km a norte de *CABA*. Eu soube do evento por meio do folder abaixo que me fora enviado por uma *nieta* via *WhatsApp* alguns dias antes.



Figura 14 – Folder “Acto y Entrada al CCDTyE ‘El Campito’” - 22 de março de 2019.

Fonte: Arquivo da autora¹⁷²

Seguindo as orientações que os *nietos* me deram, na manhã do dia 22 de março de 2019 tomei o trem Urquiza, desembarquei na estação *Capitán Lozano* e caminhei em direção ao local marcado: a entrada do estande de tiro localizada na rua Gral. Ideoate que atravessa a base militar, a 2 km da entrada sul da base militar. Da entrada da base militar até o ponto de encontro, a paisagem era composta por vastos campos de gramado, caminhões do exército, canhões, edifícios majestosos com fachadas brancas. Por ali também havia um fluxo intenso de carros e imaginei que a área estivesse aberta ao tráfego. De fato, estava, mas se tratava no caso do comboio que se dirigia em direção ao protesto.

dos quais participei entre 2017 e 2019), a manifestação era expressivamente política: as homenagens aos *desaparecidos* realizadas por meio de pronunciamentos em microfone e da exibição de fotografias foram combinadas a cantos dos hinos Internacional e Marcha Peronista. Em função da demanda comum, eram exibidas bandeiras de organizações de direitos humanos e de partidos comunistas e peronistas.

¹⁷² O folder também está disponível na página do evento no *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/341921636666786/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Ultrapassei algumas dezenas de carros em uma estrada de terra, perpendicular à avenida Gral. Ideoate até chegar a um posto de controle abandonado e encontrar um enorme grupo de pessoas que sustentavam bandeiras e entoavam cantos de protesto. Mais adiante, integrados ao grupo que ia a pé, encontrei meus parceiros de pesquisa: Guillermo Amarilla, Gabriel Corvalán e Tatiana Sfiligoy. Percebi que estavam também os *nietos* Victoria Montenegro, Andrés La Blunda Fontana e Guillermo Pérez Roisinblit; e os *hermanos* que procuram irmãos *apropiados*, Lorena e Flávia Battistiol, além de Miguel Santucho. A multidão era composta, sobretudo, por pessoas da faixa dos 60 anos (possivelmente *sobrevivientes*), da faixa dos 40 anos (a geração dos filhos de *desaparecidos*) e dos 20 anos (descendentes de *desaparecidos* e estudantes com engajamento em algum grupo ou partido político).

Marchamos pelo meio de uma mata fechada até uma casa de alvenaria abandonada cujas paredes estavam corroídas e rachadas, a pintura desgastada e as aberturas não tinham portas ou janelas que possibilitassem qualquer vedação da construção. Ao longo do trajeto, Tatiana, Guillermo e Gabriel me explicaram que ali funcionara um prédio administrativo com cozinha e espaços de lazer para os militares, que existiam galpões onde milhares de pessoas estiveram ilegalmente presas e submetidas a condições desumanas e torturas, e que, ali, sobretudo, mulheres deram à luz¹⁷³. Eles também me falaram sobre a protagonista do *acto*: Iris Avellaneda, uma senhora de mais ou menos 80 anos.

Em 1976, em uma operação que tinha o propósito de capturar seu marido, militante do Partido Comunista, Iris foi sequestrada com seu filho, Floreal (conhecido como Negrito Avellaneda), de 15 anos. Ambos foram levados para *El Campito*. Ela passou 15 dias sendo torturada no local, sendo posteriormente transferida para uma prisão, onde ficou 27 meses. Floreal teve seu corpo encontrado no dia 15 de maio de 1976, na costa uruguaia, fato que levou à conclusão de que ele fora mais uma das vítimas dos *vuelos de la muerte*; o exame médico-pericial indicou morte por empalamento. Com o fim da Ditadura em 1983, Iris e o marido foram recuperar o corpo do filho no Uruguai, mas ele havia desaparecido misteriosamente.

¹⁷³ Virginia Vecchioli coordenou um projeto que reconstrói virtualmente o *CCDTyE El Campito*. Trata-se de um *software* de realidade virtual, lançado em março de 2008, em que o usuário pode transitar livremente pelo espaço e conhecer a história de cada um dos prédios por meio dos textos descritivos e dos testemunhos de *sobrevivientes*. Disponível em: <http://170.210.53.25/campomayo/el-campito.php>. Acesso em: 11 out. 2021.

Na primeira fila da passeata, Iris conduzia o *acto* levando, com duas mulheres, a bandeira da *Liga Argentina por los Derechos del Hombre*. Enquanto isso, Guillermo me dizia “o quanto era forte” estar no lugar onde seus pais e um tio paterno foram mantidos em cativeiro e onde, possivelmente, sua mãe passou toda a gestação até dar à luz a ele no *Hospital Campo de Mayo*. Ao mesmo tempo, seguia ele, era um alívio porque estar ali tinha a ver com conhecer *la verdad* e, juntos, com ocupar o espaço e ir recuperando-o para que se tornasse um *lugar de memoria*. Para ele, transformar a área em uma reserva ambiental não era só um “ataque à memória, mas um ataque à justiça”.

Discursar

Por volta de 150 pessoas estavam reunidas diante da casa, a única que restou do *CCDTyE*. Um apoio de microfone e caixas de som foram montados e Victoria Montenegro (cuja história conhecemos no capítulo 2) ocupou o palco provisório. Mais do que ser uma *nieta* ativa na *militancia por Abuelas*, a escolha por Victoria para ser uma das primeiras oradoras não me pareceu aleatória. Por um lado, Victoria acreditava, como ela mesma disse, que seus pais estiveram sequestrados em *El Campito*. Além disso, o seu *apropiador* tinha um cargo em *Campo de Mayo*, por isso, durante sua infância (ainda sem saber ser ela uma das crianças *apropiadas*), frequentou a base militar, principalmente nos finais de semana, para usufruir das áreas de lazer ali instaladas. Em 2019, Victoria fazia parte da oposição a Macri no Parlamento, exercendo o cargo de deputada nacional pelo partido Kolina, aliado a Cristina Kirchner.

Diante daquela casa abandonada – em que não havia qualquer sinal que indicasse ter sido ela um antigo *CCDTyE* ou de marca visível que a tornasse memorável –, a presença e as palavras de uma pessoa *apropiada* pelo algoz de seus pais, a qual era também uma deputada de oposição, se mostraram úteis tanto para a produção de entendimentos a respeito do regime militar, como para a criação de estratégias de enfrentamento de projetos de esquecimento como os de Macri e incidir na formulação de políticas públicas sobre o tema.

A fala de Victoria iniciou-se evocando a “geração que nunca abaixou os braços” e sua “luta incansável por *memoria, verdad y justicia*”. Essas expressões, em geral, se referem às mães de *desaparecidos* que integram as associações *Madres* e *Abuelas*, e aos

sobrevivientes – prisioneiros dos centros clandestinos que conseguiram escapar do cativeiro ou que foram libertados¹⁷⁴. Nessa ocasião, Victoria se reportava sobretudo a Iris Avellaneda que, embora não pertencesse oficialmente àquelas organizações, também era mãe de um *desaparecido* e sobrevivera ao cativeiro. Victoria continuou: “agradecemos aos *compañeros* que tornaram este encontro possível, àqueles que historicamente vêm lutando para que esse lugar seja um espaço para a memória. Iris, meu profundo respeito por sua luta”.

Destacou ainda a importância da coletividade ali presente (“nosso respeito também a todos esses *compañeros* e *compañeras* que são parte dessa geração que nunca baixou os braços, que nunca deixou de lutar”) buscando reforçar os laços dos coletivos de *familiares*, militantes de partidos políticos e de organizações de direitos humanos em função de um objetivo comum: impedir a transformação de *El Campito* em reserva ambiental.

E, retomando o que a *compañera* assinalava, como é possível pensar que existe um projeto que pretende instalar um espaço ecológico, um negócio imobiliário, em um lugar que significa tanto para a história do nosso povo, em um lugar que a maioria de nós estivemos? Meus pais, pelo menos o meu pai entendo que esteve aqui, eu acredito que ambos estiveram aqui. Eu desapareci sendo uma bebê de 13 dias. Não sei se estive aqui com eles, mas me trouxeram depois. Não como Victoria, mas como María Sol, muitas vezes, por muitos anos. Não exatamente aqui – é a primeira vez que estou aqui no *El Campito* – mas sim aqui perto, no *Centro Fijo*¹⁷⁵, no Hospital. Eu passei a minha infância aqui. O que aconteceu aqui foi horrível, foi custoso para toda a sociedade argentina. Tanta violência, tanto ódio, tanto desprezo pela vida naturalizado. Obviamente, hoje sabemos, por aqueles que escreveram sobre o que aconteceu, que, enquanto nós desaparecíamos, supunha-se que os argentinos estavam em guerra para ganhar a paz. Supunha-se que, a todos os que lhes aconteciam coisas ruins, era porque algo tinham feito. Foi necessário muita coragem e o exemplo dessas mulheres que enfrentaram a máxima expressão de ódio e de perversão e responderam com organização, com luta, mas com algo que nos faz o tempo todo tão diferentes deles, que é o amor. Responderam com amor, com o amor que tinham por esses *compañeros* que estavam desaparecidos e a esses bebês, como eu, que também estavam desaparecidos e marcaram um símbolo na história para sempre.

¹⁷⁴ Para um estudo detalhado a respeito dos *sobrevivientes*, ver Gonzáles Tizón (2018).

¹⁷⁵ *Centro Fijo de Comunicaciones* era o setor da base militar *Campo de Mayo* em que seu *apropiador* fora chefe durante a Ditadura (Programa Verdad y Justicia, 2015b). Victoria, com seis anos, ainda com o nome María Sol, frequentava o lugar inclusive participando do trabalho de transferir as chamadas aos internos do quartel: “As senhoras [responsáveis pelo trabalho] estavam contentíssimas comigo, minha irmã me dizia que era porque quando eu ia elas não precisavam trabalhar, mas eu tinha certeza de que elas gostavam que eu fosse porque me adoravam” (Montenegro, 2020, p. 43)

El Campito produzia em Victoria lembranças sobre crueldades que ocorreram durante a Ditadura e o seu relato situava, nela própria, referências e questionamentos sobre os modos como as violências eram interpretadas pela comunidade e sobre como foram esclarecidas. Lembremos que em sua autobiografia, Victoria conta que quando era criança seu *apropiador*, militar que trabalhava no quartel de *Campo de Mayo*, comprou uma casa de veraneio e a nominou como *El Campito*, ela (com a família *apropiadora*) passava os finais de semana lá (Montenegro, 2020, p. 24).

Para desmontar o bordão “desapareceram porque algo fizeram”, que interpretava os desaparecimentos forçados como excessos de uma guerra para conquistar a paz –, Victoria explicou que o trabalho das mães dos *desaparecidos* havia sido fundamental. E para auxiliar o público a visualizar e reconhecer o sofrimento dos familiares de *desaparecidos* e agir social e politicamente, recuperou um tropo frequentemente enunciado por Cristina Kirchner: “responder ao ódio com amor”. Uma ideia muito repetida (e por isso eficaz para expressar a dor) não só no *kirchnerismo*, mas no universo dos familiares de *desaparecidos*, podendo ser considerada uma palavra de ordem¹⁷⁶. Victoria marcou o seu pertencimento político como *kirchnerista* e, ao mesmo tempo, apresentou uma maneira de alcançar as demandas dos familiares. Ela disse então que “com amor e coragem” a luta pela ressignificação das pessoas *desaparecidas* (qualificadas pelos que as odiavam como extremistas, terroristas, subversivos) pode ser exitosa.

O jogo de padrões e frases – enquanto códigos culturais amplamente conhecidos no *kirchnerismo* e na militância dos familiares de *desaparecidos* – que ela mobilizava ao longo do discurso criou condições de possibilidade para expressar e tornar o sofrimento inteligível para seus ouvintes, ao mesmo tempo que entrelaçou características das militâncias dos anos 1970 (coragem) e métodos *kirchneristas* para enfrentar os obstáculos (amor). Do mesmo modo, ela realçava a conexão entre os militares da Ditadura e os políticos que descredibilizavam as organizações dedicadas à memória, à verdade e à justiça e tentavam transformar *El Campito* em reserva ambiental.

¹⁷⁶ Em português, “palavra de ordem” é uma expressão ou frase curta utilizada em protestos ou manifestações, “normalmente replicada em cartazes e discursos, com o objetivo de marcar uma posição, reivindicar alguma mudança e/ou incitar os ânimos do grupo” (Ribeiro, 2019). De fato, *nietos* e *nietas* costumam recuperá-la quando falam sobre a *restitución de la identidad*. Expressões como “o amor venceu o ódio” ou “o amor foi mais forte que o ódio” são frequentes em seus pronunciamentos. Ver, por exemplo, a entrevista com a *nietá* Adriana Garnier Ortolani dada ao jornal *Página 12* no dia 7 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/80711-esta-vez-el-amor-vencio-al-odio>. Acesso em: 15 nov. 2021.

A política de direitos humanos, de memória, verdade e justiça da Argentina é muito forte. Esses perversos, que se assemelham tanto àqueles que usavam botas e andavam em tanques e que adoravam destruir famílias, se parecem muito, fazem de outra maneira, mas destroem famílias e fazem muito dano aos direitos das pessoas, se parecem bastante [palmas]. Elas conseguiram essa resistência como povo que faz com que hoje eles não possam avançar.

O discurso de Victoria criava, assim, um paralelo entre a destruição de famílias no período militar e no governo de 2019: a violência perpetrada pelos militares seria parecida com as perversidades cometidas pelo governo Macri: ambos atacaram direitos, ambos atacaram famílias. Macri só não conseguia seguir destruindo porque *madres e abuelas*, com o povo argentino, construíram resistentes políticas de direito à *memoria*, à *verdad* e à *justicia*, fundamentadas nas bases estruturais de preservação da família. Quando Victoria tocou no ponto, o público aplaudiu e disparou assobios.

Para que outras famílias, no presente e no futuro, não sejam destroçadas pelo Estado, como ocorreu na Ditadura, é preciso não só encontrar os corpos dos *desaparecidos* e reparar histórias de vidas e famílias dizimadas, mas reabilitar objetivos do passado, indicava Victoria:

Esses espaços são necessários, de estar junto, de nos cuidar muito, de sentir o que significa a luta de nossos 30 mil *compañeros*. Não basta pensar nos 30 mil, nos bebês, nos que faltam. Hoje, no presente, precisamos retomar seus sonhos, sua esperança, sua força, transformá-la, no presente, em esperança e força para convencer as pessoas que é importante que aqui seja um espaço para a memória, que é importante recuperar os restos dos nossos seres queridos, que é importante levar adiante as causas por crimes de lesa-humanidade, que é importante que a sociedade entenda que não houve uma guerra, que houve um Estado terrorista, que houve um Estado que fez desaparecer o seu próprio povo.

Importante observar que ela não usou a categoria *desaparecidos* ou *secuestrados*, termos majoritariamente difundidos para se referir à geração de jovens militantes exterminada pelos militares, sobretudo pelas organizações de direitos humanos que tenderam a encerrá-los na figura de vítima da repressão estatal. Ao invés disso, empregou os termos *compañeros* e *compañeras*, os mesmos que usou para aludir os militantes dos anos 1970 que estavam ali presentes. Com isso, Victoria, ao mesmo tempo que não eliminava o caráter político dos *desaparecidos*, reunia essas pessoas (vivas e mortas) em uma só categoria. Se os *desaparecidos* são *compañeros*, eles não foram extintos, suas

visões de mundo e entusiasmo permanecem vivos como recursos poderosos para o presente.

Victoria também reabilitou uma ideia muito disseminada como proposta para enfrentar os ataques do governo Macri, sobretudo entre os integrantes do coletivo *H.I.J.O.S.* do qual fazem parte algumas *nietas* e *nietos*: “os sonhos dos 30 mil companheiros”. Disse não ser suficiente pensar nos 30 mil e nos bebês que faltavam, em uma referência, eu entendo assim, à concentração dos esforços da luta por justiça aos crimes cometidos no passado ditatorial. É preciso “retomar seus sonhos” para enfrentar os problemas sociais que se apresentam no presente¹⁷⁷.

A convocação dos “sonhos” dos *desaparecidos* não é prática incomum em discursos tanto de filhos de *desaparecidos* militantes da organização *H.I.J.O.S.* como de políticos peronistas¹⁷⁸. Sendo uma deputada *kirchnerista* e militante da organização *H.I.J.O.S.*, percebi que Victoria agregou habilidades dos *desaparecidos* e modos *kirchneristas* para incidir, em conjunto, nas formas de enfrentar os ataques do governo neoliberal de Mauricio Macri às políticas de memória no presente.

Victoria não usou o termo “ideais” do canto pronunciado por *H.I.J.O.S.* e *Madres-Asociación* – qual seja: *alerta, altera que están vivos todos los ideales de los desaparecidos* – mas sim as palavras “sonhos”, “esperança” e “força”. Uma alteração sutil, mas que faz uma grande diferença, pois não se tratava de reativar as ideologias e práticas de militância políticas nos termos da década de 1970 (por exemplo a luta armada), mas de retomar qualidades: de recuperar o desejo de viver em um mundo mais igualitário e de adaptar a energia daqueles jovens do passado para atingir propósitos políticos no presente.

Com o uso de códigos conhecidos e constantemente repetidos nos discursos do movimento de familiares de *desaparecidos*, Victoria tornou as demandas socialmente inteligíveis, instigando, assim, as pessoas presentes a lembrarem da violência que os

¹⁷⁷ Para uma análise mais profunda sobre as formas de denominar as pessoas desaparecidas por motivos políticos durante a Ditadura e sobre os modos de reivindicar sua militância por parte do coletivo *H.I.J.O.S.*, ver Cueto Rúa (2008, p. 153).

¹⁷⁸ Ver, por exemplo, uma coletânea de relatos produzida por doze *filhos de desaparecidos* (militantes da organização *H.I.J.O.S.*) intitulada “*En el nombre de sus sueños: 12 historias de vida de hijos de desaparecidos*”. Nesses relatos, os filhos recuperam, de distintas formas, algo que os pais quiseram transmitir: “destruir a tirania e levantar as bases de um país justo” (Sfiligoy; Albín, 2013, p. 37). Conferir também o discurso de Néstor Kirchner na inauguração do *Espacio Memoria Verdad y Justicia*, dia 24 de março de 2004: “lembrar, recuperar e tomar como exemplo aqueles que foram capazes de dar tudo pelos valores que têm. Uma geração na Argentina que foi capaz de fazer isso, que deixou um exemplo, que deixou um caminho, sua vida, suas mães e que deixou seus filhos. Hoje estão presentes nas mãos de vocês”. Disponível em: <https://www.casarsada.gob.ar/informacion/archivo/24549-blank-79665064>. Acesso em: 15 nov. 2021.

compañeros desaparecidos (seus pais, inclusive) sofreram no *El Campito*, mas, principalmente, encorajando-as a se inspirarem em sua força pela transformação social e, com isso, a agirem para responder aos ataques do governo *macrista*. O relato de Victoria (que acionava, assim, militantes do passado e do presente) construiu *El Campito* e ela própria como lugares de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que advém da violência sofrida na Ditadura, possibilitando assim o reconhecimento social. Ao mesmo tempo, seu discurso constituiu a ambos como seres-coletivos para a memória e para a ação. Em suas palavras:

Por que a memória é importante? É importante para que nunca mais repitamos a história. E nós não queremos repetir essa história nunca mais. Por isso, agradeço a todos vocês, por parte de *Abuelas*, inclusive a todos os *compañeros* e *compañeras* das organizações de direitos humanos. Estamos resistindo. A memória há pouco se mostrou, e pudemos recuperar os processos penais, os espaços, as escolas. Hoje os professores resistem, sei que aqui alguns são secundaristas, alguns [professores] os trazem e agradecemos profundamente. A memória [...] hoje resiste, mas nós sempre estamos aqui. Para terminar, nos agrediram, os fuzilaram, nos desapareceram, nos *apropiaron* e voltamos; além disso, voltamos cada vez melhores. Assim que, muito obrigada companheiros e companheiras.

Ao denunciar a proximidade entre as gestões “perversas” do regime militar e do governo de Mauricio Macri, ao nomear todos como *companheiros* e ativar princípios defendidos por aqueles que militaram junto com os *desaparecidos* na década de 1970 (sobretudo do Partido Comunista) – e que, no momento do discurso de Victoria, tomavam a frente da ocupação do *El Campito* –, Victoria e suas palavras construíram uma ponte entre vivos e mortos.

Por meio da recuperação de termos comuns da militância e da sua experiência como criança *apropiada*, ela desfez as fronteiras temporais, trazendo para o presente de políticas *macristas* de ataque à memória políticas militares da Ditadura. Ao mesmo tempo, mostrou que a memória tem efeitos no futuro: ela é necessária para evitar que Macri repita a destruição de famílias praticada pelos militares. Nesse sentido, Victoria (voz e corpo) não apenas contou histórias e nos fez lembrar de um passado, mas borrou temporalidades, colocando a audiência, simultaneamente, em um tempo que é o dos seus pais (da Ditadura), de Macri e de um futuro que se quer alcançar.

Ao examinar as entrevistas lado a lado, a fala de Claudia no “documentário cênico” e o discurso de Victoria, entendi que, no universo dos *nietos* e *nietas restituidos*,

falar funciona para refletir, compreender, ensinar, inspirar e sobretudo para agir no mundo. No caso de Victoria, uma *nieta* dedicada à política e ativa no coletivo *H.I.J.O.S.*, trata-se, além disso, de uma forma de desmontar a figura de vítima e, ao mesmo tempo, fazer (e desfazer) famílias e políticas¹⁷⁹.

Finalmente, no *acto* em *El Campito*, a presença e as palavras de Victoria, ao lado de discursos de outros *compañeros* e *compañeras*, da multidão com suas bandeiras e cantos de protestos compuseram, juntos, uma imagem que cumpriu a tarefa de transformar *El Campito*. Ele deixou de ser um lugar abandonado para ser um “lugar comum” praticado, de partilha e de produção de memórias; um dispositivo para pensar a repressão estatal, onde políticas e relações são continuamente feitas e refeitas. Não me parece exagerado relacionar o discurso de Victoria em *El Campito* à ideia de “lugar comum” de Mary Carruthers. Segundo Carruthers, trata-se de um lugar de comunicação e conhecimento compartilhados em que o espaço em si não é tão relevante para a criação de sentido comunal quanto a capacidade de fazer com que membros da comunidade articulem saberes e construam memórias sobre um mesmo tempo e um mesmo lugar. De modo invertido, a chave para esquecer é recordar do lugar em uma narrativa diferente, “obliterar a coisa não assegura que sua memória desaparecerá, porém mudar as ‘cores’ em termos das quais ela é lembrada e recontada é um meio efetivo para uma espécie de ‘esquecimento’” (2011, p. 83). Assim, ao relacionar *El Campito* aos termos da preservação ambiental, Macri produzia o esquecimento de sua função como antigo centro clandestino de detenção. Em contraposição o discurso e a presença de Victoria (também de outros ativistas) articularam-no a “bases comuns”, aos termos dos movimentos de familiares de *desaparecidos*, constituindo-o assim como parte da teia dessa comunidade.

As análises de Cynthia Sarti a respeito das criações de condições de possibilidade, formas de expressão instituídas para a dor e construção de um lugar político de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que advém da violência da ditadura militar brasileira também ajudam a entender o *acto* em *El Campito* (Sarti, 2014, p. 81). Sob essa perspectiva, é possível afirmar que as palavras de Victoria – enunciadas em um contexto sociopolítico em que o reconhecimento social da violência perpetrada pela Ditadura vem sendo estabelecido por meio, principalmente, dos julgamentos dos crimes contra a

¹⁷⁹ “Aqui se trata de demonstrar que família e política se fazem e desfazem uma à outra e que família não é algo dado, mas que se aprende e se produz. Ela é assunto de pedagogia e de seleção que depende de vários critérios, entre eles a política, não o único, mas um dos mais importantes” afirmam Ana Claudia Marques e Jorge Villela examinando contexto muito distinto, nesse caso disputas eleitorais no sertão pernambucano (Marques e Villela, 2015, p. 112).

humanidade – construíram *El Campito* como um lugar de expressão, escuta e ação social e política na Argentina.

O êxito político do *acto* pode ser aferido pelos seus desdobramentos. No dia 29 de setembro de 2019, em outro *acto*, foi instalada uma placa de sinalização do *CCDTyE El Campito*¹⁸⁰. Entre 2015 e 2017, uma equipe de antropólogos, sociólogos e museólogos da *Universidad Nacional de General Sarmiento* (UNGS), coordenada pelos antropólogos Virginia Vecchioli e Francisco Suarez, e a organização *Huella Digital* trabalharam em um projeto de reconstrução virtual 3D do *El Campito* cuja proposta é contribuir para a produção de memórias sobre a Ditadura (Vecchioli, 2021)¹⁸¹. No dia 10 de dezembro de 2021, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Ministério da Defesa do governo de Alberto Fernández (Partido Justicialista) publicou o decreto 846/2021 que declara *Campo de Mayo, El Campito* inclusive, como *espacio para la memoria* no marco da *Ley de Preservación, Señalización y Difusión de Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado* N° 26.69¹⁸².

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/222206-la-senalizacion-de-el-campito>. Acesso em: 12 dez. 2021.

¹⁸¹ A reconstrução em 3D está disponível em: <http://170.210.53.25/campomayo/campo-mayo.php>. Acesso em: 12 dez. 2021.

¹⁸² Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/5386584/20211210?suplemento=1>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Capítulo 8

A palavra, a imagem, a evidência

Em 28 de outubro de 2017, participei ao lado de mais ou menos 200 pessoas da conhecida *Visita de las Cinco* no museu *Sitio de Memoria Esma*. Esse evento, realizado no último sábado de cada mês sempre às 5 horas da tarde, evoca a histórica visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) à Argentina, realizada em 1979, cujo intuito foi investigar denúncias de violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado. Entre os dias 6 e 20 de setembro de 1979, a delegação da CIDH fez diversas observações *in loco*, entre elas no *Casino de los Oficiales* na *Esma*, onde hoje funciona o museu. Em 2016, o museu *Sitio de Memoria Esma*, no marco dos 40 anos do golpe de Estado, propôs a atividade: uma visita acompanhada por convidados cujas trajetórias de alguma forma estão vinculadas à violência ocorrida no *Casino de los Oficiales* durante a Ditadura. O programa busca “interpelar os visitantes através de sensações, abalá-los, cuidá-los, inquietá-los, protegê-los, incomodá-los; gerar um ambiente de reflexão e experiência alternadamente” (Naftal, 2018, p. 14). A *Visita de las Cinco*, como afirma a diretora do museu, Alejandra Naftal, é “um espaço de encontro e acordo social para os argentinos, onde visitantes de diferentes ancoragens e origens compartilham uma experiência de memória coletiva, expressão e liberdade” (idem, p. 15).

A cada mês, a visita aborda um tema de acordo com os acontecimentos ocorridos no centro clandestino. Naquele último sábado de outubro de 2017, a visita estava dedicada ao 40º aniversário de *Abuelas* e os convidados eram seis *nietos restituidos* nascidos durante o cativeiro de suas mães: Guillermo Rodolfo Pérez Roisinblit, Sebastián Rosenfeld Marcuzzo, Gonzalo Reggiardo Tolosa, Pedro Sandoval Fontana, além de Juan Cabandié e Jorge Castro Rubel. Destes, apenas Gonzalo não nasceu na *Esma*, mas em outro *CCDTyE*, o *La Cacha*, localizado em La Plata. Junto com o grupo, estava também um *sobreviviente* da *Esma*, Alfredo Ayala, mais conhecido pelo seu apelido Mantecol.

Nos capítulos anteriores examinamos *charlas* na ocasião de entrevistas, o relato em um documentário cênico e o discurso em um protesto; neste capítulo, me dedico a explorar a *Visita*: os cômodos, o percurso e suas histórias. O objetivo é perceber o que se produz e quais são os efeitos da presença de pessoas que carregam memórias em seus

corpos, em seus nomes e em suas palavras na arte de comprovar acontecimentos, de evidenciar verdades e de mobilizar outros a construírem uma narrativa coletiva sobre os acontecimentos do período militar. Trata-se de explorar algo que a *Visita* exigiu: os relatos e as sensações que emergem ao longo da caminhada pelo museu, bem como formas de habitar o espaço. Ao entrelaçar relatos, formas de habitar e sensações (também as minhas enquanto outra ouvinte), este capítulo se desenvolve com um tom que se distancia dos capítulos anteriores.

Visitando o centro clandestino de detenção com *nietos* e um *sobreviviente*



Figura 15 – “*Visita de las Cinco: nietos restituidos nacidos en la Esma*” - 28 de outubro de 2017

Fonte: Acervo pessoal. Crédito fotográfico: Aline Lopes Murillo.

Esta foi a imagem que vi no último sábado de outubro de 2017. Na margem esquerda, vemos Alejandra Naftal, *sobreviviente* do centro clandestino *El Vesubio* e então diretora do *Sitio Memoria Esma*. Com discurso que se interrompia quando a emoção travava a voz, ela apresentou os *nietos* lendo breves biografias registradas em folhas de papel que tremiam em suas mãos. Ao lado dela, da esquerda para a direita, estavam eles: Guillermo Rodolfo Pérez Roisinblit, Pedro Sandoval Fontana, Sebastián Rosenfeld Marcuzzo, Jorge Castro Rubel, Juan Cabandié Alfonsín. De camisa listrada ao lado esquerdo de Juan, vemos o guia do museu, Julian Policastro, ao seu lado direito, ao fundo, o *nieto* Gonzalo Reggiardo Tolosa, que nasceu no centro clandestino La Cacha, e nos

disse estar ali porque se considera *hermano* dos cinco. Dos seis, apenas Jorge e Juan já foram mencionados nesta tese¹⁸³. À frente de Gonzalo, está Analía Argento, escritora, que preparava na ocasião uma crônica sobre a *Visita* para compor um livro¹⁸⁴. Na parte posterior da imagem, é possível ver fotografias dos *detenidos-desaparecidos* da *Esma* coladas na parede de vidro da entrada do museu, o que produzia um efeito de transparência aos rostos fotografados, como se estes estivessem em outra dimensão, ausentes, mas presentes, observando.

Se a nenhum dos *nietos* agrada ir à *Esma*, eles afirmaram estarem convencidos da necessidade de acompanhar as visitas, como disse Guillermo Roisinblit: “vim aqui mais vezes do que gostaria de vir”; para ele, é necessário estar ali para que a sociedade perceba a concretude das violências sofridas. Jorge também estava convencido da necessidade de sua presença, pois “estar aqui é um compromisso com os nossos pais, especialmente, como uma homenagem às nossas mães que resistiram a esse espaço de morte, de destruição, nos sustentaram em seus ventres e nos fizeram nascer”. Juan sublinha sentimentos e ideias semelhantes: “é difícil estar aqui, mas esse esforço vale se ajuda a outro jovem, homem ou mulher, a encontrar sua *verdadera identidad* e prolongar a memória do que aconteceu na Ditadura, mas também do que é a recuperação da *identidad* de uma vida”. Participar da *Visita*, entendi, era uma maneira expor as violências sofridas e herdadas por meio do compartilhamento das experiências.

A imagem registrada, de rostos em preto e branco levemente transparentes flutuando acima dos *nietos* ali, com os seus corpos e vozes, me fez perceber que os *nietos* conferiam vida e concretude aos seus pais e a todos aqueles rostos. Presentificando-os ao mesmo tempo que ressaltavam as suas ausências, os *nietos* traziam os *desaparecidos* à memória de todos que os viam e ouviam. A função deles ali no antigo cativeiro era traduzir de maneira visível e concreta a força dos *desaparecidos* e colocá-los de volta no presente. Os *nietos* à frente e os rostos dos *desaparecidos* ao fundo nos diziam: isso aconteceu.

¹⁸³ A análise que este capítulo se dedica prescinde de detalhes das histórias desses *nietos* além do fato de terem nascido na *Esma*. Se porventura o leitor tenha interesse em tais casos, sugiro começar consultando o arquivo *Nuestros Nietos*. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/caso/buscar?tipo=3>. Acesso em: 25 jan. 2023.

¹⁸⁴ Trata-se do livro “*La visita de las cinco*” organizado por Alejandra Naftal (2018). O livro é uma coletânea de textos de diversos autores sobre as *Visitas de las Cinco* (uma das principais atividades do museu *Sitio Memoria Esma*), e reúne as histórias das visitas que ocorreram ao longo de 2016 e 2017 (Naftal, 2018).

Após a apresentação dos *nietos*, fomos convidados a entrar no prédio. Ingressamos pelo saguão, denominado *Hall*, que fora a entrada oficial do *Casino de los Oficiales*. Diante da escada de mármore que dava acesso aos três andares superiores, Julian, o guia do museu, de costas para a escada e de frente para nós, nos conteve e explicou como seria o trajeto. Primeiro subiríamos até o terceiro andar, onde as pessoas sequestradas permaneceram reclusas; depois desceríamos até o porão, chamado *Sótano* e terminaríamos a visita de volta ao térreo, ao lado esquerdo de onde estávamos parados, no salão *Dorado* onde os militares realizavam confraternizações e organizavam os sequestros.

Um dos *nietos* perguntou ao guia sobre a chegada da CIDH e como os militares fizeram para esconder as pessoas sequestradas. Ao que o guia respondeu, dizendo que elas foram escondidas na ilha *El Silencio*. Alguém quis então saber onde ficava a ilha. Em dúvida, o guia convidou Alfredo Mantecol a falar sobre a sua experiência de ter sido levado à ilha pelos torturadores, na época do cativeiro. Mantecol contou que chegara à ilha antes da CIDH para fazer um *trabajo esclavo* de reparação estrutural¹⁸⁵. A ilha, a quatro horas da cidade de Tigre, tinha duas casas, sendo que uma delas fazia as vezes de retiro espiritual (um monsenhor emprestara-a à Marinha a pedidos de Tigre Acosta, um oficial da marinha líder do *Grupo de Tareas* da *Esma*). Ele mencionou um nome (que não compreendi) para se referir ao responsável pela chácara. Na dúvida, perguntou ao guia se estava correto, mas algumas pessoas corrigiram imediatamente: “era o monsenhor Grasselli”.

Quando Mantecol terminou sua fala, o guia nos convidou para subir as escadas que levavam ao terceiro andar onde funcionara o cativeiro. Na frente do grupo, o *nieto* Guillermo Roisinblit parou e pediu aos visitantes para observarem as marcas nos degraus:

Estava notando como cada degrau desta escada está marcado como se tivesse levado pancadas e como partes do piso têm protuberâncias. Depois de tantas vezes que vim aqui e das diversas visitas com diferentes guias e instruções, soube que essas marcas são das correntes que cada um dos *secuestrados* carregava. Então, de tanto subir e descer e bater contra as escadas, o rastro ficou em cada um dos degraus. Eu queria que vocês também estivessem atentos a esse detalhe. Obrigado.

¹⁸⁵ *Trabajo esclavo* é denominação dada pelos *sobrevivientes* para se referirem às atividades que os militares os forçavam a realizar no contexto de cativeiro. Podiam ser atividades regulares com um horário de trabalho definido, ou tarefas pontuais em que um grupo de *secuestrados* era escalado para realizá-la. Falar em *trabajo esclavo* aponta para a ideia de uma ação obrigatória sob um poder opressor que não permitia decisões autônomas. Essa prática foi interpretada por especialistas como mais uma forma de controlar os corpos dos *secuestrados* dentro do centro clandestino de detenção (Testoni et al., 2015).

Ao ver os degraus danificados, imediatamente me veio à mente a imagem de uma fila de pessoas com os pés presos a correntes que os machucavam, mãos amarradas e cabeças cobertas com um capuz, homens fardados empurrando-as violentamente escada acima. Pensei que algumas dessas pessoas da minha imaginação eram as mães dos *nietos* que estavam ali na vida real. Senti um calafrio na espinha e percebi que também eu estava experimentando o sofrimento da violência.

Subimos as escadas, passamos pelo segundo piso onde havia um corredor com diversas salas, chamado pelos militares de *Los Jorges*¹⁸⁶. O guia disse que essas salas eram os escritórios dos oficiais onde decisões administrativas e burocráticas do centro clandestino eram tomadas. Mas elas não estavam abertas à visita.

Quando chegamos ao terceiro piso, vimos um extenso corredor em L, corredor que durante a Ditadura fora dividida por paredes de acrílico formando diversas salas onde os prisioneiros eram obrigados a realizar outro tipo de trabalho compulsório, neste caso atividades como traduções, análises políticas e propagandas. O espaço era denominado *Pecera*¹⁸⁷. No mesmo andar, estava a *Capucha*, onde os *secuestrados* permaneciam reclusos, com um capuz que cobria suas cabeças e presos nas mãos e nos pés. Além deles, um local onde eram depositados os pertences roubados das pessoas *secuestradas* (desde objetos pessoais até móveis e eletrodomésticos) denominado *Pañol* e a *Sala Embarazadas*, cômodo estruturado para manter as *secuestradas* grávidas com vida até o momento do parto.

Nesse espaço precisamente, Sebastián foi para o local onde estava exposta uma réplica da carta de sua mãe, Elizabeth Marcuzzo, endereçada à sua avó materna. O escrito é o único exemplar das cartas que mulheres que deram à luz na *Esma* escreveram às suas famílias biológicas para serem entregues junto com os bebês. Somente a carta e seu filho chegaram aos seus destinos¹⁸⁸.

Enquanto os visitantes percorriam o espaço livremente, Mantecol se aproximou do *nieto* Juan Cabandié e disse que ele chorava muito, “os *compañeros* diziam ‘como chora!’”. Com as sobrancelhas levantadas e os olhos bem abertos, Juan perguntou: “me

¹⁸⁶ Acredita-se que o corredor recebeu essa denominação porque Jorge era o nome da maioria dos chefes da *Esma*.

¹⁸⁷ A *Pecera* (aquário, em português) era um cômodo separado por paredes feitas de acrílico permitindo que os prisioneiros fossem vigiados enquanto trabalhavam.

¹⁸⁸ Como a família paterna desconhecia o seu paradeiro, fez a denúncia de seu desaparecimento na associação *Abuelas*. Em 1983, Sebastián foi localizado e cresceu convivendo com as famílias paterna e materna.

ouviam chorar?”, e Mantecol confirmou. Juan parecia surpreso e, como quisesse uma confirmação, perguntou: “você me viu aqui?” e Mantecol respondeu que sim. Depois de expressar um largo sorriso, Juan perguntou: “você sabe se eu fui amamentado?”. Mantecol não sabia. Era evidente que o lugar deflagrava emoções e memórias diversas, ao lado disso, a recordação pública de Mantecol, a presença e as falas de Juan comprovavam os nascimentos clandestinos e a separação compulsória entre mães e filhos.

Entre o *Pañol* e a *Sala Embarazadas*, o *nieto* Guillermo Roisinblit, se deteve diante da porta de um cômodo minúsculo com pé direito baixo e teto em diagonal. Olhando ora para o cubículo ora para nós que escutávamos, disse:

Esse é o lugar que mais me conecta com a minha história e a minha mãe. Foi aqui que a deixaram. Imaginem vocês o que era isso em meados de novembro. O teto, [ele levantou o braço e tocou o forro de madeira que separa o cômodo do telhado] isso aqui é o teto diretamente. O calor que fazia, estamos falando de uma gestante de oito meses e meio, era necessário que deixassem a porta aberta. Então, muitas pessoas que faziam *trabajo esclavo* aqui ficavam conversando com minha mãe para lhe fazer um pouco de companhia. E daqui, no momento do parto, nos levaram ao porão onde, nesse momento, estava a enfermaria.

Quem fez o parto foi Jorge Luis Magnacco, ele participou de muitos partos, pois era o responsável pela obstetrícia do Hospital Naval e, por minha *apropiación*. Em 2004 ou 2005 se não me engano, recebeu pena de 10 anos e depois mais [penas] devido a outros processos. Mas com essa possibilidade, que começou no início do ano, de liberar *genocidas* em virtude do benefício 2 por 1 o qual subtrai [da pena] os dias que os condenados estiveram com prisão preventiva, uma das primeiras pessoas a entrar com recurso para conseguir esse benefício foi justamente Jorge Luiz Magnacco. Em 2014, ele também foi filmado pelo pessoal do coletivo H.I.J.O.S. Depois de dar um depoimento no tribunal, foi caminhando tranquilamente até a sua casa com a sua senhora esposa e passou pelo shopping Patio Bullrich, quer dizer, ele estava violando sua prisão domiciliar. Como vocês podem ver, essa gente se sente tão inimputável que não importa quantos benefícios consigam, continuam inexoravelmente, violando a lei. E era uma das pessoas que, originalmente, havia pedido o benefício do 2 por 1. Esse senhor tem as mãos manchadas de sangue literalmente, sabe qual foi o destino de cada um de nós e, com certeza, sabe mais, mas, devido ao pacto de silêncio, lamentavelmente não contribui com nenhuma informação. Digo lamentavelmente porque temos certeza de que poderíamos encontrar mais *hermanos* [crianças *apropiadas*] com o seu testemunho.

Bom, o que eu queria dizer é que esse é o lugar que eu tenho mais ligação neste centro clandestino, porque os únicos três dias que eu estive com a minha mãe, que tenho certeza de que estive com minha mãe, foi aqui dentro. Desde o dia 15 de novembro até 18 de novembro. Convido vocês a entrar.

Ao partilhar suas lembranças, Guillermo possibilitou que cada um de nós compusesse imagens mentais; elaborasse (por meio da combinação dessas com as nossas próprias lembranças e sensações) ideias e questões e aferisse a veracidade a respeito do que havia acontecido com a sua mãe, de como seu algoz pagava pelo crime e das formas como a comunidade mantinha viva e presente sua história. Eu sentia na pele a temperatura do cômodo mais quente que o resto do recinto e me lembrei que Guillermo nasceu no fim da primavera, em novembro, um mês em que Buenos Aires já experimenta altas temperaturas. Além de estar amarrada, sob tortura (física e psicológica), me perguntei: em que condições em termos de temperatura sua mãe teria dado à luz?

As palavras do *nieto* ressoaram e certas pessoas perguntaram em coro: “qual nome de sua mãe?”. Ao que ele respondeu: “Minha mãe se chamava Patricia Julia Roisinblit”. Alguém questionou: “ela não era de outro centro clandestino?”. Ele esclareceu: “ela veio de outro centro clandestino, era de outra força, veio da base de inteligência de Buenos Aires que fica em Morón, a oito quadras da estação para quem conhece Morón, alguém conhece Morón?”. Alguém logo respondeu: “Sim, sim, tem uma placa”. E Guillermo complementou: “é, este ano fizeram a sinalização”. E ouviu a resposta: “é, desde o governo, desde essa época está sinalizado. De tempos em tempos alguém tira a placa e é preciso colocá-la de novo. Eu estou envolvida nisso”. Guillermo concluiu: “perfeito, nessa base de inteligência trabalhava a pessoa que me *apropió*, o nome dele é Francisco Gómez”.

O local despertava recordações que eram imediatamente divididas com todos. As palavras de Guillermo e o seu corpo (visível, tangível) evidenciavam, situavam e concretizavam os diversos relatos a respeito da repressão e das mobilizações dos familiares de *desaparecidos* do presente. Ele impelia a produção e articulação de ideias, funcionando como prova viva das histórias sobre o *Plan Sistemático de Robo de Bebês*. À medida que suas palavras reverberavam nas memórias dos presentes, elas proporcionavam pistas para sentir, recordar e questionar pontos em desacordo¹⁸⁹.

Depois de circularmos pela *Sala de Embarazadas, Pañol, Capucha e Capuchita*, descemos ao porão, o *Sótano*, onde mulheres e homens *secuestrados* eram registrados, interrogados e torturados; este também era o lugar onde as pessoas eram reunidas antes

¹⁸⁹ Em sua crônica sobre a *Visita*, Analía Argento também anotou como o lugar e a presença dos *nietos* impactaram visitantes: “Estou arrasada”, disse uma mulher. Outra, ao contrário, pareceu esperançosa: “é a primeira vez que vejo um *nieto*”, falou Ramona com um olhar iluminado, também *sobreviviente*. Ela se aproximou de Sebastián e começou a contar a ele a sua história. Quando terminou o desabafo, o abraçou forte e parecia não querer soltar. Quando se separaram, ela sorriu. Ele também (Argento, 2018, p. 194).

de desaparecerem definitivamente. Ali, enquanto alguns percorriam o espaço, outros se reuniam em torno de Guillermo e faziam perguntas que, em qualquer outra situação, pareceriam absolutamente pessoais, mas naquele contexto apresentavam outro teor, já que no contexto em questão elas apareciam como atividade coletiva, construção de uma narrativa partilhada, à qual a comunidade dava forma e se reconhecia.

Uma mulher perguntou se o médico responsável pelo parto havia assinado a certidão de nascimento dele, ao que ele respondeu: em sua certidão constava ter ele nascido em casa, por isso acha que não tinha sido assinada por Magnacco. Em seguida, contou que, na infância, conviveu com outro *nieto* que nessa época tinha outro nome. Eles se encontravam sempre acompanhados por seus *apropiadores*. “Isso para que vocês vejam que além de existir um *plan sistemático de robo de bebés*, nós nos conhecíamos, aparentemente os *apropiadores* faziam reuniões”. Nisso, um homem perguntou: “onde nasceu esse *nieto*?” “Ele nasceu aqui também”, respondeu Guillermo. Logo, outra pessoa perguntou se eles foram *apropiados* pela Força Aérea. “Sim”, disse, “nós dois somos os únicos *nietos restituídos apropiados* pelo pessoal da Força Aérea. No entanto, isso não significa que eles...”, uma senhora completaria, “só se *apropiaron* de dois”. Guillermo continuou, “claro, isso significa que o pessoal da Força Aérea foi eficaz para manter os *nietos* escondidos. Tenho total certeza de que não fomos só nós dois”.

A *Visita de las Cinco* terminou no salão *Dorado*, onde vimos uma projeção que se estendia pelas paredes laterais do salão, dividida em quadros. Cada quadro descrevia um caso dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade cometidos na *Esma*: mostravam as suas fotos, seus nomes (oficiais e de guerra), suas funções na estrutura repressiva, seus crimes e condenações. Na parede à nossa frente, eram projetados vídeos das audiências e sentenças desses processos penais.

Terminada a projeção, os *nietos* sentaram-se diante de nós para as falas de encerramento. Juan Cabandié disse: “parece-me que na jornada de hoje todos nós construímos algo, contribuimos à construção da *memoria colectiva*.... É importante para cada um de nós enfrentar essas coisas, falar também é importante para ir reajustando a construção de nossa *identidad* que esteve em risco, no meu caso por quase 25 anos”. Tais palavras deixavam ver, uma vez mais, o modo como a associação do lugar, dos *nietos* e dos seus pronunciamentos era capaz de despertar e fazer encontrar memórias individuais que, ao serem partilhadas, geravam um sentido comunal. Como observa Mary Carruthers: “não é o conteúdo dessas histórias públicas ou privadas que cria o sentido comunal [...]. É antes a atividade compartilhada de recordar histórias sobre aquele tempo e aquele lugar

neste tempo e neste lugar, histórias individualmente diferentes umas das outras, mas que ainda assim partilham a res autoral do próprio lócus” (Carruthers, *op. cit.*, p. 71).

As falas dos *nietos* no *Sitio de Memoria Esma* fizeram lembrar as violações sofridas pelas mães, emocionaram e despertaram perguntas e conhecimentos armazenados nas mentes das diversas pessoas reunidas naquele museu. Juntos, *nietos* e pessoas anônimas participavam do sofrimento e da construção de uma narrativa pública a respeito da tortura e do roubo de crianças, que também acusava os responsáveis.

Desse modo, os relatos produzidos a partir da articulação entre espaços, pessoas, sensações e lembranças, como os dessa visita que acabo de descrever, podem ser pensados como exercícios coletivos de compartilhar o sofrimento, recordar e criar. A presença dos *nietos*, enquanto provas vivas das violências sofridas (tortura, desaparecimento, morte e *apropiación*), evidencia concretamente os crimes que são contados por suas avós e *sobrevivientes*. Como nos ensina Mary Carruthers, os recursos que os seres humanos usam para situar e sinalizar suas memórias (no caso acima analisado, os lugares e os *nietos*) exigem às pessoas que os encontram a participarem do assunto, a contar diferentes histórias e associar memórias diversas, as vezes até contraditórias.

Considerações finais

Esta tese teve como propósito descrever e compreender práticas de fazer pessoas, parentescos e mundos, com a ajuda das experiências de pessoas que, quando bebês, foram *apropiadas* (subtraídas clandestinamente de suas mães) por agentes estatais durante a Ditadura argentina, e que, na idade adulta, com ajuda de *Abuelas de Plaza de Mayo*, reencontraram suas origens; essas pessoas são conhecidas e designadas *nietas* e *nietos restituidos*. Tal foco analítico impôs um delicado e difícil trabalho de acompanhamento de formas e mecanismos mobilizados para a (re)construção de *identidades* violentamente rompidas. Procuramos mostrar que o trabalho de reconstrução de si não é meramente individual (ou pessoal), mas inclui um ser coletivo composto e recomposto com a ajuda da memória (mais um fazer criador). Vemos aí um processo de associação de lembranças, de concepções apreendidas e de projeção de novas visões de mundo, que impacta a produção de memórias sobre a Ditadura e ativa diversas ideias sobre as políticas utilizadas para a reparação de violações de direitos humanos no presente, que visa também o futuro.

Tal exercício de reconstrução da *identidad*, praticado sistematicamente por *nietos* e *nietas* diante de audiências mais amplas que com eles partilham experiências e produzem histórias, foi o que me permitiu falar em “pessoas memoriais”, que portam e engendram memórias, em seus corpos e vidas. A noção foi forjada com o auxílio das formulações de Marcel Mauss sobre a pessoa que tem personalidade, corpo, nome, singularidades, antepassados, relações e história; bem como de Mary Carruthers sobre a memória como técnica do pensamento e sobre o “lugar comum” – solo de reconhecimento e partilhas –, ideias que a levam a ver memoriais como lócus de ativação de memórias. A noção se beneficia também das sugestões de Jean-Pierre Vernant sobre a memória como deslocamento entre o mundo dos mortos e dos vivos e daquelas de Michel de Certeau sobre a inseparabilidade de discursos e práticas – todos os quatro autores já referidos ao longo da tese.

Tais inspirações me levaram a localizar três práticas centrais desse trabalho de reconstrução da *identidad* por *nietas* e *nietos*, que correspondem às três partes da tese: 1. A descoberta (e aferição) dos laços de sangue; 2. Os processos de renomeação; 3. O exercício de narrar a própria vida.

A primeira delas (Parte I “O sangue: seus percursos, seus efeitos”) diz respeito ao lugar fundamental do exame de DNA nos processos de identificação das crianças *apropiadas*. O exame de DNA, como vimos no primeiro capítulo, emergiu como a “prova válida” em relação à *apropiación* e à necessidade da *restitución*. A tecnologia impulsionou o desenvolvimento de novas estratégias de busca (o *Banco Nacional de Datos Genéticos*); modificou decisões judiciais (como a recondução da *nieta* Paula Logares à sua família de origem) e transformou leis (por exemplo, a criação da *Ley de ADN*). O exame de DNA permitiu também aos *nietos* e *nietas* reencontrarem suas famílias de origem, mas os modos como os reencontros acontecem, vimos no segundo capítulo, ganham matizes diversos de acordo com as formas como cada *nieto* chega até o teste, decidindo ou não fazê-lo; realizando imediatamente ou postergando-o, em função de fatores diversos (por exemplo, as relações que mantinham com os “apropriadores” e a identificação de traços físicos semelhantes aos dos “pais biológicos”).

A segunda prática, examinada na parte II, intitulada “Os nomes, os usos”, está relacionada à importância fundamental dos usos dos nomes e sobrenomes no exercício de reconstrução da *identidad*. Como acompanhamos no terceiro capítulo, para anular o parentesco biológico e constituir uma nova genealogia vinculando as crianças e as famílias *apropiadoras*, a *apropiación* eliminou os nomes e sobrenomes de origem dos *nietos* e *nietas*. De modo a reconstruir, concretizar, sistematizar e difundir essas genealogias, *Abuelas* confeccionou o arquivo *on-line* e público *Nuestros Nietos*. Por meio da montagem das genealogias a partir dos nomes e sobrenomes dos *nietos* e *nietas* encontrados e recuperados, o arquivo funciona como um convite para que pessoas ao redor mundo perguntem-se sobre suas origens.

Se na maioria dos casos de *restitución de la identidad* de crianças *apropiadas* durante a Ditadura os documentos pessoais com os nomes e sobrenomes de origem são retificados com celeridade, o caso de Astrid mostrou que os procedimentos burocráticos podem ser complexos. É preciso acionar diversos dispositivos para formar o quebra-cabeças das *identidades* partidas. De acordo com o capítulo 4, a forma como os *nietos* e *nietas* usam e combinam nomes próprios e sobrenomes para refazer o quadro composto de relações e pertencimentos é diversa e revela a variedade de propriedades e efeitos dos nomes e sobrenomes: eles machucam, ajustam e acionam parentescos; também agem na luta pela *memoria, verdad y justicia*, transformando leis e políticas. Os nomes e sobrenomes, assim como o reencontro com o parentesco de sangue, são eficazes na

produção de seres coletivos e memoriais, fundamentalmente diversos em suas trajetórias e experiências.

Finalmente, a terceira prática, explorada na última parte da tese (“A palavra em ato: formas de contar histórias”), refere-se às formas de narrar a vida na situação de entrevistas concedidas a uma pesquisadora brasileira, em um documentário cênico, em um protesto em *Ex-CCDTyE* abandonado que fora o cativeiro dos pais, e em uma visita guiada em outro *Ex-CCDTyE*, neste caso transformado em museu. Ao colocar lado a lado essas diferentes situações em que *nietos* e *nietas* narram suas vidas foi possível perceber distintos modos, usos e efeitos da arte de falar sobre si, sobre os pais e sobre o país. No capítulo 5, vimos que conversar comigo (uma pesquisadora brasileira) revela uma forma de narrar que tende a seguir a cronologia dos fatos e de ensaiar certa história do país; evidenciou também a formulação de pontos de vistas novos e a transformação da pesquisadora em mais uma testemunha das experiências da *apropiación* e da *restitución*. As falas sobre si que usam imagens, como vimos no capítulo 6, permitiram perceber os efeitos pedagógicos da utilização de figuras – como o *patchwork* e a Fita de Möbius – no esforço para garantir que os conteúdos fossem rapidamente compreendidos pela audiência. O *patchwork* mostrou como pedacinhos de lembranças são costurados de modo processual e contínuo; a Fita de Möbius evidenciou como a *identidad* se mostra ao mesmo tempo dual e una.

O relato de uma *nietas* publicamente conhecida em função de seu cargo como deputada federal, em um protesto em um *Ex-CCDTyE* abandonado que estava prestes a ser transformado em uma reserva ambiental, foi explorado no capítulo 7. Ao analisá-lo, compreendemos que entrelaçar termos comuns da militância à experiência de *apropiación* no momento da reivindicação pela transformação do *Ex-CCDTyE* em *sitio de memoria* tem efeitos nos modos de agir, nas formas de elaborar futuros, de transformar mundos, de fazer (e desfazer) políticas. No último capítulo, por sua vez, vimos como falas de si (em uma visita guiada ao antigo centro clandestino de detenção onde as mães deram à luz) se misturam aos corpos, visíveis e tangíveis, dos *nietos restituídos*. Nesses lugares precisos, os *nietos* situaram e confirmaram a narrativa e, ao mesmo tempo, mobilizaram outros corpos anônimos fazendo-os sentir, pensar e se manifestar.

A terceira parte da tese mostrou, portanto, que a narrativa pessoal é inseparável da história coletiva e da história nacional. Ao descobrirem suas origens, usarem seus sobrenomes e narrarem suas vidas de diversas maneiras – *nietos* e *nietas* criam pontes entre passado e presente, trazendo os militantes *desaparecidos* (muitas vezes esquecidos)

na década de 1970 de volta ao presente. E ao movimentarem lembranças dos *desaparecidos* associando-as às vivências que tiveram junto aos seus algozes – colocando umas em relação às outras – eles entrelaçam mundos e constroem outros. Por meio dessas práticas que fazem parte da reconstrução da *identidad*, eles deixam, assim, a condição de indivíduos e pessoas anônimas e se convertem em “pessoas memoriais”. Quer dizer, pessoas que carregam nas veias, nos corpos, nos nomes e nas palavras memórias sobre a Ditadura e sobre as formas como a sociedade argentina lida, no presente, com as violações cometidas no passado. “Pessoas memoriais” porque, ao narrarem suas vidas, passam a constituir, elas mesmas, um lócus sobre o qual memórias são geradas e compartilhadas ocupando assim, um lugar importante na topografia cívica argentina.

Como vimos nesta tese, *nietos* e *nietas* não têm opiniões similares sobre o que deve ser feito com o exame de DNA, como devem ser usados os nomes e sobrenomes de nascimento ou como a vida deve ser narrada. O que cria o sentido comunal – comum – entre eles é a capacidade de situar em si próprios elementos para deflagrar ideias sobre memória, parentesco e política, colocando-as em debates ampliados e em meios compartilhados de comunicação e difusão.

Antes de encerrar, gostaria de sublinhar que percorremos nesta tese as histórias de *nietos* e *nietas* que se dispuseram a participar da pesquisa e que tornaram públicas as suas histórias, sem as quais nada disso teria sido possível. Além disso, o trabalho é resultado de um olhar específico: o de uma pesquisadora brasileira cujas bases e formação advêm de um contexto específico; uma pesquisadora que se aventurou (e se arriscou) a compreender assuntos muito trabalhados por colegas do país vizinho, cujos estudos detidos e aprofundados permitiram que esta interpretação pudesse tomar forma. Claro está que o assunto não se esgota nestas páginas; o intuito foi lançar um olhar ao mesmo tempo de fora e de dentro, esperando que o trabalho anime outras muitas reflexões, tanto na Argentina como no Brasil.

Fontes e referências bibliográficas

Livros, artigos, teses e dissertações

AGANBEN, Giorgio. 2008. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Matheus de Araújo. 2021. *Do luto à luta: o Movimento Mães de Maio na Baixada Santista de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

ALVES, Ana Carolina. 2017. *Dimensões políticas na Plaza de Mayo e a cidade de Buenos Aires como capital federal (1880 – 1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP.

ASSMANN, Aleida. 2011. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

AUSTIN, J. L. 1976 [1962]. *How to do things with words*. Oxford University Press.

AZEVEDO, Desirée. 2018. *Ausências incorporadas: Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Unifesp.

BARBOSA, Manuel; BATTISTIOL, Flavia; BATTISTIOL, Lorena; CASTILLO, Marcelo; DRUCAROFF, Daniela; GAITÁN, Guadalupe; GESTEIRA, Soledad; MASTROMAURO, Luciana; RYBAK, Nadia. 2008. “Archivo Biográfico Familiar de Abuelas de Plaza de Mayo. Reconstrucción de la identidad de los desaparecidos. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones, Posadas.

BASSI, Claudia. 2015. “Testimonios en Democracia: El Juicio de las Juntas Militares en Argentina”. *Kul-tur*, n.º 4, v. 2, p. 29-50.

BARROS, Mercedes; MORALES, Virginia. 2016. “Derechos humanos y postkirchnerismo: resonancias de una década y esbozo de un nuevo panorama político”. *Revista de Estudios Sociales Contemporáneos*, n.º 14, IMESCIDEHESI/Conicet, Universidad Nacional De Cuyo, p. 104-124.

BENSON, Susan. 2006. “Injurious Names: Naming, Disavowal, and Recuperation in Contexts of Slavery and Emancipation”. In: VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.). *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, p. 177-199.

BISPO, Alexandre Araújo. 2019. *Os percursos da memória e da integração social: o arquivo pessoal de Nery e Alice Rezende, mulheres negras em São Paulo, (1948-1967)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

BODENHORN, Barbara. 2006. “Calling into Being: Naming and Speaking Names on Alaska’s North Slope.” In: VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.) *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press.

BORELLI, Marcelo; OSZUST, Laura. 2018. “A Copa do Mundo de 78 na imprensa política argentina. Entre a ‘festa’, o nacionalismo e os direitos humanos”, *Palabra Clave*, v. 21, n.º 1, p. 11-35.

BUTLER, Judith. 1997. *Excitable Speech: a politics of the Performative*. New York and London: Routledge.

_____. 2017. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____. 2019a [1997]. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. 1ª ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Filô).

_____. 2019b [2009]. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CABRAL, Rebeca. 2019. *Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CALVEIRO, Pilar. 2005. “Memorias virósicas. Poder concentracionario y desaparición de personas en Argentina”. In: LO GIÚDICE, Alicia (org.). *Psicoanálisis: Restitución, apropiación, filiación*. Centro de Atención por el Derecho a la Identidad, Abuelas de Plaza de Mayo: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 139-160.

_____. 2006. “Testimonio y memoria en el relato histórico”. *Acta Poética*, v. 27, n.º 2, julio, p. 65-86.

CÁMPORA, Edith. 2020. “De los 30.000 Desaparecidos a Santiago Maldonado: Resistencias y desaparición forzada”. *Tiempo de Gestión*, FCG/UADER, n.º 28, segundo semestre, Paraná, Entre Ríos, Argentina.

CARDARELLO, Andréa. 2009. “The Movement of the Mothers of the Courthouse Square: ‘Legal Child Trafficking’, Adoption and Poverty in Brazil”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n.º 1, p. 140-161.

CANELO, Paula. 2011. “Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas Argentinas durante los años noventa”. In: A. Pucciarelli (org.). *Los años de Menen. La construcción del orden liberal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, p.143-178.

CARNOVALE, Vera. 2011. *Los combatientes. Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI.

CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. 2006. "Memoria y política en la situación de entrevista. En torno a la constitución de un archivo oral sobre el Terrorismo de Estado en la Argentina". In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. *Historia, memoria y fuentes orales*. CeDInCI: Buenos Aires.

CARRAS, Rafaela. 2009. "Los escraches. Un poco de historia". In: *Pensamientos, prácticas y acciones del GAC*. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón.

CARRUTHERS, Mary. 2011. *A técnica do pensamento: meditação, retórica e construção de imagens (400-1200)*. Trad. José Emílio Maiorino. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

CARSTEN, Janet. 2000. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2004. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2007. "Introduction: ghosts of memory". In: CARSTEN, Janet. 2007. *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Oxford: Blackwell, p. 1-35.

_____. 2014. "A matéria do parentesco". *R@u – Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 103-118.

CATELA, Ludmila da Silva. 2001. *Situação-Limite e Memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs.

CELS. 2003. *Las leyes de Punto Final y Obediencia Debida son inconstitucionales*. Buenos Aires: CELS.

CERTEAU, Michel de. 2007. "Uma arte de dizer". In: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 152-155.

CRENZEL, Emilio. 2008. *La Historia Política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

_____. 2009. "Las resignificaciones del Nunca Más. Releyendo la violencia política en Argentina". *Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales*, México, n.º 73, enero-abril, p. 105-138.

_____. 2013. "El Prólogo del Nunca Más y la Teoría de los dos Demonios. Reflexiones sobre una representación de la violencia política en la Argentina". *Contenciosa*, ano I, n.º 1, segundo semestre.

_____. 2016. "Sitios de memoria en la Argentina, una reflexión". *Revista de la facultad de Ciencias Sociales/UBA*, n.º 90, marzo.

CONFINO, Hernán. 2021. *La Contraofensiva: el final de Montoneros*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

CUETO RÚA, Santiago. 2008. *Nacimos en su lucha, viven en la nuestra. Identidad, justicia y memoria en la agrupación HIJOS-La Plata*. Dissertação (Mestrado Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata.

DAS, Veena, 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.

_____. 2011. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”, *Cadernos Pagu*, n.º 37, julho-dezembro.

_____. 2020 [2007]. *Vida e Palavras. A violência e sua descida ao ordinário*, trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp.

DELLA ROCCA, Mario. 2014. *La Cámpora sin obsecuencias, una mirada Kirchnerista*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Dunken.

DEVESA, Patricia. 2011. “Teatro por la identidad: más de una década de prácticas artísticas y prácticas políticas”. In: IV Seminario internacional políticas de la memoria. Ampliación del campo de los derechos humanos. Memoria y Perspectivas. Crisis del presente y disputas por la memoria. *Anales*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2019. Disponible em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_26/devesa_mesa_26.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. 2015. *Cadernos de outro mundo: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre*. São Paulo: Humanitas; Fapesp.

DI LONARDO, Ana Maria; DARLU, Pierre; BAUR, Max; ORREGO, Cristian; KING, Mary-Claire. 1984. “Human genetics and human rights. Identifying the families of kidnapped children”. *The American Journal of Forensic Medicine and Pathology*, v. 5, n. 4, p. 339-347, Philadelphia, USA, dec. 1984.

DIZ, María Luiza. 2018. “Los spots para televisión de Abuelas de Plaza de Mayo: entre el nombre, la sangre y el testimonio”. *Comunicación y Sociedad*. Universidad de Guadalajara, n.º 31, enero-abril, p. 73-94.

_____. 2020. “Teatro x la Identidad: Un escenario para las Abuelas de Plaza de Mayo”. *Reflexión Académica en Diseño y Comunicación*, ano XXI, v. 42, p. 110-260.

DURÁN, Milena. 2018. “Los 20 años del Archivo Biográfico Familiar de Abuelas de Plaza de Mayo”. *Historia, Voces y Memoria*, n.º 12, p. 31-48.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1951. *Kinship and Marriage among the Nuer*. Oxford, Clarendon Press.

_____. 2005 [1976]. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Versão condensada por Eva Gillies. Trad. Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar.

FAIR, Hernán. 2014. “La readaptación ideológica del orden neoliberal en el discurso menemista”. *Si somos americanos*, v. XIV, n.º 2, julio-diciembre, p. 103-132.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. “Ser afetado”. Trad. Paula Siqueira. Rev. Tânia Stolze Lima. *Cadernos de Campo*, n.º 13, p. 155-161.

FEIERSTEIN, Daniel. 2014. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. 2ª ed. 1ª reimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

FILC, Judith. 1997. *Entre el parentesco y la política: familia y dictadura 1976-1983*. Buenos Aires: Biblos.

FINAMORI, Sabrina; DA SILVA, Aline. 2019. “Identidade e pertencimento: grupos de apoio à adoção e direito às origens”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n.º 33, dez. 2019, p. 295-317.

FONSECA, Claudia. 2014. *Parentesco, tecnologia, e lei na era do DNA*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

_____. 2015a. “Time, DNA and documents in family reckonings”. *Vibrant*, v.12, n.º 1.

_____. 2015b. “Pertencimento Familiar e Hierarquia de Classe: Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas Narrativas de Adotados Brasileiros”. *Áltera - Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n.º 1, p. 9-36, jul./dez.

FORTES, Carine; AMARO, Taina; AMARAL, Marcel. 2020. “Marielle Franco: análise da necropolítica e dos processos de extermínios no Brasil”. *Revista de Ciências Humanas*. UNITAU, Taubaté, SP, v. 13, n.º 3, edição 28, p. 8-19, set.-dez.

FRANCO, Marina. 2005. “Derechos humanos, política y fútbol”, *Entrepasados*, año XIV, Buenos Aires, n.º 28, fines de 2005, p. 27-46.

_____. 2012. *Un enemigo para la nación. Orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____. 2014. “La ‘teoría de los dos demonios’: un símbolo de la posdictadura en la Argentina”. A *Contracorriente: una revista de estudios latinoamericanos*, v. 11, n.º 2, p. 22-52.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. 2009. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34.

GALANTE, Diego. 2019. *El juicio a las juntas: discursos entre lo político y lo jurídico en la transición argentina*. 1ª ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional de Misiones.

GANDSMAN, Ari. 2009. “‘A prick of a needle can do no harm’: compulsory Extraction of Blood in the Search for the Children of Argentina’s Disappeared”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n.º 1, p. 162-184.

GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC.

GESTEIRA, María Soledad. 2012. “‘Nosotros lo sentimos’. Emociones y saberes em las búsquedas de origen biológico de personas adoptadas o inscriptas falsamente en Argentina”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 11, n.º 32, p. 314-344.

_____. 2015. “Búsqueda de orígenes e identidad en Argentina”. *AFIN*, n.º 72, may.

_____. 2016. *Entre el activismo y el parentesco. Lo público, lo íntimo y lo político. Las organizaciones sociales de personas que buscan sus orígenes*. Tese (Doutorado em

Antropología Social) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

_____. 2020. “Nombre, linaje, parientes: usos y sentidos de las categorías de parentesco entre las personas que buscan sus orígenes en Argentina”. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, n.º 71, p. 74-86.

GODELIER, Maurice. 2003. “Un homme et une femme ne suffisent pas à faire un enfant. Analyse comparative de quelques théories culturelles de la procréation et de la conception”. *Ethnologues comparées*, n.º 6.

GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. 2018. *Militancia humanitaria y testimonio. Los sobrevivientes de “El Vesubio” y la denuncia de los crímenes de la última dictadura (1978 – 2016)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Altos Estudos Sociais, Universidad Nacional de General San Martín, Buenos Aires.

GORINI, Ulises. 2017. *La otra lucha: historia de las Madres de Plaza de Mayo 1983-1986*. La Plata: EDULP.

GOYATÁ, Júlia Vilaça. 2019. *Haiti popular: saberes antropológicos e artísticos em circulação (1940-1950)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

GRIMSON, Alejandro. 2019. *¿Qué es el peronismo?*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

GUEMBE, María José. 2004. *La Experiencia Argentina de Reparación Económica de Graves Violaciones a los Derechos Humanos*. Buenos Aires: CELS, 2004. Disponível em: http://www.cels.org.ar/common/documentos/experiencia_argentina_reparacion.doc. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

GUGLIELMUCCI, Ana. 2013. *La consagración de la memoria: una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia.

HALBWACHS, Maurice. 2003. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

HERNÁNDEZ, Vladimir. 2012. ¿Por qué hay Madres de Plaza de Mayo que no buscan a sus hijos? Em *BBC News Mundo*. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/04/120426_argentina_madres_plaza_mayo_vh. Acesso em: 16 jan. 2020.

HERRERA, Mariana *et al.* 2018. “El archivo documental del Banco Nacional de Datos Genéticos (BNDG)”. In: *XI Seminario Internacional Políticas de la Memoria. Memorias subalternas, memorias rebeldes*. Mesa 22. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2018/01/seminario/mesa_22/bndg_mesa_22.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

HERZFELD, Michael. 2008 [2005]. *Intimidade Cultural: poética social no Estado-Nação*. Trad. Marcelo Félix. Lisboa, Portugal: Edições 70.

HOWELL, Signe. 2003. “Kinning: The Creation of Life Trajectories in Transnational Adoptive Families”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n.º 3 (Sep., 2003), p. 465-484.

HUGH-JONES, Stephen. 2002. “Nomes Secretos e Riqueza Visível: Nomação no Noroeste Amazônico”. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 8, n.º 2, p. 45-68.

_____. 2006. “The Substance of Northwest Amazonian Names.” Em: VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.) *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, p. 73-96.

HUMPHREY, Caroline. 2006. “On Being Named and Not Named: Authority, Persons, and Their Names in Mongolia”. In: VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.). *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, p. 157-176.

ITEANU, André. 2006. “Why the Dead Do Not Bear Names: The Orokaiva Name System”. VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.). *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, p. 51-74.

JELIN, Elizabeth. 2012. *Los trabajos de la memoria*. 2ª. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

_____. 2017. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

KALIL, Isabela. 2018. “Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos”. *Ponto Urbe*, n.º 22.

KOFES, Suely. 1994. “Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites”. *Cadernos Pagu*, n.º 3, p. 117-141.

_____. 2015. “Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?” In: Kofes, Suely; Manica, Daniela (org.). *Vidas e Grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina ed.

LACAN, J. 1988 [1978]. *The seminar of Jacques Lacan, Book II*. Edited by Jacques-Alain Miller (trans. Sylvana Tomaselli). Cambridge University Press.

LAINO SANCHIS, Fabricio. 2020a. *De «niños desaparecidos» a «nietos restituidos» Actores, escenarios y discursos en torno a los procesos de búsqueda y restitución de los/as niños/as apropiados/as durante la última dictadura en Argentina (1976-2004)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Altos Estudos Sociais, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires.

_____. 2020b. “Salir al mundo en tiempos de dictadura: Abuelas de Plaza de Mayo y las redes transnacionales de derechos humanos (1977-1983)”. *Quinto Sol*, v. 24, n.º 1.

_____. 2022. “Activismo local, saberes globales. Abuelas de Plaza de Mayo y la creación del derecho a la identidad”. *Astrolabio*. Córdoba, p. 1-32.

LAYNE, Linda. 2006. “‘Your Child Deserves a Name’: Possessive Individualism and the Politics of Memory in Pregnancy Loss”. In: VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN,

Barbara (org.). *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 2012 [1962]. *O Pensamento Selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus.

LIMA, Antónia Pedroso de Lima. 2007. “Intencionalidade, Afecto e Distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa.” Em PINA CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Almedina.

LONGONI, Ana. 2009. “Activismo artístico en la última década en Argentina...”. *Errata # - Revista de Artes visuales*, n.º 0. Edição Especial: “El lugar del arte en lo político”. Bogotá, Fundación Gilberto Alzate Avendaño, dezembro de 2009, p. 16-35.

LÓPEZ, Ernesto. 1988. *El último levantamiento*. Legasa. Buenos Aires.

LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. 2008. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires, Argentina: Biblioteca Nacional.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. 2013. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARQUES, Ana Cláudia. 2002. *Intrigas e questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. 2015. *Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso*. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

MARQUES, Ana Cláudia; VILLELA, Jorge. 2015. “O sangue e a política”. In: *Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso*. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, p. 108-127.

MASSA, Jimena. 2016. “Restituição de Identidades” e (Re)construção de Parentesco em Casos de “Netos/as Apropriados/as” pela Ditadura Militar Argentina. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

MAUSS, Marcel. 1981 [1909]. “A prece”. In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva.

_____. 1979 [1921]. “A expressão obrigatória dos sentimentos”. In: Oliveira, Roberto Cardoso de (org.). *Mauss*. São Paulo: Ática; p. 147-153.

_____. 2003 [1938]. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu””. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p.367-397.

MODELL, Judith. 1994. *Kinship with Strangers: Adoption and Interpretations of Kinship in American Culture*. Berkeley, University of California Press.

MORAWSKA, Catarina. 2018. “Luto e memória das mães da saudade de Peixinhos”. In: MARQUES, Ana Cláudia; LEAL, Natacha (orgs.). *Alquimias do parentesco: casas,*

gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo: Terceiro Nome, p. 337-376.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. 2016. *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

MURILLO, Aline Lopes. 2011. *Histórias que se entrecruzam: narrativas de Valdon Varjão sobre Barra do Garças*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

_____. 2016. “Cultures of relatedness”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/cultures-relatedness>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. 2021. “Artes de uma *nieta restituída*: figuras para o aprendizado de si e do país”. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; DI GIOVANNI, Julia; MUNIAGURRIA, Lorena Avelar; WALDMAN, Thais Chang [orgs.]. *Artes, saberes, antropologias*. Goiânia: Cegraf UFG, p. 213-243.

NAFTAL, Alejandra (edt.). 2018. *La visita de las cinco*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Museo Sitio de Memoria.

NEIBURG, Federico. 1997. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Edusp.

NORA, Pierre. 1997. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: Pierre Nora (org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

NOSIGLIA, Julio. 1985. *Botín de Guerra*. La Página: Argentina.

OBERTI, Alejandra. 2014. “Testimonios, responsabilidad y herencia. Militancia política y afectividad en la Argentina de los años setenta”. *Meridional Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*, n.º 2, abril, p. 63-88.

OSUNA, María Florencia. 2017. *La intervención social del Estado. El Ministerio de Bienestar Social entre dos dictaduras (Argentina, 1966-1983)*. Rosario: Prohistoria.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. 2015. *A viagem como Vocação: Itinerários intelectuais, experiência social e formas de conhecimento*. São Paulo: Edusp.

PINA CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. 2007. “Nomes e Ética: uma introdução ao debate”. Em PINA CABRAL, João de; VIEGAS, Susana de Matos. *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Almedina.

PITA, María Victoria. 2001. “La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. Familiares de víctimas del terrorismo de estado y de la violencia institucional en Argentina”. *Arenal*, v. 8, n.º 1; enero-junio, p. 127-154

POLLAK, Michel. 1989. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, n.º 3, Rio de Janeiro.

_____. 1992. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, n.º 10, Rio de Janeiro.

_____. 2006. “El testimonio”. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límites*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

PROGRAMA Verdad y Justicia. 2015. *El Batallón de Inteligencia 601*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación.

_____. 2015b. *El Estado Mayor del Comando de Institutos Militares*. Zona de Defensa IV.1ª. edición - noviembre 2015.

RABINOW, Paul. 1999. “Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade”. In: *Antropologia da Razão: Ensaio de Paul Rabinow*. João Guilherme Biehl (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

REGUEIRO, Sabina Amantze. 2013. *Apropiación de niños, familias y justicia. Argentina, 1976-2012*. Rosario: Prohistoria.

_____. 2015. “‘Subversivas’: ‘malas madres’ y familias ‘desnaturalizadas’”. *Cadernos Pagu*, n. 44, jan.-jun., p. 423-452.

RIBEIRO, Débora. 2019. “Significado de Palavra de ordem”. In: *DICIO Dicionário online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/palavra-de-ordem/#:~:text=Significado%20de%20Palavra%20de%20ordem,incitar%20os%20%C3%A2nimos%20do%20grupo>. Acesso em: 12 fev. 2023.

RIBEIRO, Michelli de Souza. 2020. *Descaminhos das escrituras antropológicas da dor*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP.

RICHARD, Nicolas. 2015. “Nombre propio, trabajo y reproducción social en el Chaco boreal contemporáneo”. In: CÓRDOBA, Lorena; BOSSERT; Federico; RICHARD; Nicolas. *Capitalismo en las selvas. Enclaves industriales en el Chaco y Amazonía indígenas (1850-1950)*. San Pedro de Atacama: Ediciones del Desierto, p. 183-203.

ROT, Gabriel. 2004. “Las Fuerzas Argentinas de Liberación. Notas para una historia de la lucha armada en Argentina”. *Políticas de la Memoria*, n.º 4. CeDiInCi: diciembre, 2004.

SABUGAL PAZ, Paulina. *El teatro documental: una a/puesta em escena*. Ciudad de México, D. F.: Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidad Iberoamericana, 2014.

SAIN, Marcelo. 1994. *Los levantamientos carapintada. 1987-1991*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.

SANJURJO, Liliana Lopes. 2012. “Sangue, identidade e verdade histórica: crianças desaparecidas e memórias sobre o passado ditatorial”. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 15, n.º 2, p. 427-438, jul./dez.

_____. 2018. *Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. São Carlos: EdUFSCar.

SARTI, Cynthia. 2011. “A vítima como figura contemporânea”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n.º 61, p. 51-61, Jan./Abr.

_____. 2014. “A construção de figuras da violência”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n.º 42, p. 77-105, jul./dez.

_____. 2019. “Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira”. *Revista de Antropologia*, v. 62, n.º 3, p. 505-529.

_____. 2020. “Rastros da violência: a testemunha”. *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro, v.10, n.º 3, p. 1023-1042.

_____. 2022. “Figurações da dor: a memória no curso da vida”. *Exilium*, n.º 5, p. 97-128.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. 2010. “O local do testemunho”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n.º 1, p. 3-20.

SILVA, Aracy Lopes da. 1984. “A antropologia e os estudos de nomes pessoais e sistemas de nomeação: resenha da produção recente”. *Dédalo*, n.º 23, p. 235-254.

SOPRANO, Germán. 2016. “Liderazos militares en la transición democrática argentina”. In: IX Jornadas de Sociología de la UNLP, 5 al 7 de diciembre de 2016, Ensenada, Argentina. *Memoria Académica*. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9007/ev.9007.pdf Acesso em: 31 jan. 2023.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. 1994. *Nomes e história do contato entre os Asurini do Xingu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

STRATHERN, Marilyn. 1999. *Property, Substance and Effect. Anthropological Essays on Persons and Things*. London: The Athone Press.

_____. 2006. *O gênero da dádiva*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SUCARI, Ana Laura. 2021. “Apropiadoras y poder judicial: revisitando los discursos de la maternidad con perspectiva de género”. *Aletheia*, v. 11, n.º 22, e092, jun-nov.

SUCARI, Ana Laura; MURILLO, Aline Lopes. 2023. “Identidad, intimidad y derechos: políticas públicas y pruebas de ADN en casos de personas apropiadas durante la última dictadura argentina”. *Revista del Museo de Antropología*, v. 17, n.º 2, Universidad Nacional de Córdoba.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. 2010. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.

TELES, Janaína de Almeida. 2009. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: Santos, Cecília Macdowell; Teles, Edson & Teles, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Aderaldo & Rothschild, p. 151-176 (v. 1).

TELLO, Mariana Eva. 2003. “La fuerza de la cosa dada: derechos humanos, política y moral en las ‘indemnizaciones’ a las víctimas del terrorismo de estado en Argentina”. In.: NOVAES, R. KANT DE LIMA, R. (orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos*, v. 2, Niterói, RJ, Eduff, p.37-74.

_____. 2015. “‘Yo acuso’: un análisis antropológico sobre lo jurídico en los primeros testimonios acerca de La Perla”. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, n.º 4, octubre 2015, p. 90-115

TESTONI, Patricio et al. 2015. “El ‘trabajo esclavo’ en ESMA Aportes para comprender el funcionamiento y los efectos dentro y fuera del sistema concentracionario de esta práctica genocida”. *Tela de Juicio. Debates en torno a las prácticas sociales genocidas*. Facultad de Ciencias Sociales, UBA, n.º 1.

TORRAS, Verónica; PALMÁS ZALDUA, Luz; PERELMAN, Marcela. 2016. “Memoria, verdad y justicia como política de Estado”. *Análisis*, n. 11.

TURNER, Victor. 1974. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes.

VANZOLINI, Marina. 2019. “The name of the relation. Making a difference in Aweti Onomastics”. *Social Analysis*, v. 63, n.º 2, Summer 2019, p.102-121.

VASCONCELOS, Yuri. 2017. “Origem desvendada”. *Pesquisa Fapesp*, n.º 140, out, 2017, p. 78-79.

VECCHIOLI, Virginia. 2018. “Deserving victimhood: kinship, emotions and morality in contemporary politics”. *Vibrant*, v. 15, n.º 3, Brasília.

VECCHIOLI, Virginia; HIGUERA, Diego. 2021. “Memória, dispositivos virtuais e processos de justiça e reparação”. In: 45º Encontro Anual da Anpocs. GT-10 Desafios contemporâneos da memória social: objetos, coleções e heranças. *Anais*. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/45-encontro-anual-da-anpocs/gt-33/gt10-27/12862-memoria-dispositivos-virtuais-e-processos-de-justica-e-reparacao?path=45-encontro-anual-da-anpocs/gt-33/gt10-27>. Acesso em: 12 fev. 2023.

VERNANT, Jean-Pierre. 1990. *Mito e Pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Trad. Haiganush Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIANNA, Adriana. 2002. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

VILLALTA, Carla. 2005. “La apropiación de menores: entre hechos excepcionales y normalidades admitidas”. LO GIÚDICE, Alicia (org.). *Psicoanálisis: Restitución, Apropiación, Filiación*. p. 175-199.

_____. 2010. “Imitar a la naturaleza. La adopción de niños en los años ’60: entre ficciones legales y prácticas consuetudinarias”. In: COSSE, Isabella; FELITTI, Karina; MANZANO; Valeria (comps.) *Los sesenta de otra manera: vida cotidiana, género y sexualidades en la Argentina*, Prometeo, Buenos Aires, 2010, p. 89-129.

_____. 2012. *Entregas y Secuestros: el rol del Estado en la apropiación de niños*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS.

_____. 2013. “Estrategias políticas y valores locales. El impacto de la apropiación criminal de niños en la sociedad argentina”. In: LLOBET, Valeria (org.). *Pensar la*

infancia desde América Latina: un estado de la cuestión. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

_____. 2021. “El activismo de Abuelas de Plaza de Mayo y la apropiación criminal de niños en la Argentina: estrategias de búsqueda y demandas de justicia”. In: SANTOS, Paula; PIMENTEL, Irene; DAMELE, Giovanni (org.). *Punir o inimigo: perspectivas legais e discurso político na justiça de transição*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2021, p. 261-83.

VILLALTA, Carla.; GESTEIRA, Soledad. 2019a. “Los artículos argentinos: Abuelas de Plaza de Mayo y la construcción del derecho a la identidad”. In: XII SEMINARIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA. CRISIS DEL PRESENTE Y DISPUTAS POR LA MEMORIA. *Anales*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2019. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2019/04/seminario/mesa_9/villalta_gesteira_mesa_9.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

VILLALTA, Carla; GESTEIRA, Soledad (org.). 2019b. *La Convención sobre los Derechos del Niño en la Argentina. Trayectorias, experiencias y activismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Unicef.

VILLALTA, Carla; MURILLO, Aline. 2019. “Yo soy...: O direito à identidade e os nomes dos netos das Abuelas de Plaza de Mayo na Argentina”. *Revista Abya Yala*, v. 4, n.º 2. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/issue/view/2148>. Acesso em: 6 jun. 2021.

VILLALTA, Carla; REGUEIRO, Sabina. 2015. “Una densa trama jurídico-burocrática: el circuito institucional de la apropiación criminal de niños”. In: BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (ed.), “*Ud. también su señoría? Complicidad judicial durante la dictadura*”. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 163-179.

VILLELA, Jorge Mattar. 2020. “Confiscações, Lutas Anti-Confiscatórias e Antropologia Modal”. In: VIEIRA, Suzane de Alencar; VILLELA, Jorge Mattar Villela (Orgs.) *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. [E-book]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020, p. 277-307.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara. 2006. “‘Entangled in Histories’: An Introduction to the Anthropology of Names and Naming”. In: *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, p. 1-30.

VOM BRUCK, Gabrielle e BODENHORN, Barbara (org.) *The Anthropology of Names and Naming*. New York: Cambridge University Press, 2006.

WALDMAN, Thais Chang. 2018. *Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

WASSMANSDORF, Marina Lis. 2020. *Ativismo político e direitos humanos: netas e netos apropriados pela ditadura argentina na história recente*. Dissertação (Mestrado em

História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

YNGVESSON, Barbara. 2007. “Parentesco reconfigurado no espaço da adoção”. *Cadernos Pagu*, n.º 29, jul. dez. 2007, p. 111-138.

ZANOTTI, Elvio. 2005. “Derecho a la identidad, una perspectiva jurídica.” LO GIÚDICE, Alcía (org.). *Psicoanálisis: Restitución, Apropiación, Filiación*. p. 161-173.

ZONABEND, Françoise. 1980. “Le Nom de personne”. In: *L’Homme*, 1980, tome 20 n. 4. Formes de nomination en Europe. p. 7-23.

Artigos em jornais e revistas (magazine)

CRENZEL, Emilio. 2014. “Tan lejos, tan cerca”. *Página/12*, Buenos Aires, 28 ago. 2014. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-253964-2014-08-28.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

DANDAN, Alejandra. 2012. “El robo de bebés llegó a su tramo final”. *Página/12*, Buenos Aires, 27 mar. 2012. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-190520-2012-03-27.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. 2015. “Es indignante haber nacido en ese lugar”. *Página/12*, Buenos Aires, 5 mar. 2015. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-267417-2015-03-05.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DUZDEVICH, Aldo. “¿Cristo vence o Perón Vuelve?”. *Río Negro*, Río Negro, 18 out. 2007. Disponível em: <http://www1.rionegro.com.ar/diario/2007/10/18/200710o18s02.php>. Acesso em: 20 out. 2022.

EL NIETO 116 es un sociólogo que vivirá este 24 de marzo con la certeza de conocer su identidad. 2015. *Telam*, 23 mar. 2015. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/201503/99028-nieto-recuperado-sociologo-24-de-marzo-abuelas-conicet.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

GARZÓN, Raquel. 2015. “A verdade que queima”. *El País*, São Paulo, 2 mai. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/28/internacional/1430220144_394962.html. Acesso em: 18 fev. 2021.

GONZÁLEZ, Marina. 2015. “Grandes éxitos. Entrevista con Ignacio Guido Montoya Carlotto, el nieto recuperado de Estela de Carlotto”. *La Diaria*. Montevideo, 19 feb. 2015. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2015/2/grandes-exitos/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

HERNÁNDEZ, Vladimir. 2012. “¿Por qué hay Madres de Plaza de Mayo que no buscan a sus hijos?”. *BBC News Mundo – Argentina*, 26 abr. 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/04/120426_argentina_madres_plaza_mayo_vh. Acesso em: 8 nov. 2022.

JUAN Cabandié, ministro Ambiente y Desarrollo Sustentable. 2019. *Página 12*, Buenos Aires. 7 dic. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/235126-juan-cabandie-ministro-ambiente-y-desarrollo-sustentable>. Acesso em: 9 mar. 2021.

MANNARINO, Juan Manuel. 2019. “El nieto perdido”. *Gatopardo*, Ciudad de México, 18 set. 2019. Disponível em: <https://gatopardo.com/reportajes/ignacio-montoya-carlotto-nieto-encontrado-abuelas-de-plaza-de-mayo-argentina/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MENDES, Moisés. 2008. “O suplício e a revolta de uma órfã”. *Zero Hora*. Ano 44, n. 15.539. Porto Alegre, 16, março, 2008.

QUELART, Raquel. 2019. “Encuentra a sus hermanos em EE.UU. gracias al test de ADN”. *La Vanguardia*. Barcelona, 27 abr. 2019. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/vida/20190427/461871158940/mujer-barcelona-encuentra-hermanos-test-adn-web.html>. Acesso em: 9 maio 2021.

Literatura biográfica, autobiográfica e testemunhal

76.11 AFICHES. 2011. *Momentos que hicieron historia*. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros - Presidencia de la Nación.

ABUELAS de Plaza de Mayo. 2007. *La Historia de las Abuelas*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo.

ABUELAS de Plaza de Mayo. 2008. *Las Abuelas y la Genética*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo.

ARGENTO, Analía. 2018. “La visita de los seis, a las cinco”. In: NAFTAL, Alejandra (edt.). *La visita de las Cinco*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Museo Sitio de Memoria, 2018. p. 189-196.

CABANDIÉ ALFONSÍN, Juan. 2016. “Prólogo”. In: ARGENTO, Analía. *De vuelta a casa. Historias de nietos restituidos*. 2ª ed. Ciudad de Buenos Aires: Marea.

CERDÀ, Paco. 2018. “Prefacio”. In: Nadia Ghulam *et al.* *Nadia, Claudia, Raphaëlle*, València: La Caja Books.

FOLCO, Javier. 2015. *Estela. La biografía de Estela de Carlotto*. Buenos Aires: Editorial Marea.

LARRAQUY, Marcelo. 2004. *López Rega: el peronismo y la Triple A*. Buenos Aires: Sudamericana.

MINISTERIO de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva. 2017. *Una pregunta. 30 años. Memoria escrita del Banco Nacional de Datos Genéticos.*

MONTENEGRO, Victoria. 2020. *Hasta ser Victoria.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea.

PRADELLI, Ángela. 2014. *En mi nombre: historias de identidades restituidas.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós.

SEOANE, María; CABALLERO, Roberto. 2015. *El Nieto. La trágica y luminosa historia de Ignacio 'Guido' Montoya Carlotto robado por la dictadura y recuperado por Abuelas de Plaza de Mayo.* Buenos Aires: Ed. Sudamericana.

SEOANE, María; RUIZ NUÑEZ, Héctor. 1986. *La noche de los lápices.* Buenos Aires: Editorial Contrapunto.

SFILIGOY, Tatiana; ALBÍN, Danilo. 2013. *En el nombre de sus sueños: 12 historias de vida de hijos de desaparecidos.* Buenos Aires: Fabro.

SORIANO, Osvaldo. 1978. *No Habrá Más Penas ni Olvido.* Barcelona: Grupo editorial Norma.

SZALKOWICS, Gerardo. 2019. *Norita, la madre de todas las batallas.* Lomas de Zamora, Buenos Aires: Sudestada.

Archivos

Archivo Testimonial Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires.

Archivo Histórico de los Servicios de Radiodifusión Sonora y Televisiva de Argentina, Buenos Aires.

“Nuestros Nietos”: www.abuelas.org/caso

Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

Programas de televisão

99,99% La ciencia de las Abuelas. Dirección: Leonardo Sbaraglia. Buenos Aires: CePIA, 2012.

Acá Estamos – historias de nietos que recuperaron su identidad. Dirección: Paula Romero. Producción: Abuelas de Plaza de Mayo; Canal Encuentro. Buenos Aires: Zafra Producciones y Barakacine, 2013

Así Soy Yo. Producción: Abuelas de Plaza de Mayo; Pakapaka. Buenos Aires, 2015.

Del otro lado del espejo. Buenos Aires: Cinético, 2000.

Nietos, historias con identidad. Buenos Aires: CePIA, 2012.

Televisión por la Identidad. Buenos Aires: Telefe, 2007.

Filmes e documentários

30° ANIVERSARIO del Banco Nacional de Datos Genéticos. Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, 2018. 5min.

BOTÍN de guerra. Dirección de David Blaustein. Argentina; España, 2000. 118 min.

CLAUDIA. La Conquista del Pol Sud, 2016.

ESCADRONS de la mort: L'école française. Dirección de Marie-Monique Robin. França, 2003. 63 min.

LA NOCHE de los Lápices. Dirección: Héctor Olivera. Argentina, 1986. 106 min.

NO HABRÁ más penas ni olvido. Dirección: Héctor Oliveira. Argentina, 1983. 80 min.

¿QUIÉN SOY YO? Los niños encontrados de Argentina. Dirección: Estela Bravo. Argentina, 2007. 75 min.

Leis e decretos

Decreto 846/2021: Espacio para la Memoria- Campo de Mayo. Argentina. 2021.

Decreto-lei 2.848: *Código Penal*. Brasil. 1940.

Lei 18.248: *Registro de estado civil*. Argentina. 1969.

Lei 23.049: *Código de Justicia Militar*. Modificaciones. Argentina. 1984.

Ley 23.492: *Punto Final*. Argentina. 1986.

Lei 23. 511: *Banco Nacional de Datos Genéticos (BNDG)*. Argentina. 1987.

Lei 23.521: *Obediencia Debida*. Argentina. 1987.

Lei 26.206: *Ley de Educación Nacional*. Argentina. 2006.

Lei 26. 548: *Ley de ADN*. Argentina. 2009.

Lei 26.691: *Normativa sobre Sitios y Espacios de Memoria*. Argentina. 2011.

Lei 26.994: *Código Civil y Comercial de la Nación*. Argentina. 2015.

Lei 27.362: *Conductas delictivas. Delitos de lesa humanidad, genocidio o crímenes de guerra*. Argentina. 2017

Jornal e imprensa de *Abuelas de Plaza de Mayo*

Mensuario de Abuelas de Plaza de Mayo

Prensa de Abuelas de Plaza de Mayo

Documentos oficiais

CIDH-Comisión Interamericana de Derechos Humanos. 2010. *Informe No. 160/10*.

Comisión por la Memoria, la Verdad y la Justicia. *Declaración Popular*, mar. 1996.

Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. 1994.

Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Unicef. 1989.

SAMPALLO BARRAGAN, María Eugenia. 2008. *Formula Acusación*.

Sites consultados

<https://www.abuelas.org.ar/>

<https://www.argentina.gob.ar/>

<https://www.bbc.com/>

<https://www.bn.gov.ar/>

<https://www.boletinoficial.gob.ar/>
<https://www.brasildefato.com.br/>
<https://brasil.elpais.com/>
<https://campomayo.ungs.edu.ar>
<https://www.casarosada.gob.ar/>
<https://www.clarin.com/>
<https://www.espaciomemoria.ar/>
<https://www.facebook.com/>
<https://g1.globo.com/>
<https://gatopardo.com/>
<http://www.hijos.org.ar/>
<https://www.idelcoop.org.ar/>
<http://www.infoleg.gob.ar/>
<https://www.instagram.com/>
<https://www.laconquesta.com/>
<https://ladiaria.com.uy/>
<https://www.lanacion.com.ar/>
<https://www.lavanguardia.com/>
<http://www.museositoesma.gob.ar/>
<https://www.nodalcultura.am/>
<https://notasperiodismopopular.com.ar/>
<https://www.nuevojuicioporcampodemayo.blogspot.com/>
<https://open.spotify.com/>
<http://www.pakapaka.gob.ar/>
<https://www.perfil.com/>
<https://www.rionegro.com.ar/>
<http://www.santiagomaldonado.com/>
<https://www.tiempoar.com.ar/>
<https://twitter.com/>

<https://www.uol.com.br/>

<https://vladimirherzog.org/>

<https://www.youtube.com/>